



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: Uma análise
do Projeto de Assentamento Almas -Itaguaçu da Bahia/BA (1987-2003)**

Flávio Luis Assiz dos Santos

Salvador-Bahia

2005

Flávio Luis Assiz dos Santos

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: Uma análise
do Projeto de Assentamento Almas -Itaguaçu da Bahia/BA (1987-2003)**

Orientadora: Profa.. Dra. GUIOMAR INEZ GERMANI

Salvador-Bahia

2005

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: Uma análise
do Projeto de Assentamento Almas – Itaguaçu da Bahia/BA (1987-2003)**

FLÁVIO LUIS ASSIZ DOS SANTOS
ORIENTADORA: PROFA. DRA. GUIOMAR INEZ GERMANI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
submetida em satisfação parcial dos requisitos ao grau de

MESTRE EM GEOGRAFIA

à
Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
da
Universidade Federal da Bahia

Aprovado:

Comissão Examinadora

.....
.....
.....

Dra. Guiomar Inez Germani
Dr. Ângelo Szaniecki Perret Serpa
Dr. Antônio Dias Nascimento

Data da Aprovação: 15/12/2007

Grau conferido em:/...../.....

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori,
Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia.

S 237 Santos, Flávio Luis Assiz dos,
A Produção do Espaço em Áreas de Reforma Agrária: uma Análise
do Projeto de Assentamento Almas – Itaguaçu da Bahia / BA
(1987-2003) / Flávio Luis Assiz dos Santos. -- Salvador, 2005.
195 f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Guiomar Inez Germani.
Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Geografia.
Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, 2005.

1. Geografia Agrária - Bahia. 2. Reforma agrária – Bahia.
3. Assentamentos humanos – Zona rural - Bahia. I. Título
II. Tese

CDU 911.3:631(813.8) (043)

RESUMO

Esta dissertação consiste em analisar de que modo o processo de criação e desenvolvimento de Projetos de Assentamento representa também um processo de produção do espaço humano. Cada assentamento constitui-se numa unidade territorial da reforma agrária, sendo resultado da intervenção estatal no que concerne à modificação do uso e a propriedade da terra no Brasil. O objetivo da pesquisa centrou-se no estudo dos resultados, a partir de uma perspectiva espacial, proposta desta pesquisa foi analisar quais foram os resultados, do ponto de vista espacial, da criação de um assentamento rural – o Projeto de Assentamento Almas (PA Almas), localizado no município de Itaguaçu da Bahia – que teve seu processo de implantação antecedido de um planejamento – executado pelo Estado em 1987 –, o qual foi composto, basicamente, por estudos que subsidiaram a definição de um modelo de parcelamento diferente do que normalmente se fazia à época. A análise do PA Almas a partir das categorias do espaço – forma, função, estrutura e processo – permitiu-nos apreender a evolução do assentamento na perspectiva das modificações ocorridas na sua configuração territorial. O ritmo de produção da produção do espaço do assentamento foi se acelerando à proporção que a dinâmica social estabelecida, ao longo do tempo, foi moldando um novo espaço a partir do espaço pré-existente e as novas demandas do grupo social foram sendo materializadas em novas formas-conteúdo e/ou refuncionalizando formas pretéritas, que participam da dialética espaço-sociedade dentro do assentamento.

Palavras-chave: reforma agrária; assentamentos rurais, produção do espaço

ABSTRACT

This dissertation consisted of analyzing as the creation process and development of reform establishment would plow also represents a process of production of the human space. Each establishment is constituted in a territorial unit of the land reform being resulted of the state intervention in what concerns to the modification of the use and of the earth property in Brazil. The objective of the research was centered in the analysis of the results, of the space point of view, of the creation of a rural establishment - Assentamento Souls' Project, located in the municipal district of Itaguaçu of Bahia/BA - that had his preceded implantation process of a planning, which consisted, basically, in studies that subsidized the definition of a model of different planning than he did if. The previous knowledge of the space of the establishment was fundamental so that the State could intervene, once the allotment model took into consideration the project of rural establishment; fundamental aspects for the development of a rural establishment. The analysis of the rural establishment of Souls starting from the categories of the space - form, function, structures and process - it allowed to apprehend us the evolution of the establishment in the perspective of the modifications happened in his territorial configuration. The rhythm of production of the production of the space of the establishment was if accelerating as the established social dynamics, along the time, it went molding a new space starting from the pre-existent space and the new demands of the social group materialized in new reform-content and / or re-operating passed up forms which participate in the dialectics space-society inside of the rural establishment.

Key words: land reform; rural establishments, production of the space

Aos meus pais, Zilda e Luis Augusto.

Aos assentados do Projeto de Assentamento Almas.

“O que é, exatamente por ser tal como é, não vai ficar tal como está”.

(Brecht)

AGRADECIMENTOS

É com muita emoção que agradeço aos que contribuíram para tornar possível a realização deste sonho:

A Deus, força suprema do Universo.

Aos meus pais, que desde cedo me ensinaram a amar os estudos.

À Profa. Guiomar Germani, amiga querida e orientadora dedicada, que com o seu exemplo me ensinou a amar ainda mais a Geografia.

Às famílias do Projeto de Assentamento Almas, que me receberam com a simpatia típica dos agricultores.

À família dos assentados José Pereira e Maria Patrocínio que, carinhosamente, me hospedaram durante os trabalhos de campo no PA Almas. Para eles um agradecimento especial.

Aos Profs. Ângelo Serpa e Antônio Dias, pela participação na banca examinadora e pelas importantes contribuições.

À Profa. e amiga Cirlene Jeane Santos e Santos, pela troca de idéias, pelo estímulo e pela confecção dos mapas.

Aos meus queridos colegas do Projeto GeografAR, pela prazerosa convivência, pelo estímulo e pelos profícuos debates.

À Lícia Maria Sena e Denílson Alcântara, meus companheiros de trabalho de campo.

Aos técnicos do INCRA, da CAR e da EBDA, pelas entrevistas que muito contribuíram para a realização desta pesquisa.

Às ONG's GARRA e Fundifran, pelas informações a respeito do PA Almas e da região de Irecê.

Às Professoras Maria Elvira Costa e Maria Auxiliadora Silva, pelo apoio e estímulo durante a minha graduação, pós-graduação e no curto período em que fui professor substituto do Departamento de Geografia da UFBA.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA, pela oportunidade e pela qualidade dos seus professores.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) / Superintendência Regional do Rio Grande do Norte, meu atual local de trabalho, pela liberação para a redação desta dissertação.

Aos meus queridos colegas do INCRA/RN, pelo apoio, carinho e estímulo.

A Rose Medeiros, pela revisão do texto nas prazerosas tardes de domingo no Mid Way.

Ao meu amigo Anderson Augusto, pelo apoio na realização desta dissertação.

Aos meus queridos colegas do Mestrado, pelo incentivo e pela troca de angústias e alegrias.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	i
Lista de Tabelas	ii
Lista de Fotos	iii
Lista de Quadros	v
Lista de Abreviaturas e Siglas	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2 A FORMAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	15
2.1 Uma Breve Retrospectiva sobre a Questão Agrária no Brasil	15
2.2 A Formação dos Projetos de Assentamento no Brasil	22
2.3 O Processo Oficial de Criação de um Projeto de Assentamento	27
3 A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS	33
3.1 O Contexto Sócio-histórico	33
3.2 Alguns Aspectos Regionais	40
3.3 A Criação do “Assentamento Modelo”	49
3.4 O Planejamento do “Assentamento Modelo”	59
4 A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PRODUTIVA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS	75
4.1 O Parcelamento	75
4.2 Os Povoados do PA Almas	83
4.2.1 A Sede	84
4.2.2 O Bebedouro (Abobreiras) e o Toco Preto	94
4.3 Infra-estrutura	96
4.3.1 Energia elétrica	96
4.3.2 Abastecimento d’água e saneamento básico	98
4.3.3 Transporte Coletivo	101
4.3.4 Educação	102
4.3.5 Saúde	105

4.4 Organização Social	106
4.4.1 A Associação do Parceiros do PA Almas (APPA)	108
4.4.2 A Associação de Mulheres do PA Almas	110
4.4.3 A Formação de Outras associações	112
4.4.3.1 A Associação Comunitária de Abobreiras (ACA)	114
4.4.3.2 A Associação Comunitária do Toco Preto de Almas (ACTPA)	116
4.5 Organização Produtiva	117
4.5.1 A Produção da Cebola	119
4.5.2 A Irrigação	123
4.5.3 A Situação Econômica dos Assentados	127
4.6 A Assistência Técnica	129
4.7 Os Problemas Ambientais	130
5 O PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS: UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO	135
5.1 Mudanças na Configuração Territorial	135
5.1.1 A Ocupação de Lotes	135
5.1.2 A Desocupação de Lotes	135
5.1.3 Os Lotes Abertos	136
5.1.4 A Venda de Lotes	142
5.1.5 A Entrada de “estranhos”	146
5.1.6 A Abertura de Novos Caminhos	148
5.1.7 O Crescimento dos Povoados	149
5.2 A Produção do Espaço do PA Almas	152
6 ALMAS, ASSENTAMENTO MODELO?	170
6.1 As Potencialidades e Limitações do Planejamento Ambiental	171
6.2 As Potencialidades e Limitações do Planejamento Territorial	174
6.2.1 O Fato Gerador	174
6.2.2 A Localização do Projeto	176
6.2.3 A Organização Espacial do Assentamento	177
6.2.4 A Organização Social da Produção	179
6.2.5 A Perspectiva do Desafio: A Construção de um Novo Espaço	180

CONSIDERAÇÕES FINAIS 187

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 190

APÊNDICE I

ANEXO I

ANEXO II

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Itaguaçu da Bahia – 2005	02
Figura 2 – Região Econômica de Irecê – 2005	42
Figura 3 – Município de Itaguaçu da Bahia – 2005	43
Figura 4 – Acampamentos e Assentamentos da Região Econômica de Irecê	48
Figura 5 – PA Almas - Modelo de Parcelamento – Alternativa A	69
Figura 6 – PA Almas - Modelo de Parcelamento – Alternativa B	70
Figura 7 – PA Almas - Modelo de Parcelamento – Alternativa C	71
Figuras 8 – PA Almas - Modelo de Parcelamento – Alternativa D	72
Figura 9 – Parcelamento do PA Almas	80
Figura 10 – Produção do Espaço do PA Almas	137
Figuras 11, 12 e 13 – Desenhos do PA Almas	160, 161 e 162

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Acampamentos da Região de Irecê/BA – 2005	47
TABELA II – Projetos de Assentamento da Região de Irecê/BA – 2005	47

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Casa Sede da Fazenda Almas	51
Foto 2 – Casa dos Vaqueiros da Fazenda Almas	51
Foto 3 – Entrada do município de Itaguacu da Bahia	76
Foto 4 – Povoado do Rio Verde II (entrada para o PA Almas)	77
Foto 5 - Estrada Rio Verde – Baixa Funda	77
Fotos 6 e 7 – Rio Verde margeado com carnaúbas	78
Foto 8 – Estrada interna do assentamento (“variante”)	79
Fotos 9, 10 e 11 – Manilhas abandonadas	82
Fotos 12, 13 e 14 – Área de Reserva Legal	82
Fotos 15 e 16 – Cercas do PA Almas	83
Fotos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 – Casas e comércio da Sede	84 e 85
Foto 25 – Casa em construção na Sede	86
Foto 26 – Casa em lote de beira rio	86
Foto 27 – Casa de antigos vaqueiros	86
Foto 28 – Palhoça em construção	87
Foto 29 – Casa Sede	88
Fotos 30 e 31 – Escola Municipal Marcos Freire e Igreja Evangélica	88
Fotos 32 e 33 – Torre de telefonia e telefone público	89
Fotos 34 e 35 – Sede da APPA e galpão	90
Foto 36 – Trator da APPA	90
Foto 37 e 38 – Bodega e casa de farinha da APPA	91
Fotos 39 e 40 – Casa de farinha do assentado Domingos Reis	92
Foto 41 – Cemitério	93
Fotos 42 e 43 – Barragem, ponte e lago	94
Foto 44 – Casa no Bebedouro	94
Foto 45 – Escola Municipal Euclides Neto	95
Fotos 46 e 47 – Casas no Povoado Toco Preto	95
Foto 48 – Escola Municipal Waldir Pires	96
Fotos 49 e 50 – Chegada da energia no assentamento	97
Fotos 51 e 52 – Casas da bomba (poços artesianos)	98
Fotos 53 e 54 – Bomba d’água e caixa d’água	99
Fotos 55, 56 e 57 - Assentados retirando e transportando água do poço	99

Foto 58 – Transporte escolar	101
Foto 59 – Aula na Escola Municipal Marcos Freire, na Sede	103
Foto 60 – Escola Municipal Boa Esperança, no Toco Preto	104
Foto 61 – Associados da APPA esperando reunião com o banco	110
Fotos 62 e 63 – Plantação de cebola	119
Foto 64 - Assentados indo “dar o dia fora”	122
Fotos 65, 66, 67, 68, 69, e 70 – Sistema de Irrigação do PA Almas	125
Fotos 71 e 72 – Plantação no sequeiro	127
Foto 73 – Criação de animais	129
Fotos 74 e 75 – Poluição e assoreamento do Rio Verde	131
Fotos 76, 77 e 78 – Poluição nas margens do Rio Verde	132
Foto 79 – Erosão nas margens do Rio Verde	132
Foto 80 – Utilização de agrotóxicos no assentamento	133
Foto 81 – Corredor entre dois lotes	140
Fotos 82, 83 e 84 – Casas do assentamento Almas	159

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Síntese da Produção do Espaço do Projeto de Assentamento Almas 156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACA	Associação Comunitária de Abobreiras
ACTPA	Associação Comunitária do Toco Preto de Almas
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
APPA	Associação dos Parceleiros do Projeto Almas
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CDN	Consultoria de Desenvolvimento LTDA
CEPRAM	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CERB	Companhia de Engenharia Rural da Bahia
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia SA
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRA	Centro de Recursos Ambientais da Bahia
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBASA	Empresa de Águas e Saneamento do Estado da Bahia
EPIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
FAO	Organismo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDEF	Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FUNDIFRAN	Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
GARRA	Grupo de Apoio e Resistência Rural e Ambiental
GEOGRAFAR	Geografia dos Assentamentos na Área Rural
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA	Instituto de Terras da Bahia
LCB	Ligas Camponesas do Brasil
LIO	Licença de Instalação e Operação
LP	Licença Prévia

MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não-Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária
RB	Relação de Beneficiários
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEI	Superintendência de Estudos e Informações da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Bahia
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia
SERAC	Secretaria da Reforma Agrária e Cooperativismo da Bahia
SERAI	Secretaria da Reforma Agrária e Irrigação da Bahia
SIPRA	Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária
SIR	Sistema de Informações Rurais
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TDA	Título da Dívida Agrária

1 INTRODUÇÃO

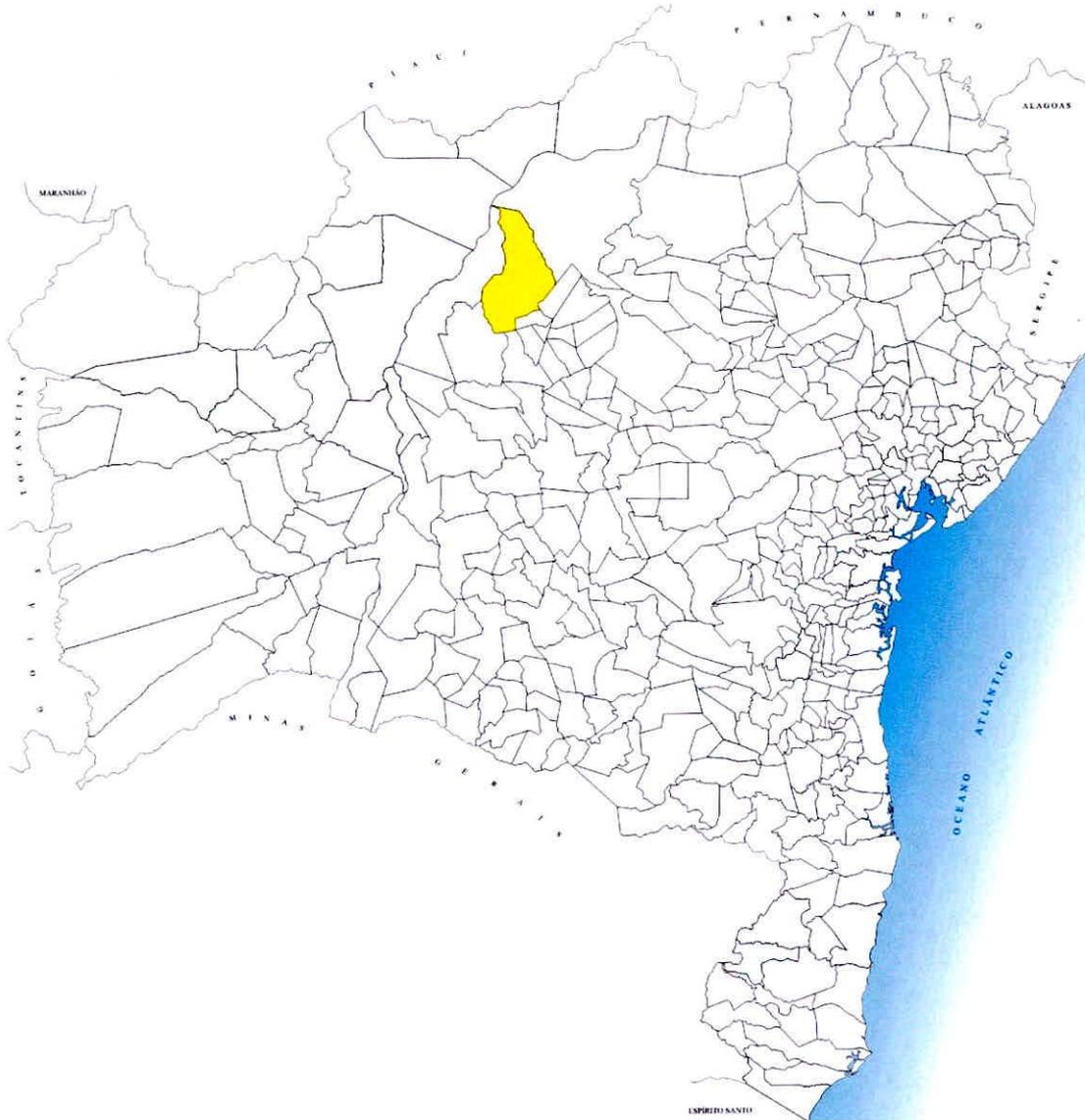
A temática da reforma agrária no Brasil ganhou destaque nos últimos anos em virtude do agravamento dos conflitos sociais de luta pela terra e da conseqüente implantação dos Projetos de Assentamento (PA). Estes representam a efetivação da política pública de reforma agrária e são criados através da intervenção estatal no sentido de modificar o uso e a propriedade da terra. A implantação de um PA é também uma intervenção territorial, pois o processo de transformação de um latifúndio improdutivo em uma área de reforma agrária faz-se modificando a apropriação e uso do espaço, o que implica numa reorganização espacial, que se inicia com um processo de produção de uma outra espacialidade/territorialidade.

A discussão sobre a reforma agrária é antiga, mas na atualidade apresenta outras perspectivas. Isto se deve à atuação de novos agentes sociais no processo de construção da reforma agrária, que tem exigido do Estado um “outro posicionamento” em relação à questão. Muito embora o que tem sido feito no Brasil sob o nome de “reforma agrária” esteja aquém de uma real mudança na estrutura fundiária, a implantação dos Projetos de Assentamento aumentou significativamente no País, trazendo para o espaço rural brasileiro novos elementos e mudanças. Assim sendo, é fundamental compreendermos como esses espaços se constituem e que “lições” trazem para o debate sobre a reforma agrária no Brasil.

Esta dissertação analisa, pois, como a constituição e desenvolvimento de Projetos de Assentamento configura também num processo de produção do espaço. A pesquisa foi realizada tomando como referência o Projeto de Assentamento Almas, localizado no município de Itaguaçu da Bahia/BA (Figura 1). O objetivo do estudo foi analisar a produção do espaço deste assentamento, resgatando o contexto sócio-histórico da sua implantação e identificando os fatores/processos que contribuíram para a construção da sua organização espacial e seus desdobramentos. Procurou-se compreender, através desse estudo de caso, como se dá, dentro do assentamento, a relação entre processos sociais e processos espaciais.

FIGURA 1

BAHIA
MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU DA BAHIA
2005



FONTE: CEI
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR
Por Cirlene Jeane Santos e Santos

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a produção do espaço no PA Almas é resultante, principalmente, da atuação dos assentados e do Estado como seus principais agentes. São os assentados, de maneira individual e/ou organizada que, juntamente com o Estado, estão produzindo espaço nos Projetos de Assentamento e têm sido responsáveis pela construção de uma nova geografia no campo brasileiro.

A aproximação com este tema ocorreu durante o curso de graduação em Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) ocasião em que iniciei, como voluntário, um trabalho junto ao Projeto de Pesquisa “A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (Projeto GeografAR). Este Projeto de Pesquisa, que conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é desenvolvido no âmbito do Departamento e Mestrado em Geografia da UFBA e coordenado pela Profa. Dra. Guiomar Inez Germani, que orientou esta dissertação. Enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao Projeto GeografAR, realizei pesquisas referentes aos Projetos de Assentamento Almas e Terra Vista, no Estado da Bahia.

Dentre os Projetos de Assentamento implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado da Bahia, o Projeto GeografAR selecionou seis PA's para aprofundamento dos estudos a fim de construir uma metodologia para o entendimento do processo de produção desses espaços. Os critérios para a escolha dos PA's levou em consideração os assentamentos rurais de reforma agrária que apresentavam “uma proposta diferenciada, tanto em relação ao planejamento espacial como em relação à organização social da produção” (GeografAR, 1996). A idéia foi justamente selecionar alguns Projetos onde, através de suas experiências, fosse possível compreender “os mecanismos e procedimentos conceituais e ideológicos globais subjacentes às particularidades da produção do espaço e à organização do território rural” (GeografAR, 1996).

O Projeto de Assentamento Almas – objeto de estudo desta pesquisa – foi um dos assentamentos escolhidos pelo Projeto GeografAR por ter sido um dos primeiros assentamentos implantados na Bahia após a aprovação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do 1º

Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) do Estado da Bahia. A peculiaridade do PA Almas deve-se ao fato deste ter sido submetido a um processo de planejamento durante a sua fase de implantação que consistiu na elaboração de estudos do meio físico da área, que serviram para definir o modelo de parcelamento, e na realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA), fato pioneiro na Bahia.

A pesquisa anteriormente realizada (durante o curso de graduação) sobre o PA Almas constituiu-se apenas um trabalho exploratório, uma primeira aproximação com a realidade deste assentamento. Por isso, propus, no curso de Pós-Graduação em Geografia, continuar a desenvolver esta pesquisa, procurando um aprofundamento dos estudos no sentido de analisar a formação e a configuração territorial do assentamento, confirmando e identificando novos fatores que contribuíram para a realização da leitura geográfica do mesmo. A pesquisa permitiu definir com mais clareza os elementos responsáveis pela produção do espaço do assentamento e a efetivação deste processo.

A reforma agrária pode ser discutida a partir de diversos enfoques, cada um permitindo múltiplas interpretações. Atualmente, conforme observa Bergamasco e Norder (1996, p. 9), “[...] o tema da reforma agrária está sendo cada vez mais pensado a partir da realidade dos assentamentos”. Aqui o processo de reforma agrária será analisado a partir da realidade dos assentamentos rurais e como um processo de produção do espaço. O trabalho de pesquisa em foco centrou-se na análise da reforma agrária dentro da perspectiva acima apontada, bem como enquanto um processo de produção do espaço.

O espaço geográfico é uma categoria de análise da sociedade que é resultado do processo ininterrupto de ações humanas sobre uma base física – a natureza. Ele se caracteriza por apresentar uma heterogeneidade de formas, que resultam das diversas necessidades humanas. O espaço é uma produção humana, ele é o resultado das relações sociais que se estabelecem entre os homens e destes com a natureza, mediados pela técnica, esta entendida como “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria

espaço” (SANTOS, 2002, p. 29). Logo, uma sociedade não pode ser entendida dissociada do espaço que ela habita e que ela mesma constrói. Existe uma relação dialética entre sociedade e espaço, a qual resulta do processo de produção econômica que, concomitantemente, produz o espaço geográfico, dentro de um marco temporal específico.

Corrêa (1995, p. 25) afirma que uma concepção marxista de espaço aparece efetivamente na obra de Henri Lefébvre, que parte da idéia de que “o espaço deve ser entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social [...]”. Lefébvre (*apud* Corrêa, 1995, p. 25-26) considera ainda que:

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.

Milton Santos, em sua vasta produção científica, elabora um corpo teórico que busca entender o espaço humano em toda a sua complexidade. Este pensador desenvolveu um sistema de conceitos sobre o processo de produção do espaço e elaborou uma proposta metodológica para analisá-lo. Para Corrêa (1995, p. 25), “a contribuição de Milton Santos aparece, de um lado, com o estabelecimento do conceito de formação sócio-espacial, derivado do conceito de formação socioeconômica e submetido a intenso debate da década de 1970”. Ele diz ainda que Milton Santos afirma não ser possível conceber uma determinada formação socioeconômica sem se recorrer ao espaço e que, portanto, modo de produção, formação sócio-econômica e espaço são categorias interdependentes (CORRÊA, 1995, p. 25).

O legado da obra miltoniana permite a compreensão de que o espaço é uma construção social, pois só a sociedade produz. A sociedade produz inúmeros objetos que se prestam à sua sobrevivência e a produção desses objetos só é possível porque a natureza oferece as matérias-primas e o homem, através do trabalho, desenvolveu tecnologia capaz de transformar essa matéria bruta em objetos úteis para si. Desta forma, o processo de produção é um constante relacionamento

da sociedade com a natureza e, portanto, a transformação desta em uma natureza apropriada e modificada para atender as necessidades sociais. O trabalho é o elemento fundamental na mediação entre sociedade e natureza e, portanto, na produção do espaço. A cada momento o espaço é fruto desta relação.

Milton Santos (1990, p. 161-162) afirma que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” e acrescenta que “produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à reprodução da vida”. A produção do espaço não se refere somente a uma conotação econômica de produção de bens materiais. É também a produção de todos os elementos indispensáveis à manutenção da vida humana sobre o planeta. O espaço é originado, é criado, é consequência/condição da ação do homem sobre a natureza.

Segundo Germani (1997 (b), p. 7),

Os projetos de assentamento se apresentam como uma ocupação diferenciada num espaço geográfico específico. É ali onde vai se manifestar a continuidade da luta pela terra e se apresentam os novos desafios que vão imprimir a tônica da produção desse espaço.

Um projeto de assentamento é um espaço geográfico resultante da relação da sociedade com natureza ou, como nos diz Alencar (2000, p. 52),

[...] é um lugar da produção, da distribuição, da circulação e do consumo. Noutras palavras, trata-se de uma área que é uma fração da sociedade e que detém uma forma particular de produção. Entretanto essa área existe como espaço porque é ocupada pelo homem em ação. É o espaço em que o homem se objetiva pelo trabalho.

A Geografia oferece conceitos e instrumentos importantes para o entendimento da reforma agrária no Brasil. Fernandes (1999, p. 114), salienta que para compreender “o que existe de novo na questão de reforma agrária, é necessário estudar os processos sociais agrários e suas formas de produção dos espaços social e geográfico”. Nos últimos 20 anos, a intensificação da luta pela terra no Brasil trouxe uma novidade para a realidade agrária brasileira: os Projetos de Assentamento. Portanto, os PA's são formas geográficas que representam a materialidade de uma demanda

histórica da sociedade brasileira: a reforma agrária.

O marco teórico desta pesquisa propõe tratar o Projeto de Assentamento a partir da concepção de espaço como território. Classicamente o conceito de território na Geografia esteve ligado a idéia de Estado Nação, território nacional. Entretanto, para Souza (1995, p. 81), “ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional [...]”. O conceito de território proposto por Souza (1995, p. 78) trata de “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ele explica que para fazer uma abordagem sobre o território a questão principal

não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, (...) mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos sociais, a seguinte questão inseparável, uma que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 1995, p. 78-79).

Alencar (2000, p. 50) considera que:

[...] um imóvel que passa por um processo de desapropriação é um lugar especial, espaço em construção, espaço que não quer ser somente local de produção, circulação, troca. Quer ser muito mais: quer ser, também, o local do poder, quer ser território.

E complementa dizendo que, em se tratando de território, o fundamental

[...] não é o espaço físico, nem os recursos naturais, nem o solo. Estes elementos são apenas e simplesmente um substrato referencial. O essencial é quem domina? Como domina? Até onde vai o limite, além dos limites físicos, naturais? A questão principal é da gestão de um território. [...] O assentamento torna-se território quando possui os dois elementos imbricados: espaço e poder (ALENCAR, 2000, p. 53).

Diante disso, os assentamentos são considerados como um território à medida que dentro dele o grupo social estabelece relações de poder. Aliás, não podemos esquecer que a própria

constituição do assentamento é resultado de uma relação de poder que se estabelece no bojo da luta pela terra e na luta por uma reforma agrária que traga dignidade para os trabalhadores rurais. O PA é o espaço apropriado pelos assentados e onde eles terão a chance de decidir politicamente sobre o uso que se vai fazer desse espaço. Assim como todo território, o assentamento é um campo de forças e um *locus* privilegiado de luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida.

A apreensão do nosso objeto de estudo deu-se a partir da noção de configuração espacial ou configuração territorial. Segundo Santos (2002, p. 62),

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que a sua realidade vem da sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais.

O Projeto de Assentamento é a concretização da política de reforma agrária pela pressão dos movimentos sociais e a sua implantação estimula transformações no local onde ele se instala, a partir de uma ocupação diferenciada do espaço rural. Eles são implantados geralmente numa propriedade que estava improdutiva e, muitas vezes, para o seu proprietário, era uma reserva de valor. Como resultado da luta pela terra, começam a surgir casas, cercas, escolas, plantações, etc, ou seja, um novo espaço é produzido a partir da atuação dos assentados e do Estado e uma nova configuração territorial é estabelecida.

Para compreender o processo de produção do espaço, Milton Santos propõe a análise das categorias do espaço. Segundo ele,

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985, p. 49).

As categorias do espaço – forma, função, estrutura e processo – podem ser, de maneira

simplificada, assim definidas:

- a) Forma: todo espaço é composto por diversas formas, tanto naturais, quanto sociais. A forma “é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão.” (SANTOS, 1985, p.50). As formas revelam a estrutura e não podem ser analisadas isoladamente, mas a partir de suas funções;
- b) Função: são os usos que se faz das diversas formas. Toda forma tem uma função específica que é determinada dentro do contexto social;
- c) Estrutura: a estrutura refere-se ao contexto social, ao modo de organização da sociedade que difere de acordo com o momento histórico. É a mudança de estrutura que vai exigir novas funções e conseqüentemente alterar e/ou adaptar as formas;
- d) Processo: o processo é o tempo histórico que faz com que tudo se modifique. “[...] É ele que indica o movimento do passado ao presente” (SANTOS, 1985, p. 54).

Diferentes formas são construídas ao longo da história para atender a determinadas funções sociais. Além disso, novas formas podem conviver com formas passadas que, dentro de um outro contexto, adquirem novas funções e continuam a fazer parte da configuração espacial. Até mesmo as atuais “formas naturais” podem ser entendidas como formas sociais à medida que os elementos da natureza estão sendo incessantemente alterados e moldados aos anseios sociais. “Como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social” (SANTOS, 1985, p. 2). Milton Santos (1985, p. 51) afirma também que:

Pode-se expressar a forma como uma estrutura revelada. Sendo mais visível, ela é, aparentemente e até certo ponto, mais fácil de analisar que a estrutura. As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Todavia, divorciada da estrutura, a forma conduzirá a uma falsa análise: com efeito, formas semelhantes resultaram de situações passadas e presentes extremamente diversas. A refletir os diferentes tipos de estrutura, aí estão as diferentes formas reveladas – naturais e artificiais. Ambas estão sujeitas à evolução e, por esse meio, as formas naturais podem tornar-se sociais.

Milton Santos coloca que a paisagem é o aspecto visível do espaço; ela é “um conjunto

heterogêneo de formas [...]” (SANTOS, 1997 (a), p. 65). A observação da paisagem é a primeira forma de aproximação com o espaço geográfico. Santos (1997 (a), p. 66) explica que “a paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições [...] Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos”. A paisagem revela tempos diferentes; ela é o testemunho material e silencioso de que a sociedade muda. No entanto, o ritmo das mudanças na paisagem ocorre de maneira desigual no tempo e no espaço. Esse ritmo vai ser determinado pelo grau de desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade e pela capacidade de determinadas formas se adequarem às novas funções. Sendo assim, algumas formas antigas permanecem a despeito das mudanças estruturais; novas formas vêm atender a essas mudanças e, às vezes, as mudanças não necessariamente alteram as formas. Para Santos (1997 (b), p. 37),

As alterações por que passa a paisagem são apenas parciais. De um lado alguns de seus elementos não mudam – ao menos em aparência – enquanto a sociedade evolui. São as testemunhas do passado. Por outro lado, muitas mudanças sociais não provocam necessariamente modificações na paisagem.

Dito isto, compreendemos por que a paisagem contém diferentes tempos e que muitas vezes se confundem. “A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos” (SANTOS, 1997 (b), p. 38). Ela é a manifestação concreta de que as sociedades humanas evoluem e fazem história.

Para entender o espaço é preciso transcender a aparência e atingir a essência da paisagem, ou seja, buscar os elementos que poderão explicar quais forças se conjugaram para ter como resultado aquela formatação específica: a paisagem. O espaço é o meio físico somado ao movimento social, não sendo, pois, apenas a paisagem em si, mas a inter-relação desta com os aspectos sócio-econômicos-culturais, políticos, ideológicos, tecnológicos e ambientais que estão por detrás de sua formação. A complexidade do espaço é fruto da complexidade da sociedade que o constrói. A sociedade é um todo contraditório que é formada por partes interdependentes e com interesses diversos. A realidade social é extremamente dinâmica e desigual. Desta forma, o espaço vai adquirir essas características como parte do seu próprio processo de produção. Santos (1997 (a), p. 72) conclui que “o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso paisagem e espaço são um par dialético”. Não existe espaço sem paisagem

nem paisagem dissociada do espaço. A construção do espaço necessariamente gera uma paisagem e esta representa uma estruturação concreta, sempre mutável, do espaço. Nesta perspectiva, verificamos o quanto a concepção de espaço e paisagem estão imbricadas e que, portanto, sua análise deve ser feita de maneira articulada.

Toda vez que o processo social sofre uma modificação a configuração espacial também se modifica e as formas geográficas antigas são substituídas e/ou adequadas às novas funções sociais do novo tempo. As mudanças nas formas só podem ser analisadas entendendo-se que, no percurso histórico, as sociedades humanas enfrentam uma série de transformações na estrutura social que vão exigir uma resposta espacial às citadas transformações. Esta resposta é dada modificando-se e/ou adaptando-se a organização do espaço, como ocorre a partir da constituição dos Projetos de Assentamentos.

Milton Santos considera o espaço como uma totalidade e propõe como método de análise dividi-lo em partes para depois reconstituir o todo. Ele elabora o conceito de “elementos do espaço”, que são: os homens, o meio ecológico, as firmas, as instituições e as infra-estruturas. No caso específico de um assentamento também é possível verificarmos como se dá a produção do espaço a partir da atuação desses elementos e das suas relações.

Os homens são elementos do espaço à medida que, com o seu trabalho social, provocam modificações no meio ecológico. Poderíamos dizer que os homens (ou melhor, a sociedade) é o elemento do espaço mais dinâmico. O meio ecológico é a base física onde a sociedade produz e reproduz o espaço. Sem o meio ecológico toda e qualquer ação humana seria impossível. Ele é o palco da atividade humana. As firmas representam as organizações que fornecem bens, serviços e idéias à sociedade. Hoje em dia, cada vez mais, as empresas provocam modificações no espaço a partir de sua atividade produtiva. As instituições estabelecem normas, ordens, regras e legitimações que regulam o uso que se faz do território. O Estado é uma instituição importante que atua diretamente na produção do espaço. Já as infra-estruturas é o que poderíamos chamar de “trabalho morto”. São as construções pretéritas que, no percurso histórico, passam a fazer parte do espaço, somando-se com novas construções imprescindíveis para a sociedade moderna. São as pontes, as

casas, as rodovias, as ferrovias, as redes de comunicações, os aeroportos, etc. Santos (1985, p.7) aborda que, “ao mesmo tempo que os elementos do espaço se tornam mais intercambiáveis, as relações entre eles se tornam também mais íntimas e muito mais extensas”. Portanto, cumpre realizar uma análise do espaço que leve em consideração as relações entre os diversos elementos, o que torna o espaço um híbrido extremamente complexo.

Portanto, é com essa compreensão que definimos como objetivo deste trabalho estudar o processo de produção do espaço no Projeto de Assentamento Almas, buscando compreendê-lo à luz das categorias de análise do espaço e identificando os elementos responsáveis pelo processo. Esta pesquisa tem como delimitação temporal o período de 1987 (ano de criação do PA Almas) a 2003 (ano em que foram realizados os últimos trabalhos de campo no referido PA). O levantamento das informações deu-se através das seguintes técnicas:

- a) revisão bibliográfica e documental: leitura de obras e documentos que tratam sobre a questão agrária no Brasil, a produção do espaço, assentamentos rurais e temas afins. Para esta etapa foram consultados livros, artigos, teses, monografias, dissertações, anais, textos, reportagens, relatórios, documentos oficiais, leis, portarias e decretos, dados estatísticos, censos, etc.;
- b) revisão cartográfica: levantamento de material cartográfico do Estado da Bahia e do Projeto de Assentamento Almas. Para a confecção das cartas foi utilizada a regionalização formulada pela Superintendência de Estudos e Informações do Estado da Bahia (SEI), qual seja, a Região Econômica de Irecê, por se tratar da regionalização utilizada pelo Projeto GeografAR;
- c) levantamento das informações secundárias: realizado no INCRA / Superintendência Regional da Bahia – SR 05; na Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia (CAR); na SEI e no Projeto GeografAR;
- d) entrevistas semi-estruturadas com técnicos do INCRA, da CAR, da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA) e de organizações não-governamentais. Todos os entrevistados participaram da implantação do PA Almas e/ou em algum momento acompanharam

este assentamento. Além disso, foi entrevistado um representante da Prefeitura Municipal de Itaguaçu da Bahia (ver roteiro de entrevista no Apêndice I);

e) entrevistas semi-estruturadas com alguns dos assentados (as) e filhos (as) de assentados(as) mais representativos do PA Almas, que possuíam informações importantes sobre a trajetória e a realidade do PA. Foram entrevistados: os presidentes das associações, alguns dos assentados mais antigos, alguns dos assentados mais recentes, os (as) professores (as) do assentamento, lideranças, agentes de saúde, entre outros (ver roteiro de entrevista no Apêndice I). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. É importante destacar que optamos por manter na dissertação a transcrição das falas dos agricultores sem correções gramaticais e que mantivemos o anonimato dos técnicos e dos assentados (as) que foram entrevistados (as);

f) Pesquisa de campo: realizadas no assentamento Almas, entre outubro e novembro de 2003. Esta etapa aconteceu através de uma vivência de campo no assentamento quando foram realizadas entrevistas e conversação informal com os assentados, observação do PA e confecção de um mapa de uso no sentido de cartografar a organização espacial do assentamento (nesta etapa foi fundamental o uso de máquina fotográfica para a obtenção de fotografias horizontais do assentamento). Foi solicitado de alguns assentados que desenhassem com era o assentamento antes (logo quando eles chegaram) e como o mesmo se encontrava no momento em que ocorreu a pesquisa. Esta técnica foi utilizada de forma complementar às entrevistas, no sentido de percebermos quais foram as transformações ocorridas no assentamento ao longo de sua história. Destacamos que esta vivência de campo foi um retorno a este assentamento, visto que ele já fora visitado durante as pesquisas de Iniciação Científica. Este fato foi importante porque permitiu perceber a evolução da organização espacial do assentamento.

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo introduz o trabalho apresentando a proposta de estudo, as considerações iniciais da pesquisa, o referencial teórico que orientou a análise e os procedimentos metodológicos utilizados. O segundo capítulo, intitulado “A formação dos Projetos de Assentamento Reforma Agrária no Brasil”, faz um breve resgate da questão agrária brasileira e situa o processo de formação dos Projetos de

Assentamento de Reforma Agrária no Brasil. O terceiro capítulo, intitulado “A implantação do Projeto de Assentamento Almas”, resgata o contexto em que o PA Almas foi implantado e apresenta o histórico da criação do “assentamento modelo” e o seu planejamento. O quarto capítulo, intitulado “A organização sócio-espacial e produtiva do Projeto de Assentamento Almas”, apresenta a configuração territorial do assentamento e sua organização social e produtiva. O quinto capítulo, intitulado “O Projeto de Assentamento Almas: um espaço em construção”, discute as mudanças ocorridas na configuração territorial e analisa o processo de produção do espaço do assentamento. O sexto capítulo, intitulado “Almas, assentamento modelo?”, faz uma reflexão sobre os resultados da implantação do “assentamento modelo” e seus desdobramentos.

2 A FORMAÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Fazer uma análise sobre a problemática da questão agrária no Brasil contemporâneo não é uma proposta fácil. Isto porque este tema apresenta uma grande complexidade histórica e diferentes abordagens teóricas para a sua compreensão. Trata-se de uma temática que acompanha a história brasileira e que, no momento atual, ganha novas dimensões e perspectivas. Neste trabalho, será feita inicialmente uma análise retrospectiva no sentido de buscar alguns marcos históricos importantes para o entendimento e a contextualização do problema agrário brasileiro hoje e para situar o processo de formação dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. É importante que voltemos no tempo, para a compreensão acerca de como se formaram os assentamentos, que são resultantes de uma luta histórica dos trabalhadores rurais.

2.1 Uma Breve Retrospectiva sobre a Questão Agrária no Brasil

O Brasil foi colonizado no século XVI como resultado do processo expansionista português justificado pelo mercantilismo¹. O “achamento” e a colonização do Brasil representaram uma etapa da expansão do sistema capitalista nascente em seu período de acumulação primitiva. O Brasil, que antes mesmo da colonização já era um território apropriado pelos portugueses em virtude do Tratado de Tordesilhas², nasceu como país enquanto um espaço a ser conquistado e explorado. Com efeito, a política colonizadora implantada aqui foi a de colônia de exploração. Este tipo de colonização, diferentemente da colonização de povoamento, baseava-se na exploração “[...] através da produção destinada ao mercado (mercantil), organizada com base no trabalho escravo (escravista) e voltada aos interesses da metrópole (colonial)” (ARRUDA; PILETTI, 1996, p. 164).

Colonizar este imenso território exigiu de Portugal grandes esforços. Como observa Germani (1997(a), p.4),

¹O mercantilismo é o conjunto de idéias e práticas econômicas dominantes na Europa entre os séculos XV e XVIII, fase correspondente à transição do feudalismo para o capitalismo, portanto, à era de acumulação originária do capital. Trata-se da política econômica do capitalismo comercial. A política mercantilista tinha como objetivo direto o fortalecimento do Estado, e indireto o enriquecimento da burguesia. (ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a História*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 162)

²O Tratado de Tordesilhas foi um acordo assinado por Portugal e Espanha, em 1496, que estabelecia a divisão entre si do mundo conhecido e a conhecer.

Em 1530, o rei de Portugal adotou providências que marcaram a ocupação efetiva das terras brasileiras com o início da colonização. A produção do açúcar se apresentava como uma boa idéia: oferecia perspectiva comercial e uma base territorial para realizar-se. Tomada a decisão política, só faltavam homens e dinheiro para fazer a ocupação efetiva do Brasil. Procurou-se compensar as dificuldades do projeto concedendo vantagens consideráveis aos que se arriscassem a colonizar as novas terras. Apesar da grande motivação de concessão de terras e de poderes quase reais, somente doze pessoas se apresentaram (tradução do autor).

Com isso originou-se o sistema de Capitânicas Hereditárias no Brasil Colonial. Este sistema consistia em dividir as terras a leste da linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas em doze faixas de terra com extensões que variavam entre 30 a 100 léguas e eram concedidas aos donatários. Os donatários tinham amplos poderes, inclusive o de distribuir terras. Esta distribuição dentro das Capitânicas era feita a partir da Lei dos Sexmos – as sesmarias. As sesmarias, conforme lembra Germani (1997(a), p. 5), “era um antigo costume em Portugal” (tradução do autor) e as terras “[...] eram concedidas por tempo determinado e o proprietário estava obrigado a trabalhar nelas, por si ou por terceiros, pagando à coroa a sexta parte dos frutos, chamado antigamente de “sesma” (tradução do autor).

Dessa forma, os donatários repassavam as terras para os sesmeiros que tinham a obrigação de explorá-las economicamente e povoá-las, fato nem sempre ocorrido. Diferente do modelo originalmente adotado por Portugal, as concessões de terras no Brasil eram a título perpétuo e as dimensões eram muito grandes. Pode-se entender a partir desse fato histórico a origem do latifúndio brasileiro.

Uma característica importante do regime de sesmarias é que as terras não eram concedidas para os homens do povo e sim aos “homens bons”, que tinham condições financeiras de cultivar a cana – cultivo que exigia grandes extensões de terras para o plantio. Sendo assim, aos pequenos produtores não foram concedidas terras, restando-lhes trabalhar como agregados³ ou ocupar as terras livres. Portanto, desde o início da formação sócio-econômica do Brasil, a grande propriedade rural é uma marca territorial da desigualdade entre os grandes e os pequenos produtores agrícolas.

A origem da pequena produção no Brasil também remonta ao período colonial. As grandes

³Segundo Germani (1997, p. 22), os agregados eram as pessoas que viviam com a sua família na propriedade do grande fazendeiro, com direito a fazer sua roça e com a obrigação de prestar serviço ao proprietário como trabalhador.

propriedades – que ocupavam os melhores solos – eram utilizadas para a plantação das monoculturas de exportação e o abastecimento para consumo interno, sobretudo de alimentos, era realizado por pequenos produtores que utilizavam os espaços livres entre as grandes plantações e as terras distantes e não utilizadas – as terras de ninguém⁴. As pequenas propriedades rurais são, portanto, originárias da agricultura de subsistência e desenvolviam um tipo de exploração rural distinta da grande propriedade, com um sistema de organização também diferente. Estas unidades produtivas eram trabalhadas pelo próprio proprietário e sua família e, às vezes, com auxiliares e, raramente, com escravos (GERMANI, 1997(a), p. 11). Como coloca Szmrecsányi (1998, p. 14-15),

Esses pequenos produtores não passavam, na maioria das vezes, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo pequenos lotes de terra para cultivo, em troca de serviços de todo tipo – inclusive, e principalmente, de capangagem.

Como esses produtores não tinham o título legal de propriedade, a posse era garantida pela ocupação e pelo trabalho. Portanto, o nascimento da agricultura familiar no Brasil também é resultado deste período histórico. Ou seja, o mesmo processo que gerou o latifúndio, dialeticamente, gerou também o minifúndio.

Com o fim do regime de sesmarias começou a predominar no Brasil o regime de posses, ou seja, a ocupação das terras desocupadas e, aparentemente, sem donos. Portanto, a aquisição das terras não se fazia mediante pagamento⁵. Entretanto, em 1850, o Império brasileiro aprovou uma lei que ficou conhecida como Lei de Terras. Esta Lei determinava que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas mediante compra. De acordo com Silva (1980, p. 25), “a Lei de Terras tem uma importância crucial na história brasileira na medida em que, através dela, se institui, juridicamente, uma nova forma de propriedade da terra: a que é medida pelo mercado [...]”.

Este autor explicita que esta Lei surgiu justamente no período em que foi abolido o tráfico negreiro e se iniciou no Brasil a chegada dos imigrantes que vieram substituir os escravos como mão-de-obra. Desta forma, a Lei de Terras serviu para impedir que, em permanecendo o regime de posses, os imigrantes e os escravos libertos tivessem acesso livre à terra, além de fortalecer o poder político dos grandes latifundiários.

⁴ Às vezes também eram utilizadas as terras cedidas nas grandes plantações e nas áreas internas dos sesmos abandonados e nos latifúndios semi-explorados.

⁵ Já ocorria o comércio de terras, mas esta não se configurava ainda como uma mercadoria plena.

Com efeito, esta Lei

Significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população. Ao mesmo tempo, criava condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital. É sob a égide da Lei de Terras, pois, que se processarão as transformações capitalistas no Brasil, cujo centro será sempre o privilégio da grande propriedade territorial (SILVA, 1980, p. 25).

E Germani (1997(a), p.15) completa:

[...] se para o trabalhador livre, para o mestiço, esta Lei significou o “cativeiro” da terra, para o capital significou sua liberdade. A terra já não estava livre para ser ocupada, como no regime anterior, e sim livre para ser transformada em mercadoria e ser adquirida por quem tivesse condições para isso; estava “livre” para gerar a renda capitalista da terra. As outras formas de aquisição se transformaram, com a aplicação desta lei, em atos ilegais (tradução do autor).

A Lei de Terras também determinou que as terras devolutas passassem a ser monopólio do Estado. Com o advento da República, a partir de 1889, o regime de propriedade continuou sendo mantido em toda a sua plenitude e surgiu o instituto jurídico da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. Outra herança deste período é que os bens nacionais que não eram necessários para os serviços da União passaram a pertencer aos Estados. Sendo assim, as terras devolutas passaram ao domínio dos Estados onde estavam situadas. Com isso,

Cada Estado desenvolveu sua política de concessões de terras, legislando à sua conveniência no que refere a destinação das terras devolutas, revalidação dos sesmos e legitimação das ocupações. Fizeram transferências de propriedades de terra a grandes fazendeiros e a empresas colonizadoras interessadas na especulação imobiliária (tradução do autor) (GERMANI, 1997 (a), p. 17).

Este processo foi responsável por uma consolidação do caráter latifundiarista da estrutura agrária brasileira. O agravamento dos problemas decorrentes da grande concentração fundiária se intensificou no início da República e as idéias de uma reforma agrária no Brasil tornaram-se emergentes, sobretudo na segunda metade do século XX. No entanto, vários obstáculos a essa empreitada foram colocados, inclusive pelo próprio Estado brasileiro, que alegou não poder realizar

a reforma agrária pelo fato de a legislação em vigor⁶ obrigar que as desapropriações por interesse social fossem pagas com prévia e justa indenização em dinheiro; fato que impedia uma reforma agrária em massa, já que o governo alegava não dispor de recursos suficiente para pagar as indenizações. Por isso,

Todas as tentativas de esquivar o obstáculo institucional com relação ao pagamento de indenização que inviabilizava a realização de qualquer distribuição de terras ou de reforma agrária, se frustraram totalmente até 1964. A tentativa realizada em 1964, pelo então presidente João Goulart, de retirar da legislação a necessidade de pagamento prévio e em dinheiro é considerada como uma das causas de sua destituição do poder através de um golpe militar que se estabeleceu de forma ditatorial no país, em março do mesmo ano (tradução do autor) (GERMANI, 1997 (a), p. 18).

Entretanto, no mesmo ano, o primeiro presidente do regime militar, o general Castelo Branco, modificou a legislação e extinguiu a necessidade de pagamento prévio e em dinheiro para as indenizações das desapropriações de terras. Foi ele também quem, em novembro de 1964, aprovou o Estatuto da Terra. A partir deste Estatuto todas as terras improdutivas ficaram passíveis de desapropriação por interesse social. Além disso, o mesmo integrou um conjunto de normas que objetivaram a realização da reforma agrária, da colonização e a promoção da política agrícola.

O Estatuto de Terra, em seu artigo 2º, define a reforma agrária como um “[...] conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1999). No entanto, é importante salientar que o Estatuto da Terra, embora tenha sido oficializado durante um governo ditatorial, não representou realmente a vontade política deste governo em realizar uma reforma agrária no País. Mas, na verdade, ele foi um “cala boca” para os milhares de trabalhadores rurais que começavam a se organizar e reivindicar uma reforma agrária no Brasil. Na forma em que foi aprovado (o Estatuto da Terra) é a síntese sob a conjuntura do regime militar de um processo cujo início remonta aos finais da década de 1950, mas cujo momento de configuração são os primeiros anos da década de 60 (1961-1963), nos quais a pressão organizada do campesinato por uma reforma agrária ganha nova amplitude com a criação da Liga Camponesa

⁶ Ver Constituição Federal de 1946 (artigo 141).

do Brasil(LCB)⁷, na década de 50; do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), em 1961, no Rio Grande do Sul; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963 (MOREIRA, p.10). Portanto, o governo Castelo Branco instituiu uma legislação que não foi colocada em prática, mas apenas serviu para abafar as discussões e as mobilizações em favor da reforma agrária. Embora existisse um Estatuto da Terra, nos 21 anos de governo militar a reforma agrária era um assunto proibido, enquanto a colonização foi altamente estimulada e promovida, sobretudo para a expansão da fronteira agrícola em direção ao centro-oeste e ao norte do Brasil. Além disso, os governos militares fomentaram um intenso processo de modernização da agricultura brasileira.

Na década de 1980 do século passado, com a campanha pela reabertura política, as eleições diretas, a redemocratização do país e o fim do regime ditatorial, desenha-se um novo cenário no qual o tema da reforma agrária volta à tona de forma contundente. O início da “Nova República” configurou-se num momento político em que a efetivação do Estatuto da Terra pôde ser discutida e, nesse sentido, foi elaborado e aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo do presidente José Sarney, em 1985. Passados 20 anos após a aprovação do I PNRA, constatamos que poucas das ações planejadas foram efetivadas e, as que estão em curso, devem-se à pressão dos trabalhadores rurais sem terra – organizados em movimentos sociais – dentro de uma nova conjuntura política⁸.

Os governos militares praticaram uma política de incentivos aos grandes e médios proprietários enquanto negligenciaram os pequenos produtores e “enganavam” os sem terra com promessas de uma reforma agrária que nunca saiu do Estatuto da Terra. O processo de modernização da agricultura brasileira ocorreu modificando-se a base técnica da produção agrícola sem, com isso, alterar a estrutura fundiária do País. Por isso, alguns autores denominam este processo de “modernização conservadora”, sendo esta entendida como o processo de modernização

⁷ As Ligas Camponesas que surgiram em nosso país remontam ao período imediatamente posterior à redemocratização de 1945. Elas nasceram sob a iniciativa e direção do recém-legalizado Partido Comunista e sob a forma de associações civis que permitiram a mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil. (...) A fundação dessas Ligas iria refletir, antes de tudo, a necessidade do PCB de ampliar as suas bases políticas para além das fronteiras urbanas e concretizar a idéia de uma aliança operária-camponesa para se contrapor ao latifúndio e ao imperialismo, de acordo com a estratégia política defendida desde os primeiros congressos desse partido. (Azevedo, 1982. p. 55).

⁸ Em 2003, foi elaborado o IIº Plano Nacional da Reforma Agrária, que estabeleceu a meta de assentar 400.000 novas famílias até 2006.

econômica e tecnológica por que passou o Brasil, sobretudo na década de 1970 do século passado e que significou a expansão do sistema capitalista no País. Este processo foi responsável pela expansão e fortalecimento da indústria brasileira, pela modernização do campo e do crescimento econômico do Brasil. No entanto, ocorreu de maneira conservadora, pois não se reverteu em mudanças na histórica concentração de renda e de terras do Brasil.

O País se modernizou, mas manteve seus altos índices de desigualdade social e regional. O desenvolvimento da agricultura brasileira sempre esteve baseado numa concentradora distribuição da propriedade da terra, expressa através de uma estrutura fundiária muito desigual. Esta estrutura fundiária foi se consolidando e os latifúndios foram crescendo. Como resultado, temos hoje o acirramento de graves problemas como a violência no campo, expropriação das terras dos pequenos produtores e milhares de trabalhadores rurais sem terra, entre outros.

Portanto, é produto deste contexto sócio-histórico a intensificação dos conflitos de terra em todo o País e, como resposta a isso, a organização mais forte dos expropriados e das vítimas da modernização conservadora⁹. É nesta conjuntura que, em 1984, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que é considerado hoje o maior movimento social de luta pela terra no Brasil. Este Movimento

[...] nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa no Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, em sua plenitude, esse direito (FERNANDES, 1998, p. 26).

Os trabalhadores rurais sem terra, de maneira mais organizada, estão lutando hoje pela superação desse quadro a partir de uma proposta de reforma agrária que provoque uma mudança radical na estrutura fundiária do País e represente uma democratização do acesso à terra. Atualmente, embora o processo de reforma agrária desenvolvido no Brasil esteja bem aquém de

⁹ Sobre isso ver: GERMANI, Guiomar. I. **Cuestión Agraria y Asentamiento de Población en el Área Rural: La Nueva Cara de la Lucha por la Tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990)**. Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.p.290.

uma real mudança na estrutura fundiária, muito tem contribuído para a modificação do arranjo espacial do campo brasileiro, trazendo repercussões importantes. A mudança concernente ao acesso à propriedade da terra tem transformado o uso que se faz de uma parte do território nacional. Não obstante todos os problemas encontrados nos Projetos de Assentamento implantados no Brasil, estes representam uma realidade que já está posta e que é preciso ser melhor descrita, entendida e avaliada.

A necessidade de realização da reforma agrária é antiga, mas emerge no Brasil contemporâneo com um novo significado. Esta reforma deve ser encarada como um dos requisitos para a construção de um outro modelo de desenvolvimento no Brasil. A desigual distribuição da terra no Brasil é uma marca da história de exclusão e injustiça social que atinge uma grande massa de trabalhadores rurais. A reforma agrária é um dos temas mais importantes da atual agenda nacional e a urgência de sua realização no País justifica-se a partir da necessidade de, pelo menos, corrigir as injustiças causadas pela expropriação de pequenos produtores ao longo do processo de capitalização da agricultura brasileira e devido ao fato de milhares de trabalhadores não terem, sequer, um hectare de chão para plantar e sobreviver.

Hoje, quando o Brasil busca construir e consolidar a sua democracia, não podemos deixar de discutir o papel que uma efetiva política de distribuição dos nossos recursos fundiários traria para o desenvolvimento de uma sociedade brasileira menos assimétrica e mais solidária. A reforma agrária é um dos passos que precisamos dar dentro do processo pedagógico de construção da cidadania no nosso país.

2.2 A Formação dos Projetos de Assentamento no Brasil

Até 1985, quando foi elaborado e aprovado o 1º PNRA, não existia no Brasil uma política efetiva de implantação de Projetos de Assentamento. O Estado implantava os Projetos de Colonização – que serviam para aliviar as tensões no campo – criados, principalmente, na região amazônica por ser esta distante dos centros de decisões do país. O objetivo dessa política não era o de fazer uma reforma agrária através de distribuição de terras e de poder, mas extinguir os conflitos

sociais e povoar uma região ainda pouco habitada. Também nesse período foram criados os projetos de reassentamento para as populações que eram atingidas pela construção de barragens, projetos de irrigação e outras obras públicas que exigiam a desapropriação e deslocamento da população rural. Esse tipo de intervenção estatal continua existindo, mas não podemos denominá-las de “reforma agrária”, pois também não visa a redistribuição e democratização do acesso à terra.

No Brasil, a Constituição Federal garante o direito de propriedade privada. Entretanto,

À medida que a terra é vista como um bem de especulação e um instrumento de domínio... perverte-se toda a base justa da propriedade fundiária. Em princípio de absoluta justiça, nenhum homem deveria possuir mais terra do que aquela que pudesse trabalhar com seus próprios braços, ou com braços da sua família. A propriedade sobre a terra só se justifica se servir aos objetivos sociais. Quando isto não ocorre, é dever do Estado, como instituição a serviço da sociedade, intervir e impor reformas ao regime de propriedade agrária (NEVES *apud* NETO, 1999, p. 11).

O texto constitucional, através do seu artigo 186, estabelece que a propriedade privada deve cumprir a função social da terra. Este artigo coloca que a função social da terra só é cumprida quando

[...] a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III- observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV- exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 2001, p. 82).

Filho (1982, p. 32) explica que a idéia da função social da terra parte do princípio de que:

A propriedade não se destina apenas a satisfazer os interesses do proprietário, a trazer-lhe benefícios, significa também uma maneira de atender às necessidades de toda a sociedade, o proprietário – se valer a comparação – é uma espécie de procurador da sociedade, para gerir os bens que são seus, no seu interesse, mas também no interesse da sociedade, levando ao atendimento das necessidades sociais.

Portanto, o instituto jurídico da função social da terra estabelece um limite ao direito de

propriedade privada no Brasil e deve ser analisado para a instrução dos procedimentos das desapropriações. Esta legislação é importante, pois tira do proprietário uma “concepção absoluta da propriedade” e o obriga a utilizá-la em prol de toda a sociedade¹⁰. Trata-se de um mecanismo legal que, em tese, cria uma forma de cooperação social dentro de um contexto de desigualdade e exclusão. A função social da terra deve representar uma maneira de ajustar os anseios individuais com as demandas sociais, procurando diminuir a assimetria causada pelas diferenças de oportunidades de vida e de trabalho dentro da sociedade brasileira, sobretudo no espaço rural; ainda mais quando se trata de um recurso fundamental para a sobrevivência de milhares de brasileiros: a terra.

A exigência do cumprimento da função social da terra representa um avanço no contexto da legislação agrária brasileira e poderia desencadear um processo mais efetivo de reforma agrária no Brasil, não fosse o descumprimento sistemático desta norma. Os latifundiários não cumprem as exigências para a manutenção “legal” do seu direito de propriedade e o Estado tem sido omisso e/ou moroso na sua função de fiscalizar o cumprimento da lei, quando não o faz em benefício dos interesses latifundiaristas. Portanto, não obstante todos os problemas causados pela desigualdade no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro ao longo da história, gerador do contexto atual que demanda uma maciça reforma agrária no País, a falta de aplicação da legislação relativa à reforma agrária e a incredibilidade nas instituições que tratam do tema desenha um quadro em que a efetivação de uma verdadeira reforma agrária torna-se ainda mais distante e difícil.

Entretanto, no nosso País, é significativo o número de propriedades que não cumprem a sua função social e isto, aliado à intensificação dos conflitos e à demanda por reforma agrária, tem feito com que o dispositivo constitucional da desapropriação por interesse social¹¹ seja acionado para fazer valer a função social da propriedade, resultando na implantação dos Projetos de Assentamento.

Os Projetos de Assentamento, dentro do processo de reforma agrária, surgem a partir de 1985, com a aprovação do Iº PNRA. Este Plano representou a tentativa de por em prática as determinações do Estatuto da Terra, aprovado em 1964 sob o regime militar, a partir de um

¹⁰Segundo Filho (1982, p. 33), “(...) a afirmação da função social da propriedade tem o sentido de rejeitar a chamada concepção absoluta da propriedade: a propriedade posta como o capricho do proprietário, permitindo, inclusive, o abuso do proprietário em relação à coisa, sem qualquer cogitação do interesse geral, do interesse social”.

¹¹ Art. 184 da Constituição Federal de 1988.

conjunto de medidas que objetivaram ampliar o acesso à terra e conter os conflitos no campo. Vejamos alguns aspectos do Iº PNRA:

- a) O Iº PNRA reconhecia que a terra deveria ter uma função social, ou seja, a realização da reforma agrária serviria para dotar as terras improdutivas do país de uma função para o desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, uma terra que estivesse sendo utilizada inadequadamente ou simplesmente por força da especulação, sem obediência ao seu caráter produtivo, não estaria cumprindo a sua função social e, portanto, seria passível de ser desapropriada;
- b) O Plano previa o assentamento de cerca de 7 000 milhões de pessoas ao final de 15 anos, com recursos financeiros oriundos de fontes governamentais diversas;
- c) O I PNRA previa várias políticas de crédito, pesquisa, assistência técnica, educação e saúde;
- d) No que tange à desapropriação o Iº PNRA, inicialmente, recomendava que o latifúndio de uma forma geral seria desapropriado. No entanto, com a pressão dos latifundiários, ficou estabelecido que apenas os latifúndios improdutivos seriam desapropriados (REYDON, 1986).

As áreas prioritárias de desapropriação seriam as regiões onde existissem conflitos sociais e aquelas de grande densidade populacional em termos de número de arrendatários, parceiros, posseiros, bóias-frias. Entre 1985 e 1989, o INCRA desapropriou apenas 4,5 milhões de hectares e assentou 90 mil famílias (entre elas as 180 famílias do PA Almas); um número bem aquém do que estipulou o Iº PNRA.

Desse modo, é a partir do Iº PNRA que são implantados os primeiros Projetos de Assentamento; estes representam o resultado de uma intervenção do Estado no espaço rural com fins de redistribuição de terra e assentamento de famílias sem terra ou com pouca terra. Como explica Ferreira (1994, p. 39-40):

O Estatuto da Terra não tratou do assentamento de modo específico; seu entendimento emergia do conjunto de procedimentos indicados para identificar, arrecadar e imitir-se na posse das áreas que depois deveriam ser entregues àquelas pessoas selecionadas criteriosamente para serem os beneficiários da reforma agrária. Como as ações típicas de reforma agrária, ou seja, desapropriação e destinação de terras a trabalhadores rurais sem terra, na própria região de residência, praticamente

inexistiam até o I PNRA, só a partir dessa época a questão do assentamento passa a ser destacada.

Portanto, os Projetos de Assentamento, embora numerosos, representam uma “novidade” na realidade rural brasileira, configurando-se o resultado de um longo processo de lutas – diretas e indiretas – dos trabalhadores rurais sem terra que reivindicam há anos a realização da reforma agrária.

A origem dos trabalhadores que estão assentados por esse país afora, segundo Medeiros (2003, p. 78), é bastante diversa. Ela coloca que se trata de

[...] posseiros que a partir de um determinado momento viram seu direito à terra questionado por proprietários; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para compra de um pedaço de terra, optaram por acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, que têm de ser relocados em razão da construção de usinas hidrelétricas que exigem o alagamento de vastas áreas; seringueiros que passaram resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho e há muito tempo vivendo fora das propriedades; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados urbanos e rurais que viram no acesso à terra a possibilidade de garantia de moradia e um complemento de renda, etc.

Medeiros (2003, p. 80) lembra também que, na formação de um PA,

além de trabalhadores demandantes de terra e de suas entidades de representação e apoio, há muitos outros atores diretamente envolvidos no processo de assentamento e que também são determinantes na sua conformação: o INCRA, atualmente vinculado ao MDA¹²; os institutos de terra estaduais, as secretarias de agricultura e seus organismos de assistência técnica; prefeituras; o Poder Judiciário; organizações não-governamentais voltadas para o apoio e a assessoria aos trabalhadores ou especializadas na elaboração de projetos específicos de desenvolvimento etc.

E completa afirmando que

[...] essa multiplicidade de situações e atores envolvidos quer na luta por terra, quer na constituição dos assentamentos, é demonstrativa da complexidade do processo que tem levado trabalhadores ao acesso à terra e da impossibilidade de tratar seus desdobramentos de forma simplificada (MEDEIROS, 2003, p. 80).

¹² Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Do ponto de vista geográfico, cada Projeto de Assentamento configura-se como uma unidade territorial específica que é fruto da combinação diferenciada dos agentes responsáveis pela construção do Projeto. É importante afirmar que não existe um assentamento igual a outro. Esta premissa é de fundamental importância para a compreensão da lógica de produção desses novos espaços, não só para a Academia como, sobretudo, para o Poder Público que dispõe de pacotes prontos com modelos de criação de PA's e suas "fórmulas" para avaliar o "sucesso" ou o "fracasso" dos mesmos.

2.3 O Processo Oficial de Criação de um Projeto de Assentamento

Os procedimentos legais para a criação de um Projeto de Assentamento estão baseados na Constituição Federal, no Estatuto da Terra, na Lei 8.629/93 e outras leis agrárias, nas Instruções Normativas e Normas de Execução formuladas pelo INCRA¹³. O Projeto de Assentamento é definido pelo INCRA como um

[...] conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com bases em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares (INCRA, 2004 (a), p. 148, art.º 3º IV).

A criação dos projetos ocorre geralmente depois de um ato desapropriatório¹⁴. Para a obtenção das terras é considerada:

A área de ação preferencial é a identificada e caracterizada pelo INCRA por apresentar concentração fundiária, demanda social, índices expressivos de pobreza ou desemprego rural e que tenha características propícias para viabilização de projetos de assentamento; e a área pontual é uma área identificada e caracterizada pelo INCRA como de tensão social, passível, portanto, de intervenção por iminência de conflito agrário, imóveis que indiquem viabilidade para assentamento de famílias. A indicação do imóvel para desapropriação pode ser feita através de sindicatos, movimentos sociais,

¹³ É importante observar que hoje, por conta das ocupações de terra empreendidas pelos movimentos sociais, os procedimentos legais são quase em sua maioria antecedidos dos acampamentos.

¹⁴ Os PA's também podem ser implantados em terras públicas e terras devolutas. Neste caso não existe o ato desapropriatório.

instituições da sociedade civil ou pelo próprio INCRA, utilizando o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (MDA/INCRA, 2001).

As terras passíveis de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária são aquelas consideradas pelo INCRA como “grande propriedade improdutiva”, o que vale dizer que, além de não estar cumprindo a sua função social, deve ter área superior a 15 módulos fiscais. Como explica Medeiros (2003, p.43):

O módulo fiscal foi criado pela Lei 8.629/93 (art. 4º) e é uma unidade expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, sendo a pequena propriedade aquela de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, média propriedade aquela de área entre 4 e 15 módulos fiscais e grande propriedade a que excede esse limite.

A partir da determinação do módulo fiscal de cada Micro-região Homogênea, o INCRA classifica quais são os imóveis rurais passíveis de desapropriação. De acordo com o Estatuto da Terra, são os latifúndios que estão mais sujeitos à desapropriação. Entretanto, Veiga (1994, p. 25) considera que existem outras possibilidades de desapropriação, a saber:

a) quaisquer áreas beneficiadas por obras públicas de vulto; b) áreas cujos proprietários não conservem os recursos naturais; c) áreas destinadas à colonização, d) áreas com elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros; e) áreas cujo uso atual não seja adequado à sua vocação.

Portanto, a legislação prevê diversos tipos de modalidades de desapropriação, mas sem dúvida, o tipo mais comum é a desapropriação dos latifúndios improdutivos¹⁵.

Indicado o imóvel para desapropriação, são feitas consultas para identificar a sua situação legal (registro, cadeia sucessória e débitos). Cabe ao INCRA realizar a vistoria do imóvel. Após comunicação ao proprietário, preposto ou representante¹⁶ é realizado o levantamento de dados e informações do imóvel (medição, levantamento das culturas, pastos, efetivo pecuário, mata nativa

¹⁵ O termo “latifúndio improdutivo” foi gestado durante a Constituinte de 1998 e até hoje provoca muita polêmica devido à dificuldade de defini-lo. Sobre esse assunto ver: STÈDILE, João Pedro. Latifúndio. O Pecado Agrário Brasileiro. Rio de Janeiro: MST, 2000.

¹⁶ Segundo a Lei 8.629/93, art. 2º, § 3º, na ausência do proprietário, do preposto ou do representante, a comunicação será feita mediante edital, a ser publicado, por três vezes consecutivas, em jornal de grande circulação na capital do Estado de localização do imóvel.

e de preservação, aguadas, rios, estradas, currais e demais benfeitorias)¹⁷. Com base neste levantamento é feito um relatório técnico determinando se o imóvel é produtivo ou improdutivo e se é próprio para o assentamento de famílias. Se o imóvel for improdutivo, o proprietário é então comunicado do resultado da vistoria e tem prazo de 15 dias para contestação das informações.

Formalizado o processo com a proposta de desapropriação, este é encaminhado à Câmara Técnica que cuida da análise dos aspectos agrônômicos, cadastrais e jurídicos para deliberação do Comitê de Decisão Regional do INCRA. São também elaboradas as minutas de Exposição de Motivos do Ministro do Desenvolvimento Agrário ao Presidente da República e do decreto presidencial declarando o imóvel de interesse social para fins de reforma agrária. Após a publicação do decreto, o imóvel é então avaliado para a definição dos valores da indenização a serem ofertados pelo INCRA para a terra nua e benfeitorias¹⁸. Definidos os valores após parecer da Comissão de Avaliação, a Secretaria do Tesouro Nacional emite o TDA para pagamento da terra nua e libera a quantia, em real, destinada ao pagamento das benfeitorias¹⁹. Feito o depósito inicial (TDA e valor em real), o INCRA ajuíza a ação de desapropriação requerendo ao Juiz Federal a imissão na posse, ou seja, que o imóvel passe a ser de propriedade da União²⁰. Imitido na posse, o INCRA cria, através de portaria, o Projeto de Assentamento. Em seguida o Projeto é registrado no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)²¹.

As famílias que serão assentadas são cadastradas. Depois da pré-seleção, que é feita através do SIPRA, o INCRA realiza a etapa da legitimação das famílias. A legitimação é o processo formal de definição das famílias para ocuparem o Projeto de Assentamento dentre as pré-selecionadas pelo sistema. A legitimação deve ser efetivada mediante realização de assembléia,

¹⁷ Segundo a Lei 8.629/93, art. 2º § 4º, não será considerada, para os fins desta Lei, qualquer modificação, quanto ao domínio, à dimensão e às condições de uso do imóvel, introduzida ou ocorrida até seis meses após a data da comunicação para levantamento de dados e informações.

¹⁸ Segundo a lei complementar 76/93 (Lei do Rito Sumário), art. 3º, a ação de desapropriação deverá ser proposta dentro do prazo de dois anos, contado da publicação do decreto declaratório.

¹⁹ O proprietário pode contestar os valores oferecidos pelo INCRA, tendo o direito de retirar 80% dos valores depositados. Aceita a contestação, o juiz determina uma perícia – nova vistoria no imóvel – nomeando perito oficial que será acompanhado por assistentes técnicos do proprietário e do INCRA. Os valores finais são determinados pela Justiça que, historicamente, tem estabelecido indenizações muito superiores às propostas pelo INCRA (Cartilhas da Reforma Agrária – Desapropriação 1, MDA/INCRA)

²⁰ As alterações na Lei do Rito Sumário (lei complementar 76/93) introduzidas pela Lei complementar 88/96 permitiram ao juiz federal imitar o INCRA na posse do imóvel, no prazo de 48 horas, uma vez depositada em juízo a indenização. Dessa forma, se o proprietário contestar os valores da indenização, não impede a imissão imediata da posse pelo INCRA e não atrasa o processo de constituição do assentamento (o proprietário pode contestar o valor da desapropriação e não o ato desapropriatório).

²¹ Esse sistema, administrado pelo INCRA, está sendo substituído pelo Sistema de Informações Rurais (SIR).

com a participação dos candidatos inscritos, das entidades representantes dos mesmos, podendo contar também com a participação das entidades municipais e estaduais envolvidas no processo de implantação do assentamento (INCRA, 2004 (b), p. 149, art. 14). Santos (2004, p. 44) coloca que:

Este é um momento importante, pois ali se inicia o primeiro processo de planejamento do espaço do PA mediatizado pelo Estado - INCRA - além de serem estabelecidas as primeiras discussões sobre os direitos e deveres dos assentados. Discute-se, ainda, nesta reunião, sobre os créditos a que eles têm direito enfatizando a necessidade da união para que os desafios sejam vencidos. Por fim, o encerramento do evento concretiza-se com a definição dos beneficiários que irão ser assentados no PA. As decisões são tomadas pelo grupo social que está em construção, o técnico do INCRA apenas conduz o processo.

Após a legitimação é feita a homologação, que é o ato formal de aprovação pelo Superintendente Regional do INCRA, dos candidatos que foram selecionados como beneficiários da reforma agrária, com a posterior emissão da Relação de Beneficiários (RB) (INCRA, 2004 (b), p. 149, art. 19). Através da assinatura de um Contrato de Concessão de Uso (CCU), os candidatos selecionados são oficializados como assentados e conhecem seus direitos e deveres²².

Depois de criado o Projeto de Assentamento e homologada a RB, é concedido para os assentados o crédito Instalação nas modalidades Apoio e Aquisição de Materiais de Construção (habitação). O crédito Instalação, na modalidade Apoio, destina-se à compra de alimentação, à aquisição de ferramentas, insumos em geral, animais e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do Projeto de Assentamento. O crédito Instalação, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção, destina-se à construção e/ou reforma de habitações rurais²³, incluindo-se o pagamento de mão-de-obra. Esse crédito é concedido individualmente para cada família e aplicado coletivamente, ouvidos os assentados. Os recursos desse crédito são movimentados através de conta corrente em nome de uma associação que represente o assentamento. Quando não existe associação, os recursos são administrados por uma comissão formada por três assentados eleita entre eles (INCRA, 2004 (a), p. 148; 2004 (b), p. 149).

²² O candidato selecionado e homologado como beneficiário do programa nacional de assentamentos rurais que por qualquer motivo desistir do assentamento nesta fase e não tenha assinado o Contrato de Concessão de Uso, nem recebido o Crédito Instalação, deve assinar o Termo de Desistência, evitando tornar-se um ex-beneficiário da reforma agrária, condição impeditiva à sua participação em outros processos seletivos para o mesmo fim (BRASIL, 2004 (b), p. 149, art. 25)

²³ A habitação deverá conter, no mínimo, 42 metros quadrados (INCRA, 2004 (c), p.151, art. 10).

É responsabilidade do INCRA a implantação da infra-estrutura básica do assentamento e a execução dos serviços de medição e demarcação topográfica (parcelamento). As obras de infra-estrutura básica dos Projetos de Assentamento compreendem as estradas vicinais de acesso e de comunicação interna dos lotes, sistemas de abastecimento de água, rede tronco de energia elétrica, estabelecidos os critérios para o planejamento da organização territorial do assentamento (o parcelamento corresponde à materialização da organização territorial do assentamento). A construção de escolas, creches, postos de saúde e a infra-estrutura para outros serviços, é responsabilidade do Estado e dos municípios. A assistência técnica, como ação prioritária de apoio aos assentados, deverá estar disponibilizada logo após a instalação das famílias no assentamento (os serviços de assistência técnica podem ser contratados diretamente pelo INCRA ou disponibilizado por outras instituições governamentais ou não-governamentais).

Os créditos produtivos recebidos pelos assentados provinham, inicialmente, do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Atualmente, os assentados da reforma agrária podem acessar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado em 1999.

Portanto, de acordo com Ferreira (1994, p. 43), o Projeto de Assentamento é:

[...] a culminância e a finalização de um longo processo que se iniciou com a formulação de planos, projetos, desapropriações, etc. Mas o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra: antes terão que lhe ser propiciadas condições necessárias e suficientes para que se concretize a determinação constitucional da terra cumprir a sua função social. Se, por um lado, a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva.

Nesse sentido, o apoio do Estado é fundamental para dotar o assentamento das condições necessárias para o desenvolvimento socioeconômico das famílias, revelando-se crucial na viabilização dos assentamentos. No entanto, seguramente, as políticas para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento não têm sido uma prioridade do poder público, marcadas por outra concepção de padrão de desenvolvimento (MEDEIROS e outros, p. 24), que não enxerga a agricultura familiar como um dos pilares de construção de uma sociedade menos desigual e mais

democrática.

No próximo capítulo apresentaremos como se deu o processo de implantação do Projeto de Assentamento Almas, resgatando seu histórico e descrevendo o planejamento do “assentamento modelo”.

3 A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS

A análise sobre os Projetos de Assentamento torna imprescindível uma retrospectiva do contexto sócio-histórico e político em que estes são implantados; isto se faz mister visto que a organização sócio-espacial de cada assentamento reflete o contexto que o mesmo foi criado. O assentamento deve ser entendido como uma realidade em permanente construção, daí a importância do estudo de sua evolução histórica. Outro aspecto a ser observado é o lugar onde o assentamento está localizado. Um assentamento criado numa região semi-árida em muito se diferencia de um assentamento localizado no litoral ou próximo de uma área metropolitana. A localização não só determina características ambientais distintas como também realidades socioeconômicas diferentes que precisam ser diagnosticadas para subsidiar qualquer análise sobre os assentamentos de reforma agrária e avaliar o seu desempenho. Por isso, neste capítulo apresentaremos alguns marcos históricos importantes no desenvolvimento da reforma agrária no Estado da Bahia e o processo de implantação do Projeto de Assentamento Almas.

3.1 O Contexto Sócio-Histórico

O Projeto de Assentamento Almas foi criado num período em que a discussão sobre reforma agrária no Brasil estava bastante acirrada, uma vez que acabara de ser aprovado o Iº PNRA e o país entrava num período de intensa efervescência política com a Nova República e o processo de “redemocratização”, após vários anos da ditadura militar, como já dissemos. Na Bahia, esse contexto político nacional acabou influenciando bastante a política estadual com elaboração do Iº Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), em 1985, e com a eleição de Waldir Pires para o governo do Estado, em 1986. O Estado da Bahia seguindo as determinações do Iº PNRA elaborou o seu PRRA e, de certa forma, assumiu a realização da reforma agrária. Até então, não existia na Bahia nenhuma perspectiva político-institucional de um programa de reforma agrária.

O Iº PRRA do Estado da Bahia destacou a importância da decisão política de democratização do acesso à terra, da promoção da justiça social, da pacificação do campo e do

desenvolvimento da cidadania para os trabalhadores rurais. O PRRA/BA apresentou um modelo de integração institucional que procurava sistematizar e articular as funções de gestão, execução e acompanhamento para a sua operacionalização. Este Plano foi elaborado levando-se em consideração, de forma estrita, as determinações do Estatuto da Terra e as diretrizes estabelecidas pelo Iº PNRA. O PRRA/BA propôs, portanto, “a integração dos órgãos executores, a partir do seu papel e do conteúdo no processo de execução da reforma agrária” (MIRAD/INCRA, 1985, p. 1-2), sendo este um aspecto importante à medida que a implementação da reforma agrária exige um modelo institucional descentralizador como forma de viabilizar a sua execução.

Efetivamente, o PRRA/BA só veio ser posto em prática a partir de 1987, no governo Waldir Pires, quando, segundo Germani (1993, p. 464),

[...] se estabeleceu uma grande articulação entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária e o Estado de Bahia. O ponto de partida foi a criação, em 25 de março de 1987, da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Cooperativismo (SERAC) com a finalidade de dar suporte institucional às ações desenvolvidas pelo Estado com relação à reforma agrária (tradução do autor).

Waldir Pires assumiu o Governo da Bahia com o compromisso de realizar a reforma agrária no Estado e tomou algumas medidas nesse sentido. Após a criação da primeira Secretaria Estadual de Reforma Agrária e Cooperativismo do Brasil foi assinado, em 9 de abril de 1987, um convênio com o INCRA para viabilizar a execução do PRRA/BA. Este convênio estabelecia que

[...] o INCRA atuaria na parte inicial do processo com relação à identificação e expropriação das áreas, elaboração do Plano Preliminar do Assentamento e a criação do projeto. A seleção dos assentados seria realizada pelo INCRA e pelo Governo do Estado, junto com os representantes dos trabalhadores e referendada pela Comissão Agrária²⁴. Cabia também aos dois (INCRA e Governo do Estado) a elaboração do Plano de Ação Imediata e do Projeto Técnico Definitivo. O Estado participaria com sua equipe técnica para realizar as ações posteriores de implantação e execução do assentamento, tais como levantamento dos recursos naturais, a topografia e demarcação das parcelas, abertura e manutenção de estradas, implantação de obras comunitárias, eletrificação rural e outras. Estas atividades passariam a ser desenvolvidas pelo Estado com recursos transferidos pelo INCRA (tradução do autor) (GERMANI, 1993, p. 465).

²⁴ A Comissão Agrária do Estado da Bahia era formada por um representante do INCRA/BA, um representante do Governo do Estado, um representante da Universidade Federal da Bahia, três representantes da Federação Agrícola Patronal e três representantes da Federação dos Trabalhadores Agrícolas da Bahia (FETAG).

O Governo do Estado da Bahia foi um dos primeiros a assinar convênios com o INCRA e, nesse período, foi montada uma estrutura institucional para operacionalizar o Programa de Reforma Agrária. A própria criação da SERAC representou um avanço para o impulsionamento do Programa na Bahia. O Governo do Estado tinha realmente interesse em dar prioridade à reforma agrária. Nesse sentido, a criação desta SERAC significou a legitimação do interesse político existente. Foi exatamente nesta época que o Programa de Reforma Agrária mais avançou no Estado. Existia assim um encontro de vontades (Governo do Estado / INCRA), o que trouxe para os Projetos de Assentamento uma possibilidade de maior organização.

O então Secretário nomeado para a SERAC, Euclides Neto, desenvolveu um trabalho sério e comprometido com a reforma agrária e foi ele responsável direto pelo avanço do programa no Estado²⁵. A Bahia ficou na liderança do Programa de Reforma Agrária em nível nacional. A SERAC representava o espaço de interlocução entre os trabalhadores rurais e a alta cúpula do governo.

A execução do Programa de Reforma Agrária estadual ficou sob responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), órgão ligado à então Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia da Bahia (SEPLANTEC)²⁶, já que a SERAC não dispunha de estrutura e recursos humanos e financeiros suficientes para operacionalizar o Programa. Até então, a CAR não desenvolvia nenhum trabalho com reforma agrária, mas era um órgão com experiência em pequena produção rural, estando à frente do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) no estado²⁷. A CAR modificou toda a sua estrutura interna para se adequar ao novo trabalho. O

²⁵ Euclides Neto, já falecido, era um homem muito comprometido com a reforma agrária. Quando foi prefeito de Ipiáú/BA, o seu primeiro ato foi, em 1963, adquirir uma fazenda e dividi-la com os desempregados e famintos do município. Esta fazenda é conhecida como Fazenda do Povo. A experiência deste caso peculiar de reforma agrária está sendo estudada pelo Projeto GeografAR através da pesquisa "A Trajetória da Reforma Agrária no município de Ipiáú: de Euclides Neto ao MST", desenvolvida por Joalan Cardim Rocha, bolsista de Iniciação Científica. Numa passagem do seu livro *Trilhas da Reforma Agrária*, Euclides Neto fala sobre a sua entrada na SERAC: "(...) ao receber convite do governador Waldir Pires para dirigir a primeira Secretaria de Reforma Agrária no Brasil, não poderia recusar. Até relutei. Mas, a consciência me cobrava, lembrando-me de que se não a assumisse o sentimento de culpa me esparcaria depois." (NETO, 1999, p.13)

²⁶ Atualmente este órgão está ligado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN).

²⁷ Segundo Costa e Ribeiro, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAAP) era uma das ações do Projeto Nordeste, criado a partir de 1985. Seu objetivo geral era "estimular e induzir os pequenos produtores rurais a se organizarem sob a forma associativa, visando aumentar seus níveis de produção, produtividade e renda" (BRASIL: SUDENE, 1986). O Programa procurava estimular, através de financiamentos não reembolsáveis, investimentos e empreendimentos identificados, selecionados, solicitados, planejados, executados, fiscalizados e controlados pelas comunidades rurais, estabelecendo, porém, como requisito básico, a organização dos pequenos produtores em associações (Costa e Ribeiro, [199-], p. 2).

desenvolvimento do Programa de Reforma Agrária na Bahia deveu-se muito à atuação desta Companhia, uma vez que a mesma detinha os recursos financeiros e dispunha de um corpo técnico bem preparado e disposto a trabalhar com a reforma agrária. Os recursos para o citado Programa foram adquiridos a partir do convênio do Governo do Estado com o INCRA e através do PAPP.

O PAPP era financiado com recursos do Banco Mundial. Para desenvolver suas ações a CAR fez um acordo com este Banco objetivando comprometê-lo com a reforma agrária, principalmente do ponto de vista financeiro. Como o PAPP só financiava investimentos para 60 municípios do semi-árido baiano, o Banco Mundial estendeu a área de atuação deste Programa para todo o Estado, canalizando os recursos do PAPP para as áreas de reforma agrária.

De acordo com um técnico aposentado da CAR, o governo Waldir Pires foi responsável pela irreversibilidade do Programa de Reforma Agrária na Bahia; período em que a reforma agrária passou a fazer parte da máquina administrativa do governo, ou seja, foi institucionalizada. No entanto, a estrutura do Estado enfrentou uma série de dificuldades que culminaram com o fim do Programa Estadual de Reforma Agrária; a começar pela própria natureza da SERAC. Por ser uma Secretaria Extraordinária, tinha impedimentos que limitavam suas ações; além disso, não tinha independência, poder de ação. Saturnino (199-) analisa que “a Secretaria Extraordinária era muito mais a expressão de um desejo político-ideológico do que a efetividade de uma ação em relação à reforma”²⁸. A SERAC sequer tinha um espaço físico próprio e o Secretário despachava nas dependências da CAR, o que mostrava, também, sua falta de espaço institucional dentro da máquina do Estado. Muitas vezes a Secretaria se confundia com a CAR. Em 1988, a SERAC foi unificada à Secretaria de Recursos Hídricos e Irrigação passando a chamar-se Secretaria de Reforma Agrária e Irrigação (SERAI). Com a institucionalização da SERAI, o Programa de Reforma agrária Estadual perdeu força.

Outro fator que originou o enfraquecimento do Programa de Reforma Agrária Estadual foi a falta de articulação e o descompromisso dos órgãos do Estado com relação à questão agrária. A execução da reforma agrária exigia uma atuação integrada de diversos órgãos e instituições. Para Saturnino (199-), “[...] a intervenção na reforma agrária é uma intervenção globalizante,

²⁸ João Saturnino foi diretor da CAR neste período.

totalizadora, onde interfere os órgãos da agricultura, de saúde, educação, infra-estrutura. [...] Na verdade isso não aconteceu”.

Os assentamentos criados necessitavam, de fato, de toda uma infra-estrutura – escolas, postos de saúde, rede de energia e de abastecimento, entre outros equipamentos coletivos. Porém, a CAR, responsável à época pela execução da reforma agrária, não dispunha de experiência nem recursos para responder eficazmente a tais necessidades, passando a exigir a atuação de outros órgãos de Estado, como a Secretaria da Educação, Saúde, Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB), dentre outros, numa ação conjunta com a então SERAC; fato que não ocorreu. Cada Secretaria atuava de maneira isolada e não utilizava a sua estrutura em prol do Programa de Reforma Agrária. As secretarias eram “ilhas” dentro da estrutura do Estado, cada uma com interesses próprios, muitas vezes conflitantes com a reforma agrária.

Existia um decreto que obrigava todas as secretarias a trabalhar com reforma agrária, mas as secretarias não davam bola. A gente ia conversar com a Secretária de Educação e ela dizia que problema de reforma agrária e educação no campo não era com Secretaria de Educação. E assim outras secretarias. A Secretaria de Saúde pouquíssimo contribuiu. Era o esforço de uma secretaria mas sem uma coordenação de ordem estadual capaz de agilizar o programa. A Secretaria da Agricultura, a EMATER (na época) tinha dificuldades tremendas de dar apoio. Nós precisamos, dentro da CAR, com recursos do PAPP e um pouco de recursos do INCRA, contratar técnicos para fazer assistência técnica. Eles ficavam nessa fase de projetos e o pau comendo no campo. E a Secretaria da Agricultura recuada (ENTREVISTA..., 2000 (b)).

O governador Waldir Pires priorizou o Programa de Reforma Agrária e determinou à todas Secretarias que destinassem parte de seus recursos anuais para a reforma agrária, além de disponibilizar recursos humanos para o Programa. Contudo, os interesses distintos dos diversos secretários e a falta de força política do governador não permitiram que essa resolução fosse posta em prática. De acordo com um técnico da CAR, este órgão foi fundamental no andamento da reforma agrária na Bahia. Ele coloca que “dentro da CAR era um avanço, nos outros órgãos era só discurso. Waldir Pires não tinha força nenhuma, cada um fazia o que queria. Cada secretaria era uma coisa. Só a CAR estava bem preparada e só a CAR tocava o trabalho para frente” (ENTREVISTA..., 2000 (b)).

É fundamental para qualquer Programa de Reforma Agrária a participação efetiva do Estado e dos municípios. Isto porque estas instâncias do poder têm uma estrutura mais descentralizada que permite chegar mais de perto na realidade local, neste caso, ao assentamento. Entretanto, é preciso que haja interesse político para comandar essa máquina no sentido de direcioná-la para dotar as áreas de reforma agrária de um mínimo de infra-estrutura. Como afirma um ex-técnico da CAR,

Os órgãos do Estado têm uma capilaridade muito grande, se houver um comando do Estado há um avanço muito grande. É preciso ter a intenção do Estado para utilizar essa rede de apoio para a reforma agrária. Isso fica a gosto de quem está dirigindo. O INCRA não tem condições de fazer a reforma agrária no Brasil, de tocar o processo, até a desapropriação tudo bem, mas quando entra na fase de desenvolvimento do projeto o INCRA não tem condições, sem apoio dos Estados e dos municípios não faz (ENTREVISTA..., 2000 (b)).

Portanto, na Bahia esse foi um problema sério na execução da reforma agrária, e que persiste até hoje. Com o tempo, os recursos financeiros para o Programa foram se escasseando. O convênio firmado entre o INCRA e o Governo do Estado da Bahia não foi cumprido a risca, sobretudo depois que José Carlos Arruti deixou de ser o superintendente regional do INCRA. Este órgão não repassava todos os recursos e o Governo do Estado tinha dificuldades para manter o Programa. As Secretarias, embora obrigadas a repassar parte de seus recursos para a reforma agrária, negligenciaram essa determinação. Praticamente, o Programa sustentou-se com os recursos do PAPP. Saturnino (199-) coloca que foram feitas concessões com “os recursos originários do PAPP e com esses recursos é que o secretário trabalhou e executou a reforma agrária. Os recursos do tesouro e do Estado, especificamente orientado para a reforma agrária, foram extremamente insignificantes”. Um fato agravante foi o rompimento político do governador Waldir Pires com o então Presidente da República José Sarney, que criou uma série de problemas. Portanto, o contexto era este: “a Presidência da República contrária à reforma agrária e a Secretaria da Reforma Agrária totalmente favorável ao Programa, embora nas outras Secretarias encontrássemos dificuldades” (ENTREVISTA..., 2000(b)).

Além disso, nesta época, havia uma falta de referência metodológica para os técnicos em relação à reforma agrária, o que provocou uma série de equívocos e dificuldades. Para um técnico

da CAR

Um dos grandes problemas que a gente viveu é que não existia nenhum conhecimento anterior. Estavam todos tateando. [...] Ao longo do tempo é que se foi conhecendo alguma coisa, se modificando determinados parâmetros que foram dados pelo PNRA e PRRA. A própria condução da sociedade no processo envolveu e exigiu modificações imediatas ao longo do Programa (ENTREVISTA..., 2000(b)).

Além disso, o aumento da pressão dos movimentos populares que começam a se organizar (neste período o MST começa a se fortalecer no Estado, sobretudo na região Sul) obrigou o Estado a assumir suas responsabilidades com a reforma agrária. No entanto, o Estado não estava preparado, não tinha estrutura suficiente para levar o Programa no ritmo das reais necessidades dos trabalhadores.

Quando você tinha uma série de etapas a serem cumpridas a sociedade vinha e atropelava essas etapas porque você tinha um grande estoque de terras até 1987 e não tinha ninguém assentado, e a sociedade ansiosa para ir para as áreas. Isto tudo atropelou e, junto com esse desconhecimento do aparelho do Estado, levou que grande parte do Programa tivesse distorções (ENTREVISTA..., 2000(b)).

Em 1989, dois anos após assumir o Governo da Bahia, Waldir Pires renuncia ao cargo para se candidatar à vice-presidente da República na coligação comandada por Ulisses Guimarães²⁹. Este fato redirecionou totalmente o Programa de Reforma Agrária na Bahia. Quando o vice-governador Nilo Coelho³⁰ assumiu o comando do Estado a reforma agrária perdeu força, tanto politicamente, quanto institucionalmente. Nilo Coelho não tinha interesse com o Programa de Reforma Agrária e reformulou a CAR, mudando a sua direção e retirando os recursos para o Programa. Nesta época foi rompido o convênio do Governo do Estado com o INCRA. A própria Secretaria de Reforma Agrária acabou perdendo o sentido e, tempos depois, foi extinta.

Em 1991, com o fim do governo Nilo Coelho e o início do governo Antônio Carlos Magalhães, o Programa Estadual de Reforma Agrária definitivamente foi abandonado. Conforme um técnico da CAR, “quando sai Nilo Coelho e entra Antônio Carlos Magalhães (no Governo do Estado da Bahia) a coisa reduziu muito, o Estado saiu. [...] A nível institucional houve um retrocesso” (ENTREVISTA..., 2000(b)). O governo de Antônio Carlos Magalhães assumiu somente os Projetos de Assentamento implantados pelo Governo do Estado e não criou novos assentamentos. Segundo este técnico, o governador Antonio Carlos Magalhães foi mais claro,

²⁹ Atualmente, Waldir Pires é o Ministro da Controladoria Geral da União, do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

³⁰ Nilo Coelho é um grande pecuarista da região de Guanambi/BA. Atualmente é prefeito deste município.

quando declarou que não tinha nada a ver com a reforma agrária (neste caso, referindo-se aos assentamentos implantados pelo governo federal, através do INCRA) e um outro técnico da CAR confirma esta posição quando diz que:

Quando sai Nilo Coelho e entra ACM a coisa reduziu muito, o Estado saiu, e o Programa de Reforma Agrária passou a ser coisa do INCRA. Na época de Waldir Pires muita terra do Estado passou para a reforma agrária. Houve uma involução muito grande do Estado, mas em relação aos movimentos sociais e às ONG's eles avançaram. A sociedade avançou, mas o Estado atrasou. A nível institucional houve um retrocesso (ENTREVISTA..., 2000(b)).

O Projeto de Assentamento Almas – objeto deste estudo – foi implantado em 1987, portanto, no primeiro ano do governo Waldir Pires, num contexto favorável à reforma agrária na Bahia. Este PA fez parte do Programa dos cem primeiros dias deste governo e sua criação ocorreu justamente no período mais dinâmico do Programa de Reforma Agrária no Estado. O PA Almas está localizado no município de Itaguaçu da Bahia, na Região Econômica de Irecê (Figuras 2 e 3). Quando o PA foi criado pertencia ao município de Xique-Xique, do qual Itaguaçu da Bahia foi desmembrado em 24/02/1989, através da Lei Estadual 4839. Como consideramos importante a questão da localização e o contexto regional, vamos situar alguns aspectos da região onde foi implantado o PA Almas.

3.2. Alguns Aspectos Regionais

A Região Econômica de Irecê, localizada no semi-árido baiano, é composta por 19 municípios: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique (Figuras 2 e 3).

De acordo com estudos da CAR (2002) e da SEI (2000), a partir do século XVI, a integração das terras da Região Econômica de Irecê na socioeconomia do Sertão Baiano se processou através da progressiva interiorização da pecuária e da busca de minas de ouro e de diamantes. A intensificação deste processo nos séculos seguintes possibilitou que as cidades de Jacobina, em primeiro lugar e de Xique-Xique, em seguida, se constituíssem nos principais centros de origem e

destino das mercadorias e das pessoas desta porção do território baiano.

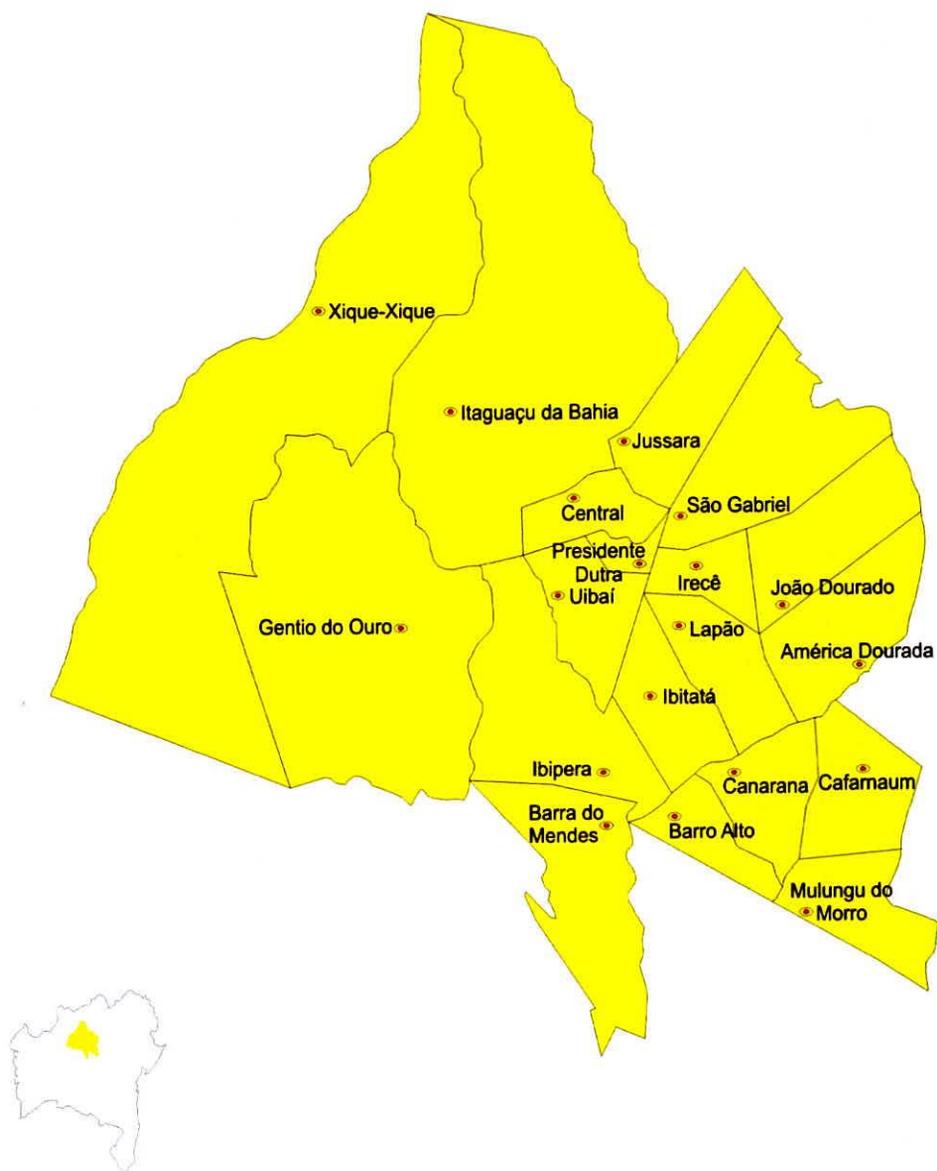
A ocupação desta região se deu mediante uma política de colonização, implementada pelo Estado Português, no início do século XVII, através da concessão de sesmarias. A estratégia de intervenção para ocupar tão vasto território firmou-se na produção pecuária extensiva, como forma de atender aos requerimentos por animais de tração e para a alimentação do Recôncavo Canavieiro, o pólo dinâmico de economia colonial daquele momento.

Ao longo do século XIX a exploração pecuária impulsionou a ocupação das terras da atual Região de Irecê. No final do século XIX, a prática da pecuária extensiva correspondia à atividade predominante nas terras ocupadas. Entretanto, ao lado da pecuária, já se observava, também, a existência de uma agricultura de subsistência, baseada em lavouras alimentares, praticada por posseiros e ocupantes. Do ponto de vista das principais características e do padrão de localização destas duas atividades, as lavouras de subsistência tinham uma importância secundária, eram implantadas com trabalho familiar em pequenas áreas, nas fazendas de pecuária, enquanto que a pecuária extensiva, por ter sido o principal fator de ocupação das terras, correspondia à atividade dominante, dentro de um modelo de exploração baseado nas grandes propriedades.

Com o dinamismo socioeconômico observado na região, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, decorrente da implantação de novos meios de transporte e, conseqüentemente, do aumento do movimento de pessoas e da troca de mercadorias, surgiram novas perspectivas econômicas para os produtos regionais, até então de subsistência – feijão, milho e mandioca, - além do café e do algodão, que estavam começando a ser explorados também nessas terras.

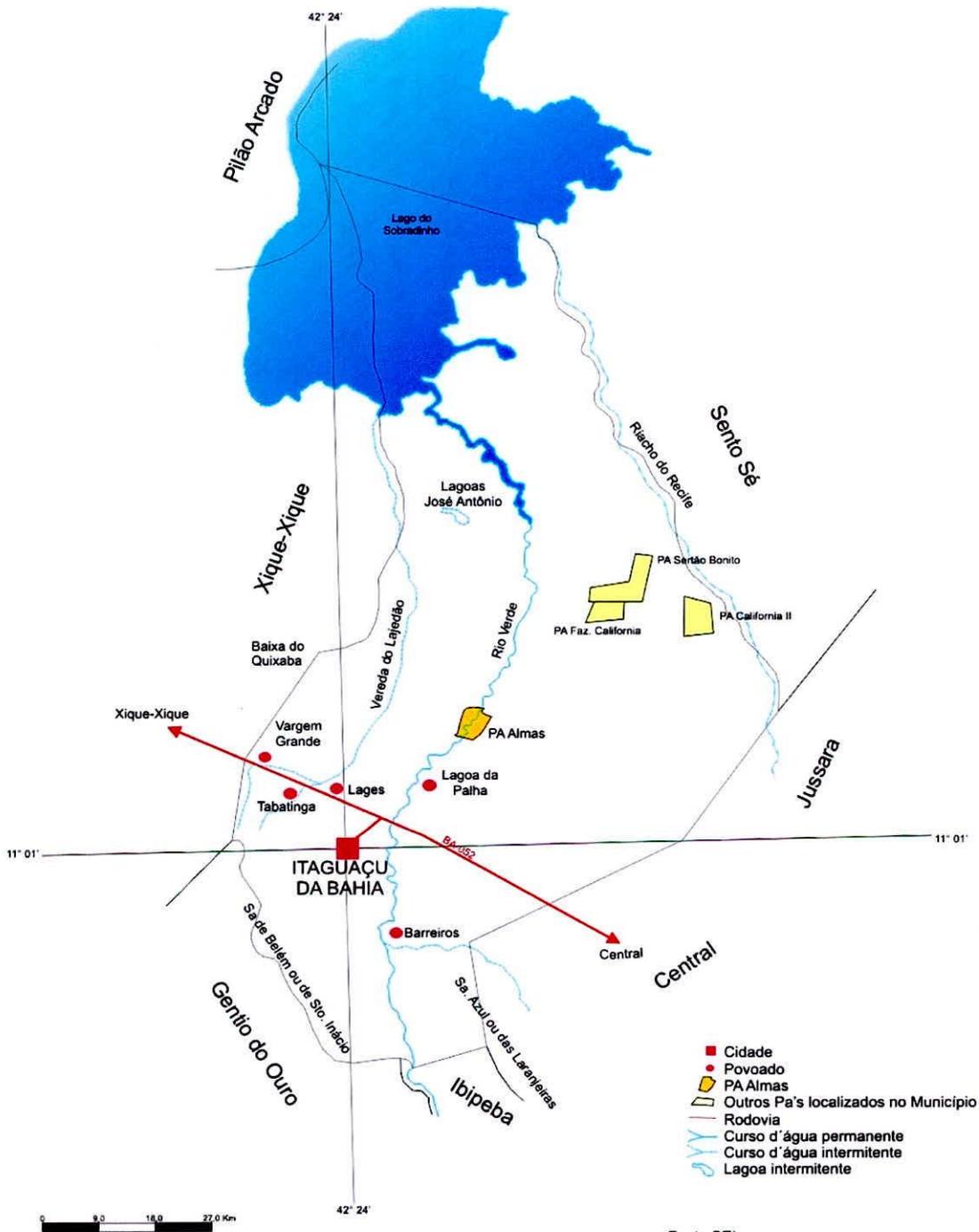
Após este período, a economia regional atravessou um ciclo de estagnação, ficando as atividades econômicas de então, restritas ao comércio de gado e de gêneros alimentícios com as cidades ribeirinhas do Rio São Francisco. Estava delineada, assim, a vocação regional para a produção de grãos, principalmente o feijão, graças à fertilidade dos solos.

FIGURA 2
BAHIA
REGIÃO ECONÔMICA DE IRECÊ
2005



FONTE: SEI
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR
Por Cirlene Jeane Santos e Santos

FIGURA 3
 ESTADO DA BAHIA
 MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU DA BAHIA
 2005



Fonte:SEI
 Adaptação: Flavio Luis Assiz dos Santos
 Elaboração: Projeto GeografAR

No final da década de 1950, a intervenção governamental redirecionou a base produtiva regional, implantando um modelo que, através de subsídios e de apoio técnico, desenvolveu a produção de gêneros alimentícios básicos por parte dos pequenos produtores, tendo como objetivo o abastecimento do mercado interno, coexistindo, então, nesse espaço, a pequena e a grande propriedade. A estrutura fundiária e a ocupação atual da região é uma consequência do modelo de exploração utilizado ao longo do tempo, reproduzindo um padrão polarizado entre a pequena e a grande propriedade, com uma quantidade maior de estabelecimentos, ocupando uma quantidade menor de terras.

No entanto, é no final da década de 60 e início dos anos 70 que a economia da região passa a apresentar um efetivo movimento de expansão baseado, sobretudo, na cultura triconsortiada do feijão, do milho e da mamona. Certamente, um conjunto de fatores contribuíram: o primeiro diz respeito à implantação, nessa época, de um sistema viário – A Estrada do Feijão – com a capacidade de atender eficazmente ao escoamento da produção agrícola regional; o segundo, refere-se às facilidades encontradas na obtenção de crédito agrícola, não apenas farto, como também altamente subsidiado. A combinação desses dois fatores possibilitou a viabilização de potencialidades produtivas até então represadas. A utilização econômica de solos de boa qualidade, por exemplo, pôde ser potencializada.

No final do governo João Durval, em 1986, a região de Irecê passou por um processo de regularização fundiária, através do Programa Fundiário Irecê I e Irecê II – primeiro implantado na Bahia. Na primeira etapa do Programa (Projeto Irecê I), “durante o processo de regularização fundiária cogitou-se sobre a possibilidade de se fazer uma reestruturação e uma reorganização fundiária. A proposta do INCRA para essa região era comprar áreas para se redistribuir com produtores com pouca ou nenhuma terra” (ENTREVISTA..., 2000(b)). A segunda etapa (Projeto Irecê II) foi realizada pela empresa CDN³¹ e “ficou determinado que seriam apontadas áreas com possibilidade de desapropriação pelo Governo Federal para a realização de assentamentos rurais na região” (ENTREVISTA..., 2000(b)). Isto explica porque ocorreram, na região, várias desapropriações mesmo sem tratar-se de uma área de conflito. Rodrigues (1986), escrevendo à época colocou:

³¹ A CDN – Consultoria de Planejamento Ltda – era uma empresa de consultoria que prestava serviços para a CAR à época.

A necessidade de reorganizar a estrutura fundiária do Estado da Bahia é uma meta a ser perseguida pelos Governos Federal e Estadual. O projeto integrado da microrregião Irecê, contando com recursos internacional, federal e estadual e do INCRA, apresenta as condições indispensáveis de se fazer uma reforma agrária eficiente, eficaz e pacífica. Na primeira etapa foram regularizadas todas as posses dos pequenos produtores de baixa renda, garantindo-lhes o direito de propriedade e acesso ao crédito. No segundo momento, o atual, pretende-se assentar os trabalhadores rurais sem terra e aspira-se, num futuro, não muito longínquo, a solução dos mini e micro fundistas. A par disto é inadmissível a coexistência de imensos latifúndios improdutivos com micro e minifúndios e trabalhadores sem terra.

No relatório final da CDN foram apontadas diversas propriedades para desapropriação, além da Fazenda Almas. Um técnico da CAR lembra que “a Fazenda Almas foi uma das indicadas e foi uma das desapropriadas” (ENTREVISTA..., 2000(b)). Com o início do Governo Waldir Pires e a criação da SERAC, a região de Irecê foi escolhida como cenário para implantação do primeiro assentamento de reforma agrária do novo Governo, obedecendo às determinações do Iº PNRA. Portanto, numa reunião entre o secretário de reforma agrária e os assessores fundiários da CAR, no primeiro dia do novo Governo, “viu-se que a região de Irecê era a que apresentava as melhores condições para implantar o primeiro assentamento, mostrando assim a cara do Programa do Governo Waldir Pires na área de reforma agrária. Aí foram mobilizados todos os recursos da Secretaria para isso” (ENTREVISTA..., 2000(b)). Rodrigues (1986), fazendo uma análise sobre o processo de desapropriação da Fazenda Almas, expõe:

A microrregião de Irecê é nacionalmente conhecida como produtora de grãos e possui uma alta densidade de agricultores. Nesta região bastante ocupada, desponta o município de Xique-Xique com um alto índice de terras inaproveitadas. O início de um processo de reorganização fundiária, necessariamente, passa pelo aproveitamento racional das terras de Xique-Xique, precisando, contudo, abrir-se as fronteiras para dar oportunidade àqueles sem terra da microrregião que não se encontram atualmente neste município. A Fazenda Almas com grande potencial agrícola e hídrico é altamente indicada para integrar o projeto de reorganização fundiária. A proprietária talvez tenha suas razões para justificar o alto índice de inaproveitamento da área, contudo, no momento atual, é inadmissível a permanência de um latifúndio improdutivo desta dimensão.

Tornava-se necessário para o novo Governo, com todo seu “compromisso” com a questão

agrária, mostrar à sociedade “como se fazia reforma agrária”. O PA Almas deveria ser um exemplo de assentamento, onde todos os outros PA’s pudessem se espelhar. A região de Irecê “aparece”, pois, como a região “ideal” para abrigar o “assentamento modelo”³². Além disso, o fato de já existirem na área fazenda desapropriadas pelo Governo Federal muito facilitou a atuação do INCRA e da SERAC/CAR. A inexistência – à época – de trabalhadores rurais organizados em prol de ocupações de terras na região também estimulou o Governo, visto que, este não sofreu forte pressão dos trabalhadores, podendo assim planejar previamente as ações para a implantação do PA Almas. Este PA, contrariando o que é comum atualmente, não foi implantado a partir da pressão direta dos movimentos sociais, mas “foi o governo que quis implantar Almas” (ENTREVISTA..., 2000(b)). No entanto, convém lembrar que a sua criação não foge ao contexto mais amplo da luta pela terra no Brasil, uma vez que a aprovação do Iº PNRA e do Iº PRRA/BA resultou de um processo de disputa política e ideológica e das reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra, dentro daquele contexto sócio-histórico.

Na região de Irecê existem hoje cinco acampamentos e 16 Projetos de Assentamento (ver tabelas I e II e Figura 4). Entretanto, estes Projetos não provocaram uma alteração na estrutura fundiária da região que, conforme mostram os dados do Índice de Gini³³ (ver anexo I), ainda é bastante concentrada. Até hoje nesta região é fraca a articulação dos movimentos sociais de luta pela terra, sendo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais os responsáveis pela organização dos agricultores em prol da conquista de alguns benefícios.

Conforme lembra o filho de um assentado do PA Almas, foi “o Sindicato que denunciou que tinha uma Fazenda (Almas) que estava improdutivo (ENTREVISTA..., 2003). Aí o INCRA veio, fez a demarcação da área para o Governo ter conhecimento, negociou e loteou o pessoal” (ENTREVISTA..., 2003). O PA Almas foi o primeiro assentamento implantado nesta região e todas as atenções do Governo se voltaram para esse Projeto. Segundo informou um técnico da CAR, “foram mobilizados todos os recursos da Secretaria (da SERAC) para aquela Fazenda naquele momento. [...] todo dinheiro que se tinha na região de Irecê foi canalizado para isso e

³² Segundo um técnico da CAR, naquela época, os locais de maior pressão dos trabalhadores rurais na Bahia eram as regiões Sul, Oeste e parte do Nordeste do estado.

³³ O Índice de Gini é um cálculo feito para medir o grau de concentração ou desigualdade de uma distribuição. Neste caso é medida a concentração da terra. Quanto mais próximo de zero for o índice menor a concentração (zero é a concentração nula) e quanto mais próximo de um for o índice maior a concentração da terra (o índice 1 (um) indica a concentração absoluta).

transformado em vitrine para o Governo de Waldir Pires”. Neste sentido, o PA Almas adquiriu o *status* de “assentamento modelo”.

Tabela I – Acampamentos da Região de Irecê/BA – 2005

Município	Acampamento	Nº de Famílias
Jussara	Campo Lindo	58
Jussara	Povoado Nova Floresta	07
Mulungu do Morro	Sarue	17
Xique-Xique	Povoado de Utinga	136
Xique-Xique	Sacos dos Bois	03
Total		221

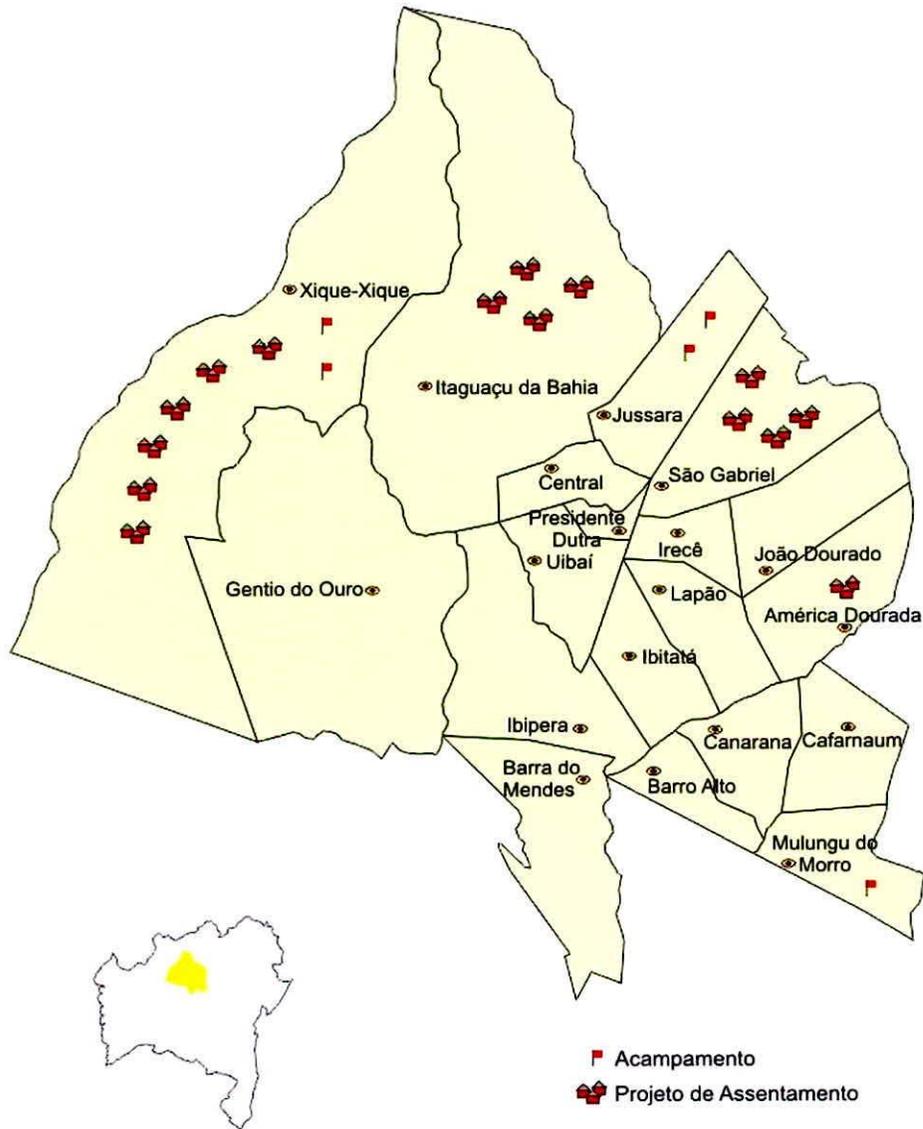
Fonte: INCRA/BA, MST, CETA, FETAG e CPT, Janeiro/2005.
Elaboração: Projeto GeografAR. Adaptação: Flávio Luis Assiz dos Santos.

Tabela II – Projetos de Assentamento da Região de Irecê/BA – 2005

Município	Projeto de Assentamento	Fazenda/Imóvel	Nº de Famílias	Área (ha)	Criação
América Dourada	Fazenda Queimadas	Fazenda Queimadas	24	500,00	15/10/1998
Itaguaçu da Bahia	Almas	Fazenda Almas	180	8.840,00	12/05/1987
Itaguaçu da Bahia	Califórnia II	Recife	46	2.110,00	12/05/1987
Itaguaçu da Bahia	Califórnia I	Califórnia	43	1.540,00	01/09/1987
Itaguaçu da Bahia	Sertão Bonito	Sertão Bonito	36	3.273,00	14/08/1987
São Gabriel	Fazenda Jaguaracy	Fazenda Jaguaracy	21	632,93	15/10/1998
São Gabriel	Fazenda Milagre / Mangaratiba	Fazenda Milagre / Mangaratiba	43	1.343,78	15/10/1998
São Gabriel	Fazenda Paraíso	Fazenda Paraíso	20	695,70	15/10/1998
São Gabriel	Fazenda Sacrifício	Fazenda Sacrifício	18	991,40	15/10/1998
Xique-Xique	Picada	Picada	1.174	46.503,79	04/04/1997
Xique-Xique	Serra Azul	André I e II	41	3.800,00	29/10/1998
Xique-Xique	Utinga	Utinga	100	5.840,99	18/06/2001
Xique-Xique	Fazenda Cajueiro I	Fazenda Cajueiro	135	3.927,99	07/10/2003
Xique-Xique	Fazenda Cajueiro II	Fazenda Cajueiro II	130	3.706,29	24/03/2004
Xique-Xique	Lagoa de Itaparica	Fazenda Reunidas Lagoa de Itaparica	50	2.327,13	27/12/2004
Total			2.061	86.033,00	

Fonte: INCRA/BA, Janeiro/2005.
Elaboração: Projeto GeografAR. Adaptação: Flávio Luis Assiz dos Santos.

FIGURA 4
ESTADO DA BAHIA
ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DA REGIÃO ECONÔMICA DE IRECÊ
2005



FONTE: SEI
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR
Por Cirlene Jeane Santos e Santos

3.3 A Criação do “Assentamento Modelo”

Conforme consta no processo de desapropriação da Fazenda Almas, este imóvel foi comprado, em 1954, por Irani Martins Castro. Anteriormente, dois terços do imóvel pertenciam a João Batista Avelino e a outra parte a Clodoaldo Magalhães Avelino que, numa só transação, venderam todo o imóvel para Irani Martins Castro. Em janeiro de 1980, a proprietária e seu marido, Willy Otto Jordan – dono da antiga empresa de laticínios Alimba (que posteriormente foi vendida para o grupo Parmalat) –, consignaram uma área de 8.050 ha, hipotecando-a em favor do Banco do Brasil S/A. Os antigos vaqueiros da Fazenda contam que o casal Irani e Willy Otto possuía outras propriedades rurais no Sul da Bahia.

A Fazenda Almas encontrava-se improdutiva – não tendo, pois, nenhuma plantação significativa –, além de algumas cabeças de bois. A propriedade funcionava como reserva de valor, o que pode ser comprovado pela leitura da conclusão do Laudo de Vistoria elaborado pelo INCRA para desapropriação da Fazenda Almas que diz:

Pela vistoria verificamos que 442,0 ha vêm sendo explorados, do total de 8.361, 13 ha, o que representa 5,05% da área aproveitável, o que demonstra um alto grau de ociosidade das terras do imóvel.

Trata-se de uma área com elevada dimensão com possibilidade de aproveitamento agropecuário em aproximadamente 94% da sua extensão; área privilegiada em termos hídricos, uma vez que o rio Verde corta o imóvel em toda sua extensão, é relativamente próxima do povoado Rio Verde, que já conta com alguma infraestrutura e do Distrito de Tiririca³⁴.

Entendemos que em termos de assentamento deve ser considerado que o imóvel apresenta um grau de exploração significativo, sendo prudente que se extirpe a área de exploração agrícola e pecuária do restante da área, acrescida da área de reserva legal, ou seja, 442 ha explorados, mais 20%, 88,4 ou que perfaz 530,4.

Com esta perspectiva, concluímos que a área remanescente deduzida da área de 20% reserva legal, (8 402, 73 área aproveitável menos área reserva legal 20%) sobram 6.828, 26 ha que dividido por 30 ha dá para assentar 227 famílias.

Esclarecemos que a maior parte das benfeitorias, pastagens e a área que está sendo plantada se localiza na parte norte do imóvel, ao lado direito do Rio Verde (INCRA, 1986).

³⁴ O distrito de Tiririca se tornou a sede de Itaguaçu da Bahia em 1989 quando este município foi emancipado em 1989.

Segundo depoimentos dos assentados mais antigos – que conheciam e trabalharam na Fazenda Almas anteriormente à desapropriação – antes de ser comprada por Irani Martins Castro, a Fazenda era utilizada para atividade de extração da carnaúba³⁵, que beneficiada para a fabricação de uma cera (matéria-prima para a confecção de discos de vinil). Por ocasião da desapropriação ainda foram encontradas antigas prensas que eram utilizadas para retirar o resíduo das carnaúbas. Entretanto, depois que a Fazenda foi adquirida por Irani Martins Castro e o seu marido, praticamente não mais foram realizadas atividades econômicas na propriedade.

Um antigo vaqueiro da Fazenda Almas conta:

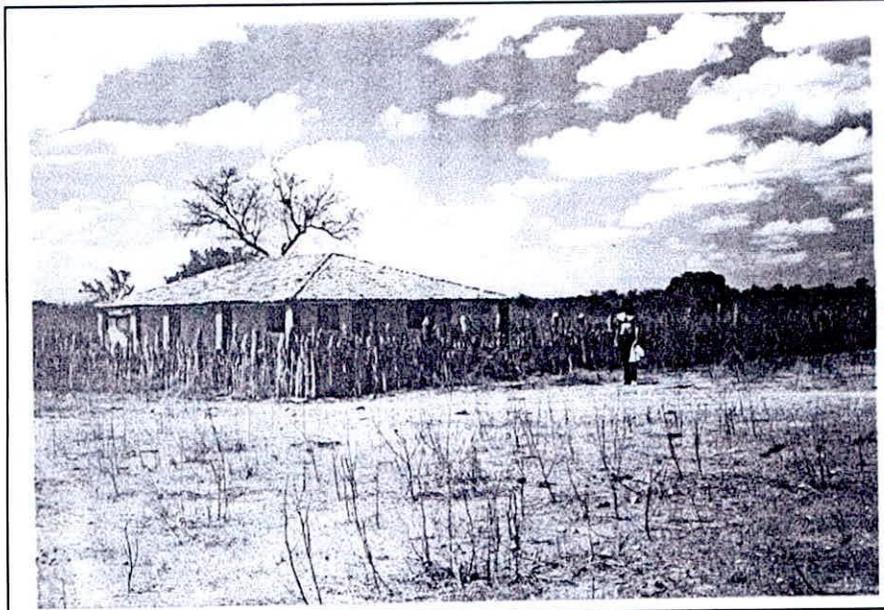
Eu trabalhei quase dois anos aqui de vaqueiro, foi antes desse Projeto. Aqui era mata. Sabe qual era a roça que tinha aqui? Nenhuma. O Otto nem os impostos ele pagava. Aí o INCRA foi pegou aqui e o Otto recebeu poste por poste, e aqui são três léguas quadradas e tudo cercado com quatro fios de arame (ENTREVISTA..., 2003).

E um antigo assentado complementa: “aqui mesmo era só o nome de Fazenda, mas nunca foi Fazenda, que eu não conheci pastagem, entramos pra cá e não tinha pastagem nenhuma” (ENTREVISTA..., 2003). Quando os assentados chegaram “só tinha a cerca e mata nativa, a caatinga. Um pequeno desmatamento e nada mais. Pouco gado, nada mais, nada construído, só a casa da sede e a casinha de taipa do seu Wilson³⁶, que era morador” (ENTREVISTA..., 2003). Na Fazenda existiam cinco casas de taipa dos antigos moradores e mais algumas casas de taipa em ruínas – denominadas de taperas – distribuídas pela Fazenda, as quais certamente foram abandonadas por antigos vaqueiros que ali trabalhavam (Fotos 1 e 2).

³⁵ A vegetação de carnaúba é abundante nas margens do Rio Verde.

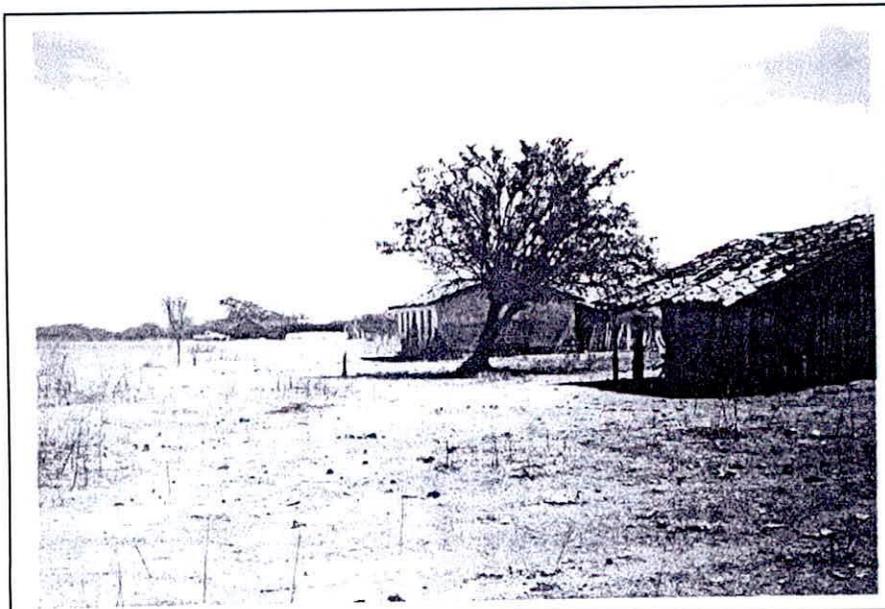
³⁶ Na verdade existiam na sede quatro casas de taipa de antigos moradores.

Foto 1 - Casa Sede da Fazenda Almas



Fonte: Laudo de vistoria do INCRA, 1986.

Foto 2 - Casa dos Vaqueiros da Fazenda Almas



Fonte: Laudo de vistoria do INCRA, 1986.

Existia também um curral (que ficava próximo da casa sede da Fazenda) não utilizado, pois praticamente não existiam animais na Fazenda. Toda a sede da fazenda era coberta “por um monte de árvores bonitas. Era tudo árvores, tinha um lugar bonito. Era pé de umbu, juazeiro, esses tipos de árvores e aquelas graminhas assim debaixo, o capim. Era bonitinho” (ENTREVISTA..., 2003). A única benfeitoria que a proprietária fez foi cercar Fazenda. Todo o perímetro da Fazenda era fechado com cerca de quatro fios de arame e “todo ano o trator de esteira passava para livrar a beira da cerca do fogo, de incêndio. Se incendiasse não queimava a cerca” (ENTREVISTA..., 2003). Vale salientar que na fazenda só residiam alguns vaqueiros que desenvolviam uma incipiente agricultura de subsistência. Não existia nenhuma prática de irrigação e os vaqueiros bebiam água diretamente do Rio Verde.

A proprietária passava anos sem ir à Fazenda. Como afirma um dos vaqueiros que hoje é assentado:

O dono da Fazenda era o Otto³⁷, ele mora em São Paulo, ele criava gado, criação miúda. Ele tinha o gerente da fazenda que colocava nós para trabalhar... não era muito gado não, o Otto passava dois, três anos sem vir na Fazenda. Ela foi desapropriada porque os benefícios que ele tinha era pouco, aí surgiu essa reforma, desapropriaram a Fazenda e colocaram os posseiros (ENTREVISTA..., 2003).

A Fazenda Almas foi desapropriada pelo Decreto Federal nº 93.987 de 28/01/87 e as benfeitorias foram indenizadas através de pagamento à vista e a terra nua paga em TDA³⁸. As benfeitorias indenizáveis encontradas na Fazenda foram: 01 casa de adobe, 05 casas de taipa, 01 casa de alvenaria (sede), 01 curral com aprisco, 45 km de cerca de arame, 84 ha de pasto, 42 km de estrada e 322 ha de destocados (RODRIGUES, 1986). O valor pago pela terra nua foi de CR\$ 93.306,70 e pelas benfeitorias foi de CR\$ 880.209,75 (o cruzeiro real era a moeda vigente na época da desapropriação da Fazenda Almas)³⁹.

Durante o processo de desapropriação foram colocadas mais outras cabeças de gado na Fazenda como forma de valorizar a área. Um técnico da CAR lembra que “quando a CDN fez a vistoria havia pouco gado e quando ocorreu o processo de desapropriação já existia um maior volume de cabeças de gado. De qualquer forma a Fazenda foi desapropriada” (ENTREVISTA...,

³⁷ Para os antigos vaqueiros e para os assentados o dono da Fazenda Almas era Willy Otto Jordan, mas, juridicamente, a proprietária era a sua mulher, Irani Martins Castro.

³⁸ Na Comissão Agrária houve unanimidade na aprovação da proposta de desapropriação da Fazenda Almas.

³⁹ Esses valores constam no TDA emitido por ocasião da desapropriação da Fazenda Almas.

2000 (b)). A proprietária da Fazenda, em acordo com Superintendência do INCRA, separou ainda 800 ha da Fazenda (a melhor parte da área, pois apresentava os melhores tipos de solo) para não ser desapropriada, conforme legislação em vigor. A área total que foi desapropriada correspondia a 8.840 ha (33.450m de perímetro) onde foram assentadas 180 famílias. A desapropriação se deu de maneira pacífica. A imissão de posse ocorreu no dia 09.04.1987.

O cadastramento dos futuros assentados foi efetivado, inicialmente, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xique-Xique, em conjunto com os Sindicatos de Central e Jussara – que chamavam os trabalhadores para se cadastrarem através das rádios locais, ocasião em que muitos destes se cadastraram, inclusive famílias que não podiam ser beneficiárias do Programa de Reforma Agrária. Respondendo aos chamados, os trabalhadores iam até os Sindicatos se cadastrarem, quando, na verdade, o procedimento correto é a realização do cadastramento nas próprias comunidades, dada a possibilidade de se verificar, *in loco*, o atendimento ou não aos pré-requisitos exigidos para a inserção dos candidatos no Programa de Reforma Agrária. Um assentado conta como foi esse momento: “o povo saiu falando que ia acertar a terra, quem quisesse assinar que assinasse. Aí eu dei meu nome, mas nunca tive fé que sairia. Deus ajudou que saiu” (ENTREVISTA..., 2000 (a)).

Os trabalhadores cadastrados eram oriundos, principalmente, dos municípios circunvizinhos de Central, Jussara e São Gabriel. Posteriormente, o INCRA e a CAR selecionaram os beneficiários fazendo uma triagem a partir da lista do Sindicato. Como diz uma técnica da CAR:

Nós fizemos uma análise desse cadastramento; eles fizeram um cadastramento e ali foi qualquer pessoa. Quando a gente chegou passando pelas comunidades próximas, a gente viu que os trabalhadores que moravam próximo da Fazenda (Almas) e não foram cadastrados. Nós fizemos um esforço grande, com os técnicos da CAR e do INCRA, completando esse cadastro. A gente fez uma triagem do pessoal que o Sindicato cadastrou. A gente estabeleceu alguns critérios. Tinha gente que plantava cebola, pessoas absolutamente sem terra, meeiros ou sem outra atividade (ENTREVISTA..., 2000 (b)).

A partir daí, com base nas suas Instruções Normativas e os critérios por estas determinados, o INCRA selecionou os assentados, priorizando, pois, as famílias que residiam próximas da Fazenda Almas, que tinham um maior número de filhos, que possuíam experiência com agricultura

e, é claro, as que não possuíam terra ou eram minifundistas. Vale ressaltar que a lista apresentada pelo INCRA foi tranqüilamente aceita pelos Sindicatos e pelos candidatos, ao contrário do que muitas vezes ocorre hoje com o processo de seleção de famílias a serem assentadas em Projetos de Assentamento que é, na maioria das vezes, discutido e negociado com os movimentos sociais. Segundo uma técnica da EBDA,

O INCRA fez a seleção através de seus critérios e selecionou a maioria de Xique Xique e Central, más lá tem gente de quase o Brasil inteiro. Tem gente do Norte, tem o pessoal que veio de São Paulo e Pernambuco. Essas pessoas vieram para a região e foram ficando (...) (ENTREVISTA..., 2000 (c)).

As histórias de vida dessas famílias revelam esses fatos:

Eu cheguei aqui (na região) em 77. Lá onde eu morava a água desabrigou o pessoal; em Sento Sé, não tinha terra, o meu pai tinha um terrenozinho mas tinha vendido para outro. Nós morava no terreno dos outros aí veio a Barragem de Sobradinho e inundou lá onde a gente morava; aí vim trabalhar aqui. Eu trabalhava de vaqueiro quando eu morava lá, quando eu vim para aqui eu trabalhava na roça.

Nasci em Belém do São Francisco, em Pernambuco, dia 3 de agosto de 76, moro na Bahia há 16 anos. Toda minha família nasceu lá. Saímos de lá na época da construção da Barragem de Itaparica, Paulo Afonso. As terras que as pessoas trabalhavam foram indenizadas; a gente não tinha terra para trabalhar, então meu pai veio antes; quando a gente chegou em 85, fomos morar na Água Quente, que é uma fonte aí na frente, que é a nascente desse Rio Verde. E de lá pra cá, surgiu Almas, meu pai se cadastrou no Sindicato, foi sorteado e veio para cá. Lá em Belém do São Francisco tinha terra, era de herança de meu avô, era uma quantidade de terra boa, não sei te dizer quantos hectares, plantava cebola. Aí chegou a Barragem de Itaparica, vieram as indenizações da CHESF⁴⁰. As terras foram inundadas, e aí meu pai veio trabalhar aqui. As terras eram boas, férteis, bem produtivas. Algumas pessoas acharam ruim, mas na época, não tinha nada a fazer. O projeto já estava em andamento e tinha que desocupar. Indenizaram da maneira mais fácil, lucrativa que tinha para eles, né? Aí meu pai veio para cá antes, trabalhar na terra de Neuza Dourado, uma mulher de Irecê, ele tomava conta da propriedade dela e quando ele tava lá surgiu inscrição para o Sindicato, para as pessoas aqui de Almas.

Eu nasci no Barracão, município de Itaguaçu. Eu tinha terra antes e vendi porque era pequena demais e não dava pra criar nada. E foi no tempo que saiu essa reforma. Aí vendi, fui embora pra Xique-Xique. O povo de seu Ailton Moura tocou fogo na casa com tudo porque dizia que o terreno lá era dele. Eu fui morar lá porque tinha um bocado de gente que foi morar lá; meu sogro, cunhado, aí me chamaram pra lá. Diziam que lá era terra do Estado. Cheguei lá e gostei do terreno. Aí eu falei: esse terreno aqui é do Estado? Meu sogro disse: é, tem gente que mora aqui há mais de dez anos. Aí eu disse: ta certo. Comecei a botar uma rocinha lá; quando tava

⁴⁰ Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

querendo comer uma coisinha os homens vieram, botaram pra sair e tocaram fogo nas casas.

Nós tínhamos uma área muito grande na Baixa Funda mas tinha colocado no banco, aí o banco apertou bem. Naquele plano de apertar o pessoal para pagar o débito do banco. Aí a gente teve que vender; foi vendagem só por troca de pagamento. Aí ficamos sem terra e fomo morar na casa dos outros.

Lá onde eu morava ficou tudo debaixo d'água. Depois a pescaria fraquejou e fui trabalhar na beira do rio, na fábrica, na serraria. Da serraria fui para a beira do rio consertar barco. Aí surgiu essa área aqui, disse que ia desapropriar pelo Governo para a pobreza trabalhar. Aí eu vim para cá (ENTREVISTA..., 2000 (a); 2003).

Estes depoimentos são exemplos da trajetória de vida de alguns assentados do PA Almas e mostram que essas famílias sofreram com a expropriação de suas terras, seja por inundação a partir da construção de barragens⁴¹ ou perda para o banco (em decorrência do pagamento de dívidas) ou expulsão, com violência, feita por fazendeiros que alegavam ser proprietários das terras que estavam ocupadas há anos por essas famílias. Portanto, os agricultores que foram assentados no PA Almas são legítimos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária por serem trabalhadores rurais sem terra ou pequenos proprietários que alimentavam o sonho de poderem possuir um pedaço de terra para trabalhar e viver.

A criação do Projeto de Assentamento Almas ocorreu no dia 12.05.1987, através da portaria nº 362 e está registrado no INCRA/SIPRA sob o código BA0029000. Diferentemente do que acontece hoje com os assentamentos que resultam das ocupações de terra onde são os agricultores – junto com as lideranças dos movimentos sociais – que decidem o nome do Projeto de Assentamento, no caso do PA Almas foi o INCRA quem denominou o assentamento e manteve o nome da antiga Fazenda: Almas⁴². As famílias que não puderam ser assentadas no PA Almas, foram assentadas em outros assentamentos no município de Itaguaçu da Bahia, principalmente nos PA's Sertão Bonito e Califórnia I e II, assentamentos estes criados em fazendas desapropriadas no mesmo período da Fazenda Almas.

⁴¹ Muitos trabalhadores rurais que migraram para a região de Irecê foram expropriados de suas terras com a construção da Barragem de Sobradinho e Itaparica, que fica a jusante do assentamento. Muitos deles foram assentados no PA Almas.

⁴² Geralmente os agricultores, sob orientação dos movimentos sociais e dos Sindicatos, escolhem nomes de pessoas ou fatos que são referências no processo de luta pela terra no Brasil e no Mundo. Dificilmente eles mantêm o nome da antiga fazenda para denominar o Projeto de Assentamento.

Segundo relato de uma técnica da CAR, na época a “Fazenda foi desapropriada e ficou um longo período sem ocupação porque lá a característica dos agricultores é de serem desorganizados mesmo. Eles esperaram fazer todo o processo de parcelamento” (ENTREVISTA..., 2000(b)). Entre a desapropriação da Fazenda e a distribuição dos lotes para as famílias transcorreram mais de sete meses. E durante este período foram realizados os estudos de impacto ambiental e o parcelamento do assentamento. O INCRA e a CAR realizavam reuniões na área do assentamento para discutirem com os futuros assentados o modelo de parcelamento do PA. Entretanto, estes, já sabendo que a Fazenda estava desapropriada, começaram, por conta própria, a se instalarem na área (com a autorização do INCRA). Muitos dos futuros assentados, quando iam para as reuniões, já haviam se mudado para o assentamento sem mesmo saberem onde eram seus lotes. Segundo relatos dos próprios assentados,

Quando tinham as reuniões todo mundo vinha para cá porque queria as terras para trabalhar, todo mundo queria isso. Tem pessoas aqui que na segunda reunião já vieram com a família, mesmo sem saber onde era sua área, seu lote. Muita gente na sede, onde é o local da barragem, tinha algumas pessoas acampadas com a família, com tudo, o barraquinho de lona. Era muita gente, porque já sabiam que estava desapropriada e tinha certeza do seu lote, mas não sabiam onde era a área. Os lotes já estavam marcados, só com os piquetinhos; a cerca veio depois (ENTREVISTA..., 2003).

Pode-se dizer que não houve uma pressão organizada, mas havia um grande anseio por terra. O Governo propunha a entrega dos lotes aos assentados com toda a infra-estrutura montada, inclusive com a agrovila totalmente construída em torno da antiga casa sede da Fazenda Almas, uma vez que o local já apresentava uma infra-estrutura mínima e possuía boa acessibilidade. Todavia,

[...] os posseiros⁴³ fizeram um pouco de pressão para trabalharem a terra e o INCRA não teve tempo suficiente para entregar tudo pronto. Aí, ao invés de entregar tudo pronto, deu as terras e vieram os créditos de habitação, esse tipo assim, e cada um fez sua casa onde queria (ENTREVISTA..., 2003).

Um assentado lembra:

Nós tínhamos que receber sabe o quê? Casa, água instalada, energia e nós fizemos uma pressão para o INCRA. Ou nós recebemos no dia 1º de setembro ou nós

⁴³ Muitos assentados se autodenominam de “posseiros”.

invadimos. Eles perguntaram: e vocês vão morar onde? Debaixo de um pé de pau ou debaixo de lona, mas nós queremos um terreno para trabalhar. [...] Nós nos avexamos, aí estava demorando. Mas a boa vontade eles tinham de fazer e entregar tudo prontinho (ENTREVISTA..., 2003).

Portanto, a dinâmica social, aliada à morosidade das ações do INCRA, redirecionou alguns aspectos do planejamento estatal. Com o fim dos trabalhos de demarcação dos lotes, em 1º de setembro de 1987, as famílias que ainda não estavam na área começaram a chegar ⁴⁴. Os assentados lembram que, nesta época, “o INCRA fornecia o transporte para as famílias que moravam longe, carros, caminhões. A CAR mesmo tinha carro aqui na época e outros vinham por sua conta; estavam com tanta vontade de vir que davam um jeito, arrumava um carro, colocava as coisas e vinham” (ENTREVISTA..., 2003) ⁴⁵. Os lotes de beira rio e de sequeiro foram distribuídos mediante sorteio, ocorrido em 1º de setembro de 1987 ⁴⁶. Somente os antigos vaqueiros da Fazenda Almas tiveram a oportunidade de escolher onde seriam os seus lotes, independente de sorteio, conforme determinava a legislação.

No dia 07 de setembro de 1987, os assentados receberam um cartão do INCRA com a numeração dos seus lotes. Até hoje, nesta data, os assentados comemoram com uma grande festa o aniversário do assentamento. Embora esta não seja a data de criação do Projeto, representa a data em que as famílias assentadas, depois de tanta espera, receberam oficialmente os seus lotes.

Geralmente os Projetos de Assentamento são implantados sem que haja nenhum tipo de planejamento prévio, o que reflete o descompromisso do Estado brasileiro com a questão agrária. Outro fator a ser levado em consideração e a emergência com que essas áreas são criadas, à medida que, na maioria das vezes, é a pressão dos movimentos sociais que impulsiona a implantação dos

⁴⁴ As famílias começaram a ocupar os lotes no mês de setembro porque houve a preocupação, por parte do Estado, com relação à utilização da terra com lavouras pelos beneficiários. Por tal motivo, foi definida a data da ocupação, em um ou dois meses antes da época das chuvas (o período chuvoso na região inicia em outubro e se estende até abril).

⁴⁵ Na verdade os caminhões foram cedidos pelas Prefeituras de Xique-Xique e Central.

⁴⁶ O esquema montado para o sorteio deu-se da seguinte forma: um técnico fez a chamada dos selecionados, de acordo com o grupo de proximidade. À medida que iam sendo chamados, dirigiam-se para um outro técnico que segurava os dois sacos por grupo de onde eram sacados por cada produtor dois cartões que identificavam os lotes de beira rio e sequeiro a que cada um teve direito. Paralelamente à chamada e ao saque dos cartões, dois outros técnicos anotavam: o nome do assentado, o grupo ao qual pertenciam e os números dos lotes. De posse dos cartões de identificação dos lotes, os assentados eram encaminhados para outro técnico que localizava no mapa os lotes ganhos por cada um. Em seguida, foram organizados pequenos grupos, que acompanhados pelos topógrafos do INTERBA, partiam para a identificação, *in loco*, dos lotes. Foi também destacado um técnico para anotar os nomes daqueles que a partir do dia seguinte (02.09) necessitaria de transporte para a mudança com toda a família (...) (INSTITUTO..., 1987.)

Projetos de Assentamento. Referindo-se ao período da implantação do Programa de Reforma Agrária na Bahia, um técnico aposentado da CAR afirma que: “o Estado foi atropelado pela sociedade. Quando o Estado assumiu tinha uma demanda de serviços que foi uma coisa de louco; não deu tempo para se preparar nada mesmo; nós tentamos fazer as coisas na medida do possível; era atropelo mesmo”. E em um outro momento ele conclui que: “o Programa de Reforma Agrária na Bahia foi feito sob o signo de uma grande improvisação” (ENTREVISTA..., 2000 (b)). Neto (1999, p. 20) afirma que neste período,

Na pressa de assentar as famílias, ávidas por um taco de chão, aproveitando as quadras do plantio, efetuamos parcelamentos até na corda. O importante era não perder mais um ano de colheita. Quanto menos fome, melhor – fome sempre impaciente. Atropelamos ao construir barracos, escolas sob palhas de ouricuri e lona. Era a sensata filosofia do agricultor: começar o trabalho já ganhando tempo, deixando para depois os planejamentos exagerados e irreais, feitos, refeitos, discutidos e quase nada acontecia. Ficava no discurso e na reunião.

Este fato, de certa forma, comprometeu o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento que foram criados neste período. É claro que um planejamento prévio não garante um bom desenvolvimento de um assentamento, mas, sem dúvida, é um instrumento fundamental para isso.

De forma contrária ao normalmente efetivado, a Fazenda Almas passou por um processo de planejamento que consistiu em estudos de solo e qualidade das terras e de um Estudo de Impacto Ambiental. Estes estudos proporcionaram um maior conhecimento sobre as características ambientais da área e orientaram a definição e escolha do modelo de parcelamento do futuro PA Almas. A realização destes estudos estava de acordo com a proposta de construção de um “assentamento modelo” na Fazenda Almas, dentro daquele contexto. Desse modo, o planejamento dos Projetos de Assentamento surgiu como um dos pré-requisitos básicos para a construção de uma nova proposta de reforma agrária, no âmbito da conjuntura em foco. O Governo assumiu a sua responsabilidade no que concerne ao planejamento territorial para as áreas de reforma agrária à medida que acionou a máquina governamental para viabilizar um Programa de Reforma Agrária até então nunca visto em terras baianas. Um técnico do INCRA analisa que o assentamento Almas se diferencia de muitos outros assentamentos devido a sua organização espacial. Segundo ele, “organizaram previamente o espaço antes das famílias chegarem” (ENTREVISTA..., 1999). A

peculiaridade do PA Almas advém justamente desta questão.

3.4 O Planejamento do “Assentamento Modelo”

Qualquer empreendimento humano, sobretudo aqueles que provocam impactos significativos sobre o território devem passar por um processo de planejamento. Isto porque o planejamento poderá ajudar a prever, monitorar ou até mesmo evitar determinados impactos.. No caso dos Projetos de Assentamento é notório que estes causam significativos impactos ambientais e, mais do que isso, nas condições de vida dos beneficiários. Sendo assim, a implantação dos Projetos de Assentamento, necessariamente, deve passar por algum tipo de planejamento, como forma de racionalizar o uso dos recursos ambientais do PA e oferecer condições de vida digna aos assentados.

A escolha da Fazenda Almas para implantação de um “assentamento modelo” se deu por que:

A área era muito interessante para se fazer reforma agrária e existia um número muito grande de trabalhadores inscritos no Sindicato para serem assentados. Mas esses Sindicatos nunca organizaram a população para uma ação de ocupação. Isto fez com que a Fazenda Almas fosse trabalhada dessa forma. Nós pegamos uma empresa, fizemos todo o serviço de fotografia aérea, o serviço topográfico. Depois, nós da CAR, em convênio com o IICA⁴⁷, percorremos a Fazenda com o pessoal de solo e fizemos todo o planejamento. Depois desse planejamento contratamos novamente uma empresa e aí fizemos o loteamento; aí o Sindicato participava também do loteamento. O sindicato fez as listas. O trabalho foi anterior ao assentamento (ENTREVISTA...,2000 (b)).

Portanto, “em Almas foi tudo certinho” (ENTREVISTA..., 2000 (a)). Esta frase do filho de um assentado do PA Almas indica que o processo de implantação deste assentamento foi diferente. Como já foi abordado, o Projeto de Assentamento Almas passou por um processo de planejamento que foi promovido pelo Estado à medida que este PA surgiu como uma proposta de servir como modelo para a implantação de outros assentamentos. Esse planejamento constituiu-se, basicamente, da elaboração de estudos do meio natural da área, que serviram para definir o modelo de parcelamento e da realização de um Estudo de Impacto Ambiental, fato pioneiro em áreas de reforma agrária no Estado da Bahia e que diferenciou o PA Almas de muitos outros PA's do Estado.

⁴⁷ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

É crescente a preocupação com as questões ambientais hoje no Brasil, tanto que o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Esta legislação foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.8351, de 1º de junho de 1983. O Estado da Bahia também legislou sobre meio ambiente e possui um Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais que visa, segundo a Lei nº 3.858 de 03 de novembro de 1980, promover, dentro da política de desenvolvimento integral do Estado, a conservação, defesa e melhoria do ambiente, em benefício da qualidade da vida ⁴⁸. Este sistema é composto pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA) – como órgão executivo – e pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), como órgão consultivo e deliberativo.

Um dos instrumentos fundamentais da Política Nacional de Meio Ambiente é a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) para a realização de obras que modifiquem significativamente o meio ambiente. Essa avaliação deve ser procedida com a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)⁴⁹ para o licenciamento dessas obras pelo órgão ambiental competente. O Decreto nº 88.351 de 1983 que regulamentou a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, determinou que o EIA deveria ser realizado segundo critérios básicos a serem estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o que viria a ocorrer em 1986, através da sua Resolução 001/86 (TOMASSI, 1994, p. 6). Um EIA

[...] é um instrumento de política ambiental, destinado a fazer com que os impactos ambientais de projetos, programas, planos ou políticas sejam considerados, fornecendo informações ao público, fazendo-o participar e adotando medidas que eliminem ou reduzam a níveis toleráveis esses impactos (TOMASSI, 1994, p. 4).

Logo, toda e qualquer obra ou atividade que alterar o meio ambiente deve, necessariamente, antes de sua execução, ser submetida à realização de um Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), a ser executado pelo órgão ambiental competente (no caso da Bahia o CRA). O EPIA indica se determinada obra ou atividade causará impacto significativo. Em caso de resultado de

⁴⁸ Lei estadual nº 3 858, de 03 de novembro de 1980, que institui o Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais.

⁴⁹ Muitas vezes se confunde EIA e RIMA. O EIA é mais abrangente e engloba a própria elaboração do RIMA. O estudo de impacto ambiental compreende o levantamento da literatura científica e legal pertinente, trabalhos de campo, análises de laboratório e a própria redação do relatório. Já o RIMA apresenta em uma linguagem mais acessível ao público as conclusões do EIA. O RIMA é a parte mais visível (ou compreensível) do procedimento, verdadeiro instrumento de comunicação do EIA ao administrador (poder público) e ao público. O RIMA deve refletir as conclusões do estudo de impacto ambiental.

impacto não significativo é concedida a licença sem que o empreendedor precise providenciar a realização do EIA/RIMA. Em caso de resultado de impacto significativo o empreendedor deverá providenciar a realização do EIA/RIMA⁵⁰, para que, depois de sua aprovação, seja concedida a licença da obra. Mesmo no caso em que o empreendedor seja o próprio poder público, deverá ser realizado o EIA/RIMA.

O EIA/RIMA é um instrumento muito importante da política ambiental dado o seu caráter bastante abrangente, contendo diversas variáveis e elementos a serem diagnosticados e avaliados. Um aspecto importante do EIA/RIMA é que ele contempla não só um diagnóstico do meio físico e biológico, mas também do meio sócio-econômico, o que revela uma concepção de meio ambiente que abrange a natureza e a sociedade⁵¹. O Estudo deve recomendar as medidas mitigadoras, ou seja, o que se deve fazer para diminuir os impactos negativos. A definição da bacia hidrográfica onde se localiza o projeto como área de influência é um parâmetro fundamental porque muitas vezes os impactos provocados em um lugar podem afetar um ecossistema a quilômetros de distância. Sendo assim, o monitoramento dos impactos, definidos no EIA/RIMA, deverá abarcar toda a área de influência do projeto. Um EIA deve propor alternativas tecnológicas que minimizem efeitos indesejáveis, alternativas locais que evitem a implantação do projeto em ambientes impróprios, impactáveis (TOMASSI, 1994, p. 4).

Uma área de reforma agrária pode ser considerada um empreendimento causador de grandes impactos. A criação de um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária gera, a um só tempo, impactos ambientais, sócio-econômicos e territoriais que precisam ser diagnosticados, avaliados e monitorados como forma de potencializar o uso agrícola da terra. É fundamental que as áreas de reforma agrária sejam bem selecionadas, pois a qualidade dos recursos naturais é um fator muito

⁵⁰Um EIA/RIMA deve atender os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e obedecer as seguintes diretrizes gerais: I – contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; II – identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade; III – definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza; IV – considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade. As despesas com o EIA/RIMA, inclusive o pagamento da equipe, é de responsabilidade do empreendedor. Todo EIA deve ser submetido a uma audiência pública. A audiência pública tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e de seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito. Qualquer pessoa interessada pode ter acesso ao RIMA, salvo nos casos de segredo industrial (neste caso o RIMA é sigiloso).

⁵¹ É importante salientar que o estudo do meio ambiente não é especialidade de nenhuma área do conhecimento, visto que, o meio ambiente é um todo composto por partes interdependentes. Sendo assim, qualquer análise ambiental pressupõe estudos integrados que contemplam abordagens de diversas ciências. Por isso mesmo o EIA deve ser feito por uma equipe multidisciplinar devidamente habilitada e cadastrada pelo órgão ambiental competente.

importante para o desenvolvimento dos Projetos. Assentar trabalhadores numa área com baixa fertilidade do solo, declive acentuado do terreno ou com pouca ou nenhuma disponibilidade de recursos hídricos, por exemplo, compromete sobremaneira o processo produtivo no assentamento, visto que estes trabalhadores chegam às áreas de reforma agrária muito pobres e sem nenhuma condição de adquirir tecnologias adequadas para a superação dessas limitações naturais. Como analisa Germani (1997, p. 6),

O que se observa é que a falta de critérios para eleger as áreas é freqüentemente apontada como um dos fatos responsáveis pela frustração dos resultados. De uma maneira geral a localização dos projetos é determinada sem que se realize uma avaliação dos recursos naturais, especialmente sobre solos, relevo, clima, recursos hídricos e florestais.

Euclides Neto coloca que quando esteve à frente da SERAC enfrentou este problema. Afirma, outrossim, que seria bom se fosse feito

[...] o levantamento dos recursos naturais, cientificamente executado, como exigido pelo INCRA, mas era caríssimo, efetuado por gente de fora, em concorrências absurdas, que de nada serviam. Os trabalhadores identificavam melhor onde plantar feijão, milho, mandioca, arroz, mamona, através do seu milenar hábito de cultivar. Além do mais, os mapas, pilhas deles, elaborados com tanta sofisticação, nem sempre coincidiam com a localização exata no terreno. Tudo não passava de uma empulhação. Claro que gostaríamos que a técnica-de-ponta fosse aplicada. Contudo, a realidade era outra (NETO, 1999, p. 21).

Não existe ainda um processo efetivo de planejamento para os Projetos de Assentamento, muito embora o INCRA determine que sejam realizados levantamentos de recursos naturais nestas áreas, dentre outros estudos⁵². Na sua maioria, os assentamentos “caracterizam-se pela baixa qualidade dos recursos naturais” (ROMEIRO, 1994, p. 148) e enfrentam sérios problemas ambientais, além dos outros problemas já comumente conhecidos.

A despeito de tudo que já foi abordado até aqui, consideramos que o processo de criação do Projeto de Assentamento Almas representa uma exceção à regra. Pelo menos na implantação deste

⁵²Atualmente o INCRA tem realizado nos assentamentos o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Este plano “[...] é que vai orientar os rumos e as ações para o desenvolvimento sustentável do assentamento. Ele será elaborado de forma participativa pelas famílias assentadas, com a orientação de uma empresa ou entidade cadastrada e contratada pelo INCRA. Esta contratação se dá via licitação, ou outra alternativa que as superintendências regionais consigam viabilizar com a participação das famílias no processo de escolha (MDA/INCRA..., 2001)”. Esses planos têm sido realizados, geralmente, por organizações não-governamentais que firmam convênio com o INCRA.

PA foram consideradas variáveis ambientais e para a sua criação foi realizado um levantamento dos recursos naturais, o que ocorreu, como já foi abordado, devido ao PA Almas ter “nascido” da vontade política de implantá-lo. Vale ressaltar que o referido PA não representou um assentamento demandado pela pressão de movimentos sociais locais nem por uma ocupação anterior ao assentamento das famílias. Almas é um assentamento que foi criado de “cima para baixo”, um assentamento projetado, pensado pelos técnicos de Governo e que surgiu a partir da necessidade de evidenciar a reforma agrária como uma prioridade naquele momento. Daí o planejamento da área aparecer como um pressuposto para o bom desenvolvimento do assentamento.

O EIA/RIMA do PA Almas foi elaborado por iniciativa do INCRA e executado pela SERAC/ CAR. A realização deste trabalho foi, segundo o próprio RIMA,

[...] fruto do amadurecimento, também a nível institucional, de que a questão ambiental não é isolada, mas corresponde e está vinculada a qualquer ação de planejamento do desenvolvimento, uma vez que os recursos naturais, como um sistema, se constituem na base de sustentação e garantia do próprio processo econômico-social. (MIRAD/SERAC/CAR..., 1987 (a)).

Dentre as contribuições do EIA/RIMA para as áreas de reforma agrária podemos destacar a facilitação do conhecimento do espaço do assentamento, das características do meio físico e a indicação de fontes geradoras de recursos para a exploração e sustento dos assentados. O conhecimento dos recursos naturais do assentamento é um fator importantíssimo para o desenvolvimento dessas áreas. Muitas vezes estes recursos apresentam potencialidades econômicas que, se bem exploradas, podem representar mais uma fonte de renda para o assentamento. Existe uma “relação dinâmica entre o assentamento e o seu meio ambiente, permanentemente redefinindo-se” (TINOCO, 199-), o que exige “a adoção oportuna de decisões adequadas e estas decisões são subsidiadas pelo planejamento” (TINOCO, 199-).

Uma outra questão chave refere-se ao parcelamento. Como não há uma homogeneidade na distribuição dos recursos naturais dentro dos assentamentos é preciso que a divisão dos lotes considere este aspecto. Um lote de 5 hectares em uma terra fértil, por exemplo, não tem o mesmo valor produtivo que um lote com 5 hectares em uma terra pedregosa. A topografia do assentamento

também tem que ser considerada, visto que um lote localizado em um terreno muito íngreme dificultará a sua exploração. A disponibilidade de recursos hídricos é outro fator fundamental a ser analisado para o parcelamento das terras. Por isso, é preciso que os recursos naturais do assentamento sejam bem avaliados para que o parcelamento seja orientado a partir dessas informações.

O EIA/RIMA do PA Almas – estudo pioneiro em áreas de reforma agrária na Bahia – foi executado por consultores contratados pela CAR e suas diretrizes foram estabelecidas a partir de um Termo de Referência entre os consultores e a CAR. Um técnico da CAR, quando se refere ao contexto político da criação do PA Almas coloca que “era necessário, naquele primeiro momento, ter um programa de manejo do solo e de aproveitamento” (ENTREVISTA..., 2000 (b)). Segundo ele, isso só veio a acontecer em 1986, no início do Governo Waldir Pires e, anteriormente,

[...] as áreas desapropriadas não tinha nada disso. O EIA/RIMA é obrigatório para todo e qualquer Projeto de Reforma Agrária. Almas, como era modelo, foi o primeiro a ser feito; foi o que eles levaram com mais critério, porque nos outros não teve critério nenhum. No caso de Almas foi criterioso, inclusive para a proposta de divisão das terras (ENTREVISTA..., 2000 (b)).

Um “assentamento modelo” deveria seguir todas as regras e respeitar a legislação em vigor. Assim aconteceu com a implantação do PA Almas. O EIA/RIMA considerou que o assentamento rural é fruto da combinação dos processos de ocupação, organização e equipamento do espaço rural para favorecer o desenvolvimento econômico, cultural e político de uma sociedade determinada, dentro de um marco geográfico também determinado (MIRAD/SERAC/CAR..., 1987 (a)). Portanto, num assentamento rural, sobretudo nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, congregam-se diversos aspectos – ambientais, sociais, econômicos, políticos, culturais, tecnológicos – que precisam ser analisados em conjunto. Só dessa forma tem-se um retrato fiel do PA. E o EIA/RIMA do PA Almas preocupação de proceder a análise dos impactos ambientais de implantação do citado PA, abordando os seguintes aspectos: a) a localização e caracterização da área do Projeto e as áreas de influencia no meio natural; b) características regionais do meio social; c) identificação de processos e ações potencialmente impactantes e impactos potenciais negativos; d) conclusões e sugestões para incorporação das variáveis ambientais na construção do PA Almas;

e) avaliação de impacto ambiental no meio físico e no meio social; f) conclusões, sugestões e recomendações para o meio físico e social.

O anexo II apresenta um quadro com os impactos no meio natural do PA Almas, elaborado a partir do EIA do assentamento (neste quadro, na coluna “Avaliação”, o índice 5 indica “alto impacto” – intensidade e amplitude –, considerando-se tão somente impactos negativos, ou seja, aqueles que deterioram a qualidade e/ou quantidade dos recursos ambientais).

O EIA/RIMA do PA Almas foi realizado sem nenhuma participação dos trabalhadores rurais. O estudo “foi feito sem a população, foi uma coisa de gabinete” (ENTREVISTA..., 2000(b)). É fundamental que um planejamento desta natureza seja discutido com os assentados, visto que suas recomendações deverão se transformar num plano de execução que, posteriormente, precisa ser seguido pelos assentados, como salienta um técnico da CAR:

[...] eu acho que é importante ter EIA/RIMA, mas o relatório só tem valor se a população tomar conhecimento dele, ela precisa ser trabalhada para cumprir as diretrizes que o estudo indicar. Sem isso é melhor não fazer. Qualquer planejamento que se faz só interessa se a população que demanda o serviço for educada para seguir as diretrizes. Houve baixíssima participação, de modo geral não houve participação. Em Almas essa demanda da população sempre foi baixa. Almas foi um Projeto de cima para baixo. O PA Almas serviu naquela região de propaganda para o Estado que dizia: essa é a forma de fazer. Era considerado um projeto modelo (ENTREVISTA..., 2000 (b)).

Embora, naquele momento, o EIA/RIMA fosse obrigatório para as áreas de reforma agrária, em poucos Projetos de Assentamento na Bahia o estudo foi efetuado. Este instrumento mostrou-se bastante oneroso, muito detalhado e demorado, o que dificultava a sua realização. Atualmente, por determinação da resolução 289/2001 do CONAMA, antes da implantação de novos projetos de assentamento, o INCRA deve providenciar, junto ao órgão ambiental competente, a Licença Prévia (LP), que aprova a localização e a concepção do Projeto. Depois de instalado, o PA deve ser expedida uma Licença de Instalação e Operação (LIO). Para a liberação da LIO, o órgão ambiental elabora um Termo de Referência que orienta o INCRA quanto à necessidade de efetivação de um Projeto Básico ou de um Estudo de Impacto Ambiental⁵³.

⁵³ Em 17 de outubro de 2003 foi assinado, perante o Ministério Público Federal, um acordo denominado de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o INCRA, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Este Termo estabelece as regras e princípios para o licenciamento ambiental dos antigos e dos novos Projetos de

Um outro importante trabalho realizado no período da implantação do PA Almas foi “O Estudo de Solo, Classificação das Terras, Zoneamento Agropecuário, Aptidão Climática das Culturas e o Plano Físico do Assentamento”. Os Estudos de Solo foram realizados numa escala de 1: 5000 e 1: 2000, que foram obtidos através de interpretação de fotografias aéreas, com suas respectivas checagens e alta intensidade de observação e pesquisa de campo. A partir daí foi confeccionada uma carta de solos que, junto com os dados de campo, foram as bases para a elaboração do mapa de Classes de Capacidade de Uso do Solo, na mesma escala da carta de solos. Os dados contidos no Levantamento de Solos e das Classes de Capacidade de Uso do Solo permitiram delinear o Zoneamento Agropecuário que definiu o tipo de exploração mais adequado para o assentamento, do ponto de vista físico, isto é, de acordo com as potencialidades e limitações naturais da terra (GOVERNO..., 1989, p.6). Este Estudo foi desenvolvido por uma equipe técnica especializada.

Em função trabalho acima mencionado foram apresentadas, aos futuros assentados, quatro alternativas de parcelamento, todas considerando a disponibilidade e distribuição dos recursos naturais do PA. Um técnico da CAR lembra que “para a gente não fazer um quadrado e traçar lotes para todo mundo, sem planejamento, esse Estudo de Solo viabilizou cada produtor ter uma parte boa, acesso ao rio. Isso foi possível a partir do estudo de solo, do mapeamento e do EIA/RIMA” (ENTREVISTA..., 2000 (b)). O Plano de Parcelamento desse estudo coloca que “no processo de assentamento e redistribuição da terra para pequenos produtores, deve existir, em todas as ações, um benefício igualitário para os assentados, principalmente no que diz respeito à distribuição da terra em termos econômicos” (GOVERNO..., 1989, p. 81). Daí o papel fundamental do Zoneamento Agropecuário para as áreas de assentamento, “uma vez que o Zoneamento permite o estudo agroeconômico dos distintos tipos de exploração agropecuária e, além disso, baseia-se na Capacidade de Uso da Terra” (GOVERNO..., 1989, p. 81).

Os critérios para a definição das propostas de parcelamento do PA Almas basearam-se no Zoneamento Agropecuário. Também foram consideradas as disponibilidades de acesso à água, bem como aos centros de serviços comunitários e de infra-estrutura. Segundo o Estudo,

Assentamento criados pelo INCRA em todo o Brasil, conforme determina a resolução 289/01 do CONAMA e define um prazo de 3 (três) anos para que todos os assentamentos estejam licenciados. A fiscalização do TAC é feita pelo Ministério Público Federal. Entretanto, os órgãos envolvidos estão enfrentando dificuldades operacionais para cumprir o TAC.

Uma unidade produtiva (UP) ou Lote, faz parte ou é membro de um corpo maior de produção, sendo assim ela deve ser funcional e assistida ou servida com infraestrutura produtiva e sócio-econômica que permita promover o desenvolvimento agropecuário da Fazenda Almas, e sempre de acordo com as necessidades e aspirações dos beneficiários do assentamento (GOVERNO..., 1989, p. 86).

Os estudos ambientais do PA Almas subsidiaram o planejamento territorial, expresso através do plano físico e do parcelamento do PA. Como as condições e distribuição das terras de mesma qualidade no assentamento são muito irregulares e a disponibilidade de água é escassa⁵⁴, foram propostas, como já dito antes, quatro alternativas de parcelamento (Figuras 5, 6, 7 e 8), a saber:

A primeira alternativa (A) propôs que as terras aconselháveis para pastagens e terras para conservação e preservação, fossem destinadas para uso coletivo, e o restante das terras aconselháveis para culturas fossem parceladas em unidades produtivas com extensões iguais, em torno de 30 ha cada lote.

A segunda alternativa (B) sugeriu o parcelamento em unidades produtivas somente das terras aconselháveis para culturas permanentes e anuais, margeadas ao longo do Rio Verde, com extensão para cada lote em torno de 5 ha e o restante das terras para uso comunitário.

A terceira alternativa (C) propôs que as terras aconselháveis para culturas permanentes e anuais fossem destinadas para uso coletivo e o parcelamento em unidades produtivas fosse feito nas terras aconselháveis para agricultura em sequeiro, mantendo, também, para uso coletivo, as terras para pastagens e terras para preservação e conservação.

A quarta alternativa (D) sugeriu o parcelamento em unidades produtivas diferenciado em extensão, isto é, a área dos lotes de acordo com a Classe das Terras, e mais um lote complementar para cada unidade produtiva nas terras que margeiam o Rio Verde. Assim sendo, todos os beneficiários teriam acesso à água e seriam, mantidas também, para uso comunitário, as terras aconselháveis para pastagens e as terras para conservação e preservação da vegetação natural existente.

⁵⁴ A água de superfície só é disponível nas margens do Rio Verde, que corta o PA. Neste caso a referencia é a água para consumo humano.

Posteriormente, as

[...] alternativas de parcelamento em unidades produtivas – lote –, com suas vantagens e desvantagens, foram submetidas à apreciação dos beneficiários do assentamento e coube a eles a escolha do tipo de parcelamento que mais se ajustasse às suas necessidades e aspirações, dentro das quatro alternativas (A,B,C,D) propostas de parcelamento. Após a análise dos tipos ou modelos de parcelamento pelos beneficiários, a escolha recaiu sobre a quarta alternativa (D), que propõe o parcelamento em unidades produtivas – lotes – no sequeiro, com lote complementar ao longo do Rio Verde (GOVERNO..., 1989, p. 87).

A escolha do modelo de parcelamento pelos futuros assentados deu-se através de uma assembléia ocorrida no dia 02 de julho de 1987. Contudo, uma crítica dos próprios autores do EIA/RIMA do PA Almas revela que:

Na realidade, a escolha do modelo não foi fruto de uma discussão séria, com informações certas por parte dos técnicos sobre o zoneamento ambiental da Fazenda, menos ainda se aplicou um esquema de trabalho social para viabilizar discussão tão séria nas suas conseqüências, usando dinâmica de grupo e repetindo as reuniões às vezes necessárias. Houve uma visível precipitação. As causas: 1) os órgãos governamentais precisavam cumprir prazos, já vencidos; 2) os estudos de zoneamento ambiental eram menos que precários nesse momento; 3) os selecionados, obviamente pessoal muito pobre, não dispunha de dinheiro, libertado de tempo, nem meios para dedicar-se a essa tarefa, sendo que não podia aplicar-se ainda o crédito alimentação de 1 salário mínimo ao mês por família, pelo fato de não serem formalmente beneficiários – apenas selecionados. E essa foi a acelerada tarefa dos técnicos do INCRA e da CAR, ocupando a maior parte do tempo líquido da assembléia. Era a forma de quebrar o círculo vicioso, formalizando a condição de beneficiários (INCRA..., 1987 (b)).

Esta colocação mostra que a escolha do modelo de parcelamento foi na verdade induzida pelos técnicos que eram pressionados pela rigidez burocrática. Dessa forma, não houve tempo suficiente para realizar uma discussão com os agricultores e amadurecer os propósitos e conseqüências dos quatro modelos apresentados. Na verdade o modelo de parcelamento foi escolhido pelos agricultores que estavam cadastrados e selecionados e não os que já estavam definitivamente assentados.

FIGURA 5

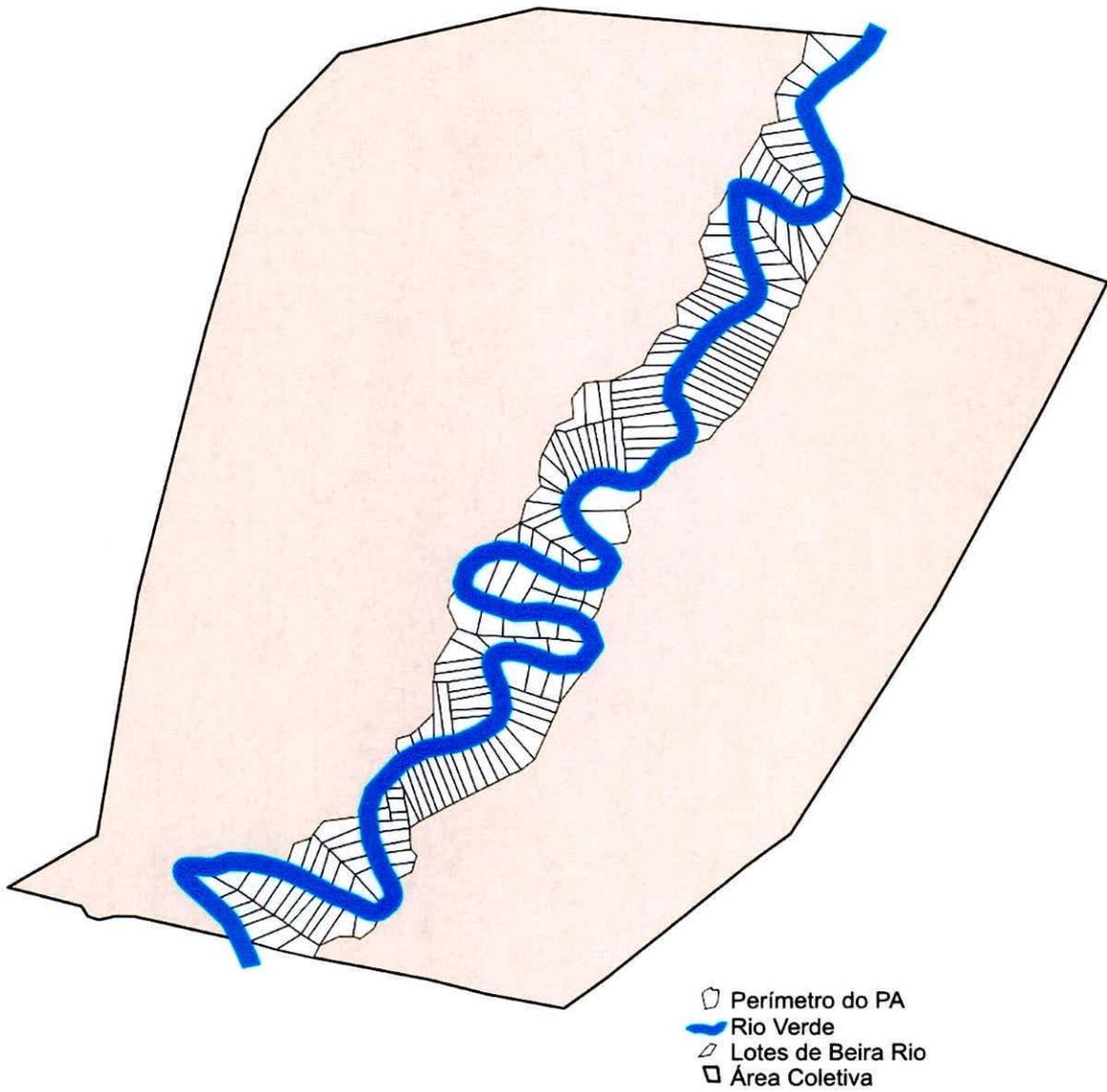
PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS
MODELO DE PARCELAMENTO - ALTERNATIVA A
2005



Fonte: SERAC/CAR, 1987
Adaptação: Flavio Luis Assiz dos Santos
Elaboração: Projeto GeografAR

FIGURA 6

PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS
MODELO DE PARCELAMENTO - ALTERNATIVA B
2005



Fonte: SERAC/CAR, 1987
Adaptação: Flávio Luis Assiz dos Santos
Elaboração: Projeto GeografAR

FIGURA 7

PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS
MODELO DE PARCELAMENTO ALTERNATIVA C
2005



Fonte: SERAC/CAR, 1987
Adaptação: Flavio Luis Assiz dos Santos
Elaboração: Projeto GeografAR

FIGURA 8

PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS
MODELO DE PARCELAMENTO - ALTERNATIVA D
2005



Fonte: SERAC/CAR, 1987
Adaptação: Flavio Luis Assiz dos Santos
Elaboração: Projeto GeografAR

Depois da escolha do tipo de parcelamento foram realizados os seguintes trabalhos: a) seleção e dimensionamento dos sítios para serviços comunitários; b) definição e dimensionamento das áreas para parcelamento de unidades produtivas – lotes – em sequeiro; c) definição das áreas para os lotes complementares ao longo do Rio Verde; d) identificação e delimitação das áreas para uso coletivo com pastagens extensivas – fundo de pasto –, e também foram delimitadas as áreas de preservação e conservação da vegetação existente, sendo estas excluídas do parcelamento; e) traçados os eixos principais das vias de acesso ou malha viária para as unidades produtivas (GOVERNO..., 1989, p. 89). Portanto, como já sinalizamos, os estudos realizados no PA Almas subsidiaram o planejamento territorial do assentamento.

Para viabilizar a realização desses estudos e para prestar toda a assistência necessária aos agricultores no início do assentamento, o INCRA e a CAR montaram um escritório na antiga casa sede da Fazenda Almas. Neste escritório havia cozinha, mesas, cadeiras, camas, mimeógrafos, máquinas de escrever. Era um escritório e, ao mesmo tempo, um alojamento para os técnicos dos diversos órgãos que trabalhavam no assentamento. No início os técnicos orientavam diretamente as famílias com relação a todas as questões inerentes ao assentamento e, muitas vezes, faziam várias promessas aos assentados. Um assentado diz que “a assistência aqui era muito forte, todo mundo articulado, o INCRA, a CAR, a EBDA, era um trabalho cerrado. A CAR dava assistência de tudo, alimentação, um monte de coisa” (ENTREVISTA..., 2003). Inclusive, o governador Waldir Pires, o secretário Euclides Neto e o superintendente do INCRA, Carlos Arruti, estiveram no assentamento, como lembra um assentado:

No início Dr. Waldir veio aqui, Arruti do INCRA, na época Euclides Neto, que era o secretário da reforma agrária. Vieram visitar a área, na época eu acho que estavam andando em algumas reformas aqui, Almas na época era modelo, né? No início o pessoal tinha vontade, trabalhava em grupo, era organizado, existia um investimento mais fechado, então eles visitaram Almas (ENTREVISTA..., 2000 (a)).

Portanto, como vimos, o PA Almas foi criado em meio a grandes expectativas, tanto para os assentados, quanto para os governantes à época, que fizeram questão de visitar o PA como forma de mostrar a intenção de transformar este assentamento numa referência para a reforma agrária baiana.

No capítulo seguinte descreveremos as características da organização sócio-espacial e produtiva deste assentamento (desde a sua criação) e apontaremos alguns problemas que surgiram ao longo da trajetória do “assentamento modelo”.

4 A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E PRODUTIVA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS

O Projeto de Assentamento Almas localiza-se em Itaguaçu da Bahia, município emancipado de Xique-Xique, na Região Econômica de Irecê. O acesso ao assentamento se faz através de um povoado denominado Rio Verde II, localizado às margens da BA-052 (Estrada do Feijão – Fotos 3 e 4). O assentamento dista 76 Km da sede do município de Irecê, 41 km da sede do município de Xique-Xique e 543 Km de Salvador. Entre o povoado de Rio Verde II e a sede do PA Almas são 18 km percorridos por uma estrada não pavimentada (estrada Rio Verde-Baixa Funda) e em péssimas condições de tráfego (Foto 5). Esta estrada percorre todo o PA Almas no sentido sudoeste-nordeste e segue até a comunidade de Baixa Funda, ao norte do assentamento. Embora já existente anteriormente ao assentamento, o seu traçado sofreu uma pequena alteração para se adequar ao parcelamento do PA Almas.

Não há nenhuma placa à entrada do PA indicando a sua existência (o que marca a entrada do assentamento é um “mata-burro”, o qual serve para evitar a fuga dos animais). À primeira vista, o Projeto de Assentamento se confunde com os demais imóveis rurais existentes ao longo da estrada Rio Verde-Baixa Funda. Todavia, logo após a entrada do assentamento e em toda a sua extensão, a paisagem denuncia que aquela propriedade rural diferencia-se das fazendas e minifúndios da região, por se tratar de uma área de reforma agrária.

4.1 O Parcelamento

O Projeto de Assentamento Almas ocupa uma área de 8.840 ha e é cortado, longitudinalmente, quase ao meio, no sentido sudoeste-nordeste, pelo Rio Verde, afluente do Rio São Francisco, constituindo-se num curso d'água semi-perene com relativa disponibilidade de água e que tem localizada à montante do seu curso superior a Barragem de Mirorós (Fotos 6 e 7). O Rio Verde divide o assentamento em duas partes: leste e oeste. Este rio, sem dúvida, é um elemento estruturante do assentamento, pois toda a organização espacial do PA Almas se dá em torno ou por

causa do rio (Figura 9).

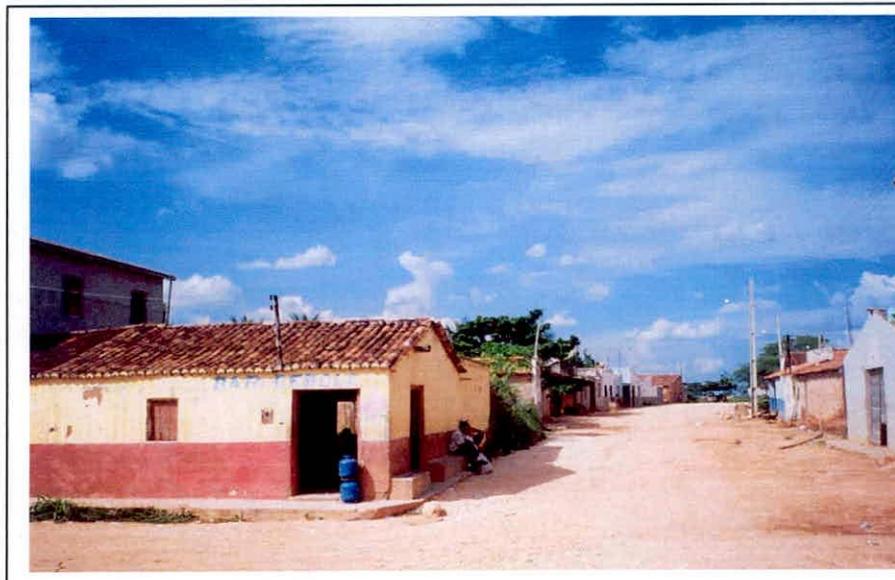
Os lotes de beira rio são identificados de acordo com a margem onde se localizam. Os lotes da margem direita são identificados com a sigla MD e os lotes da margem esquerda com a sigla ME: MD-01, MD-02 ou ME-02 e assim sucessivamente. Os lotes de sequeiro, que foram divididos em seis grupos, são assim identificados: A1, A2, A3, A4, A5, A6, cada um com a numeração variando de acordo com o número de assentados contidos em cada grupo. Procurou-se, a partir dos grupos de sequeiro, fazer uma correspondência com os lotes de beira rio, no sentido de que cada assentado tivesse o seu lote de sequeiro mais próximo do de beira rio.

Foto 3 – Entrada do município de Itaguaçu (às margens da BA-052)



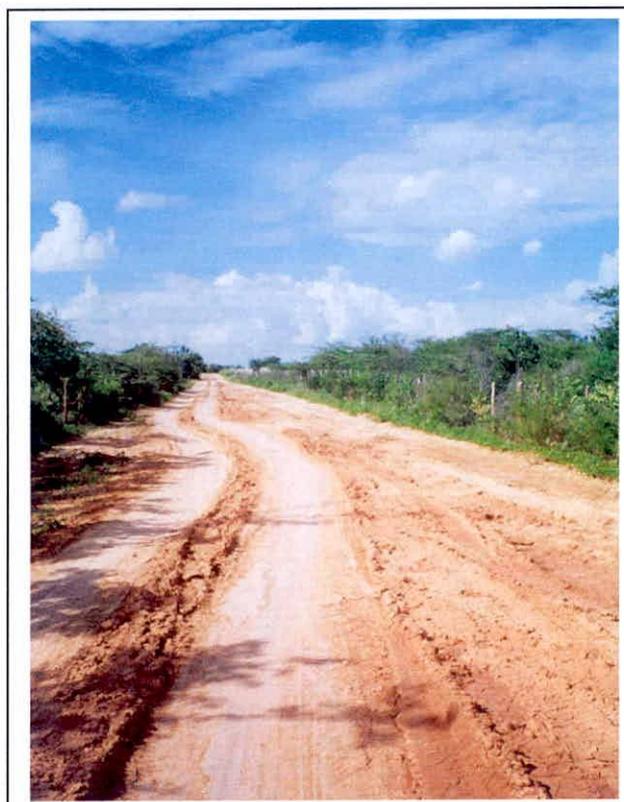
Fonte: Flávio Luis Assiz dos Santos, 2003.

Foto 4 – Povoado do Rio Verde II (entrada para o PA Almas)



Fonte: Flávio Luis Assiz dos Santos, 2000.

Foto 5 – Estrada Rio Verde – Baixa funda



Fonte: Flávio Luis Assiz dos Santos, 2000.

Fotos 6 e 7 – Rio Verde margeado com carnaúbas



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2000.

O rio é margeado por lotes de 5 ha, de modo que todos os assentados têm acesso a ele. O lado direito do rio tem uma menor quantidade de lotes porque a extensão do assentamento é menor deste lado, uma vez que a porção norte da antiga Fazenda Almas, ao lado direito do Rio Verde, não pertence ao PA Almas, pois corresponde à parte da propriedade que não foi desapropriada pelo INCRA (esta localidade é conhecida como Jacarezinho). Os lotes de beira rio foram demarcados de modo a se adequarem às curvas do rio, por isso apresentam formas geométricas diferentes. Todos os lotes de beira rio da margem direita do Rio Verde têm acesso direto à estrada principal do assentamento (estrada Rio Verde – Baixa Funda –Figura 9).

Por exigência do Código Florestal Brasileiro, a vegetação da mata ciliar do Rio Verde deve ser preservada, constituindo-se numa Área de Preservação Permanente⁵⁵. Esta vegetação é de suma importância para o meio ambiente do assentamento, uma vez que evita o assoreamento do rio⁵⁶. Todavia, é visível no assentamento que os assentados não estão respeitando os limites da faixa de preservação da mata ciliar. Os próprios assentados reconhecem esse problema. Um deles coloca:

⁵⁵ A faixa a ser preservada, por determinação do código florestal, depende da largura do rio. Esta faixa inicia-se a partir do leito maior do rio.

⁵⁶ Assoreamento é o processo de elevação de uma superfície por deposição de sedimentos. Obstrução parcial de córregos, rios, canais ou estuários por sedimentos como areia ou outros detritos, concentrando-se geralmente onde a correnteza é menor (Gionanneti, 1996).

“existia uma regra que teria que deixar pelo menos 5% em mata além da margem da beira do rio, só que ninguém nunca deixou; e na área toda olhe lá se chega a 5%” (ENTREVISTA..., 2003). Por conta disso, o Rio Verde já se encontra bastante assoreado. Algumas casas foram construídas bem próximas ao rio. O lixo e as águas servidas são jogados no fundo das casas e, com a chuva, são levados para o leito do rio, provocando sérios impactos ambientais. Há muitos anos o IBAMA não vai ao assentamento para fiscalizar as áreas de preservação e de conservação do PA.

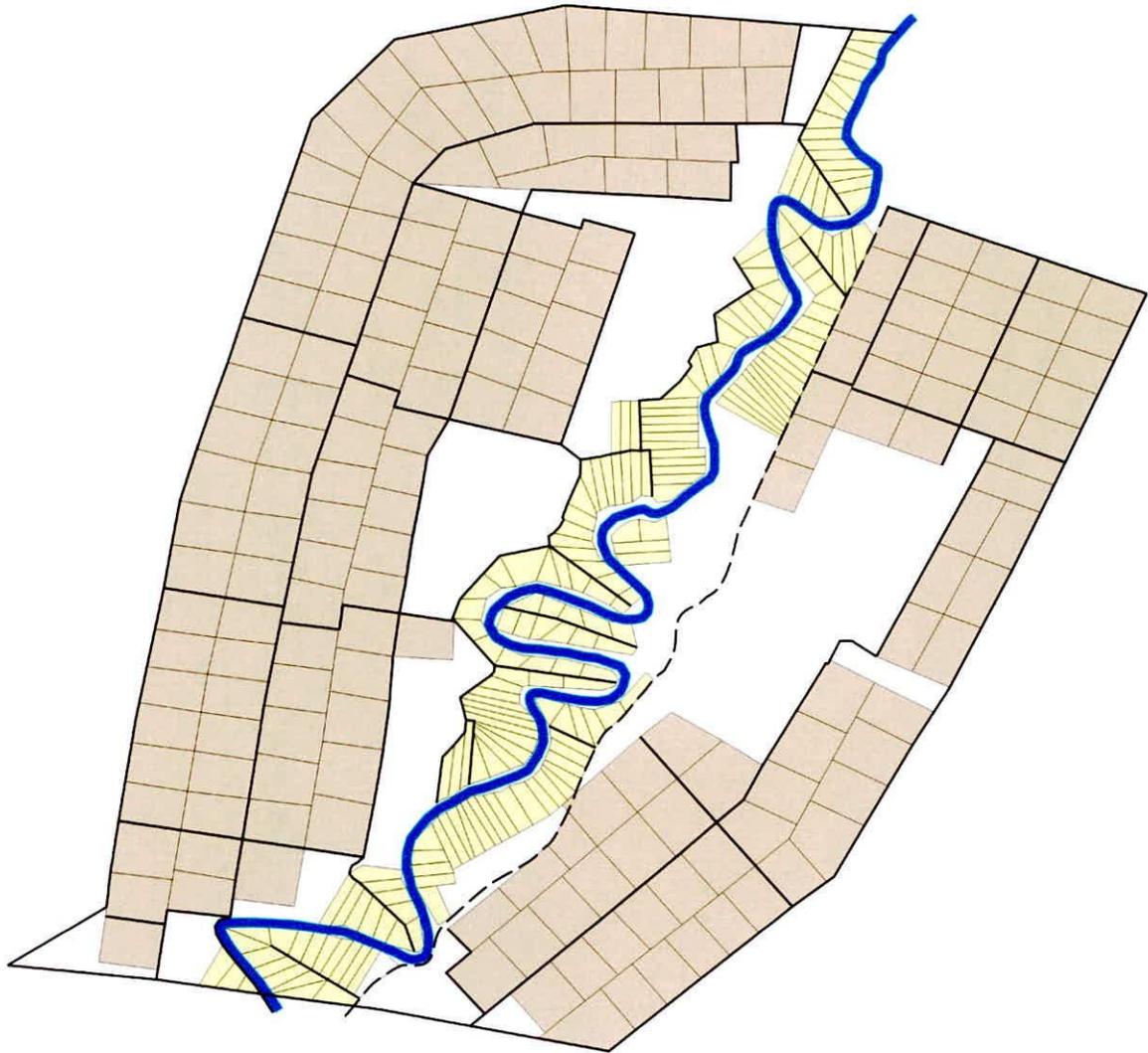
Os lotes de sequeiro têm extensão variando entre 25 e 30 ha e estão distribuídos em quadras dos dois lados do rio. Estes lotes apresentam, em sua maioria, formas retangulares e todos têm acessibilidade às estradas internas que se comunicam com a estrada principal do assentamento (Foto 8). Os lotes de sequeiro só foram entregues aos assentados depois que foram construídas as estradas internas do assentamento, que dão acesso a estes lotes. O parcelamento do PA Almas foi projetado para que todos os lotes tenham acesso entre si e com a sede do assentamento (Figura 9). Estas estradas são todas de “barro batido” e estão mal conservadas. A manutenção das estradas do assentamento é feita pela Prefeitura de Itaguaçu da Bahia.

Foto 8 – Estrada Rio Verde – Baixa Funda



Fonte: Flávio Luis Assiz dos Santos, 2003.

FIGURA 9
ESTADO DA BAHIA
PARCELAMENTO DO PA ALMAS
2005



-  Rio Verde
-  Lotes de Sequeiro
-  Lotes de Beira Rio
-  Reserva Legal
-  - - Estrada

Fonte: SERAC/CAR, 1987
Adaptação: Flávio Luis Assiz dos Santos
Elaboração: Projeto GeografAR

A obra de construção das estradas internas, executada pelo INCRA através de uma empresa terceirizada (inclusive esta empresa utilizava a mão de obra dos próprios assentados durante a construção), não foi totalmente concluída⁵⁷. Nas partes alagadiças do assentamento (que ficam inundadas quando chove) a empresa colocou várias manilhas para drenar a água. As estradas deveriam ser encascalhadas e passar por cima das manilhas, evitando, desse modo, que os carros atolassem. Porém, as manilhas foram instaladas mas a obra não foi terminada e até hoje os assentados enfrentam problemas de locomoção no assentamento na época das chuvas (Fotos 9, 10 e 11). Segundo relatos, “na época das chuvas algumas estradas não dão acesso” (ENTREVISTA..., 2003). Numa parte do assentamento coberta por um lajedo também foram colocadas manilhas onde seria construída uma estrada. Contudo, como a obra não foi concluída, essa estrada não “está dando em nada, pois não tem como as pessoas trafegarem” (ENTREVISTA..., 2003). É praticamente uma estrada fantasma. A maioria das manilhas está abandonada e outras foram refuncionalizadas por alguns assentados que as utilizam como reservatórios de água.

Entre os lotes de beira rio e os de sequeiro estão localizadas as Áreas de Reserva Legal do assentamento (Fotos 12, 13 e 14 e Figura 9). A destinação de parte do PA como Área de Reserva Legal é uma exigência da legislação florestal brasileira e, no Nordeste, ela deve corresponder a, no mínimo, 20% do imóvel rural, ou seja, o INCRA tem obrigação de deixar 20% do assentamento sem parcelamento e deve demarcar e averbar esta área. Na reserva legal, como se trata de uma área de conservação ambiental, é permitido o uso limitado e racional dos recursos naturais, desde que seja autorizado pelo órgão ambiental competente. No PA Almas, a Área de Reserva Legal hoje é utilizada coletivamente pelos assentados como fundo de pasto, para retirada de madeira em prol da construção de cercas e para usufruto de algumas ervas medicinais. Não existe ainda um Plano de Manejo Florestal para a área, embora seja uma exigência legal para os Projetos de Assentamento.

Além das Áreas de Reserva Legal, o INCRA destinou alguns lotes de beira rio para a realização de pesquisas agrônômicas sobre o assentamento. Entretanto, estes lotes, nunca foram utilizados para tal fim e, atualmente, estão “cheios de mato, do mesmo jeito que chegou tá lá; já deve ter tirado alguma madeira que o pessoal entra e tira” (ENTREVISTA..., 2003). Alguns assentados, com o consentimento da comunidade, ocuparam esses lotes de pesquisa e os utilizam

⁵⁷ Os assentados não souberam dizer o nome da empresa.

para agricultura, refuncionalizando-os.

Fotos 9, 10 e 11 – Manilhas abandonadas



Fonte: Flávio Luis Assiz dos Santos, 2003.

Fotos 12, 13 e 14 – Área de Reserva Legal



Fonte: Flávio Luis Assiz dos Santos, 2000/2003.

O parcelamento definitivo do assentamento foi realizado pelo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) e concluído em 1988. Antes, os assentados identificavam os seus lotes através de pequenos marcos que o INCRA colocou para separar os lotes. A cerca perimetral, que divide o assentamento dos outros imóveis rurais, foi herdada da antiga Fazenda Almas. Esta cerca, depois da constituição do assentamento, foi reformada pelos assentados que aumentaram a quantidade de fios de arame para impedir a fuga de animais. Um dos primeiros créditos recebidos pelos assentados serviu, justamente, para fazer as cercas nos lotes de beira rio e de sequeiro. No início, as cercas dos lotes de beira rio foram feitas de madeira sem arame – as madeiras todas unidas (os assentados chamam este estilo de cerca de “rodapé”). Esta opção de cerca justificou-se porque, na época, os assentados estavam desmatando os lotes para os primeiros plantios, aproveitando assim a madeira para a construção das cercas (segundo orientação dos técnicos do INCRA, conforme relata os

assentados). Tempos depois, foi liberado crédito para a reforma das cercas e eles construíram cercas de arame, visto que as cercas de madeira “normalmente duram oito, nove anos, no máximo. Fomos desmanchando tudo e fizemos de arame” (ENTREVISTA..., 2003). As cercas dos lotes de sequeiro, desde o início, foram feitas de arame. Portanto, todos os lotes do assentamento – de beira rio e de sequeiro – foram demarcados e cercados (Fotos 15 e 16).

Fotos 15 e 16 – Cercas do PA Almas



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Para construir as cercas os assentados utilizaram um sistema conhecido por eles de “embeijo”, que consiste na construção compartilhada da cerca entre dois assentados vizinhos, ou seja, do lado do lote que é comum aos dois assentados, um deles faz metade da cerca e o outro faz a outra metade. Esta forma de construção de cerca é muito comum no sertão nordestino e é utilizado porque traz economia para os agricultores, tanto na construção quanto nas manutenções que precisam ser realizadas constantemente nas cercas para substituir ou reformar as madeiras velhas. Entretanto, o embeijo pode provocar conflitos entre os assentados, como os que iremos relatar no capítulo seguinte.

4.2 Os Povoados do PA Almas

A agregação sócio-espacial das comunidades da Sede, do Bebedouro (ou Abobreiras) e do Toco Preto, deu origem a três povoados dentro do PA Almas. Estes povoados estão localizados do

lado direito do Rio Verde, nas margens da estrada principal que corta o assentamento e se desenvolveram a partir da criação do PA (ver Figura 10, p. 137).

4.2.1 A Sede

O povoado denominado *Sede* localiza-se no centro do assentamento, bem próximo ao rio e em volta da antiga casa sede da Fazenda Almas. Distando 6 km da entrada do assentamento, o citado Povoado é cortado ao meio pela estrada Rio Verde- Baixa Funda. Logo em sua entrada, existe uma pequena escola – Escola Municipal Santa Luzia – e mais ao centro, a Escola Municipal Marcos Freire – a maior escola do assentamento. A Sede está estruturada em torno de uma grande rua principal, onde se encontra, além das residências, todo o comércio do assentamento. Este comércio é formado, fundamentalmente, por bares, mercadinhos, armazéns e duas borracharias que atendem as demandas dos vários carros que foram adquiridos pelos assentados (Fotos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24). Este Povoado é, pois, considerado o ponto de convergência de todos os fluxos do PA Almas.

Fotos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 – Casas e comércio da Sede





Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Muitos assentados fizeram reformas e ampliações nas suas casas, alterando a estrutura que foi construída com o crédito habitação, concedido pelo INCRA. Algumas casas da Sede, para mias da sala, cozinha e dos dois quartos, têm também garagens e varandas. Por isso, não existe hoje um único padrão de construção das casas, como certamente existia nos primeiros anos do assentamento (geralmente, as empresas contratadas para construir casas em assentamentos fazem todas com um mesmo modelo). Na Sede existem várias outras ruas e becos que estão em franco processo de crescimento, agregando, a cada dia, novas casas (Foto 25).

A formação deste povoado inicia-se com a formação do próprio assentamento. Quando da liberação do crédito habitação a maioria dos assentados construiu suas casas nos lotes de beira rio (Foto 26). Contudo, dois ou três assentados que possuíam os lotes de beira rio mais próximos do Povoado Sede optaram por construir as suas casas nesta localidade. Além disso, os antigos

vaqueiros da Fazenda que já moravam na Sede utilizaram o crédito para reformar suas casas ou construir novas casas, permanecendo todos, pois, no mencionado Povoado (Foto 27). Com o tempo, os assentados começaram a sentir as dificuldades de locomoção dos lotes para a Sede (a distância entre um lote de sequeiro e a Sede corresponde a aproximadamente a 7 km).

Foto 25 – Casa em construção na Sede



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Foto 26 – Casa em lote de beira rio



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2000.

Foto 27 – Casas de antigos vaqueiros



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2000.

No primeiro ano do assentamento ainda não tinham sido construídas as estradas internas do PA, que dão acesso aos lotes (chamadas pelos assentados de “variantes”). Muitos assentados, inclusive, atravessavam o Rio Verde a nado, como conta um deles: “quando a gente chegou aqui era tudo isolado; para passar a gente tinha que meter o peito no rio, atravessar a nado. Quando a gente chegou não tinha barco, aí tinha que atravessar no nado” (ENTREVISTA..., 2003). Hoje alguns assentados dispõem de pequenos barcos que são utilizados para transportar pessoas e produtos. Esses barcos são importantes meios de transporte dentro do assentamento, sobretudo, nas áreas que ficam mais distantes da ponte (localizada próximo da Sede). Segundo o filho de um assentado no início

[...] não tinha estrada variante nenhuma, só a principal. Quando a gente chegou aqui as pessoas que moravam no lote lá embaixo não tinham como vir para cá. Hoje tem como vir, porque tem estrada. Antes tinha que vir na barragem, pegar o rio e vir acompanhando, ou então entrar pelo lote do outro. A estrada mais certa era o rio (ENTREVISTA..., 2003).

As dificuldades de deslocamento das pessoas entre os lotes e a Sede estimularam a construção, pelos próprios assentados, de várias outras casas neste Povoado. Muitos deles utilizam a casa do lote apenas para guardar os equipamentos agrícolas e para descansarem enquanto estão trabalhando na lavoura e a casa na Sede para residência fixa. Em alguns casos, uma parte da família mora na casa do lote e outra mora na casa da Sede. Alguns assentados estão construindo, também, “palhoças” nos lotes de sequeiro para descansarem e guardar as ferramentas de trabalho (Foto 28).

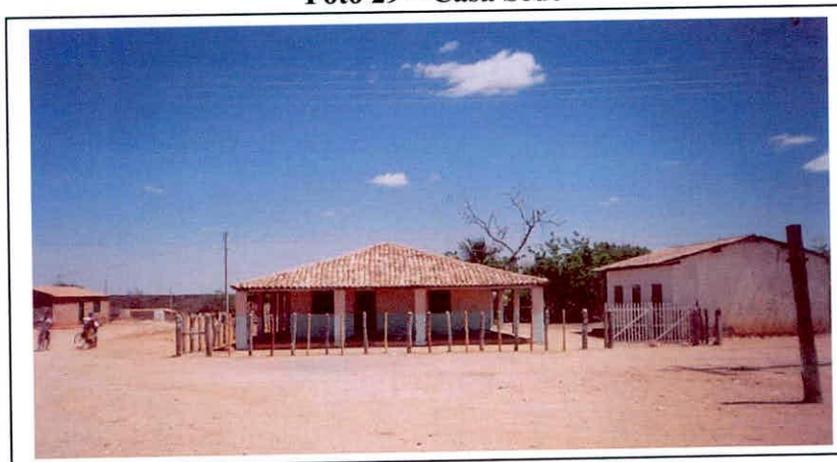
Foto 28 – Palhoça em construção



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

A Sede localiza-se ao redor da antiga casa sede da Fazenda Almas (Foto 29). Este casarão hoje é administrado pela Associação dos Parceleiros do Projeto Almas (APPA) e funciona como hospedaria e depósito. Ao lado da Escola Municipal Marcos Freire está instalada a torre de telefonia e o único telefone público do assentamento – equipamento que é zelado pela comunidade devido a sua importância para os assentados (Fotos 30, 31, 32 e 33). Não existe serviço de correio para o assentamento; as correspondências chegam até o correio de Itaguaçu da Bahia e os próprios assentados as retiram e distribuem. Ao lado desta escola encontra-se também uma Igreja evangélica. (durante a realização desta pesquisa outra igreja evangélica estava sendo construída dentro do lote de beira rio de um assentado na comunidade do Toco Preto). O assentamento não tem igreja católica, embora seja um desejo dos assentados, sobretudo das mulheres.

Foto 29 – Casa Sede



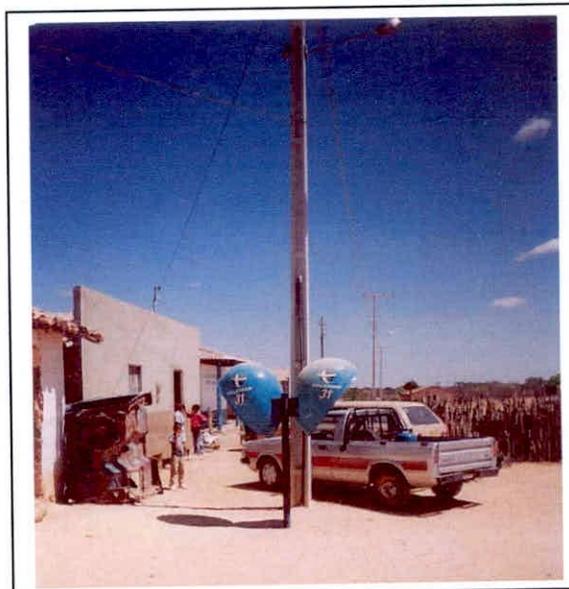
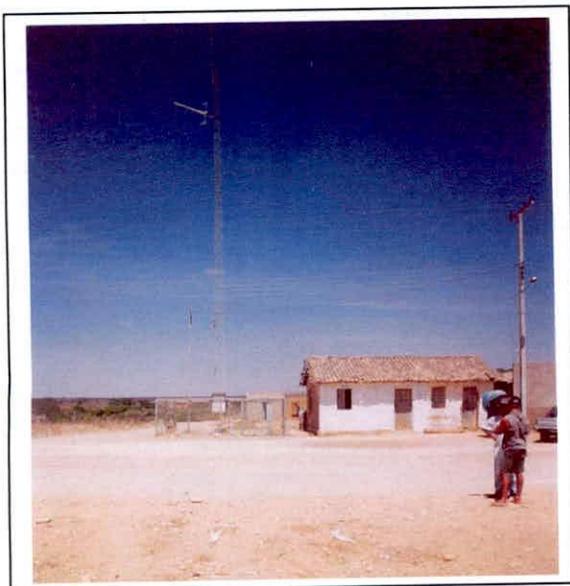
Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Fotos 30 e 31 – Escola Municipal Marcos Freire e Igreja Evangélica



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Fotos 32 e 33 – Torre de telefonia e telefone público

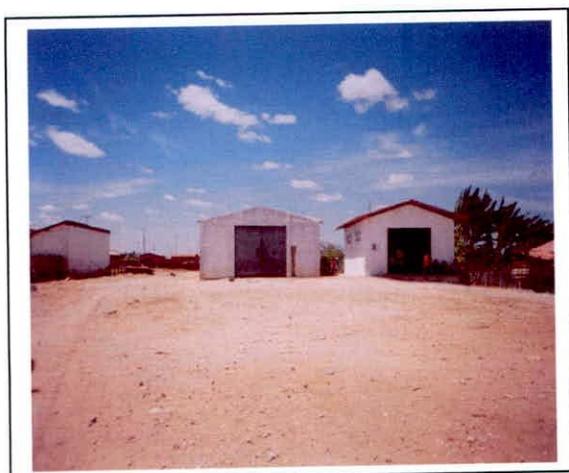


Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

O prédio onde funciona a sede da Associação localiza-se em frente da antiga casa sede a Fazenda e, ao lado dele, existe um galpão (que foi construído com recursos da CAR), que serve hoje apenas como garagem para o único trator da APPA, embora tenha sido concebido para armazenar a produção do assentamento (Fotos 34, 35 e 36). Ao lado da casa sede há um prédio onde funcionava uma bodega comunitária administrada pela APPA., a qual foi fechada devido às dificuldades de gestão, sendo hoje um depósito da Associação (Foto 37).

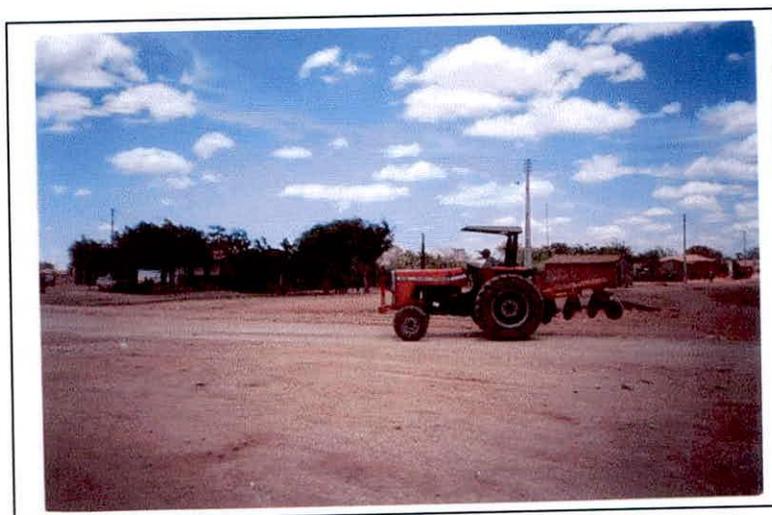
Anteriormente à criação do PA, existia na Fazenda Almas um curral situado próximo da casa sede. Com a constituição do PA Almas o referido curral “foi desmanchado e fizeram perto do campo de futebol” (ENTREVISTA..., 2003), de caráter coletivo – vinculado à APPA – afastado das residências. Qualquer associado da APPA pode usar o curral, embora este seja mais utilizado pelos assentados que não tem currais em seus lotes e pelos assentados que têm lotes distantes da Sede e precisam trazer os animais para comercializá-los ou para deslocá-los para o outro lado do assentamento. Alguns assentados fizeram também currais nos quintais de suas casas, para uso exclusivo da família.

Fotos 34 e 35 – Sede da APPA e galpão



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Foto 36 – Trator da APPA



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

A Associação dispõe também de uma casa de farinha, que se localiza no lote de um assentado, do outro lado do rio, a aproximadamente a 800 m da Sede (Foto 38). A escolha deste local para a construção da casa de farinha da Associação justificou-se por que:

A casa de farinha tem um mau cheiro danado e a poeira da mandioca; por isso tem que ficar num local reservado dos animais, porque se os animais beberem a água

eles morrem. Por isso que fizeram ali, porque era menos movimentado; só que hoje já está mais movimentado. Ai eles escolheram por ser perto do rio e da bomba. A Associação, junto com o INCRA, foram, fizeram a escolha daquele lote aí o dono aceitou e doou um pedaço da área dele (ENTREVISTA..., 2003).

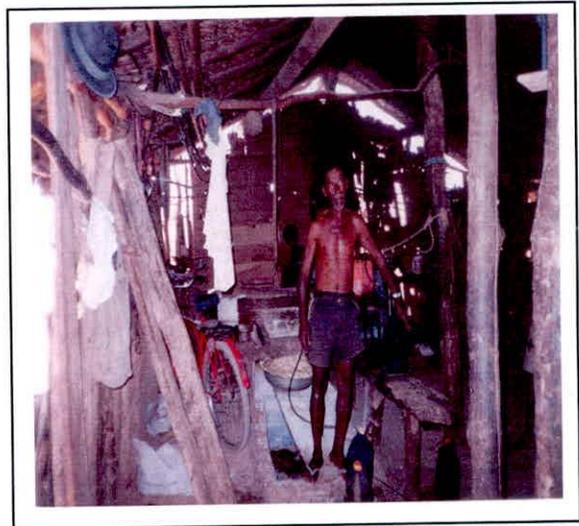
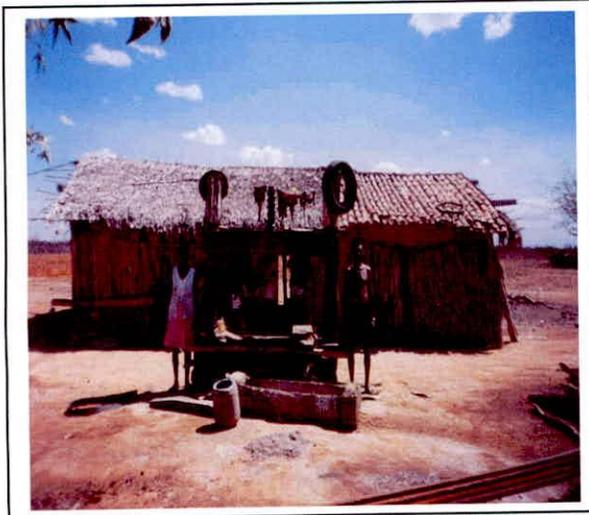
A casa de farinha é de uso coletivo; qualquer associado, para fazer farinha, tem apenas que colocar o diesel no motor; não é necessário pagar nenhuma taxa para a utilização do equipamento. Outrossim, durante a realização desta pesquisa, a casa de farinha estava sendo utilizada como residência pela família da filha do ex-presidente da APPA. Um assentado colocou que quem permitiu que essa família ocupasse a casa de farinha foi a diretoria da Associação, sem consultar todos os associados. Mesmo assim, segundo ele, o fato de uma família residir na casa de farinha não representava nenhum problema porque, naquele momento, não havia produção de mandioca para demandar a sua utilização. Afirmo, no entanto, que quando houver mandioca para fazer farinha a família “tem que sair; só que se depender disso para ela sair, vai morar lá o resto da vida porque não vai ter mandioca” (ENTREVISTA..., 2003). Esta colocação aponta para as dificuldades produtivas do assentamento e a falta de perspectiva de alguns assentados em relação a uma mudança neste quadro (sobre a questão produtiva no assentamento trataremos em outra seção deste capítulo). Além da casa de farinha da APPA, de uso coletivo, existe no assentamento outra casa de farinha que fica no lote de sequeiro do assentado Domingos Agostinho dos Reis, que a construiu com recursos próprios. Ele é o único assentado que mora no lote de sequeiro (Fotos 39 e 40).

Fotos 37 e 38 – Bodega e casa de farinha da APPA



Fonte: Flávio Luís Assiz Santos, 2000/2003.

Fotos 39 e 40 – Casa de farinha do assentado Domingos Reis



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Na parte central da Sede existe uma grande área aberta onde deveria ser construída uma praça. Esta praça foi projetada pelo INCRA, mas nunca saiu do papel. Na Sede não existe qualquer tipo de arborização nem equipamentos de lazer. A única forma de diversão dos moradores de Almas são os banhos no rio (na época da cheia) e o jogo de futebol nos cinco campos existentes no assentamento. Estes campos de futebol foram construídos pela Prefeitura Municipal e três deles ficam localizados próximos da Sede. Os outros dois campos situam-se: um no povoado do Toco Preto e o outro no povoado do Bebedouro.

Aproximadamente a 800 metros antes da entrada da Sede, na margem da estrada principal, encontra-se o único cemitério do assentamento. Este cemitério foi “herdado” da antiga Fazenda Almas e os assentados continuaram cuidando e enterrando os seus mortos. Claro que com o aumento populacional na área e, conseqüentemente, com o aumento da mortalidade, o cemitério aumentou de tamanho e adquiriu outro aspecto (Foto 41).

A Sede é margeada à esquerda pelo Rio Verde. Próximo deste Povoado foi construída, através de financiamento da CAR, uma barragem de suma importância para o processo de

perenização do Rio Verde, sendo ainda responsável pela formação de um pequeno lago. Sobre esta barragem encontra-se a única ponte do assentamento, a qual foi recentemente reformada e ampliada. Interligando os dois lados do PA, esta ponte situa-se neste local justamente por dar acesso direto à Sede e por estar no centro do assentamento, facilitando, desse modo, os deslocamentos dos assentados entre as duas partes do PA (Fotos 42 e 43).

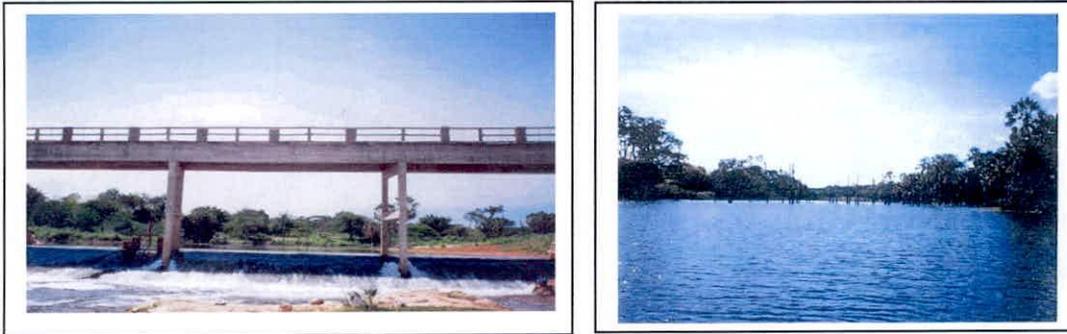
Foto 41 - Cemitério



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

O assentamento exerce uma grande influência sobre as outras localidades que estão à margem do Rio Verde, dentro do município. Segundo um assentado, “a região do Rio Verde veio se desenvolver depois de Almas; isso era isolado; depois do pessoal de Almas que começaram a investir aqui na região, nessas fazendas aqui pra baixo; veio desenvolver mais nessa época” (ENTREVISTA..., 2003). O comércio e os serviços da Sede são utilizados não só pelos moradores do PA Almas, mas também por assentados de PA’s vizinhos (Califórnia I e II e Sertão Bonito) e por outros agricultores das redondezas, sobretudo porque o PA Almas é passagem para outros assentamentos e povoados do município. Na escola da Sede estudam, também, alunos de outras localidades. O telefone público é outro serviço que não é utilizado somente pelos assentados do PA Almas. A Sede configura-se hoje como o maior povoado do PA Almas e um dos maiores do município de Itaguaçu da Bahia.

Fotos 42 e 43 – Barragem, ponte e lago



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

4.2.2 O Bebedouro (Abobreiras) e o Toco Preto

A comunidade do *Bebedouro*, também conhecida como Abobreiras, está localizada a aproximadamente 1 km da entrada do assentamento, apresentando uma organização espacial dispersa. As casas estão agrupadas em blocos de quatro a seis residências, localizadas próximas da estrada, de frente para o rio e nas partes mais altas de pequenas elevações do terreno. Em sua maioria, são construídas com taipa e apresentam condições precárias (Foto 44). Apenas duas casas são de tijolos. Este pequeno Povoado situa-se nas proximidades de uma escola – Escola Municipal Euclides Neto (Foto 45) – e de um poço, tendo também um campo de futebol. Não há energia elétrica, embora os postes da rede de energia passem bem próximos do Povoado. Para usar o telefone e comprar mercadorias os moradores do Bebedouro se deslocam ou para a Sede ou para o Povoado do Rio Verde. Existem, também, vários pequenos conjuntos de casas que não ficam exatamente no Povoado, mas estão espalhadas próximas da beira do rio.

Foto 44 – Casa no Bebedouro



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

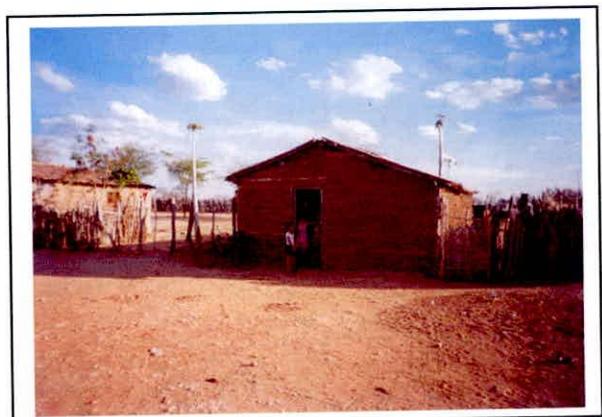
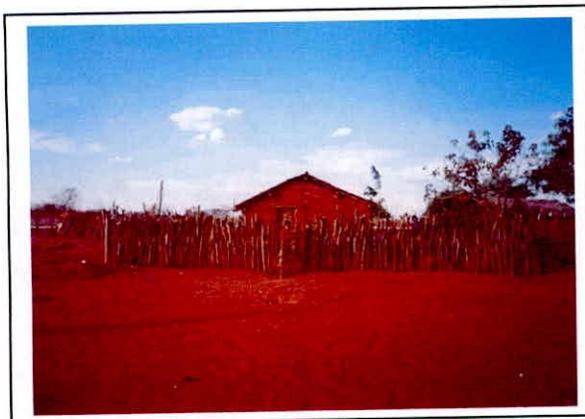
Foto 45 – Escola Municipal Euclides Neto



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

O Povoado do Toco Preto está distante 3 km da Sede, na parte norte do assentamento. Este Povoado possui somente uma rua, que fica paralela a um lote de beira rio, onde são encontradas pequenas casas de taipa (quase todas com um curral anexo – Fotos 46 e 47), a Escola Municipal Waldir Pires (Foto 48), um campo de futebol, uma bomba, um poço e uma caixa d'água. A pobreza é muito marcante na sua paisagem. Na época em que foi realizada esta pesquisa existia muito lixo espalhado pelos quintais, na rua e na beira do rio. Em Toco Preto não há energia elétrica (os postes da rede de energia só chegam até a Sede) nem telefone público. O comércio mais próximo fica na Sede. Além da aglomeração formada dentro do próprio Povoado, existem às suas margens vários agrupamentos de casas, inclusive do lado esquerdo do Rio Verde.

Foto 46 e 47 – Casas no Povoado Toco Preto



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Foto 48 – Escola Municipal Waldir Pires



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Estes pequenos Povoados do PA Almas se constituíram basicamente como resultado do crescimento das famílias do assentamento. São, portanto, comunidades formadas por filhos e agregados dos assentados, por isso originaram-se depois do Povoado Sede. Tanto no Bebedouro quanto no Toco Preto as casas são mais humildes; um indício da não utilização de crédito para a sua construção. As casas de tijolos existentes nestas comunidades são as dos moradores mais antigos. É importante destacar que os dois Povoados se estabeleceram próximos de uma escola e de um poço e, é claro, próximo do Rio Verde e da estrada principal do assentamento.

4.3 Infra-estrutura

4.3.1 Energia Elétrica

A Sede é o único local do PA onde há energia elétrica, que só foi instalada no assentamento 15 anos após a sua criação e depois de muita reivindicação dos assentados (Foto 49). Mesmo assim, estes relatam que gostariam que a energia fosse instalada em todas as casas do assentamento, mas o Projeto da Companhia de Eletricidade da Bahia S.A. (COELBA) só contemplou as casas da Sede. Para os outros Povoados a energia ainda é uma esperança, como observa um assentado:

Esse negócio de colocar energia, mesmo que a rede passe no local, tem que ter um projeto, não é simplesmente pegar e puxar, porque tem que ter transformadores, esses negócios assim, tem que existir um financiamento do governo pra poder colocar. Aqui a energia passa ali na Lagoa da Palha, ali no Bebedouro e não tem. Só se o governo mandar um projeto (ENTREVISTA..., 2003)⁵⁸.

Muitos assentados, principalmente aqueles que moram nos lotes de beira rio, localizados próximos da Sede, também querem que seja colocada energia elétrica em suas casas. Se, “[...] todo mundo morasse na agrovila, todo mundo ia receber de vez, vinha para todo mundo. Mas como é um lá e outro cá, o benefício fica difícil de vir. A luz, a fossa, água” (ENTREVISTA..., 2003). A COELBA alega que a instalação da rede em todo o assentamento seria muito custosa devido à grande dispersão das casas na área do PA, dificultando à universalização do acesso à energia elétrica no assentamento. Com a chegada da energia os assentados estão adquirindo aparelhos eletrodomésticos e muitos estão se mudando dos lotes de beira rio para a Sede, devido ao conforto proporcionado pela energia (Foto 50).

Fotos 49 e 50 – A Instalação da energia no assentamento



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

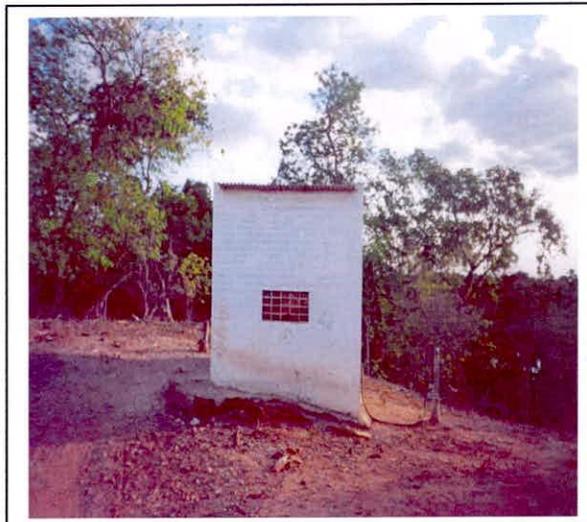
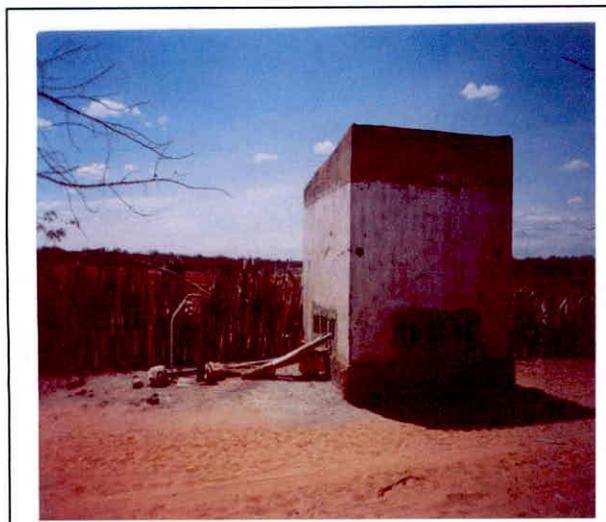
⁵⁸ Lagoa da Palha é um povoado que fica próximo do PA Almas.

4.3.2 Abastecimento D'Água e Saneamento Básico

O abastecimento d'água para consumo humano no assentamento é feito através de quatro poços artesianos. Destes poços a água é bombeada para as caixas d'água que abastecem (de forma canalizada) as casas da Sede, do bebedouro e do Toco Preto. O abastecimento d'água das casas que ficam nos lotes (de sequeiro e de beira rio) é feito através de cisternas ou mediante o transporte (via carroças) da água dos poços até os lotes. Os poços foram perfurados pelo INCRA e pela CAR no início do assentamento. Mesmo assim, alguns poços que foram perfurados, só vieram a funcionar depois da atuação da APPA. A Prefeitura de Itaguaçu da Bahia faz a manutenção dos poços e disponibiliza o óleo diesel. Cada poço tem um assentado como administrador, pago pela prefeitura para ligar as bombas e para zelar pela sua segurança (Fotos 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57).

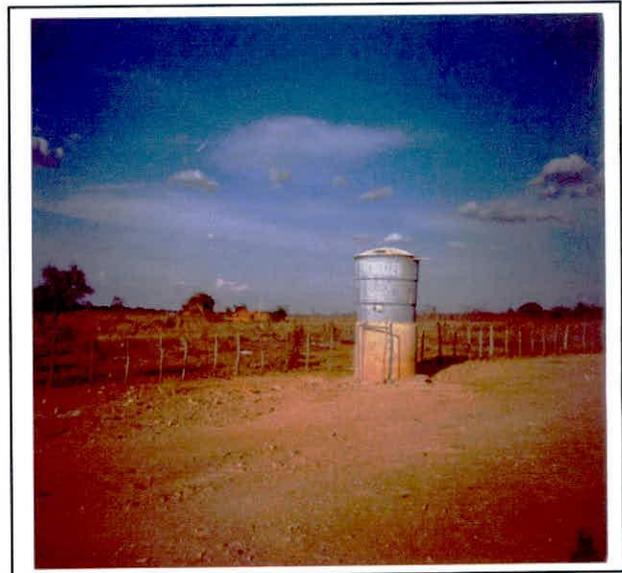
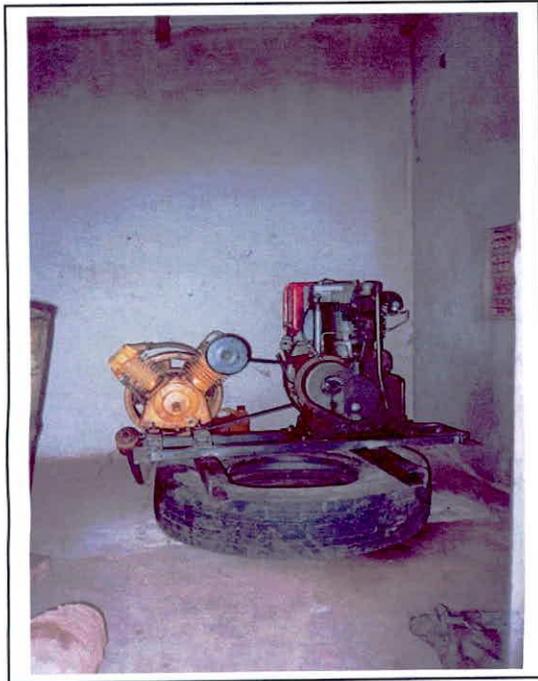
Os poços são muito importantes para o assentamento, sobretudo porque a água do Rio Verde não serve para consumo humano, pois, além de salobra, tem um elevado nível de poluição. Encontram-se (os poços) distribuídos de modo a fornecer água para os três Povoados do PA – os maiores aglomerados do assentamento – e para os lotes de sequeiro que ficam mais distantes do rio. Existe um poço no Povoado do Bebedouro, um na Sede, um no Toco Preto e um próximo ao lote de sequeiro do assentado Domingos Agostinho dos Reis, do lado esquerdo do Rio Verde. Este poço abastece a porção oeste do assentamento, distante das três maiores aglomerações populacionais do PA.

Fotos 51 e 52 – Casas da bomba (poços artesianos)



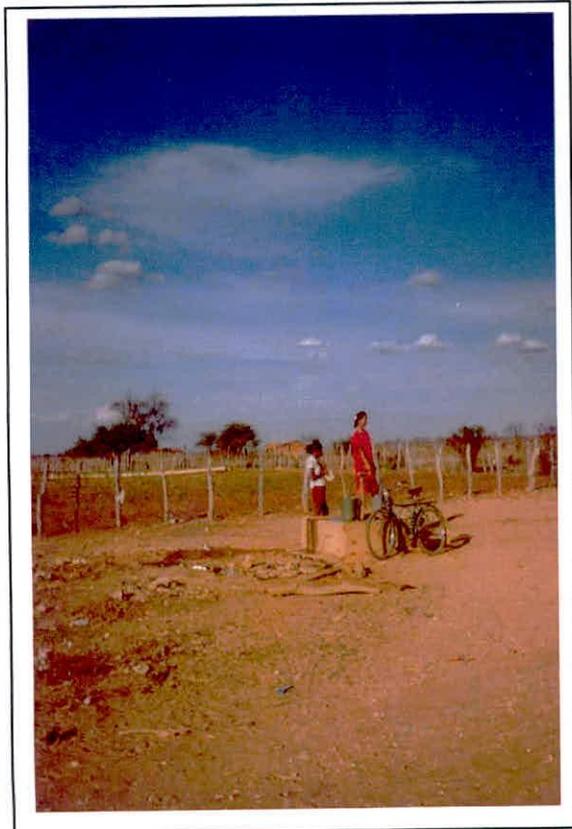
Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Fotos 53 e 54 – Bomba d'água e Caixa d'água



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Fotos 55, 56 e 57 – Assentados retirando e transportando água do poço



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Durante muito tempo os assentados beberam a água poluída do rio. A filha de um deles revela que:

Agora que as pessoas não estão tomando a água do Rio, porque mesmo existindo um motor ali na Sede, ele vivia quebrado e passava muitos dias fora, em conserto, e as pessoas, a única maneira que tinham era beber a água do Rio. Só depois que colocaram a bomba é que as pessoas deixaram de tomar a água do rio. Mesmo assim ainda tem muita gente que bebe a água do Rio (ENTREVISTA..., 2003).

Alguns assentados que não moram próximo dos locais onde estão os poços ainda continuam tomando a água poluída do Rio Verde. Ocorre que

[...] às vezes a pessoa mora lá longe da Sede, ele não tem um animal para pegar água; na casa dele nem todo mundo quer fazer isso, porque tem gente por mais que ela seja consciente, não quer nem saber. Ela não quer ter esse trabalho e toma a água do Rio. A água é horrível, amarga; quando chove, não; aí fica melhor; mas agora mesmo é amarga; você coloca uma roupa para lavar e o sabão chega despedaça por causa do sal (ENTREVISTA..., 2003).

A agente de saúde que trabalha no assentamento relatou que há registros de problemas de saúde provocados pelo consumo da água do Rio. As águas servidas são jogadas a céu aberto e não existe qualquer tipo de saneamento básico no assentamento. Existe um Projeto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para a instalação de banheiros (na parte externa das casas) e fossas nas casas dos Povoados do PA Almas. Porém, segundo os assentados, “as casas mais afastadas da estrada não vão participar do projeto agora no momento” (ENTREVISTA..., 2003).

Durante a realização desta pesquisa, a Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB) estava realizando um levantamento para a instalação da rede de água do assentamento. Este Projeto visa levar água da Empresa de Águas e Saneamento do Estado da Bahia (EMBASA) para as casas do Toco Preto, da Sede e do Bebedouro. As outras casas do assentamento não serão contempladas pelo Projeto, pelo menos nesta fase inicial. A filha de um assentado, que hoje mora em Xique-Xique, conta:

O problema é o seguinte: a água é um bem comum e as pessoas ali usam e abusam, desperdiçam. Então eles querem fazer assim, como na cidade: você usa e como você paga, não vai desperdiçar a água. Então eles querem fazer isso para que não haja desperdício; então eles vão começar a pagar, para que saiba dar valor à água. Imagina só ali; gasta energia que ali deve vir um dinheiro e tanto; olhe o que é ligar uma bomba cinco horas da manhã e ficar até dez, onze horas da noite como ali às

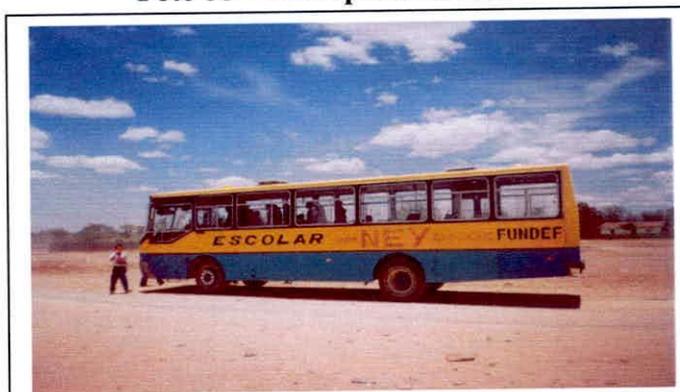
vezes fica; é muito dinheiro. E lá eles estão precisando aprender a economizar água, porque água está faltando, está acabando e ali as pessoas usam, deixam a torneira ligada, ninguém sabe de onde vem. A partir do momento que pagar todo mundo vai saber dar valor (ENTREVISTA..., 2003).

A instalação da rede de abastecimento d'água e de saneamento básico provocará mudanças na paisagem do assentamento pois serão agregadas às casas o banheiro e caixa para o armazenamento de água; além disso, trará melhorias sanitárias para os moradores de Almas, que têm dificuldades com a assistência médica.⁵⁹

4.3.3 Transporte Coletivo

Não existe transporte coletivo para o assentamento. O deslocamento para a sede do município de Itaguaçu da Bahia e para os outros municípios da região é feito em carros particulares movidos a gás de cozinha ou através do ônibus escolar, que transporta, além dos alunos, os moradores do assentamento⁶⁰. O ônibus escolar, de segunda a sexta-feira, chega à Sede do assentamento por volta das 12h, trazendo os professores que ministram aulas da 5ª a 8ª série na Escola Municipal Marcos Freire, no turno vespertino. O ônibus percorre os três Povoados do assentamento e, por volta das 13h, retorna levando os alunos do assentamento que cursam o Ensino Médio na sede do município de Itaguaçu da Bahia. Às 18h o ônibus volta ao assentamento trazendo os alunos e leva os professores do assentamento para Itaguaçu da Bahia (Foto 58).

Foto 58 – Transporte escolar



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

⁵⁹ Alguns assentados, entretanto, não estão satisfeitos com esse projeto, pois passarão a pagar pela água que consomem e alegam não ter dinheiro para isso.

⁶⁰ Muitos assentados adquiriram carros velhos que são usados para, entre outros fins, transportar os assentados. No entanto, os assentados reclamam que o custo de transporte é alto. O valor da passagem – de ida e volta – da Sede do assentamento até a sede do município custa R\$ 6,00.

Os assentados utilizam o ônibus escolar para se deslocarem até à sede do município ou até o Povoado do Rio Verde II (que fica à margem da BA 252) e de lá tomam outro transporte para Irecê ou Xique-Xique (sendo esta a cidade mais freqüentada pelos assentados, por ser o pólo regional que está mais próximo do assentamento). Embora o ônibus escolar seja para uso exclusivo dos estudantes a própria Prefeitura reconhece as dificuldades de transporte do assentamento e permite que aquele seja usado também pelos assentados. Muitos, inclusive, programam seus compromissos em função dos horários de chegada e saída do ônibus escolar.

4.3.4 Educação

Devido a grande extensão do PA Almas foram construídas seis unidades escolares que estão localizadas em pontos estratégicos do assentamento, de modo a facilitar o deslocamento casa-escola-casa. Três escolas – Euclides Neto, Carlos Arruti e Marcos Freire – foram construídas pelo INCRA, no início do assentamento. As outras três escolas – Santa Luzia, Waldir Pires e Boa Esperança – foram construídas depois pela Prefeitura Municipal (primeiro de Xique-Xique e depois de Itaguaçu da Bahia)⁶¹. As escolas construídas pelo INCRA foram posteriormente transferidas para a gestão municipal. Portanto, todas as escolas do assentamento são administradas pelo município. O nome da maioria das escolas homenageia personalidades importantes no processo de criação do assentamento.

A Escola Municipal Euclides Neto, com duas salas de aula, está localizada no Povoado do Bebedouro e atende aos estudantes de 1ª a 4ª séries que moram próximos desta comunidade, na parte sul do assentamento. O nome da escola homenageia o Secretário Estadual da Reforma Agrária à época da implantação do assentamento.

A Escola Municipal Santa Luzia, com duas salas, e a Escola Municipal Marcos Freire (Foto 59), com seis salas, estão localizadas na Sede. A Escola Municipal Santa Luzia fica na entrada da Sede e atende aos estudantes de 1ª a 4ª série. A Escola Municipal Marcos Freire – localizada no centro da Sede – é a maior e a única escola do assentamento que oferece o Ensino Fundamental completo, com turmas da 1ª a 8ª série. Esta escola foi denominada pelo INCRA em homenagem ao

⁶¹ Os assentados não souberam dizer exatamente o ano em que foi construída cada uma das escolas, mas dizem que foi nos primeiros anos do assentamento.

então Ministro da Reforma Agrária do Governo José Sarney – Marcos Freire – quando da criação do PA Almas. Na Escola Municipal Marcos Freire estudam alunos de todo o assentamento e ainda alguns estudantes de outras localidades próximas do PA Almas e até mesmo de outros assentamentos do município.

A Escola Municipal Waldir Pires – uma homenagem ao então Governador da Bahia quando da implantação do PA –, com duas salas de aula, localiza-se no centro do Povoado do Toco Preto e atende aos estudantes de 1ª a 4ª séries desta comunidade e da parte norte do assentamento, do lado direito do Rio Verde.

A Escola Municipal Boa Esperança (Foto 60) e a Escola Municipal Carlos Arruti (esta última assim intitulada em homenagem ao então Superintendente do INCRA/BA quando da implantação do PA), ambas com duas salas, são as únicas que estão localizadas no lado esquerdo do Rio Verde, ao norte do assentamento. Foram construídas para atender aos estudantes que moram nesta parte do PA, em decorrência do difícil acesso desta demanda à Escola Municipal Waldir Pires (situada à direita do Povoado do Toco Preto), dada a inexistência de uma ponte de interligação do lado esquerdo do Rio Verde ao lado direito (ao norte do PA) – a única ponte existente localiza-se nas proximidades da Sede. Entretanto, atualmente, a Escola Municipal Boa Esperança não está funcionando por falta de alunos, em virtude da diminuição da população com idade escolar (de 1ª a 4ª séries) nesta parte do assentamento.

Foto 59 – Aula na Escola Municipal Marcos Freire, na Sede



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Foto 60 – Escola Municipal Boa Esperança



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

No assentamento não existem escolas que ofereçam o Ensino Médio. Por isso, quando os estudantes chegam nesta fase da vida escolar se dirigem para a sede do município de Itaguaçu da Bahia, onde fazem o curso de formação geral ou magistério. A Prefeitura – utilizando-se de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) – disponibiliza o ônibus escolar que, aparentemente, está em bom estado de conservação. Todos os professores do assentamento são pagos pela Prefeitura. Estes são escolhidos para trabalhar de acordo com indicações políticas e nenhum deles tem nível superior. A maioria dos professores mora no PA Almas; os outros moram em Itaguaçu ou em outros povoados próximos. A distribuição das disciplinas entre os professores é realizada pela Secretaria de Educação do município, de acordo com a afinidade de cada professor com as matérias do currículo escolar.

No que tange à qualidade da educação, podemos verificar em conversas com os professores a precariedade do ensino. As escolas são mal estruturadas e falta material didático. A maioria dos professores revelou que não trabalha com seus alunos a realidade do assentamento. O conteúdo trabalhado segue, geralmente, o livro didático – quando existe –, não havendo nenhuma orientação para que os professores façam uma contextualização sobre a questão da reforma agrária e do cotidiano do assentamento. No entanto, alguns professores, de maneira isolada, realizam atividades

que tratam da história do assentamento e propõem trabalhos que buscam estimular nos alunos o espírito crítico quanto a sua condição de beneficiários de um Projeto de Assentamento de Reforma Agrária. Algumas escolas se encontram em péssimas condições de conservação. No geral, existe pouco interesse dos assentados com a vida escolar. À época da realização da pesquisa o assentamento estava sendo atendido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)⁶².

4.3.5 Saúde

Um problema sério no assentamento relaciona-se à questão da saúde. Mesmo sendo um assentamento antigo, não dispõe ainda de um Posto de Saúde para atender a sua numerosa população. Nos casos mais graves de problemas de saúde os moradores se dirigem – a pé ou de carro – até a sede do município de Itaguaçu da Bahia onde há um Posto de Saúde e um Hospital Municipal. Os casos mais simples são tratados pelos próprios moradores com ervas extraídas da caatinga.

O assentamento é atendido pelo o Programa Agente Comunitário de Saúde, do Governo Federal. Este Programa disponibiliza agentes de saúde que visitam, periodicamente, todas as casas do PA para realizar um trabalho de saúde preventiva e encaminhar os casos mais graves para o médico na sede do município ou em outros municípios vizinhos. Segundo informações da Prefeitura de Itaguaçu da Bahia, o PA Almas será contemplado, em breve, com um Posto de Saúde através do Programa Saúde da Família – também do Governo Federal, que disponibilizará médico (a)s e enfermeiro (a)s para atenderem na própria comunidade⁶³. A filha de um assentado destaca que este Posto será o “local para atender o pessoal dessa região aí todinha, daqui para baixo. Esse pessoal vem para cá para não ir para Itaguaçu, só em caso maior” (ENTREVISTA..., 2003). A escolha deste PA para a implantação do Posto justifica-se porque este assentamento configura-se hoje como uma das maiores comunidades dentro do município e poderá atender não só os moradores do PA Almas,

⁶² O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária esta inserido na política pública de educação e envolve trabalhadores (as) das áreas de reforma agrária. O objetivo geral do Programa é fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável (MDA/ INCRA, 2004).

⁶³ O Secretário de Saúde e Administração do município de Itaguaçu da Bahia não soube informar a data exata em que será construído o Posto de Saúde no PA Almas.

mas também todos aqueles que residem nas áreas circunvizinhas ao assentamento, evitando grandes deslocamentos e excesso de demanda no Posto e no Hospital da sede do município.

4.4 Organização Social

Como foi analisado no capítulo anterior, o grupo social que se formou com a criação do PA Almas não se originou de um processo de ocupação. As famílias inicialmente assentadas foram mobilizadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região e depois cadastradas e selecionadas pelo INCRA/CAR, durante as reuniões que precederam o assentamento definitivo e tornaram-se beneficiárias de um Programa de Reforma Agrária com a esperança de ter não só o acesso à terra, mas também (e de imediato) acesso a todos os outros benefícios necessários para o desenvolvimento do assentamento, conforme promessas dos órgãos oficiais envolvidos.

Antes do recebimento do crédito habitação, as famílias moravam em barracos de lona. Lembram que: “passamos nesta época morando na lona, roçando, era tudo bruto, só caatinga mesmo” (ENTREVISTA..., 2003). Esse período foi de grandes dificuldades e os assentados o enfrentaram com união e solidariedade. A primeira forma de organização social construída pelos assentados do PA Almas foram os grupos de vizinhança. Esses grupos constituíram-se logo que os assentados chegaram ao assentamento e formaram-se a partir da origem de cada assentado – a idéia foi a de que os agricultores se agrupassem na área do Projeto segundo seu município de origem. Foram formados seis grupos – três na margem esquerda e três na margem direita do Rio. Um assentado lembra:

Quando nós não tínhamos Associação, tinha grupos: o grupo um, o grupo dois, grupo três, o quatro, o cinco e o seis. E nós, todo mês, na quinzena, nós fazíamos reunião, os seis grupos, não juntos. O grupo um fazia a reunião deles lá, o grupo dois fazia aqui. Nós fazíamos não era em casa de ninguém, não, era debaixo de um pé de pau. Quando era com trinta dias, nós fazíamos uma reunião lá na Sede, uma assembléia geral. Aí os seis grupos iriam definir, e era escrito. Aí a opinião dos posseiros. O grupo um, o grupo dois, tinham educação, começava com o grupo um. O maior era o grupo cinco. Aí o grupo um dizia, estava ali, todo mundo calado, aí estava ali escrito, aí o dois lia, quando terminava, o três lia, e todo mundo calado, o quatro lia, o que estava escrito, o cinco lia e todo mundo calado, e o seis, que era o último. Aí depois que ia se discutir qual era a opinião maior, melhor, dos grupos. E às vezes dividia - tem um caso aí que é muito interessante, muito importante, vamos

acompanhar isso aqui e juntar as palavras importantes. Então nós conseguimos tudo que queria. Não tinha Associação. Tinha chefe de grupo (ENTREVISTA..., 2003).

Os grupos de vizinhança tinham a vantagem de reunir um pequeno número de agricultores para discutirem os problemas do assentamento e propor sugestões. Nesses grupos todos os assentados eram ouvidos e podiam falar. Cada grupo tinha um coordenador que o representava na assembléia geral, que ocorria mensalmente. As reuniões aconteciam debaixo de uma árvore. Os grupos de vizinhança atuaram durante o primeiro ano do assentamento, antes de ser formada a Associação dos Parceiros do Projeto Almas (APPA), a primeira Associação do assentamento. A partir daí, esta Associação passou a ser a entidade representativa dos interesses dos assentados.

Os primeiros anos do assentamento foram marcados por um grande espírito de cooperação e confiança entre as famílias, que se reuniam em mutirões para realizarem serviços diversos. Como coloca um assentado:

Naquela época o pessoal se ajudava, formava mutirão, juntava 10 homens para trabalhar na roça de um, depois na roça de outro, totalmente organizado, bem diferente do que é hoje. Como não podia trazer pessoas de fora, tinha que ser você e sua família; então, algumas pessoas, por não terem família tão grande, os homens se reuniam e faziam o mutirão, todo mundo se ajudava (ENTREVISTA..., 2003).

Através dos mutirões realizaram-se o desmatamento e a roçagem do assentamento para os primeiros plantios. Outro aspecto importante é que, no início, as famílias obedeciam às determinações e orientações que eram dadas pelos órgãos governamentais, sobretudo o INCRA e a CAR. Ou seja, existia uma grande confiança, respeito e esperança, por parte dos assentados, nestas instituições que prometiam que o PA Almas seria um modelo para a reforma agrária na Bahia. Segundo os assentados:

No início as coisas eram bem mais organizadas, apesar de que era super deserto, mas era bem organizado porque na época as pessoas eram bobas ou eram inteligentes, sabe? Sempre os técnicos davam as ordens, a gente seguia tudo direitinho. Ficaram assim até mais ou menos quando fundaram a Associação. Aí as pessoas ficaram mais espertas. Almas começou a ficar diferente (ENTREVISTA..., 2003).

A formação da APPA representou um “divisor de águas” na organização social do

assentamento. A fundação desta Associação não foi resultado de uma organização espontânea dos assentados, até mesmo porque havia satisfação quanto a existência dos grupos de vizinhança que, segundo eles, eram muito organizados. A APPA surgiu como uma demanda dos órgãos governamentais, pois o PA Almas precisava de uma personalidade jurídica para mediar a relação entre os assentados e o Estado, bem como para gerir o assentamento.

4.4.1 A Associação dos Parceiros do Projeto Almas (APPA)

A APPA, fundada em 1988, caracteriza-se como uma Associação de Parceiros, onde apenas os assentados detentores da concessão de uso de lote junto ao INCRA podem se associar⁶⁴. A contribuição mensal no valor de R\$ 1,00 (um real), por assentado, além de custear as despesas administrativas, é condição *sine qua non* para o exercício do direito à voz e voto nas assembleias que ocorrem, geralmente, uma vez por mês (no último sábado de cada mês). São nas assembleias que os assentados se reúnem para discutir e deliberar sobre os principais problemas do assentamento. A Associação tem um estatuto que determina suas normas de funcionamento e é coordenada por uma diretoria, eleita em assembleia a cada dois anos. A diretoria é composta por um presidente, um vice-presidente, o primeiro e o segundo tesoureiros, o primeiro e o segundo secretários e um conselho fiscal formado por quatro membros. Interessante observar que a atual diretoria, na sua maioria, é composta por homens.

Um papel fundamental da Associação é buscar para o assentamento projetos de desenvolvimento junto aos mais diversos agentes financeiros e instituições e resolver os problemas internos que afetam toda a coletividade. Contudo, a APPA tem se mostrado incapaz de solucionar esses problemas e existe muita desconfiança dos assentados em relação à atual diretoria da Associação. Praticamente todos os entrevistados fizeram críticas à APPA, e até o seu presidente reconhece que:

A Associação é mal administrada demais. Coisas coletivas são complicadas por causa disso, tem que ter administração, coisas que envolvem Associação, que envolve muitas pessoas é difícil de administrar. As pessoas aí jogam muito individualistas e complica tudo.[...] A diretoria da Associação não tem capacidade para participar. [...] A Associação aqui praticamente não resolve nada por ninguém.

⁶⁴ Pelo difícil acesso aos registros da Associação não foi possível saber qual era a quantidade exata de sócios da APPA quando da sua fundação, embora tenhamos a informação de que praticamente todos os assentados eram associados.

Eu mesmo, a nota que dou pra ela é um zero. Enquanto existirem pessoas querendo fazer sempre o contrário, da maneira errada, você fica louco de tanto quebrar a cabeça com esse pessoal, e não vai adiantar nada não. Praticamente com essa diretoria de hoje que o pessoal ainda está na idade da pedra, não tem como mudar, mesmo que saiba que o caminho é aquele (ENTREVISTA..., 2003).

O presidente coloca também que outro problema é que

Na Associação tem uns que ligam para as coisas, correm atrás das coisas e outros não correm. E aí vai, desmorona a Associação, porque na Associação a gente tem que correr atrás dos interesses de um jeito ou de outro, que eu tenho interesse por mim, tenho que ter interesse por todos (ENTREVISTA..., 2003).

Atualmente, o nível de participação dos associados nas reuniões da APPA é pequeno e o índice de inadimplência é muito alto. Do total de 180 assentados apenas aproximadamente 50 são associados e quando ocorrem as reuniões raramente todos comparecem⁶⁵. Somente quando há reuniões com o banco, com o INCRA ou com outros órgãos é que a participação dos assentados é maior (Foto 61)⁶⁶. Os assentados alegam que não participam devido aos sérios problemas de gestão da APPA e por causa da falta de transparência da direção da Associação com relação às suas ações. Reclamam que a APPA tem dificuldades para administrar os recursos e trazer projetos para o assentamento. Alguns assentados, inclusive, acusam membros da diretoria da Associação de corrupção. Uma assentada observa que, na APPA, o que falta

[...] são pessoas que saibam trabalhar; ali precisa de pessoas capacitadas. Uma pessoa que não tenha vergonha de falar, que seja esperta, que saiba ir buscar, saiba procurar a pessoa certa, não sair assim à toa, que saiba realmente onde vai buscar. Não adianta você sair sem destino (ENTREVISTA..., 2003).

O despreparo dos dirigentes para conduzir a resolução dos diversos problemas do assentamento e a centralização das decisões na diretoria da Associação ou na figura do seu presidente é outro entrave do associativismo no PA Almas. Grande parte dos assentados é analfabeta e nunca foi capacitada para gerir uma Associação. Além disso, existem acusações de que a diretoria não cumpre o que determina o estatuto da Associação, tomando decisões que não beneficiam o coletivo e sem ouvir os associados. Segundo a esposa de um assentado, “tudo que

⁶⁵ Na Associação não havia registros atualizados dos associados, por isso esse número é aproximado.

⁶⁶ Coincidentemente, na data de início desta pesquisa, os assentados estavam reunidos para uma conversa com o Banco do Nordeste. O representante do Banco marcou a reunião, mas não compareceu.

acontece na área é diferente do estatuto, tudo que a Associação faz hoje é diferente do estatuto, não faz nada combinado com o estatuto” (ENTREVISTA..., 2003).

Foto 61 – Associados da APPA esperando reunião com o banco



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Por outro lado, as dificuldades enfrentadas pela APPA refletem a própria dificuldade deste grupo social com o tratamento das questões coletivas. A maioria dos assentados tem atitudes individualistas e não consegue conceber o assentamento como um espaço onde os problemas devem ser resolvidos conjuntamente. Para eles o que importa é o seu lote e a sua família. E a APPA acaba reproduzindo essa prática nas suas ações cotidianas, fazendo com que o grupo não se veja representado na Associação e não contribua para o seu desenvolvimento.

4.4.2 A Associação de Mulheres do PA Almas

As assimetrias e conflitos nas relações de gênero que marcam a sociedade brasileira, especificamente no meio rural, estão presentes também no PA Almas. A mulher participa do processo de produção, mas é excluída do processo de comercialização e de tomada de decisões no assentamento. Quando o PA Almas foi criado, em 1987, a mulher não podia ser titular de lotes do Programa Nacional de Reforma Agrária⁶⁷. Dessa forma, todos os titulares originais dos lotes do

⁶⁷ Atualmente a terra é cadastrada em nome do homem e da mulher.

assentamento eram homens e, conseqüentemente, estes eram (e continuam sendo) eleitos para a diretoria da APPA. Hoje, como a mulher já pode ser titular e em decorrência das várias substituições ocorridas, é comum existir mulheres assentadas no PA Almas.

Em 1995, as mulheres do assentamento formaram uma Associação de Mulheres. A proposta desta Associação era reunir as mulheres para desenvolver projetos de interesse comum e buscar financiamentos. O principal anseio das mulheres, motivador da formação da Associação, era a construção de uma igreja católica no assentamento⁶⁸. Mas também fizeram trabalhos com hortas comunitárias e bordados. A Associação contava com 35 associadas e não tinha sede própria. As reuniões, convocadas conforme a necessidade, aconteciam na casa de uma das associadas ou debaixo de uma árvore.

Na época da fundação da Associação as mulheres enfrentaram muitas resistências da diretoria da APPA e dos assentados em geral. Eles alegavam que não era necessária a existência de uma Associação de Mulheres no assentamento, pois a APPA as representava. Mas, como praticamente todos os associados da APPA eram homens, as mulheres não se sentiam representadas e eram discriminadas. Raramente uma mulher falava nas reuniões. As próprias mulheres do assentamento avaliam que os homens “se acham bem mais fortes. Os homens acham que são mais poderosos que as mulheres” (ENTREVISTA..., 2003). Uma das líderes da Associação de Mulheres conta que:

Uma vez o presidente (da APPA) falou que não aceitava a sugestão de mulheres porque nós iríamos tomar o lugar deles. As mulheres tinham punho, aí eles ficavam com medo, entendeu? Às vezes, se eles fossem a Irecê ou Itaguaçu e tivesse uma reunião com um órgão e fosse enviado um convite para a gente por eles, a gente não recebia. Tinha aquela coisa, viam a gente como rival mesmo (ENTREVISTA..., 2003).

As mulheres não podiam sequer usar a sede da APPA para as suas reuniões. Dessa forma, com o tempo, o clima de rivalidade, o preconceito e as dificuldades de organização desestimularam as mulheres e a associação deixou de funcionar, embora ainda esteja constituída legalmente. Atualmente, já existe um avanço com relação à presença da mulher nos processos de decisão – algumas mulheres são associadas da APPA e outras estão à frente de uma outra Associação no

⁶⁸ Até hoje a igreja não foi construída.

assentamento (como veremos na seção seguinte) – e organização do assentamento, mas estas ainda são vítimas dos mais diversos preconceitos dos homens do assentamento.

4.4.3 A Formação de Outras Associações

Os diversos problemas de gestão e a falta de credibilidade da APPA estimularam a formação de outras duas Associações no PA Almas: a Associação Comunitária de Abobreiras (ACA) e a Associação Comunitária do Toco Preto de Almas (ACTPA). Os fundadores destas novas Associações são dissidentes da APPA a quem consideram uma Associação muito centralizadora e que não representa igualmente os interesses de todas as comunidades do assentamento. Segundo eles, os recursos e benefícios conseguidos pela APPA não chegavam às comunidades de Abobreiras (Bebedouro) e Toco Preto, concentrando-se na Sede – área de maior influência daquela Associação.

Além disso, alegam que uma Associação com um número muito grande de associados dificulta o diálogo e a tomada de decisões e, conseqüentemente, compromete a gestão. Um assentado analisa que:

[...] uma Associação grande como nós tivemos aqui em Almas, uma só, ficava difícil de discutir as questões. Às vezes tem um conflito de opiniões porque não estão alinhadas; um querendo de um jeito, outro de outro, fica insatisfeito com algumas propostas, não é? É que às vezes você leva uma proposta para a comunidade e chega lá entra em contradição com o outro e dá aquele debate; e se tiver um grupo discutindo as questões já tem as coisas mais arrumadas (ENTREVISTA..., 2003).

O processo de formação das novas Associações se deu “de baixo para cima”, não pela necessidade de intermediação entre o Estado e os assentados, mas pela necessidade dos próprios assentados de terem acesso às políticas públicas de apoio aos pequenos produtores. Foi um processo resultante da organização do grupo social e coordenado pelas novas lideranças que surgiram entre os assentados. A partir de orientações de órgãos governamentais e não governamentais, essas novas lideranças conseguiram reunir os assentados (descontentes com a administração da APPA) e convencê-los da importância de construir outras formas de organização no assentamento que fossem mais eficientes e democráticas, dando assim origem a propostas centradas num discurso mais progressista. As novas Associações supramencionadas trabalham com o intuito levar para as

comunidades as diferentes políticas públicas – no âmbito do governo federal, estadual e municipal – que são voltadas para o desenvolvimento do meio rural, especialmente para os assentamentos de reforma agrária, a exemplo dos programas e projetos de financiamentos para a produção agropecuária e agroindustrial, de instalação de infra-estrutura, de educação e de saúde. Muitas dessas políticas públicas não são acessadas pelos assentados por desconhecimento e/ou por causa da desorganização de suas Associações e pelo despreparo dos seus dirigentes.

Dado o seu caráter comunitário, nestas novas Associações, qualquer morador da comunidade – homem, mulher, jovens – pode se associar, tendo direito a voz e voto, diferentemente do que ocorre na APPA, que é uma Associação de Parceiros (assentados), onde só pode ser associado o titular do lote (que está cadastrado no INCRA) e apenas este tem direito a voz e voto nas assembleias. Por isso, as novas Associações têm a possibilidade de congregar vários segmentos da população que reside hoje no PA Almas, podendo, inclusive, propiciar um aumento no nível de envolvimento da comunidade na busca de soluções para os entraves do assentamento e fomentar a formação de outras lideranças⁶⁹.

A diretoria da APPA resistiu à idéia da existência de outras Associações no PA porque temia perder força política e diminuir a sua área de influência no assentamento. Desestimulava, então, os “dissidentes” dizendo que, a partir do momento que fosse criada uma nova Associação, cada uma teria que fazer a sua parte. Porém, as novas Associações, segundo colocam suas lideranças, não foram criadas para rivalizar com a APPA, mas para somar esforços na tarefa de resolver os problemas do PA e fazer uma gestão compartilhada do assentamento⁷⁰. Como diz a presidente da ACTPA: “a gente criou a nossa Associação com o interesse de ajudar a outra Associação, não excluir a associação de lá⁷¹. A gente criou a nossa Associação com o intuito de uma ajudar a outra” (ENTREVISTA..., 2003). Hoje, a comunidade do Toco Preto e a sua Associação sofrem retaliações, conforme revelou a presidente da ACTPA:

⁶⁹ Quem é associado da APPA pode se associar também nas outras Associações e vice-versa.

⁷⁰ Inclusive as novas associações escolheram os dias de suas reuniões mensais, de modo a não coincidir com o dia da reunião da APPA, para que os assentados pudessem participar da reunião da APPA e da reunião da associação de sua comunidade.

⁷¹ Ela se refere à APPA como a “associação de lá” porque a entrevista foi feita na comunidade de Toco Preto.

Eu não recebo mais convite para ir às reuniões de lá⁷². Quando eu menos sei a reunião já aconteceu, já acabou, aliás, não só eu, todos nós daqui não recebemos mais, não sabemos mais. Até o próprio banco quando vem aí, às vezes, pode ter alguma coisa que nos interesse, mas quando a gente sabe já veio e já voltou. Antes não, por isso que eu digo que eles acham que porque a gente criou essa Associação, a gente não tem mais nada a ver com a de lá (ENTREVISTA..., 2003).

Ao mesmo tempo em que a existência de mais de uma Associação no assentamento aumenta a possibilidade de participação dos assentados nos processos de decisão das questões que afetam diretamente suas vidas e de representação política, este fato também pode prejudicar o desenvolvimento do assentamento à medida que estas organizações não constroem um projeto comum e as tensões existentes entre elas fragilizam a organização do grupo social. Ao que parece é o que está ocorrendo no PA Almas. A seguir, um pouco do histórico das novas Associações do PA Almas.

4.4.3.1 A Associação Comunitária de Abobreiras (ACA)

A Associação Comunitária de Abobreiras (comunidade esta também conhecida como Bebedouro, como já dissemos) foi formada no ano 2000 e representa os interesses dos moradores de Abobreiras. No momento em que foi realizada a pesquisa tinha 16 sócios, que pagam uma mensalidade de R\$ 2,00 (dois reais) e se reúnem todo segundo sábado de cada mês. O nome da Associação não faz referência ao PA Almas, como se a comunidade de Abobreiras fosse independente do assentamento. O presidente da Associação coloca que algumas pessoas “até disseram que foi errado, que tem que colocar como Almas” (ENTREVISTA..., 2003), para destacar que a comunidade pertence ao PA. Entretanto, o Estatuto da Associação não foi modificado para incluir o nome do assentamento.

Esta Associação é presidida atualmente pelo assentado Edvaldo Galdino da Costa, que foi da APPA à época de sua fundação, o qual relatou que a ACA,

[...] surgiu por causa da área que é muito grande e as coisas que vinham sempre para a Associação (a APPA) só descia lá, aqui fica sem benefício. Todo benefício que entra para lá, entra e daqui a pouco acaba, some as coisas. Esse negócio não vai em

⁷² Ela diz que continua sendo sócia da APPA.

frente. Aí essa daqui surgiu, nós formamos nossa Associação. Eles não queriam que nós formássemos outra Associação, porque diziam que numa área só não podia fazer duas Associações, mas a gente fez porque a gente viu áreas maiores um pouco ter dez Associações, mesmo sendo área do INCRA. Tá uma briga danada com a Sede, que diz que é a mãe. Nós podemos ser os filhos, agora tem que ter a nossa aqui. A briga era porque eles não queriam abrir mão da gente, que a gente estava pagando lá, e o negócio era bom para eles (ENTREVISTA..., 2003).

A comunidade de Abobreiras (Bebedouro) considera-se discriminada pelos sucessivos dirigentes da APPA; uma vez que, segundo relatos, estes últimos (dirigentes da APPA) não davam a devida atenção aos anseios da comunidade, que contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itaguaçu da Bahia, o qual acompanhou o processo de formação da ACA. A relação desta Associação com o STR estreitou-se porque o atual presidente do Sindicato – o Sr. Almiro Teixeira Gama – é um assentado do PA Almas, morador da comunidade de Abobreiras e um dos mais atuantes associado da ACA, tendo sido o fundador do STR de Itaguaçu da Bahia.

Para o presidente do STR foi preciso constituir uma outra associação em Abobreiras (Bebedouro) porque o pessoal dessa comunidade “[...] quase não participava da Associação do PA Almas, achando que ficava distante para se deslocar quando tinha uma reunião lá, aí acharam que era melhor criar uma outra organização para ficar mais perto, participarem mais” (ENTREVISTA..., 2003). A partir deste depoimento é importante lembrar que a referida comunidade, como já foi dito, fica localizada na entrada do assentamento, a 6 Km da Sede. Por essa razão, os moradores de Abobreiras não mantêm relações tão estreitas com a Sede quanto os moradores do Toco Preto que estão apenas a 3 km desta (para se chegar ao Toco Preto necessariamente se tem que passar pela Sede do assentamento). Dessa forma, a não participação (ocasionada pelos problemas anteriormente enfocados) nas reuniões da APPA – que ocorriam na Sede – e, por conseguinte, a ausência nos processos de tomadas de decisões no âmbito da referida Associação, geraram na comunidade de Abobreiras um sentimento de não pertencimento à APPA, o que muito contribuiu para a formação da ACA.

O Sr. Almiro Teixeira Gama foi também o primeiro presidente da APPA e salienta que presidiu esta Associação numa época muito boa⁷³, pois o assentamento era beneficiado com muitos recursos, embora ele considere que, “algumas vezes, os recursos foram mal aplicados ou nunca

⁷³ A APPA foi criada em 1988

chegavam no tempo certo” (ENTREVISTA..., 2000 (a)). Lembra ainda que era a época do Governo Waldir Pires, quando “tinha mais assistência, tinha mais técnicos” (ENTREVISTA..., 2000 (a)). E complementa dizendo que, com a saída do governador Waldir Pires as coisas mudaram no PA Almas porque “a CAR saiu quando entrou Nilo Coelho⁷⁴. Quando entrou ACM acabou, não deu mais assistência. Paulo Souto não mudou nada” (ENTREVISTA..., 2000 (a))⁷⁵. Afirma também que a falta de continuidade da assistência que era dada ao PA comprometeu sobremaneira a organização do assentamento. O Sr. Almiro sempre foi uma das lideranças dos trabalhadores rurais do município e, à frente do STR, ajudou aos moradores de Abobreiras no processo de formação da ACA e continua orientando a diretoria da Associação.

4.4.3.2 A Associação Comunitária do Toco Preto de Almas (ACTPA)

A Associação Comunitária do Toco Preto de Almas foi formada em junho de 2003 e representa os interesses dos moradores do Toco Preto. Os atuais 32 associados pagam uma mensalidade de R\$ 2,00 (dois reais) e se reúnem todo primeiro sábado de cada mês. Essa Associação é presidida hoje pela assentada Eliene Bispo Batista⁷⁶, que considera a ACTPA

[...] uma conquista do grupo “aqui de baixo”; devido a área ser muito grande, a gente aqui é muito esquecida e quase tudo que vem fica lá na Sede; a gente não recebe quase nada. É tanto que a gente tem uma dificuldade por água. O assentamento está com dezesseis anos⁷⁷ e nós não temos água para beber. Para beber a gente tem que pegar água lá no Toco Preto ou nas outras fazenda vizinhas ou na Sede. E o lote da gente fica um bom pedaço para baixo. E aí a gente teve essa dificuldade e o pessoal sempre queria formar essa Associação, mas o pessoal ficava metendo medo, que não ia conseguir, que não sei o que.. (ENTREVISTA..., 2003).

É interessante notar neste depoimento que a presidente da Associação refere-se à comunidade do Toco Preto como o “grupo aqui de baixo”, numa referência à localização desta comunidade, que fica na porção norte do assentamento, e que se sente discriminada por causa da concentração de benefícios na Sede. A concretização da vontade dos moradores do Toco Preto de

⁷⁴ Nilo Coelho foi o governador da Bahia entre 1989 e 1990. Ele era o vice-governador e assumiu o Governo quando Waldir Pires renunciou.

⁷⁵ ACM (Antônio Carlos Magalhães) foi governador da Bahia entre 1991 e 1994. Paulo Souto era vice-governador e foi eleito governador pela primeira vez em 1994. O seu primeiro mandato foi entre 1995 e 1998, sendo o atual governador da Bahia, em seu segundo mandato.

⁷⁶ Eliene Bispo Batista é esposa de José Pedreira de Araújo, um agricultor que ocupou uma vaga deixada por um assentado que abandonou um lote no PA Almas.

⁷⁷ Na data da pesquisa.

constituir uma Associação ganhou força a partir da iniciativa e da liderança de D. Eliene Bispo Batista, que era tesoureira da APPA⁷⁸. A referida assentada lembra que a ACTPA nasceu quando:

Comecei a me informar e depois fiquei sabendo que a gente tinha chance de conseguir montar a Associação e que era preciso ter outra Associação para ficar melhor a organização na fazenda⁷⁹, por ser muito grande, e uma só não tinha condições de organizar. Aí veio o pessoal da CERB, que está aí com um projeto do Governo de abastecimento d' água que nos deu uma força para que criasse essa Associação. Eu estava na Sede ainda e fizeram uma reunião lá e depois eu fui perguntar se o sistema de abastecimento de lá da Sede abrangia aqui em baixo, a área do Toco Preto, aí a moça disse que o sistema da Sede seria um e do Toco Preto seria outro. E esse sistema seria fiscalizado (não sei se a palavra correta seria essa) pela Associação que ia administrar esse sistema de abastecimento, porque teria que ter uma Associação e essa Associação teria que estar bem organizada. Aí ela pediu que eu repassasse essa informação, perguntou se eu tinha condições de reunir o pessoal e passar essa informação para o pessoal aqui de Toco Preto e eu falei a ela que tinha. Aí eu cheguei, falei para o pessoal, todo mundo gostou e através disso começamos a nos reunir para formamos a Associação. A gente escolheu o nome, não quisemos tirar o nome da localidade e então colocamos Associação Comunitária de Toco Preto de Almas (ENTREVISTA..., 2003).

Portanto, a efetiva constituição desta Associação foi potencializada a partir da necessidade da comunidade de conseguir um sistema de abastecimento d'água, uma vez que este deverá ser instalado por povoado e não de uma só vez em todo o assentamento, e a sua gestão será feita por uma Associação que represente a comunidade. Dessa forma, o desejo latente que os moradores do Toco Preto manifestavam de ver constituída uma Associação concretizou-se como forma de responder a uma demanda específica: o abastecimento d'água. Além disso, a Associação objetiva buscar outros benefícios, como: “um poço, uma escola melhor, um salão comunitário, qualquer coisa que venha melhorar a comunidade” (ENTREVISTA..., 2003) e mudar o quadro de desigualdade frente à Sede do assentamento.

4.5 Organização Produtiva

O objetivo principal de um Projeto de Assentamento é justamente dar condições técnicas e financeiras para que famílias sem terra possam praticar a atividade agropecuária, de modo que

⁷⁸ D. Eliene conta que quando a diretoria da APPA soube que ela estava liderando o processo de formação da ACTPA nomeou outro tesoureira para a APPA sem nem mesmo comunicá-la. Ela diz: “eu fui simplesmente excluída de lá da Associação, sem eu nem sequer saber. Quando eu fui saber eu já não era mais tesoureira, já tinha uma pessoa no meu lugar, eu nem prestei contas do meu tempo de serviço” (DEPOIMENTOS..., 2003).

⁷⁹ Embora sejam beneficiários de um Programa de Reforma Agrária, alguns assentados chamam o assentamento de “fazenda”.

consigam superar a situação de pobreza extrema em que se encontram quando são assentadas e para que possam viver com dignidade. Por isso, a análise da organização produtiva do PA Almas é fundamental para que possamos compreender os principais entraves e/ou potencialidades do desenvolvimento deste PA.

A organização produtiva do PA Almas teve início quando os assentados receberam os seus lotes e iniciaram os primeiros plantios. Antes disso, mesmo já morando em barracos de lona na área do assentamento (como vimos no capítulo anterior) essas famílias praticamente não realizaram nenhuma atividade agrícola; nesse período, recebiam da CAR e do INCRA cestas básicas e toda assistência necessária para sobreviverem.

Após a criação do assentamento – antes da liberação dos primeiros créditos – cada família tinha direito a receber, durante seis meses, um salário mínimo. No entanto, segundo um assentado, “ninguém tirou os seis meses porque depois chegou o crédito de habitação para nós fazermos a casa, fazer a cerca também” (ENTREVISTA..., 2003). Ainda nos primeiros seis meses do assentamento foi concedido o crédito instalação nas modalidades apoio e aquisição de materiais de construção (habitação), que foi utilizado pelos assentados para a compra de alimentação, de ferramentas de trabalho (enxadas, facão, machado, foice, carroças, etc.), para o desmatamento, à compra de animais, para o cercamento dos lotes, para a compra de insumos em geral e para a construção das casas (aquisição de material de construção e pagamento de mão-de-obra). A partir de então, os assentados fizeram os primeiros plantios. Nessa época, “todo mundo achou um jeito de desmatar seu pedacinho, fazer a sua plantação, era o que o pessoal mais queria” (ENTREVISTA..., 2003). As primeiras culturas plantadas foram: o milho, o feijão de corda e a mandioca, cultivados nos lotes de beira rio para a subsistência das famílias. Os animais adquiridos com o crédito foram basicamente bodes, cabras, galinhas e alguns bois e vacas.

Posteriormente, os assentados tiveram acesso ao Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)⁸⁰, sendo liberado um crédito, pelo Banco do Nordeste, de forma individual – R\$ 7 500 para cada assentado – e de forma coletiva – R\$ 7 500 para a Associação –, totalizando R\$ 15.000⁸¹. Esse crédito foi utilizado basicamente para a plantação da cebola.

⁸⁰ O PROCERA foi extinto em 1999.

⁸¹ Os assentados não souberam dizer exatamente em que ano foi liberado esse crédito e no INCRA/BA não foram encontradas informações sistematizadas sobre a liberação do PROCERA neste período.

4.5.1 A Produção da Cebola

A cebola era um produto muito plantado na região de Irecê (principalmente no município de Xique-Xique) e os assentados optaram por plantá-la devido à experiência que alguns já dispunham com o manejo desse produto. Como lembra um assentado,

na época, a cebola foi uma produção muito boa na região e às vezes as pessoas conseguiam ter a plantação da cebola por ser fácil, ser prático. Xique-Xique na época sempre foi uma das cidades da região considerada capital da cebola, hoje não é mais. Então todo mundo tinha conhecimento (ENTREVISTA..., 2003).

E outro assentado diz que escolheram plantar cebola por que:

(...) na época via os outros enricarem, ah, também vamos enricar (risos). O fazendeiro plantava lá, ganhava o seu milhão e nós plantando mandioca e mamona, mal comia. Isso não é negócio para a gente, o negócio é cebola e o banco abriu mão e nós plantamos cebola (ENTREVISTA..., 2003).

Durante muitos anos a principal atividade econômica do assentamento Almas foi a produção da cebola, que era plantada nos lotes de beira rio utilizando um incipiente sistema de irrigação e sem uma assistência técnica adequada (Fotos 62 e 63). A cebola foi plantada por quase todos os assentados e alguns deles, inclusive, venderam seus bens, como gado e cabras, para investir na plantação de cebola. Uma técnica da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), que acompanhou o PA Almas desde a sua criação, colocou que várias vezes orientou os assentados para “esquecer esse negócio de cebola, que era uma ilusão” (ENTREVISTA, 2000 (c)). Ela diz que “na ânsia de plantar cebola eles venderam gado e no final das contas foi um vício, a cachaça deles” (ENTREVISTA, 2000 (c)).

Fotos 62 e 63 – Plantação de cebola



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2000.

Com a produção da cebola os assentados experimentaram períodos de “bonança” e “tempestade”, devido à grande oscilação dos preços no mercado da cebola. Houve épocas do saco da cebola custar R\$ 10,00 e, de uma hora para outra, baixar para R\$ 0,50, como colocou um assentado: “não tive mais condições de plantar a cebola porque é caro demais. Plantei uns três anos de cebola e nunca acertei. Na hora de apurar ela todinha tá de graça” (ENTREVISTA..., 2003). Em 1999, por exemplo, os assentados receberam custeio para plantar a cebola e venderam o saco a R\$ 3,00.

Um problema agravante para eles foi a dificuldade de comercialização. Grande parte da produção de cebola do assentamento era vendida para o atravessador que se encarregava de vender a produção para Salvador, Feira de Santana e Juazeiro. Os assentados repassavam a produção da cebola para o atravessador porque não dispunham de uma infra-estrutura de transporte, armazenamento e comercialização eficientes. O assentamento não tem um caminhão para escoar a produção e a estrada que liga o PA até a BA 052 não está em boas condições de tráfego. Os assentados não estão ligados a nenhuma organização (cooperativa ou ONG) que preste assessoria na questão da comercialização. Um ex-presidente da APPA diz que:

A cebola esse ano (2000) foi ruim para nós, plantamos e uns pagou e outros não pagou porque não deu preço. Deu 1 real, 1,50 , a saco de 20 kg. Quem tirou primeiro ainda pegou o preço de 5,00 real [...] A gente vende aqui, vem com o caminhão, se nós tivesse um caminhão seria melhor para nós porque nós ia vender lá e não ia vender ao atravessador. Não tem como levar, se nós tivesse um transporte nós levava (ENTREVISTA..., 2003).

Nunca houve qualquer projeto desenvolvido no assentamento visando o beneficiamento da cebola. O atravessador era a única alternativa para os assentados, pois ele se encarregava de limpar a cebola, ensacá-la e transportá-la até o consumidor. No entanto, o preço que o atravessador pagava no saco de cebola era bem menor que o preço que ele vendia para o comerciante. Sendo assim, os assentados sempre saíam perdendo no negócio e ainda corriam o risco de serem enganados pelos atravessadores (já aconteceu casos dos atravessadores levarem a produção sem efetuar o pagamento).

Alguns assentados, de modo individual, vendiam a sua produção diretamente para Salvador, Feira de Santana e Juazeiro. Para isso eles precisavam bancar a limpeza e ensacamento da cebola além de pagar o frete do caminhão, que custava em torno de R\$ 400, 00, de Xique-Xique a Feira de Santana. Mesmo assim, segundo esses assentados, eles lucravam mais do que se vendessem para o atravessador. Um deles diz que:

A gente comprava o saco, pagava a maquinação para selecionar a cebola e aí ficava toda limpinha. Às vezes a diferença do preço da cebola de Xique-Xique para Feira de Santana chegava a 6 reais de diferença. Mesmo pagando 400 reais para o frete o lucro era maior do que quando a gente vendia para o atravessador. As pessoas resolviam vender aqui porque não tinham que fazer isso tudo: comprar a sacaria, selecionar a cebola, pagar o frete. Se vendesse ao atravessador tudo é por conta dele. As vezes quando o preço tava bom os atravessadores chegavam a comprar a produção toda antes de colher (ENTREVISTA..., 2003).

Verificamos que os assentados que vendem diretamente a sua produção para o mercado consumidor apresentam mais experiência com a prática agropecuária e procuram, individualmente, algum tipo de assistência técnica. Esses assentados têm registrado melhores condições de vida.

O financiamento bancário para a produção da cebola durou aproximadamente dois anos. Depois, devido aos altos custos para a produção da cebola e às limitações de acesso ao crédito, muitos assentados faziam sociedades e/ou arrendavam os seus lotes para os ceboleiros – ou seja, os produtores dos municípios vizinhos que tinham interesse em plantar cebola, mas não dispunham de terra. Como os solos do PA Almas são muito férteis e o assentamento tem uma boa disponibilidade de recursos hídricos, esses ceboleiros faziam uma “sociedade” com os assentados para plantarem a cebola. Segundo os assentados, a sociedade ocorria por que:

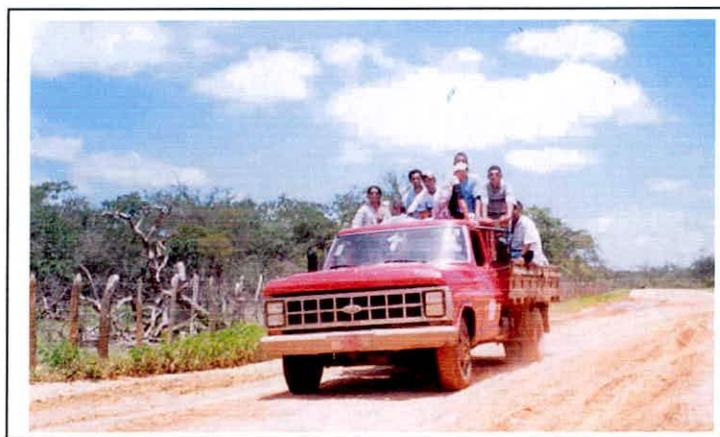
Eles tinham terra, alguns tinham motor, tinham mão-de-obra e não tinham a parte financeira. Então se encontrasse uma pessoa lá fora que financiasse a roça, juntava os dois, e com a terra e mão-de-obra. E faziam uma sociedade, plantavam e tiravam as despesas (ENTREVISTA..., 2003).

Neste caso, os assentados utilizavam a mão-de-obra da família para plantar a cebola em seus lotes e depois, conforme estava estabelecido em contrato ou verbalmente, o ceboleiro vendia a produção e “tiravam o que os dois gastaram e dividiam” (ENTREVISTA..., 2003). Em outros casos,

os assentados arrendavam os seus lotes diretamente para pequenos agricultores da região que queriam expandir a plantação de cebola e não dispunham mais de terra. Em alguns casos, o ceboleiro arrendava a terra do assentado e contratava funcionários (às vezes do próprio assentamento) para plantar a cebola, ou seja, não utilizava a mão-de-obra familiar. O arrendamento era feito por safra, que durava em média 120 dias. Após esse período, o produtor retirava a produção e pagava o valor do arrendamento. Um assentado colocou que, à época, o valor do arrendamento era, aproximadamente, R\$ 1.500,00 por safra. Se o produtor quisesse produzir outra safra teria que fazer um novo contrato de arrendamento (formal ou informal). Durante o tempo do arrendamento o assentado (e sua família) continuava morando no lote e sobrevivia com o valor adquirido com o arrendamento e/ou trabalhava em fazendas da região através do sistema de diárias (que os assentados chamam de “dar o dia fora”) (Foto 64). Muitos assentados lembram com saudade da época em que arrendavam a terra para o ceboleiro:

Nós tivemos recurso aqui, não tínhamos o custeio agrícola. Hoje não temos mais, aí uns dois anos, uns quatro ou cinco anos, quando chegava o final de semana, menino, quando era sábado e domingo tinha dinheiro a fole, mulher tinha dinheiro a fole, homem tinha dinheiro a fole. Sabe por que? Por que vinha gente de fora, fazendeiro que arrendava o terreno para plantar cebola ou o que todo mundo trabalhava e tinha dinheiro. Se você quisesse pegar o dinheiro na hora que fechava o contrato da renda. Arrende meu terreno aqui por tanto. O dinheiro era na hora (ENTREVISTA..., 2003).

Foto 64 – Assentados indo “dar o dia fora”



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2000.

O PA Almas já foi o maior produtor de cebola da região do Rio Verde. O filho de um

assentado, que era atravessador de cebola, lembra que o PA Almas:

[...] já chegou a produzir um caminhão carregado com 16 toneladas de cebola. Teve comprador de Xique-Xique que há dois anos atrás comprou 150 caminhões de cebola só em Almas⁸². O PA Almas já chegou a plantar muita cebola, hoje não porque o pessoal já tomou muito prejuízo, alguns desistiram e outros continuam insistindo (ENTREVISTA..., 2003).

A crise atual da cebola na região de Irecê deve-se, segundo um técnico da EBDA, entre outros fatores, à concorrência da cebola da Argentina, que depois do MERCOSUL “[...] vem para aqui como se fosse produzida em Irecê e com uma grande diferença: na Argentina a cebola é subsidiada e é de alta qualidade. Esse é o problema” (ENTREVISTA, 2000 (c)). Hoje praticamente não se planta mais cebola no PA Almas. Poucos assentados arriscam ainda plantar esse produto. Durante o período em que plantaram maciçamente a cebola os assentados praticamente não plantaram outras culturas comerciais, somente culturas de subsistência.

4.5.2 A Irrigação

Quando o PA Almas foi criado, os órgãos governamentais envolvidos na sua implantação prometeram que este assentamento seria o maior celeiro de produção do Rio Verde. Como o assentamento está instalado numa área com solos muito férteis e tem boa disponibilidade de recursos hídricos o ano inteiro, isso seria possível desde que fosse utilizada a irrigação. Um assentado coloca que:

As terras de Almas são muito férteis, tanto as de Almas como as do Rio Verde. Acho que a região inteira. Todas as pessoas que trabalham com agricultura e pecuária, todo mundo tem vontade de conseguir um pedaço de terra nesse Rio Verde. Primeiro lugar, a gente mora num local em pleno Nordeste que tem água a vontade, terra produtiva, as terras de Almas produzem qualquer tipo de cultura que você plantar, qualquer tipo de cultura que queira tentar desenvolver, desde que você invista e queira trabalhar com aquilo, ela produz qualquer tipo de cultura (ENTREVISTA..., 2003).

Contudo, a irrigação é uma das questões mais problemáticas deste assentamento. Os assentados têm dificuldades para acessar os equipamentos de irrigação, além de não terem uma orientação técnica eficiente e contínua. O sistema de irrigação utilizado para a plantação da cebola

⁸² Esta entrevista foi realizada em janeiro de 2000, portanto, refere-se ao ano de 1998.

era a inundação por bacia. Este sistema funcionava com bombas colocadas na beira do rio que bombeavam a água para os lotes a serem irrigados e, através de vários canais abertos no solo, a água, por gravidade, era distribuída pela plantação (Fotos 65, 66, 67, 68, 69 e 70).

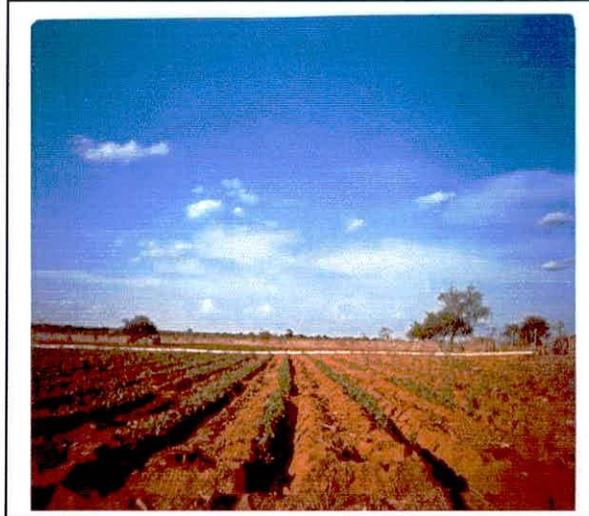
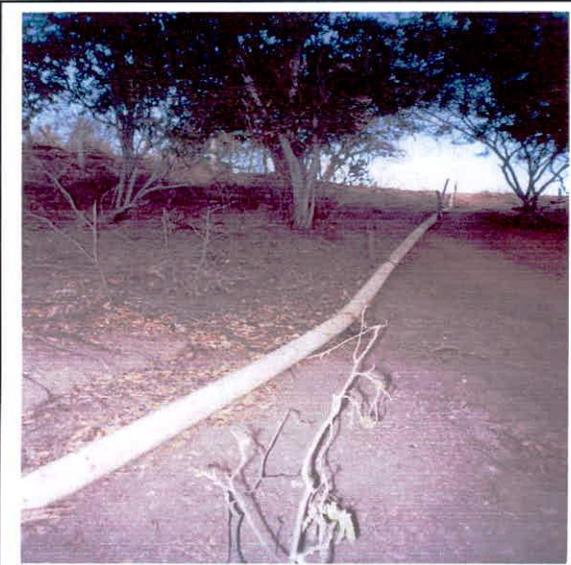
A quantidade de bombas à disposição dos assentados não é suficiente para a demanda existente. Um grupo de dez assentados recebeu pequenas bombas de irrigação que foram sorteadas pela CAR no primeiro ano do assentamento. Foram sorteadas também bombas maiores para uso coletivo, que são administradas pela APPA (uma bomba para cada um dos seis grupos de vizinhança que foram formados no início do assentamento). Outros assentados conseguiram comprar as suas próprias bombas (com a renda adquirida com a produção da cebola) e estão numa situação mais confortável porque eles podem utilizá-la individualmente durante todo o ano e não há restrição quanto à área que pode ser molhada e a cultura a ser plantada (eles podem produzir culturas de longo período com irrigação).

Entretanto, as outras bombas (as que são administradas pela APPA)⁸³ são utilizadas coletivamente, uma para cada grupo de assentados. Essas bombas utilizadas por grupos trazem um sério problema: esses motores são usados rotativamente. Num grupo de dez assentados, por exemplo, quando a bomba está instalada no lote de um deles os outros nove assentados plantam no lote que está sendo irrigado. Na safra seguinte, se a bomba trocar de lote os assentados passam a plantar nesse outro lote. Com isso, os lotes de nove assentados ficam sem ser irrigados e a terra, durante o período da safra, fica parada (ou é utilizada para plantação de sequeiro), deixando de produzir e gerar renda. Além disso, o uso coletivo dos motores, às vezes, gera confusões e brigas entre os assentados. No período em que o motor está irrigando o lote de um determinado assentado, este pode limitar a área que os outros nove assentados poderão utilizar no seu lote para plantar e favorecer a sua própria produção, como diz um assentado:

Ele trabalha um pouco na roça que está sendo irrigada e o resto do tempo ele vai vender o dia fora (às vezes ele vai vender o dia porque não tem condições de trabalhar). O dono da terra vai limitar o quanto você vai plantar porque ele não vai permitir que você plante mais do que ele e você não vai plantar milho, feijão, só vai poder plantar cebola (ENTREVISTA..., 2003).

⁸³ Pela utilização dessas bombas os assentados têm que pagar para a APPA 10% em dinheiro do total do valor que foi vendida a produção.

Fotos 65, 66, 67, 68, 69 e 70 – Sistema de irrigação do PA Almas



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2000 e 2003.

A limitação de bombas para irrigar a terra foi apontada pelos assentados como o maior problema para a produção agropecuária no PA, ao lado da limitação de crédito. Todos os assentados entrevistados disseram que a existência de mais bombas à disposição traria melhores condições para o assentamento, pois poderiam plantar fruteiras e outras culturas irrigadas, que têm um maior valor comercial, além de poderem produzir durante todo o ano, sem depender da época de chuvas. Um deles desabafa:

Nós ficamos socados aqui dentro e ninguém vem orientar o que deve plantar. Aí ficamos plantando cebola, uma porcaria, que não vale nada. Plantei e tive o maior prejuízo porque o motor é coletivo, era usado por 10 pessoas. Aí quem tem o terreno na frente (na beira do rio) a mercadoria saía boa porque era bem molhada. O meu como era no final levava vários dias para ser molhado. Meu pé de cebola não deu nada no canteiro (ENTREVISTA..., 2003).

Aliado a isso, a falta de energia elétrica nos lotes (só há energia na Sede) obriga os assentados a utilizarem motores de irrigação movidos a óleo diesel, que além de serem mais poluentes são menos potentes. Todos esses fatores dificultam a prática da irrigação no assentamento. Uma técnica da EBDA analisa que os assentados do PA Almas:

Têm o hábito de irrigar, mas como são pequenos produtores, eles não têm grandes recursos para comprar bomba potente. Irrigação também exige muita mão-de-obra e eles não têm como pagar. Eles têm limitações porque o banco não financia porque tem uma visão pequena e não tem capital para fazer isso; aí limita o tamanho da exploração deles. Às vezes não é nem porque eles querem, é porque são obrigados a aceitar isso; aí sobra área à vontade (ENTREVISTA, 2000 (c)).

E um outro técnico da EBDA também analisa que no PA Almas:

O investimento dos assentados é pouco e a água é muita, então você mete a bomba no rio e joga a água lá para cima e muda a área toda; aí termina fazendo um tipo de irrigação que é a mais fácil que tem. É a de menor tecnologia. A cebola é um produto que se adapta bem a esse tipo de irrigação; esse é um dos principais motivos deles plantarem a cebola. Para se ter uma idéia, para irrigar um hectare de cebola o equipamento de irrigação fica em torno de R\$ 400,00 a 450,00. Se eles forem irrigar um hectare de cebola com micro aspersor isso sobe para R\$ 3.600,000. Isso é uma diferença grande e não tem financiamento. O que tem de irrigação lá em Almas é um motor, uma bomba e uma quantidade de tubo branco de esgoto. É o material mais barato que tem. O sistema de irrigação está limitado, subordinado ou determinado exatamente pela falta de recursos (ENTREVISTA, 2000 (c)).

Um assentado sintetiza muito bem essa questão quando coloca que para irrigar é preciso “[...] ter o equipamento de trabalho; se não tiver o equipamento a água não vai funcionar nada, tem que ter o equipamento para conseguir tirar da terra a renda” (ENTREVISTA..., 2003). Para irrigar os assentados precisam dispor de tecnologias de irrigação que custam caro e não há nenhum tipo de apoio neste sentido. Por causa dessas dificuldades, sobretudo depois da crise da produção da cebola, a prática da irrigação diminuiu muito no assentamento.

4.5.3 A Situação Econômica dos Assentados

Depois da crise da produção da cebola o PA Almas não conheceu melhores dias com relação à sua produção agrícola. Os assentados que ainda se dedicam à agricultura estão cultivando pequenas áreas com muitas dificuldades e sem crédito. Os lotes de beira rio são mais explorados, sobretudo por causa da possibilidade do uso da irrigação. Nesses lotes estão sendo cultivados, basicamente, o tomate, o melão, o mamão, a abóbora, o pimentão, a banana, a cebola e etc. Nos lotes de sequeiro, devido à dificuldade de irrigar (a distância dos lotes de sequeiro até a beira do rio é muito grande), são exploradas as culturas mais resistentes à seca. Os cultivos mais comuns são: o milho, a mandioca, o feijão, a mamona, o algodão, a palma (Fotos 71 e 72). Estes lotes são muito utilizados também para pastagem. O arrendamento de lotes também ainda é uma prática comum no PA Almas.

Fotos 71 e 72 – Plantação no sequeiro



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2000.

Uma atividade econômica acompanha toda a trajetória do PA Almas: a criação de animais, sobretudo de caprinos (Foto 73). As condições ambientais do assentamento são propícias para a criação de animais que convivem bem com a caatinga, como o bode, por exemplo⁸⁴. Segundo a técnica da EBDA, no assentamento Almas:

Tem bastante área e bode gosta de calor, de caatinga; junta uma coisa com a outra e a produção de lá é bode mesmo. Toda essa região cria bode e carneiro, porque se você for criar bovino o pessoal não tem infra-estrutura de pastagem, então eles estão voltados para a criação de bode mesmo. A criação de bode não dá para fazer em todo lugar porque tem que ter muita terra ou boas cercas, porque o bode sai. Almas cria bode por causa da vegetação de caatinga, que é uma alimentação natural, da água, as áreas são extensas. Tem muita área e a atividade agrícola não é muito desenvolvida. Ao invés de cercar o bode, cerca a plantação e a área que está sem exploração agrícola é maior, isso favorece. O Banco do Nordeste tem feito muitas resistências, pois ele questiona o investimento de cerca para criação de bode, porque é uma cerca muito cara, precisa ter muitos fios de arame e o Banco não quer fazer investimentos tão altos, aí limita muito (ENTREVISTA, 2000 (c)).

Toda a Área de Reserva Legal do assentamento serve de pastagem para os animais e praticamente todos os assentados têm cabras, bodes, galinhas, porcos e algumas cabeças de bois criados nessa área e/ou nos lotes de sequeiro. Para os assentados, os animais representam uma importante fonte de renda, pois:

[...] sustentam praticamente 50% do pessoal, ajuda muito. É um sustento que você tem; se tem um animal, tenta cuidar dele para que possa te ajudar depois; é uma renda que as pessoas têm, criar para se manter. E esse tipo de comércio é fácil; não precisa se deslocar pra fora pra vender. As pessoas vêm aqui procurar (ENTREVISTA..., 2003).

Os animais socorrem as famílias nos momentos de maiores dificuldades econômicas. Os assentados vendem os animais para comprar outros animais, comida e insumos para a produção. Apesar da grande quantidade de animais no PA Almas, os assentados reclamam da falta de assistência veterinária para os bichos. Segundo eles, muitos animais morrem por falta de orientação técnica e/ou por falta de cuidados médicos (alguns deles morrem porque comem sacos plásticos que são jogados nos quintais das casas pelos assentados).

⁸⁴ Durante as entrevistas os assentados foram questionados a respeito do quantitativo das culturas produzidas e dos animais criados no assentamento. Entretanto, a maioria deles não faz registros sistemáticos desta informação ou apresentaram dados que não permitiram chegarmos a um número preciso sobre esta questão.

Foto 73 – Criação de animais



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Um problema sério dos assentados hoje é o endividamento. Como já foi dito, os assentados receberam o crédito do extinto PROCERA para financiamento e custeio da produção. Entretanto, grande parte deles não pagou as parcelas da dívida bancária e estão inadimplentes. Os assentados alegam que as dificuldades econômicas com a crise da cebola foi o principal motivo do não pagamento da dívida. Por conta disso, eles não têm acesso a outros créditos. Atualmente, as áreas de reforma agrária estão sendo beneficiadas com os créditos do PRONAF, mas, no caso do PA Almas, devido ao endividamento, os assentados não estão recebendo os recursos deste Programa.

4.6 Assistência Técnica

Os assentados não têm acesso a uma eficiente, efetiva e continuada assistência técnica, que é uma das políticas públicas mais importantes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais de reforma agrária. A EBDA⁸⁵, através do seu escritório de Irecê, prestava assistência técnica ao PA Almas desde a sua criação. A empresa disponibilizava técnicos para ir duas vezes por semana ao assentamento, mas, segundo relato dos assentados, esta assistência técnica não os orientava no sentido de realizarem o cultivo correto. Conforme conta um assentado, em depoimento já citado: “ficamos socados aqui e não vem ninguém orientar o que deve plantar; aí ficamos plantando cebola, uma porcaria que não vale nada” (ENTREVISTA..., 2003). Os assentados reclamaram muito do

⁸⁵ A EBDA é uma empresa de assistência técnica estadual que substituiu a antiga EMATER/BA.

acompanhamento da EBDA, dizendo que a empresa se limitava a fazer projetos para financiamento e não fazia nenhum trabalho de assistência à produção e comercialização. Também não existe um trabalho sistemático de organização social da comunidade e de preservação do meio ambiente, que são aspectos importantes que devem ser também objeto da assistência técnica. Eles relatam que:

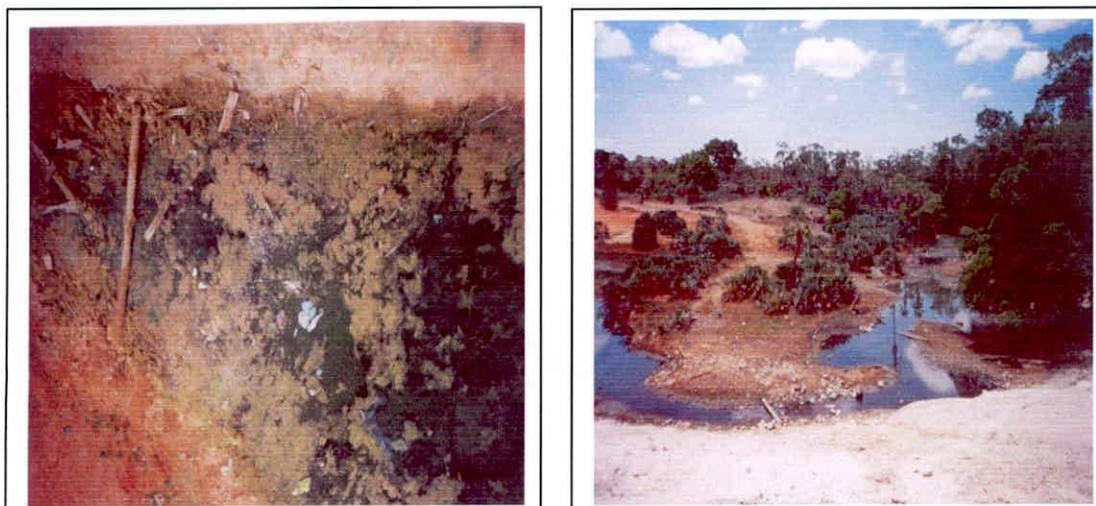
A EBDA só trabalha mais com laudos; ela não dá uma assistência técnica com agrônomos que conhece do plantio, sabe como fazer, não tem esse tipo de estrutura. Ela trabalha com laudo de banco, de financiamento, ela não tem uma assistência técnica de plantio. Não vem nenhum agrônomo. Quem não sabe fazer se dá mal. [...] Tem pessoal que tem prejuízo aqui, não faz um manejo do plantio certo, a adubação na data certa, a quantidade certa, às vezes não usam certo e acabam tendo prejuízo, não tendo produção (ENTREVISTA..., 2003).

A limitação da assistência técnica é um entrave para um assentamento porque muitos assentados têm dificuldades com o manejo do solo, com a escolha de culturas adequadas para o plantio e encontram dificuldades para comercializar a produção. O assentamento Almas não tem recebido novos créditos. Desta forma, a EBDA, que elaborava os projetos para financiamento junto aos bancos, deixou de assistir o assentamento e, portanto, hoje o PA Almas não conta com nenhum tipo de assistência técnica.

4.7 Problemas Ambientais

Embora localizado no semi-árido baiano, o PA Almas apresenta boas condições ambientais para a prática da agropecuária, sobretudo por causa da qualidade dos solos e disponibilidade de água. O PA é coberto pela vegetação de caatinga e as carnaúbas margeiam o rio. O Rio Verde, sem dúvida, é o recurso natural mais importante do PA. Trata-se de uma grande riqueza numa região seca. Este Rio foi perenizado a partir da construção da Barragem de Mirorós (localizada no Rio Verde a montante do PA) e de pequenas barragens no seu curso. O Rio permite a prática da irrigação no PA e o abastecimento de água para consumo animal, embora venha sofrendo uma série de agressões ambientais, inclusive por parte dos assentados, e encontra-se poluído e assoreado (Fotos 74 e 75).

Fotos 74 e 75 – Poluição e assoreamento do Rio Verde



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Como as casas dos lotes de beira rio estão localizadas próximas das margens do rio, o lixo doméstico é depositado nos quintais das casas e a chuva o carrega para o leito. O assentamento não tem rede de esgotamento sanitário nem depósito de lixo. Os próprios assentados revelam que o lixo é jogado “no fundo dos quintais ou no meio da rua e vai se espalhando, principalmente sacola plástica” (ENTREVISTA..., 2003). As próprias escolas contribuem para a poluição uma vez que “jogam o lixo na rua. Todo o lixo da escola é jogado no fundo da escola” (ENTREVISTA..., 2003). É visível na Sede o lixo espalhado por toda parte. O material utilizado para a manutenção das bombas de irrigação também é jogado dentro do rio pelos assentados. Observamos sacos plásticos, vasos de água sanitária, sacos de adubos, entre outros materiais dentro do rio. A prefeitura de Itaguaçu da Bahia não faz a coleta do lixo no assentamento, não obstante seja uma reivindicação dos assentados (Fotos 76, 77, 78 e 79).

À jusante da barragem existem bancos de areia que têm diminuído a profundidade do canal do rio, marca do assoreamento do rio. O assoreamento é provocado, principalmente pelo desmatamento da mata ciliar, muito comum no assentamento, sobretudo das carnaúbas. De acordo com os próprios assentados: “o rio era bem fundo, tinha várias bacias, só que o rio encheu e essa areia aí ela não existia. Com o tempo o rio vai enchendo e vai arrastando ela e o rio vai aterrando

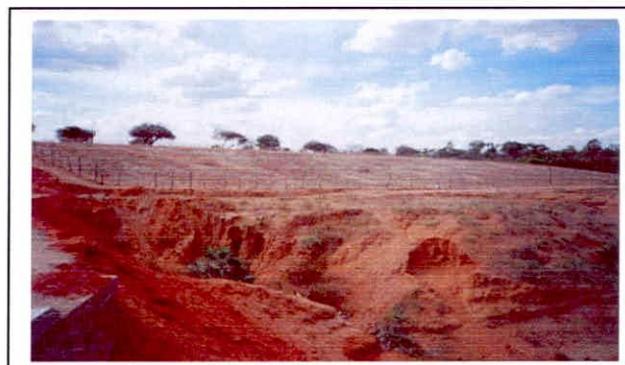
cada vez mais, a água vai levando, levando, cada vez mais a areia vai aterrar o rio.” (ENTREVISTA..., 2003). A consequência do assoreamento é reconhecida por um assentado que diz: “acabou o leito do rio, acabou a água. Como é que vai se viver sem água?” (ENTREVISTA..., 2003).

Fotos 76, 77 e 78 - Poluição às margens do Rio Verde



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Foto 79 – Erosão nas margens do Rio Verde

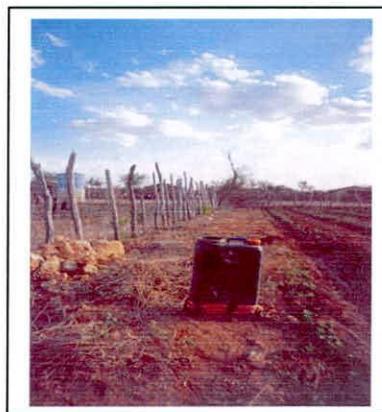


Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

A vegetação da caatinga é muito rica em espécies. Na área do assentamento existe uma série de vegetais que são utilizados com fins medicinais por alguns assentados. Entretanto, essa variedade de espécies poderia ser melhor explorada pelos assentados, inclusive como fonte de renda. Outro problema é o da caça. Os assentados fazem, sem autorização do IBAMA, caça de animais silvestres da caatinga, como coloca um assentado: “tatu, peba, esses animais silvestres que existem na caatinga, que tinham muitos, era capaz de estar andando num sequeiro desses aí e dar de cara com eles. Hoje, talvez, se for caçar, não encontra mais” (ENTREVISTA..., 2003).

O uso indiscriminado de agrotóxicos e adubos químicos é outro problema ambiental do assentamento. Os assentados revelam que no PA Almas “todo mundo usa agrotóxico, mas nem todos se protegem” (ENTREVISTA..., 2003). Os assentados fazem uso de agrotóxicos sem a devida proteção e ainda jogam os sacos e vasos nas margens do rio (Foto 80). O manejo do solo também é deficiente, por falta de conhecimentos técnicos por parte dos assentados.

Foto 80 – Utilização de agrotóxicos no assentamento



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

O nível de consciência ambiental dos assentados é muito baixo. Os problemas ambientais do PA Almas, embora numerosos, não são irreversíveis. O assentamento apresenta ainda uma extensa área de reserva da caatinga e alguns assentados têm tomado mais consciência da importância da preservação do meio ambiente, sobretudo por causa dos problemas ambientais do

PA, como revela um assentado: “hoje você vê que faz a devastação e vê o prejuízo na cara, o rio entupido, morrendo. As pessoas aprendem com isso, por elas mesmas, não por ter orientação de outras pessoas. Até está melhor, mas há algum tempo foi pior que hoje” (ENTREVISTA..., 2003).

Apesar dessa incipiente tomada de consciência dos assentados a respeito da questão ambiental, a extensão dos problemas é grande para um assentamento que foi submetido à realização de um estudo de impacto ambiental, que inclusive recomendou uma série de medidas mitigadoras para os impactos negativos.

As questões apresentadas neste capítulo revelam como se configurou a organização sócio-espacial e produtiva do PA Almas e os principais problemas existentes hoje no assentamento.

5 O PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS: UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO

A proposta deste capítulo é apresentar as alterações na configuração territorial do PA Almas e analisar o processo de produção do espaço deste assentamento a partir das modificações que foram provocadas pela dinâmica social que se desenvolveu desde a chegada das famílias no assentamento (Figura 10).

5.1 Mudanças na configuração territorial

5.1.1 A ocupação de lotes

Oficialmente, o PA Almas tem 180 famílias assentadas, as quais ocupam os 180 lotes de beira rio e de sequeiro. Porém, dois lotes que eram reservados para pesquisas agropecuárias experimentais (e que, na verdade, nunca foram usados para esse fim) foram ocupados por duas famílias. O crescimento demográfico no assentamento – e, com isso, a necessidade de novas áreas para plantação – impulsionou à ocupação desses lotes por filhos ou parentes de assentados que “se apoderaram das áreas de pesquisas” (ENTREVISTA..., 2003). Essas famílias começaram a plantar nos referidos lotes tendo, em seguida, o consentimento da Associação Comunitária de Abobreiras (já que os lotes de pesquisas ficam à beira do Rio Verde, na região de Abobreiras). Desse modo, na realidade, embora essas duas famílias não estejam cadastradas no INCRA como beneficiários da reforma agrária, existem hoje 182 famílias assentadas no PA Almas.

5.1.2 A desocupação de lotes

Os lotes de beira rio foram planejados de modo a beneficiarem os assentados com condições propícias para o desenvolvimento da agricultura irrigada. Os próprios assentados afirmam que “a principal utilidade de Almas são os lotes de beira rio que tem mais facilidade por causa da água, o pessoal tem mais facilidade porque pode colocar uma irrigação, facilita porque se tem água em qualquer época do ano tem condições de trabalhar” (ENTREVISTA..., 2003). No entanto, embora o parcelamento do PA Almas tenha sido subsidiado por um estudo de solo, quatro lotes de beira rio foram demarcados em terrenos muito acidentados que apresentam dificuldades para a prática da

agricultura e não podem ser utilizados para a irrigação. Esse fato constitui-se um problema para os assentados visto que os mesmos consideram os citados lotes como “áreas que não tem como trabalhar; essa terra não tem utilidade nenhuma nem para a agricultura de sequeiro” (ENTREVISTA..., 2003).

Devido a essa questão, os agricultores que originalmente foram assentados nesses lotes desistiram do assentamento, retiraram e venderam os arames das cercas dos lotes, inclusive dos seus respectivos lotes de sequeiro. Os lotes ficaram abandonados e abertos. Posteriormente, a APPA permitiu a ocupação dos mesmos por outras famílias de filhos e parentes de assentados. Tempos depois, esses agricultores também desistiram e abandonaram os lotes, que foram novamente ocupados por filhos e parentes de assentados, mas encontram-se hoje desocupados, embora os atuais assentados nesses lotes não tenham abandonado o assentamento. Um deles está plantando no lote da sogra e os outros nos seus respectivos lotes de sequeiro. Estes assentados ocuparam lotes com limitações técnicas e sem cercas (Figura 10).

5.1.3 Os lotes abertos

Uma grande parte dos lotes de sequeiro do PA Almas não têm mais cercas, pois os assentados retiraram todos os fios de arame e os venderam. Os arames dos lotes de sequeiro foram os mais vendidos porque estes lotes são pouco utilizados para a agricultura, uma vez que os assentados plantam mais nos lotes de beira rio, como já dissemos. Muitos assentados que venderam os arames continuam morando no assentamento. Eles moram nos povoados ou nos lotes de beira rio. Outros venderam os arames e abandonaram o assentamento. A venda dos arames é justificada por um assentado com o seguinte argumento:

Você vai ter um filho, vê ele chorando com fome em riba da cama sem poder comprar um remédio para ele ou levar ele no médico para fazer uma consulta. O que você tem na sua vida você não dispõe para fazer isso, para salvar a vida de um filho ou de sua mulher ou de seu irmão. Acontece tudo isso, muitas coisas acontecem por isso, muitos que muitas vezes não querem sair daqui para ganhar o pão lá no Mimoso para deixar a família. E os filhos e a mulher aqui vão comer o que? Esse arame nós vamos vender para comer mais nossos filhos. Não vamos deixar nossos filhos chorando com fome (ENTREVISTA..., 2003).

O presidente da Associação Comunitária de Abobreiras lembrou que a venda dos arames se intensificou no assentamento depois que:

O dinheiro acabou. Foi aplicado em roça, em arame, em criatório, nessas coisas, acabou o criatório e eles meteram o pau no arame. Teve época que era direto, aí você via passar carro cheio aí por vida e não tinha quem reclamasse, era arriscado de o cara brigar com o cara e dizer: eu não estou vendendo o que é seu, estou vendendo o meu, cuide do seu, o meu é meu, faço o que eu quero. Você não podia dizer nada, aí só se fosse mesmo o INCRA, que tivesse aí dentro acompanhando. Mas também abandonou, deu até chance (ENTREVISTA..., 2003).

Segundo ele, o INCRA também é culpado desse fato já que:

[...] abandonou o pessoal, jogou aqui dentro e largou para lá, jogou nós aqui dentro de uma caatinga e dá um pequeno dinheiro desse tamanho e queria ver também tudo bem feito. Que tem áreas de reforma que o cara recebeu casa prontinha, energia dentro, água encanada dentro da roça para irrigar. E a gente chegou aqui, só mato e mosquito, e dá um pingão de dinheiro e quer que você faça tudo. Aí quem não vai ficar aqui morrendo de fome ainda tem razão que vende aqui (ENTREVISTA..., 2003).

Os arames das cercas de lotes de beira rio também estão sendo vendidos, embora em menor proporção. Quando começou a venda de arame no assentamento não houve nenhuma ação para impedir essa prática, por isso, segundo um assentado, dos “cento e oitenta parceiros assentados, eu não sei se tem uns oitenta que tenham lotes cercados (lotes de sequeiro)” (ENTREVISTA..., 2003). Até uma parte do arame que cerca o assentamento e o separa dos imóveis vizinhos já foi retirada e vendida⁸⁶.

Os arames foram vendidos para comerciantes e fazendeiros da região. O filho de um assentado do PA Almas conta que “quem está comprando (os arames) não é outro posseiro pobre, porque o pobre não compra nada de ninguém, que não tem condições. Quem compra mesmo é o fazendeiro, porque é barato” (ENTREVISTA..., 2003). Ele disse que conhece

[...] um rapaz aqui de Rio Verde que tem uma fazenda aqui em baixo, ele tem um açougue em Rio Verde, ele comprou uma fazenda aqui em baixo, é muita terra, chega a umas 300 tarefas e ele cercou tudinho e dividiu tudinho com o arame aqui de Almas. Ele comprou o arame aqui de Almas na época que o pessoal estava

⁸⁶ Segundo depoimentos, alguns filhos de assentados roubaram os arames do assentamento para vender.

abrindo mesmo o sequeiro e vendendo (ENTREVISTA..., 2003).

Conta também que:

Tinha gente que colocava pessoas aqui, têm várias aí, os fazendeiros de fora, Zé Arnaldo de Central, Zé da Toca, chegava aí e dizia: moço, pode comprar; por cada bola que você comprar eu te pago dez reais, por exemplo. Ele vendia baratinho. Por exemplo, na época a maioria do arame que foi vendida aqui foi vendida diretamente, arame todo novo, com dois anos de uso, porque arame é uma coisa que dura quarenta, cinquenta anos se você deixar aí na cerca. Arame de cem, noventa reais, a depender da marca do arame. O cara vendia a trinta, vinte e oito, trinta e cinco os mais caros na época. Então se o cara tinha uma fazenda para cercar, o arame Moto custava cento e dez reais e aí a trinta e cinco reais. O cara vinha aqui dentro comprar. Tinha vezes de sair daí de carro, caminhonete lotada, escancaradamente (ENTREVISTA..., 2003).

Os fazendeiros se beneficiaram dos preços baixos dos arames vendidos pelos assentados do PA Almas, conforme mostra essas contas feita por um assentado:

Uma bola de arame Moto custa R\$ 110,00. Cada bola de arame tem 500 metros. Aqui na frente do lote são 9 fios de arame, cada frente dessa são 500 metros de frente com 600 de altura. Só a frente aqui são 9 bolas, com mais nove aqui no fundo dá 18, com 10 aqui do lado e 10 aqui do outro lado vão dar 38 bolas. Dá quanto? 38 bolas mais de R\$ 4.000, 00, só de arame. Fora a madeira. A madeira tira daqui mesmo. Mas hoje, normalmente, se você não tirar e colocar uma pessoa para ajudar a tirar a madeira, por cada pau você paga hoje um poste de madeira, poste mesmo, tem que pagar de R\$ 0,45 a R\$ 0,50 cada pau daquele que tirar. E cada lance desse aqui pega 600 paus, porque um lote de cerca tem que ser 1 metro de um para o outro, então são 600 metros, 600 postes. Aí você chega aqui soma o arame, soma a madeira, soma o arame da beira do rio, soma o arame que você cercou a beira do rio e o cara vai e vende por R\$ 2.000,00 ou R\$ 3.000,00. Então não vendeu nem o benefício dele. Todo mundo aqui teve financiamento para fazer cerca (ENTREVISTA..., 2003).

Como dissemos no capítulo anterior, as cercas do PA Almas foram construídas através do sistema do embeijo (um assentado faz uma parte da cerca do seu lote e o vizinho completa a outra parte da cerca). Não é feito o embeijo quando os vizinhos são inimigos; neste caso, os assentados fazem duas cercas paralelas, com um distanciamento de um metro entre elas, propiciando a formação de um corredor que lhes serve de caminho. Existem muitos desses caminhos no PA Almas. Quando existe “uma divisãozinha entre os lotes, se existir corredor, pode ter certeza que foi encrenca que existiu ali. Pode ter certeza que não são bons vizinhos” (ENTREVISTA..., 2003),

confirmou um assentado (Foto 81). Contudo, para os vizinhos que fizeram o embeicho, a retirada e a venda das cercas dos lotes, além de ter representado um grande prejuízo financeiro, provocou alterações importantes na organização sócio-espacial e produtiva do PA.

Foto 81 – Corredor entre dois lotes



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2003.

Quando um assentado retira uma parte da cerca, automaticamente, o seu vizinho é obrigado a completar a cerca, sob pena de seus animais fugirem ou outros animais entrarem no seu lote para comer o pasto. Ocorre que a maioria dos assentados não tem condições financeiras para completar a cerca e o seu lote fica aberto, causando prejuízos para o agricultor e provocando conflitos entre vizinhos. Muitos assentados são obrigados a retirar a sua parte da cerca porque todos os seus vizinhos venderam o arame.

Um assentado explicou que:

A maioria dos lotes é toda cercada nesse sistema: metade da cerca é dele, metade é sua. Então muitos alegavam: que não tinham condições de fazer porque o benefício de terra é um dos mais caros, é um custo bem alto, o arame é caro, o buraco é caro, é mais caro mesmo que desmatar. Uma das partes mais caras é a cerca. Por eles não terem condições de cercar, o vizinho tirou e mesmo que o arame dele estivesse ali iria ficar do mesmo jeito. Aí tiraram o resto. Muitos alegaram isso e tiraram o resto. Se tivesse animal dentro ia ficar solto. Aí ficou tudo aberto, uns porque quiseram, outros porque foram obrigados. Naquela época abriu tudo no período de uma semana. Uma semana, acho que não foi nem quinze dias, foi rapidão. Deu uma confusão entre eles porque um se sentiu prejudicado, o que não queria abrir, sei que foi uma polêmica danada; sei que essa quadra aqui abriu toda de uma vez só

(ENTREVISTA..., 2003).

Por conta disso, “tudo está sem cerca, está praticamente uma área só, deve ter algum lote aqui perdido que tenha uma cerca, mas está tudo em aberto” (ENTREVISTA..., 2003). Rapidamente os lotes foram sendo abertos e transformados numa grande pastagem, modificando a configuração original do parcelamento do assentamento. A única área onde os lotes de sequeiro continuam fechados corresponde à parte norte, no lado direito do Rio Verde. Os assentados que moram nesta parte do assentamento foram os únicos que puderam escolher os seus lotes de beira rio e de sequeiro (os lotes dos outros assentados foram distribuídos por sorteio). Isto porque, estes assentados já

Moravam aqui antes de ser reforma agrária. Eles tiveram o direito, por já morarem aqui, de escolherem as suas terras onde eles quiseram. Essas pessoas aqui, seu Gerson, seu Wilson, o finado Zé Pequeno, seu Otaviano e Jacinto, que era filho de seu Gerson que foi embora. Eles escolheram esses cinco lotes de beira rio onde eles queriam e eles também escolheram os lotes de sequeiro onde eles queriam. São todos lotes encostados um no outro. Essa área de terreno é uma área de terra muito boa, tanto para plantio de sequeiro, como irrigação, é uma terra plana, de barro, não tem pedra, são terras muito boas. Então eles já conheciam essa área aqui e eles escolheram aqui. Escolheram tudo juntinho, ficaram tudo aqui. Os lotes deles são plantados. Sempre plantam na época da chuva milho, mamona, feijão, essas coisas. Sempre plantam. Esses lotes aqui estão sempre plantados (ENTREVISTA..., 2003).

Os assentados que foram ex-moradores da Fazenda Almas se diferenciam dos outros assentados devido ao conhecimento prévio do espaço do assentamento. Esta parte do PA apresenta bons solos, boas condições de declividade e está numa distância menor em relação ao Rio Verde que as outras partes do assentamento (foi justamente nesta área da antiga Fazenda Almas que foram encontradas a maior parte das benfeitorias e plantações à época da vistoria realizada pelo INCRA. Na conclusão do Laudo de Vistoria da Fazenda Almas, transcrito no capítulo 3 desta dissertação, o técnico do INCRA escreveu: “esclarecemos que a maior parte das benfeitorias, pastagens e a área que está sendo plantada se localizam na parte norte do imóvel, ao lado direito do Rio Verde” (INCRA...,1986). Por isso, os antigos moradores escolheram ser assentados nesta parte do PA e tiveram a oportunidade de ter os lotes de beira rio próximos dos lotes de sequeiro. Estes lotes nunca deixaram de ser utilizados para a agricultura e estão todos plantados. Este fato justifica porque os arames das cercas destes lotes não foram vendidos e estes continuam fechados (Figura 10).

5.1.4 A venda de lotes

As 180 famílias que foram assentadas no PA Almas, em 1987, não são as mesmas famílias que vivem hoje no assentamento. Nos primeiros anos, por conta da atenção dispensada pelo Estado ao PA Almas e das melhores condições econômicas, o quantitativo de famílias que desistiram e/ou venderam lotes no assentamento foi pequeno. Desde 1987, aproximadamente 100 famílias deixaram o assentamento (seja por desistência ou venda de lotes)⁸⁷. As famílias que saíram no início foram, principalmente, aquelas que não se acostumaram com as dificuldades da vida na roça. Alguns técnicos atribuem que a baixa desistência no início do assentamento deve-se, também, ao modelo de parcelamento que foi “diferenciado dos outros” (ENTREVISTA..., 1999). Uma técnica da CAR coloca que muitas famílias “[...] permaneceram graças ao parcelamento, cada um tem um lote na beira do rio” (ENTREVISTA..., 2000 (b)), ou seja, a preocupação com a organização do espaço do assentamento contribuiu para a fixação do agricultor. Isto porque, embora o PA esteja localizado na região semi-árida do nordeste brasileiro, todos os assentados têm acesso à água e solos de boa qualidade. Um assentado confirma isso quando diz que: “quando nós entramos para cá ninguém vendia o seu benefício” (ENTREVISTA..., 2003).

Todavia, nos últimos anos, sobretudo depois da crise da cebola e do endividamento dos assentados, essa situação modificou-se. Embora proibido por lei, muitos assentados estão vendendo lotes no assentamento⁸⁸. Os assentados não são donos dos lotes que ocupam. O imóvel rural onde foi implantado o PA é de propriedade do INCRA que, através de um contrato, concede aos assentados e a sua família o direito de morar e explorar a terra utilizando a mão-de-obra familiar, desde que cumpram as determinações do contrato.

Na verdade, os assentados não vendem os lotes, mas as benfeitorias feitas neles. Um assentado revela que o procedimento ocorre da seguinte forma:

Vamos supor que você tem um lote e aí eu vou entrar. Você tá querendo ir embora e eu vou comprar o seu benefício. Tem alguns aqui que dão por mixaria: mil conto,

⁸⁷ Este número baseou-se nas informações dos assentados a partir de uma consulta na Relação dos Beneficiários. No entanto, esta Relação não está atualizada e isto dificultou a conferência dos dados.

⁸⁸ Como os assentados não têm controle com relação à venda de lotes no assentamento foi difícil precisar esse número. Entretanto, um assentado informou que nos últimos anos aproximadamente 20 lotes foram vendidos.

menos de mil conto, mas tem outros que venderam o benefício mais bem vendido, por cinco mil, cinco mil e quinhentos, os que tinha uma casa no lote beira rio. Também só esse, o resto foi por mixaria. Só vende o benefício porque a terra não é da gente. Nunca recebemos o documento. Já está dando dezesseis anos e nunca recebemos o documento. Porque também você morar num lugar quatro, cinco ou dez anos e depois nós sairmos. Fazendo uma comparação: se depois de dezesseis anos eu resolver sair daqui e eu achar uma pessoa que compre o meu benefício. Agora, a terra não estou lhe vendendo, estou lhe vendendo o benefício que eu fiz (ENTREVISTA..., 2003).

Os assentados sabem que esse procedimento é proibido. Segundo um deles, “o INCRA nunca deu permissão para que fizesse isso, eu já vim na reunião e falaram que não pode vender a terra. Mas o pessoal diz: eu vou sair e vou vender o meu benefício” (ENTREVISTA..., 2003). O procedimento correto no caso de desistência ou abandono de um assentado é que o lote dele seja ocupado, preferencialmente, por um filho ou parente de outro assentado⁸⁹. A seguinte situação é apresentada por um deles: “vamos supor que Zé tem uma família fora, aí eu ia à associação e dizia: vou entrar com um sobrinho de Zé, aí ele vinha, ajeitava e o menino entrava. Às vezes como aconteceu, tem Nildo ali que entrou no lugar de Nilton e hoje permanece no lote” (ENTREVISTA..., 2003). O INCRA orienta que as substituições de assentados sejam coordenadas pela Associação (ou Associações) do assentamento que deve fazer uma lista com, no mínimo, três candidatos e, em assembléia, os associados devem escolher o novo assentado e enviar o nome para o INCRA para que seja feita a atualização da relação de beneficiários (RB).

No entanto, as substituições não estão seguindo esse critério e as associações do assentamento não têm um controle efetivo desse processo. Estas não comunicam ao INCRA todas as substituições que ocorrem e, por causa disso, a RB do assentamento encontra-se desatualizada. Por outro lado, o INCRA demora muito para ir ao assentamento fazer os novos cadastramentos (o cadastramento de novos assentados deve ser feito *in loco*, para que o INCRA possa confirmar se o candidato tem perfil para ser beneficiário da reforma agrária). Nos últimos anos, os lotes do assentamento, vagos por causa da desistência de alguns assentados, estão sendo ocupados por outras pessoas que têm comprado as benfeitorias e não por outros agricultores sem terra – legítimos beneficiários do Programa de Reforma Agrária.

⁸⁹ Em caso de desistência o assentado deve assinar um Termo de Desistência. Quando o assentado deixa o lote e não comunica à associação é caracterizado como abandono de lote. Em ambos os casos, ele não poderá mais ser beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária em nenhum estado do Brasil.

Para a presidente da Associação Comunitária do Toco Preto de Almas, a venda de lote no assentamento é:

[...] um crime, eu acho um absurdo você pegar uma área de terra como a gente tem, que é um solo fértil, de tudo que você plantar ele produz, temos um rio que não seca nunca, está aí sempre a nossa disposição, e a pessoa chega lá fora, pega um lote desse, dá por mil e quinhentos reais, três mil reais, eu acho isso um crime, um absurdo. Mas eles acham, muitos deles pegam e vão, amanhã ou depois estão de volta na área, porque não encontraram apoio lá fora, o que eles fizeram foi de imediato, acho que vende um lote por mil reais, dois mil reais, vão alugar uma casa na rua, passa dois meses, três meses, o dinheiro já não tem mais e a tendência é voltar para trás. Aí volta e vem pedindo apoio ao parente que ficou. Já aconteceu aqui mesmo na área, já aconteceu isso. Há pouco tempo questionei com uma pessoa dessas, inclusive ele era membro da diretoria (da APPA), e ele disse que ia vender o lote para ir embora, então eu questionei muito com ele essa questão de ele vender o lote e ir embora. Mas ele disse que tinha que vender (ENTREVISTA..., 2003).

O presidente da Associação Comunitária de Abobreiras não considera que os fazendeiros estão invadindo o assentamento, mas que são os próprios assentados que estão permitindo a entrada deles em Almas. Segundo ele, isto ocorre por que:

A Associação⁹⁰ não teve, não criou antes uma lei, sabia que tinha que criar aquela lei, não deixar o fazendeiro entrar. Porque na época que o cara dizia que ia embora a Associação mesmo podia ajeitar um fundo para dar a ele. Não é sua a terra, eu não quero esperar receber o documento, então, se a Associação fosse organizada era quem ia pagando e ia ficando mesmo com a Associação essa terra. Mas aí não tem fundo mesmo, a Associação vai deixando que os outros vendam (ENTREVISTA..., 2003).

Os lotes do assentamento são muito cobiçados por fazendeiros e produtores da região, como confirma um assentado que diz: “Almas é uma área grande de solo bom; na terra de Almas todo mundo tem vontade de ter um lote aqui. Tem gente aí que fala que o sonho é conseguir um lote em Almas. O pessoal compra aqui mais por causa do rio” (ENTREVISTA..., 2003). Além disso, eles compram terras em Almas porque “aqui é um terreno da produção e lá o deles já estava cansado” (ENTREVISTA..., 2003), ou seja, esses fazendeiros utilizaram as suas terras até a exaustão e agora buscam terras mais férteis e com disponibilidade de água e pastagem, como existem no PA Almas. Muitos fazendeiros adquiriram ilegalmente terras no assentamento, se aproveitando das dificuldades

⁹⁰ Em referência à APPA.

econômicas dos assentados para persuadi-los a se desfazerem dos lotes, principalmente daqueles com disponibilidade de água. Junto com o lote de beira rio eles compram também o lote de sequeiro do assentado que saiu. Segundo um assentado, os fazendeiros

Se aproveitam da fraqueza do pobre, é só o que eles fazem, o cabra está aí passando fome, eles chegam e dão mil contos, dois mil contos, o cabra está com fome mesmo. Por que se tivesse recurso aqui ele não ia vender, agora ele vai sair, abandonar a família aqui, arribar para São Paulo, prefere logo sair com tudo, sofrer em outro canto. Que acho que não é vontade do parceleiro mesmo vender, não é a boa vontade dele, o negócio é a pressão que fica atacando, que ele se desgosta de estar aqui, solto, que para mim está solto. Não tem assistência técnica, quem ajude, e ele se manda no mundo (ENTREVISTA..., 2003).

A falta de fiscalização por parte do INCRA é outro fator que estimula a venda dos lotes. Quando o INCRA visitava o assentamento com mais regularidade inibia essa prática. Os assentados contam que já houve caso de o INCRA retomar um lote que foi vendido por um assentado:

Já teve uma vez que Paulo Coqueiro – técnico do INCRA – esteve aqui. Seu Ênio, que era dono desse lote aqui, desapropriou. O INCRA veio e expulsou. Seu Ênio também perdeu, que ele tinha comprado o lote na época que Paulo Coqueiro chegou aí. Foram embora, esse lote aqui hoje eles deram para outra pessoa, outro filho de posseiro. O INCRA chega na casa dele e diz que tem que sair. Eles reclamaram, não queriam ir, foi uma confusão danada. Só que a lei que Paulo Coqueiro colocou foi séria. Ele perdeu, o lote que ele comprou era ilegal. Paulo Coqueiro fez a reunião com o pessoal e disse: vai sair e vai sair mesmo; se não saísse que ele trazia até a polícia federal; se o cara não saísse por bem iria sair por mal. Aí o pessoal também fez pressão, os posseiros, se juntou todo mundo e eles saíram e foram embora. Na última vez que Paulo Coqueiro veio aí quietou mais ou menos 1 ano e pouco, 2 anos, parou. Logo em seguida saiu um financiamento de R\$ 7.000,00 para criação de gado, essas coisas assim, aí o pessoal começou a trabalhar no sequeiro, desmatar mais um pouco, fazer alguma pastagem, reformar a cerca de beira rio, o pessoal foi trabalhar, aí passou esse tempo certo. Aí ninguém queria vender a terra, estava tudo muito bom. Aí parou esse tempo; uns dois anos depois continuou, começou. A venda de lote pegou mesmo de 1 ano e meio a 2 anos para cá. Deve ter sido vendido aí uns 20 lotes, até mais (ENTREVISTA..., 2003).

Como o assentamento ainda não foi emancipado, a responsabilidade pela fiscalização das terras do PA é do INCRA, já que estas pertencem ao patrimônio desta Instituição. As Associações do assentamento devem ser parceiras do INCRA neste processo. Elas desempenham um papel importante, à medida que, em tese, devem controlar o uso do solo no assentamento, fazendo a gestão do espaço do PA. Entretanto, o INCRA se afastou da área e as Associações, sobretudo a

APPA, não estão organizadas suficientemente a ponto de fazer um controle eficiente da utilização do assentamento. Muitas vezes as próprias Associações são coniventes e avalizam a compra e venda de lotes.

Tanto a venda quanto o arrendamento de lotes é mais comum nos períodos em que os assentados não estão produzindo. Segundo os assentados, nos últimos anos, devido à crise de produção no assentamento, a venda de lotes aumentou. A venda de lotes é mais comum “na área esquerda, na parte de lá, o pessoal anda mais lá”, ou seja, à esquerda do Rio Verde, numa área que é mais distante da Sede do assentamento e, portanto, de difícil controle. É justamente nesta parte do PA que se encontra a maioria dos lotes abertos e os fazendeiros aproveitam este espaço como uma grande pastagem para o seu criatório, como veremos na seção seguinte.

5.1.5 A entrada de “estranhos”

A venda dos lotes está permitindo que fazendeiros e comerciantes da região se estabeleçam no assentamento. Estas são pessoas “estranhas” que, muitas vezes, têm causado problemas para o assentamento. A esposa de um assentado explica que isso ocorreu por que

Posseiro não pode vender a terra, mas aqui vende. Isso prejudicou muito porque se você tem um lote e não quer mais é chegar e entregar ao INCRA para que ele passe para uma outra pessoa. As pessoas não entregavam os seus lotes, eles vendiam. Aí começou pessoas que tem dinheiro entrarem em áreas de reforma agrária. Tem muita gente, em Almas tem pessoas que tem terra, tem gente que tem lote ali e nunca pisou ali, pessoas que tem dinheiro, não precisam de terra (ENTREVISTA..., 2003).

E o filho de um assentado confirma:

Tem gente de fora que está comprando lote aqui dentro. Aí existem algumas pessoas, mais ou menos por aí começando a comprar lote e ganhar espaço. São pessoas que não tem necessidade. Muitas usam o espaço para criar gado, em primeiro lugar; às vezes a pessoa chega de fora, compra simplesmente um lote desse aqui e tem pessoas aqui dentro que são fazendeiros e tem lote. É fazendeiro daqui da região, por exemplo, Zé Molhado. Ele comprou um lote. Ele não tinha terra, acho que tinha uma terra pequenininha e tem um número de gado grande, entre 350 e 400 cabeças de gado. Ele usa muitos lotes aqui de pastagem para colocar gado. Ele conheceu essa área, conheceu Almas, sabe que existe uma boa parte desses lotes em

aberto, sabe que existe toda essa área de reserva, então quantos mil hectares do nosso entorno aqui. Por ele ter uma grande quantidade de gado, chegou até aqui e comprou esses lotes (ENTREVISTA..., 2003).

Como dissemos, muitos lotes do assentamento estão abertos, formando uma grande área de pastagem. Os fazendeiros soltam os animais no assentamento e estes passeiam livremente pela área de reserva e entram nos lotes para comer o pasto. Os “estranhos” estão comprando lotes no assentamento especificamente para criar animais, pois eles “moram nessa caatinga de Central que não tem água” (ENTREVISTA..., 2003) e em Almas tem água o ano todo. O produtor conhecido como “Zé Molhado”, antes de comprar lotes no assentamento, arrendava terra em Almas:

Ele arrendava vários lotes aqui. Ele morava no (povoado) Rio Verde, hoje ele mora dentro da área mesmo, mora no lote dele aqui. Ele tem terras por aí, mas tem mesmo é gado. Tem outras fazendas na região, aqui próximo, mas ele mora aqui porque a fazenda dele não tem especificamente nada. São áreas de terra, pedaços de terra, não são áreas grandes, não tem como ele criar esse rebanho todo. E as quase 400 cabeças de gado estão quase todas aqui dentro de Almas; agora mesmo acho que ele tirou um pouco porque faltou pastagem, ele arrendou uma terra ali, fora de Almas. Ele usava esses lotes, sempre usava lote aqui, alugava, por exemplo, colocava 10 gados aqui, outros 10 ali, isso alugado. Ele chegava ali e comprava um pasto, você tem uma área de 10 tarefas, por exemplo, vale quanto? Se valer R\$ 100,00, ele lhe paga e quando o gado comer o capim ele retira o gado de lá. Isso se for hoje, 10 tarefas de capim hoje, por exemplo, com 30 gados leva 40 a 45 dias. O gado só no pasto, quando acaba o pasto retira o gado e (o assentado) fica com a terra dele, vende só o pasto (ENTREVISTA..., 2003).

Portanto, “Zé Molhado” conhecia bem o espaço do assentamento e sabia da grande disponibilidade de água e de pasto. Ele adquiriu um lote de beira rio próximo da Sede – onde está morando – e, segundo os assentados, está comprando outros lotes no assentamento. Um assentado disse que o gado de “Zé Molhado”

Passou o ano todo nessas áreas de reserva. Então, nesses lotes de pastagem que estão abertos ele utiliza todo, porque estão abertos, onde estiver aberto vai percorrer tudo. O gado anda Almas toda. De noite ele volta ou dorme aí no pasto mesmo, porque existe um lado da fazenda que está um pouco aberto, mas esse lado aqui da fazenda é totalmente fechado, o gado não sai, tem só um mata burro que dá acesso para a fazenda do meio, do outro lado aqui é fechado, então não tem como sair. O gado passa por dentro do rio. Se o gado quiser atravessar esse rio ele atravessa em qualquer ponto, algumas partes do rio ficam mais baixas que as outras. O gado não tem medo de água. É só ver uma pastagem que ele passa logo (ENTREVISTA..., 2003).

A entrada de “Zé Molhado” no assentamento ocorreu com o apoio da APPA, conforme revelou um assentado:

A Associação é desorganizada porque certas coisas ela apóia e não deveria aceitar, por exemplo, pessoas comprarem lotes. O cara chegou aí, comprou, foi mais ou menos no *tete a tete*, ela apoiou e o cara ficou, e está aí até hoje. Ele deve ter chegado aí, negociado o lote, veio a Associação aí. Não especificamente a comunidade inteira, mas sim a diretoria da Associação, o presidente, os fiscais, esse povo e conseguiu o apoio deles, não foi uma coisa que chegou talvez ao conhecimento de todos. Acho que não teve assembléia para resolver isso. Muitos desses lotes aí não têm isso, chega aí, vem até a Associação, a Associação apóia, assina um documento, assina uma desistência, uma coisa, e fica por isso mesmo. Então acontece o quê? Ele usa tudo isso aqui (ENTREVISTA..., 2003).

Além de “Zé Molhado”, outros criadores estão comprando lotes e colocando animais para pastar em Almas. Tem casos também de não-assentados que estão comprando casas na Sede e de um comerciante que instalou, sem consentimento da comunidade e utilizando-se de má fé, um mercadinho na Sede.

O presidente da Associação Comunitária de Abobreiras manifestou preocupação com a presença dos “estranhos” no assentamento. Ele disse que o assentamento “[...] agora vai ser só deles (dos fazendeiros) e dos filhos deles, porque nós somos posseiros e não temos nada, eles vêm de lá para cá com uma ruma de animal e joga aí dentro na nossa terra. Eles compram lotes desse tamanho e soca animal para dentro” (ENTREVISTA..., 2003). Segundo ele, isso não é bom para o assentamento porque “o posseiro não vai se unir com o fazendeiro, a cabeça dele não é a cabeça do posseiro. O posseiro pensa diferente, e aí não é bom, isso não é bom. Acontece mesmo essas coisas, num momento de decisão, de união, atrapalha” (ENTREVISTA..., 2003). Dessa forma, com a chegada dos “estranhos”, surgem conflitos de interesses que prejudicam ainda mais a frágil organização social dos assentados.

5.1.6 A abertura de novos caminhos

Todos os lotes do assentamento Almas são interligados entre si e com a Sede, por estradas internas do assentamento (as “variantes”), que foram planejadas e construídas pelo INCRA. Porém,

a partir da necessidade dos assentados de encurtarem as distâncias dentro do assentamento, foram construídos vários pequenos e estreitos caminhos na área de reserva. Estes novos caminhos são utilizados para transportar animais, produtos agrícolas e água, além de tornar mais rápido os deslocamentos diários dos agricultores de casa para a roça e da roça para a casa. Foram construídos principalmente na parte oeste do assentamento, à esquerda do Rio Verde, onde a distância para os lotes de sequeiro é maior e interliga os lotes de sequeiro com os lotes de beira rio. Os caminhos servem também para dar acesso mais rápido à Sede, ao Bebedouro e ao Toco Preto (Figura 10).

5.1.7 O crescimento dos povoados

Com o passar dos anos, a área da Sede ganhou contornos de um povoado. A Sede foi o primeiro núcleo a se configurar no assentamento, como já referido, e cresceu em torno da antiga casa sede da Fazenda Almas, onde primeiro foi construída a infra-estrutura básica para uso coletivo dos assentados. Neste local, o Estado planejou construir uma agrovila, que acabou sendo construída pelos próprios assentados, guiados pela lógica da “arquitetura do possível”, ou seja, a agrovila acabou ficando onde tinha sido pensada pelo INCRA, mas não foi formada de uma só vez e por iniciativa apenas do Estado. Ela surgiu ao longo da história do assentamento, no ritmo das necessidades e possibilidades dos assentados.

Originalmente, os assentados não pensavam em construir uma agrovila. A maioria das casas foi feita nos lotes de beira rio. Um antigo vaqueiro da Fazenda Almas lembra que “em setembro de 1987 a fazenda foi apropriada, primeiro ficaram tudo na roça, depois é que vieram para a Sede e foi chegando, agora tá essa quantidade de casa” (ENTREVISTA..., 2003). E o depoimento a seguir revela como se deu esse processo:

Almas antes, o povoado da Sede, mesmo, não existia; só existia o mato, casas, povoamento não existia não. Existia só um local de destaque que era a sede, a casa da fazenda, que é um ponto que sempre foi um eixo central depois que o movimento foi formado aqui. Então, nos últimos seis anos, foi que começou a desenvolver, as pessoas possuíam um local que tinha água, tinha escola, mais acesso para a pessoa sair, então as pessoas começaram a fazer suas casas, as outras coisas, veio a energia, que foi um fato importante, veio o telefone, tudo isso fez com que o local se desenvolvesse. Futuramente Almas vai ser a sede do município (risos) (ENTREVISTA..., 2003).

A Sede é o terceiro maior povoado do município de Itaguaçu da Bahia (o município tem 56 povoados⁹¹) e tem aproximadamente 100 casas⁹². Dos povoados do município que ficam na margem do Rio Verde a Sede é o maior deles e o que tem a melhor infra-estrutura e acessibilidade, além de ser um ponto de passagem para outros povoados. É por isso, por exemplo, que será instalado na Sede um posto de saúde do Programa Saúde da Família para atender todos os povoados do município que ficam no entorno do assentamento. A Sede é local para onde convergem praticamente todos os fluxos realizados na área do assentamento, configurando-se numa centralidade.

A única escola dessa área do município que oferece o Ensino Fundamental até a 8ª série é a Escola Municipal Marcos Freire, na Sede de Almas. O comércio e o telefone público são outras marcas importantes do crescimento da Sede e que atraem pessoas de outras localidades. Portanto, de acordo com o secretário de administração e saúde do município de Itaguaçu da Bahia, a Sede do PA Almas:

[...] é aquele povoado que vamos dizer assim, já se emancipou, já está emancipado. As dificuldades são as de qualquer outro povoado do nosso município. A questão da falta de safra, da falta de produção, as pessoas estão vivendo ali com aquele pouquinho que é capaz de produzir. Mas é um povoado que já está estruturado, não tem mais como retornar, não é o caso de Califórnia⁹³ que a coisa pegou e eles praticamente preferiram ir embora (ARAGÃO, 2003).

Todos os terrenos da Sede que ainda não estão ocupados já foram demarcados. Os assentados que chegaram primeiro se apropriaram dos melhores terrenos da Sede (os que estão próximos da estrada principal) e hoje, para uma pessoa construir uma casa neste povoado, terá que fazê-la na parte periférica da Sede ou comprar um lote na área central, que é mais valorizada. Na Sede já se verifica um processo de segregação sócio-espacial. As casas localizadas na rua principal – as mais antigas – são todas construídas de bloco e apresentam um aspecto melhor que as casas construídas na “periferia” da Sede, muitas delas de taipa. Estas casas são as mais recentes e surgiram porque “os que chegaram aqui foram casando e como já moravam aqui continuaram, não quiseram sair e abandonar a família” (ENTREVISTA..., 2003). Os filhos dos assentados casam-se e

⁹¹ Segundo informações do secretário da administração e saúde do município em 2003.

⁹² Um assentado contabilizou a quantidade de casas com base no levantamento feito pela COELBA para a instalação da energia elétrica.

⁹³ O secretário se refere aos assentamentos Califórnia 1 e 2, que foram criados na mesma época de Almas e onde praticamente todas as famílias desistiram, principalmente por causa da falta de água. Este assentamento não fica na margem do Rio Verde e não houve por parte do Estado um planejamento nos mesmos moldes do PA Almas.

vão morar na Sede. Em outros casos são os agregados das famílias dos assentados que vão morar no assentamento e demandam outras residências. A cada dia novas casas são construídas e surgem como resultado do crescimento demográfico no assentamento. Existem casos de assentados que alugam a casa da Sede e moram na casa do lote de beira rio.

A Sede do PA Almas é um local cobiçado pelos políticos do município e da região devido à grande concentração populacional existente (segundo informações da Prefeitura de Itaguaçu da Bahia, no assentamento, existem hoje aproximadamente 800 habitantes)⁹⁴. O PA Almas tem um grande número de eleitores e “na política de Itaguaçu Almas é muito forte” (ENTREVISTA..., 2003). Muitos candidatos foram ao assentamento na época da campanha pedir votos e na eleição de 2002 “o primeiro comício do município foi em Almas” (ENTREVISTA..., 2003). Um assentado do PA Almas já foi eleito vereador do município de Itaguaçu da Bahia, mas não conseguiu se reeleger. Outros representantes do assentamento já foram candidatos a vereador (a), a exemplo de Rita Regina Souza – filha de um assentado – primeira professora do assentamento. O PA Almas tem um representante junto à Prefeitura Municipal (é um assentado, escolhido pelo prefeito, que encaminha para o poder público local as reivindicações da comunidade do assentamento).

Dentro do assentamento novas aglomerações se formaram originando outros pequenos povoados – o Toco Preto e o Bebedouro – que surgiram próximos de uma escola e de um poço. Nestes locais, residem os assentados e/ou filhos e parentes de assentados que têm lotes próximos a estes núcleos, o que facilita o deslocamento de casa para a roça e de casa para a escola, uma vez que o assentamento tem uma grande extensão territorial. Os pequenos povoados se formaram da seguinte maneira:

As pessoas de Toco Preto, pelas roças deles serem ali perto, ter um poço, ter uma escola, o pessoal começou a fazer casa, se tornando uma vila, não por desprezo (da Sede). Bebedouro é a mesma coisa, lá tem o poço, tem o colégio. Acho que aqui a primeira coisa é água; então por causa da água o pessoal começa a se juntar. O pessoal foi formando o Povoado não porque já se conhecia. Foi normal, natural, as pessoas vão morando ali como uma cidade normal cresce. Vai se juntando, tem água, tem escola, tudo, talvez porque fica próximo da roça (ENTREVISTA..., 2003).

Esses povoados também estão passando por um processo de crescimento, embora num ritmo

⁹⁴ A Escola Municipal Marcos Freire, na Sede do assentamento, é local de votação durante as eleições.

bem menor que o da Sede. Tais núcleos, mesmo não oferecendo os confortos da Sede, aparecem como uma alternativa de moradia para as famílias dos assentados que possuem a sua roça distante do “centro” do assentamento. O crescimento desses povoados provocou uma certa desvinculação destes com relação à Sede e estimulou a formação de outras associações para representar-lhes, como analisamos no capítulo anterior. Este processo é consequência da própria produção do espaço no PA e da construção de distintas territorialidades dentro do assentamento.

5.2 A Produção do Espaço do PA Almas

Nesta seção, analisaremos, a partir do resgate da história do assentamento, como se efetivou o processo de produção do espaço no PA Almas, levando-se em consideração a seguinte periodização, apresentada no Quadro I - Síntese da Produção do Espaço no Projeto de Assentamento Almas:

- a) Momento (-1) – A Fazenda Almas (até janeiro de 1987): trata-se do período anterior à desapropriação da Fazenda Almas. O resgate desse período foi feito com base no Laudo de Vistoria do INCRA e a partir do relato dos assentados mais antigos, que foram vaqueiros da Fazenda. As informações disponíveis só permitiram retrocedermos ao período em que a fazenda foi comprada por Irani Mastins Castro e seu marido Otto Willy Jordan;
- b) Momento (0) – A desapropriação da Fazenda Almas e o pré-assentamento (de janeiro a maio de 1987): trata-se do período entre a desapropriação da Fazenda Almas e o assentamento definitivo das famílias. É o período intermediário entre a desapropriação e a criação oficial do Projeto de Assentamento Almas, quando foram realizados os estudos para o planejamento do “assentamento modelo”. Consideramos a desapropriação como o marco zero, pois foi a partir daí que se iniciou a produção do espaço do assentamento, propriamente dita;
- c) Momento (1) – O início do Projeto de Assentamento Almas (os primeiros anos): refere-se ao período dos primeiros anos do assentamento, quando este recebeu vários investimentos públicos e muita atenção dos órgãos envolvidos com a reforma agrária naquele momento. Não foi estabelecida uma data precisa para o fim desse período e o começo do período seguinte. Entretanto, consideramos que um marco dessa transição foi o término do Governo Waldir Pires, em 1989, e a

extinção da SERAC. A partir daí o PA Almas deixou de ser o “assentamento modelo” para ser “mais um assentamento” do Estado da Bahia;

d) Momento (2) – O Projeto de Assentamento Almas Hoje (até novembro de 2003): refere-se ao período que foi realizada a pesquisa de campo (2003). É o período que retrata as condições atuais do assentamento e os principais entraves para o seu desenvolvimento.

Em cada período desse processo buscou-se identificar como os arranjos da estrutura social demandaram para, primeiro a Fazenda Almas e, depois, para o PA Almas, funções que resultaram em distintas formas. Cada momento da história de Almas correspondeu à constituição de uma configuração espacial distinta que foi modificando-se à medida que a necessidade da produção econômica nesse espaço foi alterando a sua paisagem em função da criação e/ou refuncionalização de objetos geográficos, “[...] já que o espaço é o resultado da produção...” (SANTOS, 1985, p. 49). Esses objetos (as formas), uma vez criados modificaram a configuração espacial do assentamento e desenharam uma outra paisagem (Figuras 11, 12 e 13)⁹⁵. O entendimento é que o espaço

[...] não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, a sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através das formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria (SANTOS, 1985, p. 1-2).

A espacialização do processo de luta e resistência dos trabalhadores rurais sem terra se efetiva com a constituição dos Projetos de Assentamento. Estes surgem como consequência da intervenção do Estado no espaço rural com fins de redistribuição de terra e assentamento de famílias, ou seja, representam a materialização de uma política de reforma agrária; marcando, portanto, uma nova geografia no campo brasileiro. Muitos estudos já têm mostrado como a implantação dos Projetos de Assentamento traz repercussões sociais, econômicas, políticas, etc, e mostram as múltiplas possibilidades que estes representam para o desenvolvimento dos pequenos

⁹⁵ Essas figuras são desenhos feitos por assentados e filhos de assentados do PA Almas.

produtores brasileiros. Como exemplo, a pesquisa: “Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro” (LEITE, 2004 (a)), coordenada por Sérgio Leite e Leonildes Medeiros aponta as mudanças que os projetos de assentamento provocam. Leite (2004 (b)) coloca que:

Apesar dos resultados ainda tímidos quanto ao número de famílias beneficiadas e o estoque de terras aproveitadas, existe uma realidade agrária “reformada” nada desprezível [...] com um potencial de inserção – econômica, política e social – a ser explorado mais exaustivamente. Mais ainda: além de razoavelmente importante quanto aos números, o processo de assentamento de trabalhadores rurais é hoje um movimento, até certo ponto, irreversível. Para tanto é fundamental explorarmos um pouco mais seu significado, bem como suas implicações e dimensões do ponto de vista sócio-econômico, valendo-nos dos diversos estudos existentes sobre o assunto.

Concordamos quando Leite (2004 (b)) coloca que “[...] existe uma realidade agrária ‘reformada’ nada desprezível [...]”. Nos limites desta pesquisa, buscamos analisar como o espaço geográfico também sofre modificações com a constituição e o desenvolvimento de um PA, ou seja, como este processo representa, também, um processo de produção do espaço, numa tentativa de contribuir com o debate sobre as implicações e dimensões dos assentamentos, aqui numa perspectiva geográfica; não esquecendo, porém, que o espaço “[...] contém e é contido pelas demais instâncias (da sociedade), assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (SANTOS, 1985, p. 1). Assim sendo, entendemos que a configuração espacial do PA Almas é reflexo da sua situação sócio-econômica e, ao mesmo tempo, influencia no seu desenvolvimento.

Já dissemos que para Milton Santos, “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 1990, p. 161). Os PA’s são um *locus* privilegiado para o entendimento dessa questão, uma vez que são uma forma diferenciada de ocupação e de produção no espaço rural, e suas implantações provoca uma verdadeira e visível transformação onde estes se instalam. Os PA’s surgem, geralmente, numa área que estava improdutiva e onde, num curto espaço de tempo, começam a surgir casas, cercas, escolas, plantações, etc. A paisagem se transforma rapidamente a partir da atuação do Estado e dos assentados. Os PA’s são porções do espaço em mutação, uma realidade que está sempre se modificando, pois representam um exemplo da “[...] sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Esta realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.” (SANTOS, 2002, p. 54).

A produção do espaço em um Projeto de Assentamento começa a partir da intervenção estatal de obtenção de terras e criação do Projeto. Neste momento, o Estado concretiza a sua intervenção fundiária quando transfere o uso de um imóvel rural para os trabalhadores sem terra. A propriedade, que é “[...] ao mesmo tempo, uma forma jurídica e uma forma espacial” (SANTOS, 2002, p. 75) é redefinida em seu uso e apropriação e uma nova forma geográfica é criada: o Projeto de Assentamento. Para Germani (2001 p. 80), como “[...] só são desapropriadas terras improdutivas, a mudança de propriedade, neste processo significa, também, uma mudança no seu uso e função [...]”.

Os assentados e o Estado iniciam a construção de novos objetos como cercas, casas, currais, barragens, pontes, escolas, armazéns, casas de farinha, poços, estradas, caminhos, etc. São, portanto, acréscimos de novas formas-conteúdo que vão atender às novas funções daquele espaço, a partir de um outro contexto sócio-histórico (Fotos 82, 83 e 84). Um processo de transformações que vai se consolidando no espaço do assentamento à medida que as famílias vão chegando, ocupando seu pedaço de chão, reconhecendo a área, abrindo novos caminhos e começando a produzir. E, “ao mesmo tempo em que o homem (os assentados) vai estabelecendo uma relação com a natureza, transformando-a e transformando-se, ele vai construindo sua história e seu espaço” (GERMANI, 1998, p.3). Contudo, “para que isto venha acontecer, o trabalhador assentado passa a enfrentar novos desafios. Na realidade dos assentamentos, a luta pela terra continua, não mais para conquistá-la, mas para garanti-la [...]” (GERMANI, 2001 p. 80-81).

A implantação da infra-estrutura é fundamental para o assentamento à medida que é um pré-requisito para a produção agropecuária no PA. A produção agropecuária e a maior responsável pela produção do novo espaço (acrécimo de novos objetos, estabelecimento de novos fluxos, reconfiguração territorial, etc.). As dificuldades da produção agropecuária refletem sobre a organização do espaço e influencia também na organização social. Por outro lado, uma organização social e política frágil dificulta a organização produtiva do assentamento.

QUADRO I – SÍNTESE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS

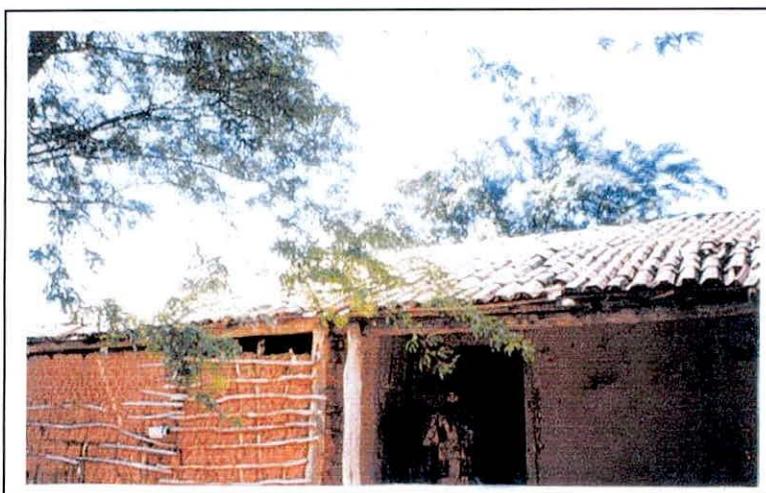
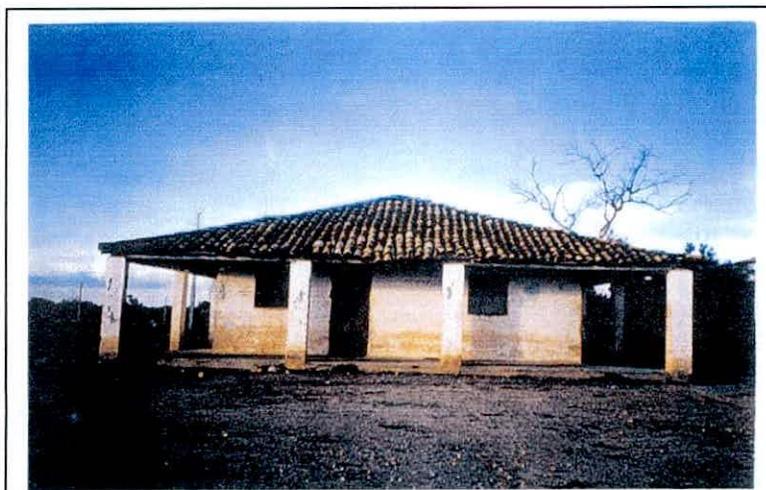
PROCESSO		ESTRUTURA	FORMAS*/FUNÇÕES
	<p>MOMENTO (-1)</p> <p>A Fazenda Almas (até janeiro de 1987)</p>	<p>Período anterior ao Iº PNRA (1985) e ao Iº PRRA/BA. Não existia no Brasil e na Bahia uma política de implantação de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, embora isso fosse determinado pelo Estatuto da Terra, de 1964. A reforma agrária era um tema muito debatido, mas não existia uma conjuntura que permitisse a sua realização. A Fazenda Almas, localizada no município de Xique-Xique, era uma grande propriedade, pertencente a Irani Mastins Castro e seu marido, Otto Willy Jordan (empresário do ramo de laticínios). Esta Fazenda era mais uma das propriedades do casal. Os únicos moradores eram os “vaqueiros” que cuidavam da área.</p>	<p>A Fazenda Almas, com quase 9.000 ha, uma propriedade individual que funcionava como reserva de valor, era um grande latifúndio improdutivo que não cumpria a sua função social. Não existiam na fazenda plantações comerciais, mas apenas cultivos de subsistência dos vaqueiros e uma pequena criação de animais. As principais construções eram: a casa sede (que raramente era utilizada, pois os proprietários quase não iam à fazenda), cinco casas de taipa dos vaqueiros e um curral. Não existia a necessidade de escolas, galpões, barragem, ponte, mercados, posto de saúde, as estradas internas, etc. Não havia energia elétrica. A área não era dividida em lotes individuais e a única cerca que existia era a que delimitava o perímetro da Fazenda (esta cerca foi construída e era sempre reformada pelos proprietários). Não existia uma Área de Reserva Legal, mas a área com cobertura vegetal era bem maior que a de hoje, já que praticamente não existiam cultivos. A mata ciliar também estava preservada. Não era praticada a irrigação e os problemas ambientais eram incipientes.</p>
<p>MOMENTO (0)</p> <p>A desapropriação da Fazenda Almas e o pré-assentamento (De janeiro a maio de 1987)</p>	<p>Período posterior à aprovação do Iº PNRA, no âmbito federal, e do Iº PRRA, no âmbito estadual. A partir de então, começa a ser implantado no País os primeiros Projetos de Assentamento de Reforma Agrária. Em 1986, a região de Irecê, passou por um processo de regularização fundiária e várias fazendas foram indicadas para desapropriação, entre elas a Fazenda Almas, desapropriada em 28/01/1987 de forma pacífica. Com a posse do governador Waldir Pires, em 1987, no Estado</p>	<p>Fazenda Almas foi desapropriada por interesse social para fins de reforma agrária. Com a imissão de posse o imóvel passa a ser propriedade do INCRA, que irá destiná-lo para assentamento de trabalhadores rurais. Mesmo antes da criação do Projeto de Assentamento, as famílias selecionadas ocupam a Fazenda com a autorização do INCRA e constroem barracos de lona próximos da casa sede. O INCRA e a CAR instalam um escritório na casa sede da Fazenda para coordenar os trabalhos de implantação do “assentamento modelo”.</p>	

PROCESSO		<p>da Bahia, foi criada a primeira Secretaria da Reforma Agrária do Brasil e foi assinado um convênio com o INCRA para operacionalizar o Programa de Reforma Agrária. O governador escolheu a Fazenda Almas para a implantação de um “assentamento modelo” devido a inexistência de movimentos sociais lutando pela reforma agrária na região de Irecê e por causa da qualidade dos solos e da disponibilidade de recursos hídricos. Nesse período, são realizados estudos de planejamento e selecionadas as famílias que serão assentadas.</p>	
	<p>MOMENTO (1)</p> <p>O início do Projeto de Assentamento Almas (os primeiros anos)</p>	<p>No dia 12 de maio de 1987 foi criado o Projeto de Assentamento Almas e este se tornou o “assentamento modelo” da Bahia naquele período. O parcelamento do PA Almas foi executado com base em estudos de solo e de impacto ambiental. O assentamento recebeu muitos recursos e atenção do Estado. Foi constituída uma Associação para representar os assentados – a APPA.</p>	<p>A Fazenda Almas é transformada no Projeto de Assentamento Almas (com 8.840 ha). A área que era um grande latifúndio improdutivo é dividida em 180 lotes de beira rio (com 5 ha) e 180 lotes de sequeiro (entre 25 e 30 ha) onde foram assentadas 180 famílias de agricultores sem terra que moravam na região. Todos os lotes foram demarcados com cercas. Foi delimitada também a Área de Reserva Legal (20% do imóvel) e reservado alguns lotes para pesquisa científica. Com a liberação do crédito habitação, a maioria dos assentados construiu suas casas nos lotes de beira rio. Alguns deles preferiram construir a sua casa próximo da antiga casa sede da Fazenda, transformando o lugar numa pequena agrovila. As casas de taipa dos antigos vaqueiros da Fazenda foram reformadas. A antiga casa sede da Fazenda, que agora é administrada pela APPA, transforma-se em hospedaria e depósito. Foram construídos pelos órgãos públicos envolvidos com o assentamento (em parceria com a APPA) para atender a demanda dos assentados: 6(seis) prédios escolares, 04(quatro) poços, 1(uma) barragem, 1 (uma) ponte, 1(uma) casa de farinha, 1 (um) galpão, a sede da APPA, 4 (quatro) campos de futebol, as estradas internas (“variantes”), e outras benfeitorias. Os assentados desmataram a área para fazer plantações comerciais e</p>

PROCESSO			de subsistência . Com a liberação do PROCERA, a cebola passa a ser a principal cultura plantada pelos assentados, que iniciaram um incipiente processo de irrigação. Por causa da grande quantidade de animais criados pelos assentados, são construídos vários currais individuais e o antigo curral da Fazenda é transformado em curral coletivo .
	MOMENTO (2) O Projeto de Assentamento Almas Hoje (até novembro de 2003)	O PA Almas não se consolidou como um “assentamento modelo”. Com o término do governo Waldir Pires, em 1989, e o fim do convênio do Governo do Estado com o INCRA, o Programa de Reforma Agrária na Bahia perde força. Os governos seguintes não priorizam este programa. Na última década, aumentou a quantidade de Projetos de Assentamento de reforma agrária, fruto das inúmeras ocupações de terras comandadas pelos movimentos sociais (principalmente o MST). Neste cenário, os assentamentos antigos, sobretudo os que não surgiram a partir de ocupações, perderam a atenção do Estado, que está se dedicando mais à implantação de novos assentamentos. Não existem no Brasil políticas públicas eficientes no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária. O PA Almas, após 16 anos, enfrenta ainda uma série de dificuldades sócio-econômicas e apresenta uma frágil organização social. O assentamento hoje praticamente não recebe nenhuma atenção dos órgãos envolvidos com a reforma agrária.	O Projeto de Assentamento Almas tem uma infra-estrutura mais consolidada e já tem energia elétrica e telefone público. O sistema de abastecimento de água e de saneamento está sendo instalado. A Sede transformou-se num dos maiores povoados do município e outros povoados se formaram – o Toco Preto e o Bebedouro. Foram construídas muitas outras casas , além daquelas feitas por ocasião da liberação do crédito, para atender ao crescimento demográfico no PA. Muitos assentados têm casas no lote e nos povoados. A Sede dispõe hoje de mercadinhos, bares, borracharias e de uma igreja evangélica. O posto de saúde ainda não chegou. Os assentados abriram novos caminhos pela área de reserva para facilitar o deslocamento no assentamento. Muitos lotes de sequeiro estão abertos porque os assentados retiraram as cercas e venderam os arames. O assentamento vive uma crise de produção e a área plantada do assentamento é pequena. Grande parte dos lotes já foi desmatada e a mata ciliar destruída . Fazendeiros da região estão comprando lotes no assentamento e utilizando a pastagem para a criação de animais, que pastam também pelos lotes abertos do assentamento.

* As Formas estão marcadas em negrito.

Fotos 82, 83 e 84 – Casas do assentamento Almas



Fonte: Flávio Luis Assiz Santos, 2000.

FIGURA 11



FIGURA 12

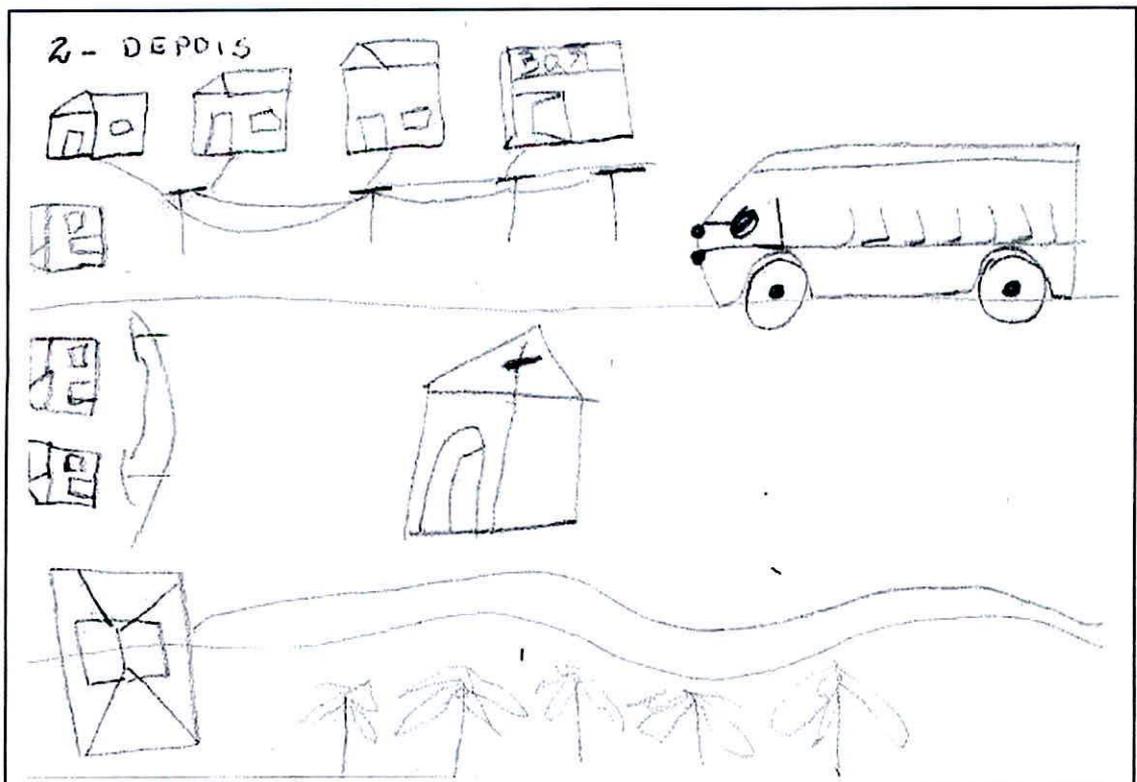
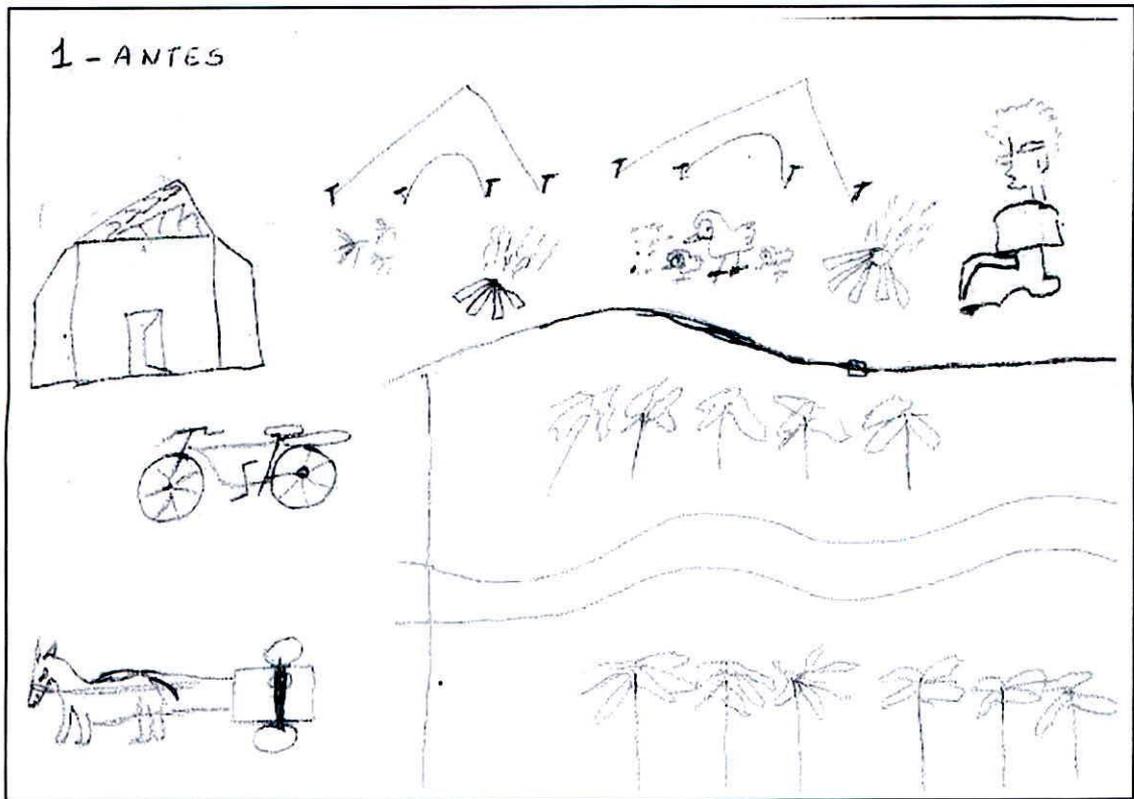
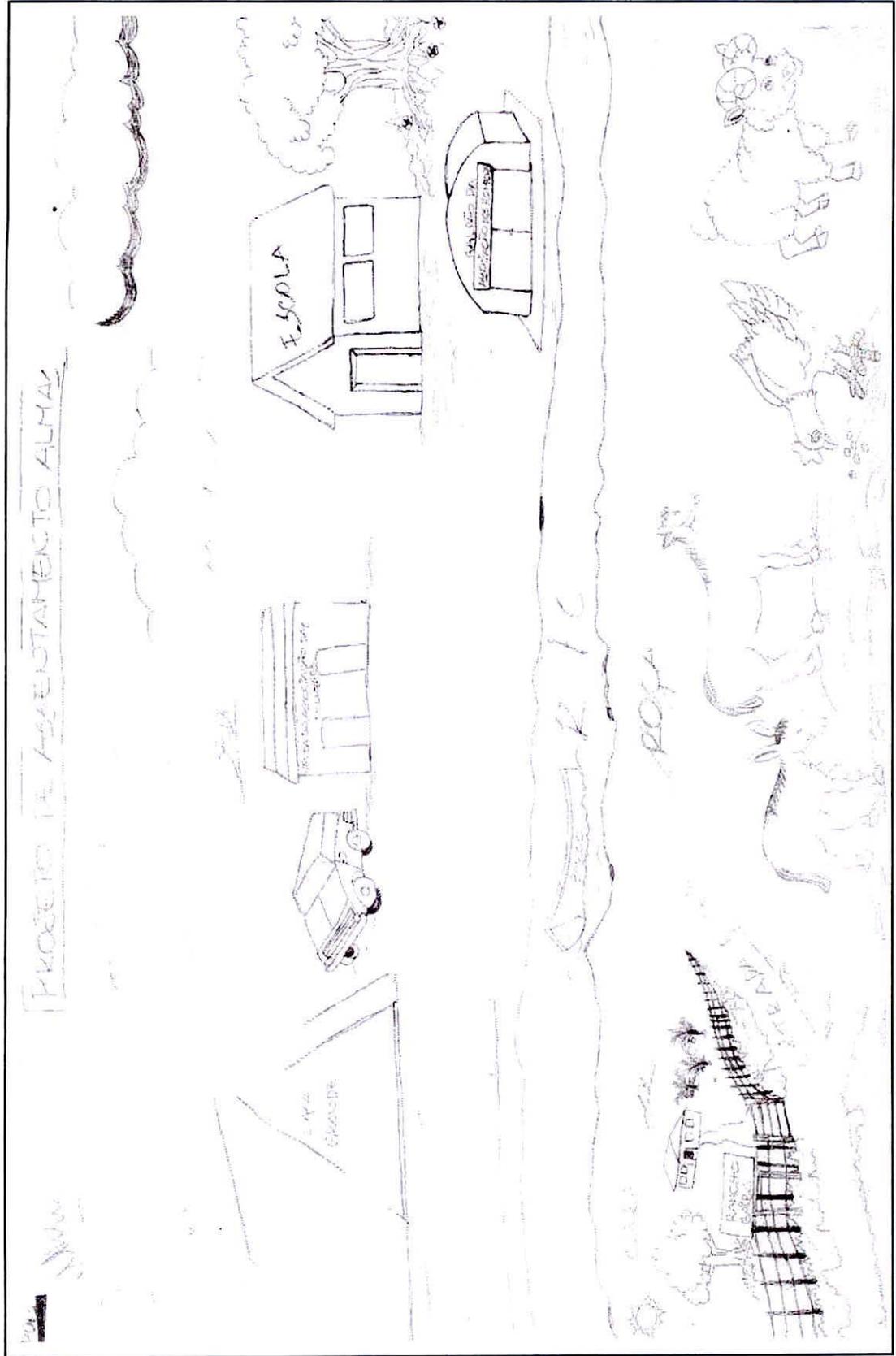


FIGURA 13



Na maioria das vezes, a conquista dos meios necessários para a produção no assentamento não se dá de imediato, mas somente depois de um processo de luta organizada desses novos agentes sociais. Para Germani (1998, p. 8):

Os trabalhadores rurais, ao se incorporarem aos projetos de assentamento, isto é, ao terem acesso à terra, passam a viver e enfrentar um novo desafio: desafio que supõe garantir sua permanência na terra conquistada e a realização de sua reprodução e, depois, do salto qualitativo que lhes permita condições dignas de vida, que garanta sua condição de cidadãos.

E completa:

O PA constitui-se num verdadeiro campo de força e, assim como se refere o prof. Milton Santos com relação ao espaço, sua energia é a dinâmica social (GERMANI, 2001, p. 72)

No caso do PA Almas, por ter sido um “assentamento modelo” num determinado período da história da reforma agrária na Bahia, este foi dotado de uma infra-estrutura que, embora incompleta, permitiu diferenciá-lo da maioria dos assentamentos que são criados hoje na Bahia, ou seja, o PA Almas já foi criado com uma certa infra-estrutura à disposição dos assentados(ou esta foi instalada logo nos primeiros anos), a exemplo do parcelamento, das estradas, de alguns poços, das escolas, das casas, da barragem, da ponte e da casa de farinha. É claro que, ao longo do tempo, outros objetos foram se incorporando à configuração territorial do assentamento, agora como fruto da reivindicação dos próprios assentados e não por iniciativa do Estado, a exemplo da rede de energia elétrica, que só foi instalada após 15 anos, como dissemos em outra parte desta dissertação.

As novas funções que se estabeleceram no assentamento foram provenientes das novas necessidades demandadas pelos assentados, geradas dentro de um outro contexto histórico. A divisão da propriedade em pequenos lotes, a delimitação de áreas coletivas e das áreas de reserva e a construção da agrovila são exemplos de intervenções que delinearão novas espacialidades e resultam da atuação dos novos agentes que passaram a produzir este espaço. A produção do espaço foi (é) feita, também, readaptando formas antigas que ganharam um novo conteúdo-social e voltaram a ter um papel ativo na própria produção do espaço do assentamento. É o que aconteceu, por exemplo, quando a antiga casa grande da Fazenda Almas tornou-se um escritório e depois um

depósito. A forma que, num momento anterior, teve a função de moradia para os proprietários do latifúndio (nas poucas vezes que eles estiveram lá), deixou de cumprir esta função e o movimento da sociedade imprimiu-lhe uma nova funcionalidade: agora é depósito da APPA. Esta forma volta a “[...] fazer parte da própria evolução do espaço” (SANTOS, 2002, p. 106).

No momento anterior à desapropriação, a Fazenda Almas tinha uma função específica: era mais uma das propriedades da esposa de um grande empresário e funcionava como reserva de valor. Existia apenas uma proprietária, mas esta quase não visitava a Fazenda. No local residiam poucos trabalhadores (os vaqueiros), que cuidavam da área e realizavam pequenas plantações de subsistência e criação de animais. A Fazenda não era utilizada para plantações comerciais e, como consequência, a configuração territorial apresentava uma paisagem monótona, com a presença de poucos objetos construídos. Existia, além da casa sede, um curral, algumas poucas casas de taipa onde residiam os vaqueiros, a cerca que delimitava apenas os limites externos da Fazenda e alguns caminhos internos. Não existiam escolas, barragens, estradas internas, galpões e outras formas construídas, pois esses objetos não eram necessários para uma área que se configurava enquanto propriedade individual improdutiva, praticamente abandonada e que não cumpria a sua função social. Embora a área seja cortada por um rio perene não se fazia irrigação e, conseqüentemente, não existiam bombas na beira do rio e canais de irrigação. Os problemas ambientais ainda eram incipientes. Não existia uma Área de Reserva Legal, mas a área com cobertura vegetal era bem maior que a de hoje, já que, praticamente, não existiam cultivos. A mata ciliar também estava preservada. O ritmo da produção do espaço era outro, pois era outra a atuação dos poucos agentes que o produziam.

Com a desapropriação da Fazenda, o imóvel rural passou a ser propriedade da União, administrado pelo INCRA. Neste momento, a partir de uma outra forma de apropriação do imóvel, novas formas emergiram para atender à sua nova função: os barracos de lona dos pré-assentados e o escritório da CAR e do INCRA, o qual serviu de apoio para os trabalhos de planejamento do futuro assentamento. Neste período, embora o PA ainda não tivesse criado oficialmente, o processo de produção do novo espaço se iniciou com a intervenção do Estado delimitando os lotes (colocando os marcos) e com os futuros assentados levantando barracos de lona, conhecendo o espaço da

Fazenda e cultivando os primeiros plantios. Este representou o período de transição entre o latifúndio e o assentamento.

A constituição definitiva do assentamento marca um período em que os lotes de beira rio e de sequeiro foram cercados, a Área de Reserva Legal foi delimitada, as estradas internas foram construídas, a agrovila foi surgindo e a escola, os poços, a barragem e a ponte foram instalados. Com o recebimento do crédito instalação, a mudança da paisagem do assentamento foi imediata, com construção das casas nos lotes de beira rio e com o início das primeiras plantações, além da criação de animais. As carnaúbas foram retiradas da beira do rio para a construção de cercas, currais e “pinguelas” (pequenas pontes de madeira construídas pelos assentados para atravessar o Rio Verde). Os assentados começaram a usar a água do rio para irrigação e a caatinga, além de alimentar os animais, começou a ser desmatada para dar lugar aos cultivos dos assentados. Em torno da casa sede da antiga Fazenda formou-se uma agrovila que foi, aos poucos, agregando novas casas, escolas, galpões, currais, bares, armazéns, borracharias, mercadinhos, igrejas, campos de futebol, a sede da associação, etc.

O assentamento tem hoje uma infra-estrutura mais consolidada e tem energia elétrica e telefone público. O sistema de abastecimento de água e de saneamento está sendo instalado. Espera-se, em breve, a construção e instalação do posto de saúde. Entretanto, por conta do agravamento dos problemas sócio-econômicos enfrentados pelos assentados, a configuração territorial do assentamento está sofrendo alterações. A maioria dos lotes de sequeiro está aberta porque os assentados retiraram as cercas e venderam os arames. O assentamento vive uma crise de produção e a área plantada é pequena. Grande parte dos lotes já foi desmatada e a mata ciliar também. Fazendeiros e comerciantes da região estão comprando lotes no assentamento e utilizando a pastagem para a criação de animais, que pastam também pelos lotes abertos do assentamento.

Portanto, a partir da atuação do Estado e dos assentados, a produção deste espaço adquiriu novo ritmo. A terra improdutiva deu lugar à policultura de subsistência. O número de pessoas na área aumentou estabelecendo-se novos fixos e fluxos. Novos caminhos foram abertos no cotidiano do assentamento para atender às necessidades dos novos fluxos e interligar os fixos. A área da

agrovila ganhou contornos de um povoado, destacando-se, inclusive, como a maior comunidade em torno do Rio Verde no município de Itaguaçu da Bahia. Dentro do assentamento novos núcleos se formaram originando pequenas vilas em torno de uma escola e de um poço. Nessas vilas, residem os assentados e/ou filhos e parentes de assentados que têm lotes próximos a esses núcleos, o que facilita o deslocamento de casa para a roça e de casa para a escola. É importante observar que os três povoados se estruturaram ao longo da estrada principal do assentamento (que liga a entrada à saída do PA), sinalizando o papel da distância e da acessibilidade no processo de produção do espaço em um assentamento rural.

As novas demandas de uma população cada vez mais crescente e organizada em associações (cada comunidade tem uma associação) criaram novas reivindicações e a possibilidade de outras conquistas. O comércio local assumiu outra dinâmica com a venda dos produtos dos assentados com a renda gerada no assentamento. O aumento do fluxo de dinheiro no PA estimulou a abertura de bares, mercadinhos, borracharias, etc. As bombas e canais de irrigação multiplicam-se. Em contrapartida, muitos problemas ambientais são agravados. Sem dúvida, a paisagem do assentamento é marcadamente diferente da paisagem de um latifúndio e esta “reflete as formas e o uso que os agricultores fizeram e fazem da natureza [...]” (ALENCAR, 2000, p. 81).

Com base neste estudo, concordamos com as conclusões da pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária, referida anteriormente, de que o processo de assentamento “embora não altere o quadro mais global de concentração fundiária, a implantação dos assentamentos tem proporcionado uma reestruturação fundiária nos espaços locais [...]” (HEREDIA, 2002, p. 16) e “[...] tem levado a um redesenho da zona rural, modificando a paisagem, o padrão de distribuição da população, o traçado das estradas, levando a formação de novos aglomerados populacionais [...]” (HEREDIA, 2002, p. 37). Isso não significa que em todos os Projetos de Assentamento ocorra esse fato que depende, entre outros fatores, do nível de desenvolvimento da organização do grupo social do assentamento, da sua capacidade de fixação do homem no campo, das suas condições naturais e localização. Existem casos de assentamentos que, ao contrário do descrito acima, se tornaram praticamente “assentamentos fantasmas”.⁹⁶

⁹⁶ Como técnico do INCRA no Rio Grande do Norte, conheci, em 2005, o PA Canto das Pedras, no município de Carnaubais/RN, que pode se enquadrar nesta situação. Este assentamento tem capacidade para assentar 20 famílias, mas

O ritmo de produção do espaço foi se acelerando à medida que a dinâmica social estabelecida no assentamento ao longo do tempo foi moldando um novo espaço a partir do espaço pré-existente e as novas demandas do grupo social foram sendo materializadas em novas formas-conteúdo e/ou refuncionalizando formas pretéritas, que participam da dialética espaço-sociedade dentro do assentamento.

Estes são alguns exemplos resultantes do processo de produção do espaço no PA Almas e que podem, também, ser observados em outros Projetos de Assentamentos no Brasil. Esse espaço vai ganhando novos contornos e adquirindo um novo conteúdo social que é dado pelos assentados que vão, concomitantemente, à construção de sua nova vida, construindo, de igual forma, um novo espaço. Portanto, os novos agentes vão, diretamente, passar a atuar numa determinada porção do espaço total – o assentamento – e dá a ele uma nova configuração. Os assentamentos são novas formas geográficas que se delineiam no campo brasileiro trazendo repercussões significativas. O Estado tem um papel importante, pois é ele o responsável para dotar o assentamento da infraestrutura básica e legitima o assentamento como um território dos assentados. Transformar um latifúndio num assentamento implica estabelecer uma nova espacialidade/territorialidade, pois novos usos e relações vão ocorrer. Os assentados e o Estado são principais agentes produtores desse novo espaço.

A análise sobre o processo de produção do espaço no PA Almas permite identificar com clareza os “elementos do espaço”, responsáveis por esse processo. O meio ecológico do assentamento está expresso por todas as suas condições ambientais. Os solos, a vegetação, os recursos hídricos, as condições de declividade, entre outras. O meio ecológico influencia decisivamente em muitos aspectos do assentamento e, por outro lado, encontra-se fortemente modificado pela ação dos assentados e do Estado. A própria organização espacial do PA foi definida levando-se em consideração aspectos referentes ao meio ecológico, como a qualidade do solo e a disponibilidade de água. Os recursos hídricos são fundamentais para o funcionamento de um PA à medida que fornece o bem muito precioso, não só para a vida como para a produção agropecuária: a água.

só existem duas famílias residindo no mesmo. As casas foram construídas, mas estão abandonadas. Os assentados saíram do PA, principalmente devido às dificuldades de acesso a água.

Os assentados correspondem aos “homens”. São eles que, efetivamente, provocam as maiores transformações dentro do assentamento. Cada assentado, dentro do seu lote, quando faz a sua plantação, sua casa, sua cerca, sua criação, sua adubação, é o responsável direto pela transformação daquela área que outrora era um latifúndio improdutivo e hoje abriga pequenos produtores. São os assentados também que, organizados socialmente, definem as regras a serem cumpridas no PA. Dessa forma, os próprios assentados, organizados numa Associação, por exemplo, tornam-se, também, uma instituição. O papel do Estado é marcante nos assentamentos. Primeiramente é o Estado quem legitima o assentamento quando desapropria a terra e a repassa para os trabalhadores. É ele – ou muitas vezes são empresas (firmas) e/ou organizações não-governamentais contratadas pelo Estado – que constrói as estradas, escolas, poços, barragens, casa de farinha, rede de energia, além de prestar e/ou contratar a assistência técnica. Todos esses objetos criados pelo Estado e, muitas vezes modificados pelos assentados, fazem parte da infra-estrutura do PA, sobre o qual os próprios assentados, ao longo do tempo, vão acrescentando novos elementos e/ou modificando-os.

A análise histórica do PA Almas a partir da perspectiva da produção do seu espaço permitiu compreendermos o “Projeto de Assentamento como um processo” que se estabelece ao longo do “processo de assentamento”. É um

Espaço novo em processo de (re)construção a partir do preexistente. É original porque é resultante do conflito de classes pela apropriação de uma parcela do solo. É recente porque obriga o Estado a intervir, a (re)planejar, a modificar e modelar um espaço que aparece como instrumento de dominação. (MARTINS *apud* ALENCAR, 2000, p. 52).

A reforma agrária, quando materializada nos Projetos de Assentamento, representa uma política que estimula a construção de uma nova realidade sócio-espacial no campo brasileiro. A implantação e o desenvolvimento dos PA's marcam um processo extremamente dinâmico de produção de novas espacialidades que se estabelecem a partir da combinação da atuação dos agentes que produzem um novo espaço em áreas de reforma agrária. Um novo espaço que pode e deveria ser socialmente mais justo e solidário. Os assentamentos são formas que emergem como

resultado da evolução desigual de estrutura fundiária brasileira e, ao mesmo tempo, a possibilidade territorializada de construção de uma outra história. São, nesse sentido, um importante exemplo da dialética tempo-espaço.

6 ALMAS, ASSENTAMENTO MODELO?

O Projeto de Assentamento Almas aparece como um assentamento importante porque sua implantação seguiu um modelo de intervenção diferente do que normalmente se fazia à época. Dessa forma, cumpre analisarmos até que ponto um planejamento pensado em outros moldes representou um diferencial deste assentamento e quais foram as suas implicações para o desenvolvimento deste projeto.

Planejar é essencial em qualquer atividade humana. O planejamento representa o momento inicial onde um determinado projeto será concebido e todas as etapas de sua implantação e operacionalização serão definidas. Um planejamento funciona como um mecanismo, como um instrumento que oferecerá as orientações para que determinado projeto alcance os objetivos desejados. Para tanto, é preciso que o planejamento não se esgote na execução de um plano, que é a materialização concreta, bibliográfica, documental do planejamento, enquanto que o este é um processo que passa pela realização do plano, mas vai além. O planejamento contempla, também, os mecanismos de execução e avaliação do que foi colocado no plano. Em outras palavras, o planejamento deve transcender o plano e ser colocado em prática, sendo, o tempo todo, monitorado, avaliado e/ou modificado.

No entanto, o que se observa comumente é a realização de planejamentos – principalmente daqueles realizados pelo poder público – que não têm contribuído para orientar, acompanhar e avaliar determinados projetos. Isso ocorre porque o planejamento tem sido encarado apenas como um procedimento burocrático e enfadonho. Ou seja, ainda não existe no Brasil uma cultura política e uma estrutura institucional capaz de encarar e implementar o planejamento como um processo em construção.

Os órgãos públicos têm suas gavetas e estantes cheias de planos e projetos, muito embora estes não estejam sendo colocados em prática. Segundo Gandin (199-):

Existe um relacionamento quase cômico entre a atividade de planejar e a de arquivar. [...] Isto porque a maioria dos planos alcança, numa boa hipótese, um lugar respeitável no arquivo da instituição a que se ligam ou de outras, cujos

membros se interessam pelo estudo desses pretensiosos filhos da burocracia.

Neste capítulo analisaremos esta questão a partir da perspectiva das potencialidades e limitações do planejamento ambiental e do planejamento territorial do PA Almas.

6.1 As potencialidades e limitações do planejamento ambiental

Nas últimas décadas, as discussões sobre o meio ambiente ganharam uma grande importância. A emergência deste tema na pauta dos governos, da academia e da própria sociedade civil, em geral, deve-se ao agravamento dos problemas ambientais de nossa época, provocados pelo uso irracional dos recursos ambientais. O planejamento ambiental não pode prescindir de uma articulação, uma integração entre os diversos órgãos do setor público. Isto porque o meio ambiente é um todo articulado e que perpassa as diferentes políticas públicas. Essa questão ainda precisa ser amadurecida no Brasil, como forma de resgatar a idéia do planejamento global, sobretudo no âmbito das políticas que, de um modo ou de outro, têm repercussões sobre a ordenação do território nacional, como no caso dos Projetos de Assentamento.

Para Leroy (1998, p. 4),

[...] a luta pela Reforma Agrária se dá num contexto de destruição acelerada dos ecossistemas e da apropriação crescente dos recursos naturais por minorias. (...) Se a luta pela reforma agrária é uma só, a implantação de assentamentos e de núcleos rurais pode conhecer formas variadas. É essa variedade que pode contribuir para a conservação do meio ambiente pelos agricultores possa ser interiorizada e eficiente.

No entanto, segundo Romeiro (1994, p. 147), “nas últimas décadas, a reforma agrária brasileira, embora tenha incorporado um discurso de preservação dos recursos naturais renováveis, não levou a ação efetiva. Por outro lado, a preocupação com a proteção da natureza evoluiu no âmbito da ciência e da legislação”. A análise do PA Almas mostra claramente essa questão. Embora tenha sido implantado com toda uma preocupação ambiental, incluindo a realização de um EIA/RIMA e de um estudo de solos e classificação das terras, verificamos hoje que este assentamento apresenta uma série de problemas ambientais que, de uma certa forma, desqualifica

este planejamento.

Um técnico da EBDA coloca que no PA Almas:

Existe um Rio (Verde) que corta a propriedade que possui 18 km de margens e que a destruição da mata ciliar provocaria o assoreamento do rio. Tivemos problemas neste sentido, uma vez que o processo se deu de forma rápida e que o público envolvido não passou por nenhum preparo prévio (ENTREVISTA..., 2000 (c)).

No assentamento

[...] o pessoal lida com o Rio como se fosse qualquer coisa, não sabe que ali tem um manancial que serve a eles e que precisa ser preservado. Então você vê as margens, a mata ciliar praticamente não existe, as carnaubeiras estão sendo tiradas gradativamente. O modelo de agricultura que esta sendo desenvolvido lá dentro precisa ser melhorado por que traz sérias conseqüências, principalmente para o Rio. Até hoje não foi feito um trabalho de recuperação e preservação do Rio, quer dizer, assentou o trabalhador lá, mas também sem essa preocupação de que esse mesmo trabalhador precisaria fazer um trabalho de recuperação e preservação das margens do Rio....” (RIBEIRO, 2000).

Embora tenha sido feito um estudo ambiental este não atingiu os seus fins que é orientar a recuperação e preservação ambiental do território. Como já foi colocado, o EIA/RIMA é um importante instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente que poderia (ou poderá) funcionar como mais um suporte para o direcionamento das políticas de desenvolvimento em áreas de reforma agrária. Não se deve fazer um EIA/RIMA apenas para atender às exigências da burocracia, mas para usufruir do que este pode oferecer (desde que seja feito com seriedade), até mesmo porque é feito com dinheiro público. É evidente que outros estudos e planos precisam ser elaborados e postos em prática, como, por exemplo, os projetos de viabilidade econômica para os assentamentos, que orientam o acesso ao crédito. Todavia, percebemos que o EIA/RIMA em análise, não serviu, de fato, para orientar as ações preservacionistas e conservacionistas no PA Almas. Um EIA/RIMA deve orientar as ações do Estado e da sociedade a respeito do uso racional dos recursos ambientais. No entanto, não foi verificada na pesquisa sequer a aplicação das medidas mitigadoras recomendadas no estudo.

Atualmente, o assentamento em estudo apresenta vários problemas ambientais (assoreamento, desmatamento da mata ciliar e das carnaúbas, poluição do rio, utilização indiscriminada de agrotóxicos, etc.) que já têm influenciado negativamente o PA. Problemas que poderiam ser evitados (ou ao menos minorados) se as recomendações do EIA/RIMA fossem consideradas e postas em prática. Para uma técnica da CAR, o EIA/RIMA de Almas foi “um documentação que praticamente não se utilizou, foi para cumprir a orientação institucional e não para transformar isso numa prática, em procedimento. Não fez falta nenhuma” (ENTREVISTA..., 2000 (b)). Este estudo veio somar-se aos tantos outros planos arquivados nos órgãos públicos. E neste caso foram arquivados em “arquivo morto”, pois nem os próprios assentados sabem da realização desses estudos.

A avaliação do EIA/RIMA e dos estudos de solos do PA Almas serviram como suporte para analisar a importância do planejamento em áreas de reforma agrária. Estes estudos são fundamentais para orientar a implantação de PA's, mas não devemos esquecer que é apenas uma etapa de um planejamento que deve conter muitas outras preocupações e, mais do que isso, deve ser executado e estar, o tempo todo, sendo (re)avaliado. Um Projeto de Assentamento é uma realidade complexa a qual perpassa diversos aspectos que devem ser analisados em conjunto. De nada adianta para um assentado saber que não pode desmatar se não é dada a ele uma alternativa econômica de sobrevivência. Que importância tem para um assentado um estudo que indica a melhor cultura para ser plantada naquele tipo de solo se, muitas vezes, ele não tem sequer acesso aos créditos para comprar as sementes e a uma assistência técnica qualificada? É necessária a construção de um outro padrão de planejamento, que seja guiado por uma outra lógica, mais participativa e que possa ser viabilizada, no sentido de contribuir para a eficácia das políticas de reforma agrária no Brasil.

Nem todo planejamento resulta num bom resultado, é isso que aconteceu ali (no PA Almas), não que ele seja a garantia final, mas na maioria das vezes ele pode ajudar a reduzir os problemas. Um estudo não é a garantia de ter uma resposta, mas é um direcionador (ENTREVISTA..., 1999)

Todos os entrevistados reconheceram a importância do estudo para o assentamento, como coloca uma técnica da CAR: este estudo “é uma necessidade para você ver a capacidade de carga do

meio ambiente, estabelecer condutas, procedimentos à medida que você estabelece o plano de exploração agropecuária, medidas de preservação e manutenção do meio ambiente” (ENTREVISTA..., 2000 (b)). Porém, como aponta outro técnico, “o estudo foi burocratizado e gastou um volume muito grande de dinheiro” (ENTREVISTA..., 2000 (b)). E completa: “eu acho importante o instrumento, o problema é a forma como o Estado ingressou o instrumento. Na época a forma como ele era feito gastava um volume muito alto de recursos com eficácia duvidosa” (ENTREVISTA..., 2000 (b)). As conseqüências de se fazer um planejamento e não realizá-lo em todas as suas etapas, tem o mesmo valor de não fazê-lo, com o agravante de se gastar dinheiro público⁹⁷.

6.2 As potencialidades de limitações do planejamento territorial

Para fazer a discussão sobre as potencialidades e limitações do planejamento territorial do PA Almas levaremos em consideração a proposta de Germani (1998, p. 9), que destaca alguns aspectos relevantes na caracterização dos assentamentos. Esses aspectos são: 1) o fato gerador; 2) a localização dos projetos; 3) a organização espacial; 4) a organização social da produção e 5) a perspectiva do desafio: a construção de um novo espaço. A autora afirma que esses aspectos contribuem “[...] para delinear a ‘cara’ e a perspectiva dos PA’s”.

6.2.1 O fato gerador

Os Projetos de Assentamento apresentam características diferenciadas a depender do processo que lhe deu origem. No caso do PA Almas, como vimos, o fato gerador do assentamento não foi uma ocupação de terra, mas a vontade e iniciativa do Estado de criar um “assentamento modelo”. Não houve um processo de ocupação que antecedesse a desapropriação do imóvel rural, ou seja, as famílias assentadas não vivenciaram uma situação prévia de luta direta pela conquista da terra. Do contrário, quando chegaram à Fazenda Almas esta já estava desapropriada. Além disso, não foram mobilizadas a partir de uma estratégia política dos movimentos sociais de conscientização do trabalhador rural a respeito dos seus direitos, tendo conquistado a terra mediante um cadastramento organizado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

⁹⁷ E neste caso foi gasto muito dinheiro. Segundo informações de um técnico aposentado da CAR, o estudo de solo custou CR\$ 300.000,00

Edson Ribeiro, da ONG Fundifran, lembra como foi o processo de implantação do PA Almas e de outros assentamentos da região de Irecê:

Naquela época o assentado já recebia o lote com a sua devida estrutura, se quisesse morar no lote morava, se quisesse morar na vila, formaria a vila. [...] Então o pessoal tinha aquele modelo, era cadastrado, selecionado e recebia o lote com a devida estrutura. Só que esse modelo vem se alterando, porque nas discussões, principalmente das ONG's, MST, CPT, passou-se a perceber que o trabalhador que vai para o assentamento e já recebe uma estrutura nas mãos fortalece ao máximo o individualismo, por exemplo, a gente já tem um certo diagnóstico e o problema de Almas é já ter alcançado a extremidade do individualismo; existe pouca disponibilidade para o coletivo porque o modelo que foi implantado ali fortalecia isso. Depois que fortaleceu o individualismo é que se passou a trabalhar o coletivo” (RIBEIRO, 2000).

Esse argumento não deve ser usado para justificar a negligência do Estado em dotar, desde o início, os Projetos de Assentamento da infra-estrutura adequada, mas contribui para fomentar a discussão sobre a fragilidade da organização social do PA Almas. É raro um assentamento que é criado atualmente receber, de imediato, toda a infra-estrutura mínima necessária. Geralmente, a implantação da infra-estrutura básica, que é responsabilidade do INCRA, só chega depois de muitas lutas, promessas e reuniões e depende da capacidade de organização dos assentados. O parcelamento, por exemplo, que deveria ser uma das primeiras ações do INCRA nos assentamentos, às vezes demora mais de cinco anos para ser executado ⁹⁸. A programação orçamentária do INCRA atualmente é planejada com base nas reivindicações dos assentamentos que têm um maior poder de mobilização ⁹⁹. Todos os assentados e técnicos entrevistados disseram que o maior problema do PA Almas hoje é a falta de organização e as dificuldades de gestão do assentamento. O associativismo nasceu no assentamento de cima para baixo, não como resultado e amadurecimento do grupo social a respeito da necessidade de organização e mobilização e até hoje as lideranças do assentamento são escassas e pouco capacitadas.

⁹⁸ Atualmente, sou técnico do INCRA no Rio Grande do Norte e acompanho os assentamentos que são atendidos pelo Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES). Uma das maiores reclamações de alguns assentamentos (alguns deles muito antigos) é a demora do parcelamento do PA. Os assentamentos que não estão parcelados não podem receber os recursos do crédito do PRONAF e outras linhas de financiamento, uma vez que a parcela da terra que o assentado ocupa é dada como garantia para o banco (com a anuência do INCRA).

⁹⁹ O próprio INCRA reconhece este fato. Numa reunião do Superintendente do INCRA do Rio Grande do Norte com os funcionários deste órgão, ocorrida maio de 2005, este deixou claro que as prioridades são para os assentamentos que estão mais organizados e apresentam uma pauta de reivindicações. Os próprios técnicos do INCRA quando fazem reuniões nos assentamentos estimulam que estes se organizem para reivindicar os serviços que deveriam ser disponibilizados por iniciativa do próprio INCRA.

Os assentados esperavam receber de pronto, por iniciativa do Estado, todos os meios necessários para o desenvolvimento do PA, e o Estado, por sua vez, esperava que PA Almas, por todo o investimento que foi feito nele, se tornasse efetivamente um “assentamento modelo”. O PA Almas suscitou muitas expectativas tanto para os assentados, quanto para o Estado (e para a sociedade como um todo), o que acabou como uma grande frustração para ambos. Se por um lado os assentados ficaram aguardando, pacientemente, a chegada de todas as promessas do Estado, por outro lado, o Estado não cumpriu tudo o que prometeu e se tornou omissos com relação a este assentamento.

6.2.2 A localização do Projeto

Germani (1998, p. 10) considera que “a seleção de áreas para instalação de projetos de assentamento é um ponto de suma importância para a determinação dos resultados futuros [...]”. E observa que

[...] a falta de critérios para eleger as áreas é frequentemente apontada como um dos fatos responsáveis pela frustração dos resultados. De uma maneira geral, a localização dos projetos é determinada sem que se realize uma avaliação dos recursos naturais, especificamente sobre solo, relevo, clima, recursos hídricos e florestais. Também não se realizam, com bases reais, os estudos de viabilidade econômica, tais como a disponibilidade de capital para investir, os custos de transporte e os mercados. Enfim, as áreas são selecionadas sem considerar um conjunto de dados geográficos, econômicos e de infra-estrutura [...] (GERMANI, 1998 p. 10).

Sendo assim, muitos assentamentos são criados em áreas com pouca disponibilidade de recursos hídricos, baixa fertilidade da terra e de difícil acesso. É comum os técnicos, dentro de seus gabinetes, dividirem as parcelas sem conhecer bem as condições topográficas do assentamento e localizarem lotes em áreas com terrenos acidentados, solos ruins ou sem acesso à água, entre outras complicações.

Contudo, neste aspecto o PA Almas foi uma exceção uma vez que houve a preocupação por parte do Estado de implantar o Projeto de Assentamento em um local com disponibilidade de água, bons solos e localizado próximo de uma rodovia. Os autores do estudo de solo do PA Almas reconhecem que:

[...] o conhecimento real dos fatores físicos e/ou dos recursos naturais renováveis – solos, água, vegetação e outros, em escalas adequadas para pequenas propriedades rurais [...], é o suporte básico para o desenvolvimento rural das comunidades, uma vez que, é também, fonte geradora de recursos para o sustento dos beneficiários do assentamento (GOVERNO..., 1989, p. 5).

O parcelamento do PA Almas foi feito com base em estudos técnicos que proporcionaram para todas as famílias o acesso à água e solos de boa qualidade. Este fato representa um diferencial importante do PA Almas em relação a outros assentamentos localizados no semi-árido nordestino, inclusive em relação aos outros assentamentos do próprio município que não têm acesso à água.

Mas, infelizmente, pelos motivos expostos neste trabalho, os assentados não estão conseguindo aproveitar todas as potencialidades da localização do assentamento em benefício próprio. Um exemplo é que, apesar de estarem próximos a um rio que foi perenizado com a construção de uma barragem, os assentados pedem a ajuda divina para chover (um deles diz: “se Deus desse inverno para o céu molhar a planta”) (ENTREVISTA..., 2003) quando poderiam melhor aproveitar a água do rio para a irrigação. O acesso à água não depende somente da proximidade desta, mas de outros fatores não acessíveis aos assentados. São os “estranhos” (os ceboleiros antes e os fazendeiros hoje) que efetivamente estão se aproveitando das condições ambientais do PA Almas e se apropriando da renda da terra gerada no assentamento.

6.2.3 A organização espacial do assentamento

Para Germani (1998, p. 11), “a organização espacial dos projetos é outro ponto importante que vai influir na caracterização e nos resultados do assentamento”. Esta salienta que:

Inclusive nos casos em que se realizam os estudos preliminares de solo e de relevo para determinar a forma de melhor aproveitamento das terras, estes não são levados em conta para definir o formato e o tamanho das parcelas, sendo evidente a debilidade do planejamento físico. Nos projetos de assentamento oficial predomina o sistema linear e simétrico da organização do espaço (que os próprios técnicos do INCRA chamam de “quadrado burro”) (GERMANI, 1998, p. 11).

Todavia, mas uma vez, a experiência do PA Almas foi diferente. O estudo de solo que subsidiou o parcelamento do PA considerou que:

No processo de assentamento e redistribuição da terra para pequenos produtores, deve existir, em todas as ações, um benefício igualitário para os assentados, principalmente no que diz com respeito à distribuição da terra em termos econômicos. Em princípio, pensa-se que a todos os beneficiários devem outorgar-lhes a mesma extensão de terra; obviamente, este critério é válido, desde que as terras sejam da mesma qualidade em toda a sua extensão [...] (GOVERNO..., 1989, p. 81).

E concluiu que

[...] é difícil encontrar áreas com terras que possuam a mesma qualidade e, então, segundo este critério (mesma extensão), alguns assentados, involuntariamente, estarão sendo mais favorecidos; isto quer dizer que a distribuição da terra não foi igualitária em termos econômicos. Este fato pode gerar discórdias ou desarmonias no processo da formação de uma comunidade forte e progressiva (GOVERNO..., 1989, p. 81).

Por conta desse estudo, o modelo de parcelamento adotado foi executado

[...] levando-se em consideração o zoneamento agropecuário, uma vez que o zoneamento teve como base as Classes de Capacidade do Uso da Terra, o tipo de exploração agrícola e o manejo das terras; estes parâmetros permitem um parcelamento ou divisão equivalente das unidades produtivas. Além desses elementos, também foram consideradas as disponibilidades e acesso à água, bem como aos centros de serviços comunitários e infra-estrutura (GOVERNO..., 1989, p. 81).

Ou seja, houve uma preocupação com a qualidade das terras do assentamento e o fracionamento levou em consideração os tipos diferenciados de solos na área do Projeto. Este foi um dos fatores apontados por alguns técnicos e pelos próprios assentados para o baixo índice de desistência dos assentados nos primeiros anos do assentamento. Contudo, não basta ter acesso a terra de boa qualidade. É necessário que os assentados disponham das condições mínimas para conseguir produzir, o que, infelizmente, parece não estar acontecendo do PA Almas hoje.

É importante salientar que, não obstante se reconheça o diferencial em relação ao modelo de parcelamento do PA Almas, também neste caso, apesar dos estudos técnicos, como vimos, alguns lotes do assentamento estão localizados em terrenos com solos pedregosos, dificultando a prática agropecuária e prejudicando as famílias que ocuparam os mesmos.

As perspectivas dos planejadores era que com o aumento do tamanho das famílias ao longo do desenvolvimento do assentamento, os lotes de sequeiro fossem utilizados como área de expansão do Projeto. Entretanto, os lotes de sequeiro são pouco utilizados para a agricultura e as suas cercas foram quase todas retiradas e vendidas. Em vez de ser uma área de expansão da produção para as famílias assentadas, os lotes de sequeiro abertos estão virando uma extensão das propriedades dos fazendeiros da região e servindo como área de expansão para a criação dos seus animais.

6.2.4 A organização social da produção

Um dos aspectos de maior relevância para a implantação do “assentamento modelo” era justamente o desenvolvimento da organização produtiva. Segundo Germani (1998, p. 14), “a organização social da produção vai estar diretamente vinculada à organização espacial dos PA’s”. A organização espacial do PA Almas foi definida antes da definição pelos agricultores assentados do modelo de exploração a ser adotado no assentamento. Isto implica dizer que, como o espaço, segundo Santos (1990), além de ser uma condição é também um fator da evolução social, a forma de fracionamento do espaço teve influência na organização social da produção.

Germani (1998, p. 15) analisa essa questão e considera que:

No princípio, por força da organização territorial imposta nos projetos, a via normal de consolidação da organização da produção é determinada nos limites da parcela, sendo qualquer alternativa a ela de difícil realização. Entendemos que não somente se dá a divisão ou fracionamento da área do projeto em parcelas individuais, mas a este fracionamento corresponde, também, uma divisão na cabeça do produtor.

Ou seja, a “[...] organização do espaço atua como um limitador e indutor da organização da produção” (GERMANI, 1998, p. 14). Foi justamente o que ocorreu no PA Almas. O assentamento não foi pensado como uma unidade produtiva única que deve ser construída de modo a articular todas as famílias em torno de um projeto de produção, organização e desenvolvimento do assentamento. O que ocorreu é que o PA Almas foi concebido como uma somatória de unidades familiares e o individualismo foi fortalecido com a experiência do assentamento. Este se tornou

ainda mais acentuado devido ao abandono do assentamento e às dificuldades do associativismo e da gestão do PA Almas.

6.2.5 A perspectiva do desafio: a construção de um novo espaço

O PA Almas surgiu como uma grande promessa. A promessa de que ele seria um assentamento modelo, um celeiro de produção, que teria irrigação, uma boa comercialização e iria respeitar o meio ambiente. Essas promessas acabaram ficando apenas nas lembranças dos assentados:

Aqui prometeram muita coisa. Muita coisa aqui na área: casa, que ia fazer desmatamento, ia fazer isso, fazer aquilo, e não fizeram nada. Ficamos jogados aqui. O INCRA fez uma má administração de técnicos, é uma esculhambação. [...] Quando nós entramos era uma coisa, quando eu morava em Central prometeram uma coisa que quando entrássemos numa área de reforma ia achar isso tudo, nada disso deu a nós, prometeu de um jeito e deram de outro jeito. (ENTREVISTA..., 2003).

As promessas foram feitas pelo Estado não só para os assentados, mas para toda a sociedade. O Estado queria mostrar, naquele momento, que a reforma agrária era importante para o País e que era necessário existir uma política de planejamento para a criação dos Projetos de Assentamento, sob pena destes tornarem-se inviáveis. O modelo do PA Almas deveria ser copiado para todos os outros assentamentos.

A implantação do “assentamento modelo” não foi seguida de um acompanhamento sistemático do seu desenvolvimento e não houve continuidade das ações propostas. O planejamento do assentamento modelo foi engavetado logo após a renúncia do governador Waldir Pires, quando se configurou uma nova conjuntura política na Bahia. A partir de então, o PA Almas passou a ser “mais um assentamento” sob a responsabilidade do INCRA, que agora não contava mais com a parceira do Governo do Estado.

Os assentados reclamam muito da falta de acompanhamento do INCRA. Ocorre que, com o acirramento das ocupações de terras na última década e com o conseqüente aumento do número de

assentamentos no Brasil (só na Bahia há hoje 361 projetos de assentamento)¹⁰⁰, os assentamentos mais antigos, sobretudo aqueles que não surgiram a partir de uma ocupação e estão ligados a algum movimento social de luta pela terra, foram praticamente esquecidos. A capacidade operacional do INCRA está muito aquém das demandas que chegam a este órgão e o mesmo prioriza assentar novas famílias a desenvolver um programa de acompanhamento e recuperação dos assentamentos antigos.

Germani (1998, p. 20) coloca que o Estado atua nas áreas de assentamento de forma não integrada e “[...] acaba por abrir diversas frentes de atuação e a começar atividades que não têm continuidade nem se concluem. Assim, ao invés de criar pontes de partida, criam enclaves” Consideramos que a criação de políticas de desenvolvimento para os assentamentos e o seu acompanhamento sistemático por parte do Estado e de toda a sociedade deve ser um esforço conjunto no sentido de potencializar o investimento que é feito nestes espaços. Sobretudo no caso dos assentamentos mais antigos, é necessário sabermos os resultados dos Projetos de Assentamento, nas mais variadas dimensões da vida.

A reforma agrária, segundo Martins (2000, p. 109),

[...] é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número de assentamentos em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não. O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram. É o que assegura no campo e no interior a diversificação das oportunidades de trabalho e a modernização não só econômica, como também das mentalidades e das relações sociais.

Trata-se de um processo de

[...] construção de um novo espaço ao mesmo tempo em que se estrutura um novo indivíduo. Por isso, a lógica do êxito e dos fracassos por si só não explica a complexidade da experiência. Uma das dificuldades na avaliação é que não se pode generalizar a noção tradicional de “viabilidade econômica” a projetos que apresentam distintas trajetórias (GERMANI, 1998, p.19).

¹⁰⁰ INCRA/Projeto GeografAR, fevereiro de 2005.

Muitos assentados, anteriormente, trabalhavam para fazendeiros ou estavam desempregados. Hoje, porém, são donos de um pedaço de terra. Esse fato traz uma perspectiva de melhoria de vida para esses trabalhadores e a necessidade de continuarem lutando pelas condições necessárias para sua sobrevivência. Pelo menos agora esses trabalhadores sabem que têm direitos e sabem onde reclamá-los. A produção de um novo espaço geográfico é também a possibilidade de produção de um novo espaço social e político.

Em 1991, a FAO – Organismo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – divulgou um estudo detalhado sobre a realidade dos assentamentos de reforma agrária, implantados durante os primeiros anos do Iº PNRA em todas as regiões do Brasil. Este trabalho teve como objetivo principal traçar um diagnóstico desses assentamentos com vistas a avaliar a política de reforma agrária no Brasil¹⁰¹. Segundo Palmeira, tratou-se de uma tentativa de oferecer uma visão nacional dos assentamentos, privilegiando questões de renda, que, segundo ele, é um dos pontos mais criticados em relação à reforma agrária. Este estudo da FAO foi pioneiro e fez constatações importantes sobre os assentamentos de reforma agrária. O estudo concluiu que:

Os assentamentos de reforma agrária, tanto quanto outras formas de exploração rural, enfrentam as vicissitudes impostas pela situação econômica do país, sofrem com a descontinuidade das políticas governamentais e a sua situação melhor ou pior mais ou menos reflete a situação de cada região. Apesar disso, onde se implantaram geraram rendas maiores para seus beneficiários do que aquelas geradas em atividades equivalentes em outras formas de exploração na mesma área (ROMEIRO, 1994, p. 8).

Foram selecionados 44 assentamentos no Brasil para a pesquisa e, dentre eles, o Projeto de Assentamento Almas. O fato de o assentamento Almas fazer parte do universo dessa pesquisa é relevante por se tratar de uma avaliação realizada por um organismo internacional, o que dá uma maior credibilidade ao trabalho e por tratar-se de uma pesquisa bastante detalhada sobre o tema.

As conclusões da pesquisa da FAO são bastante otimistas quanto ao processo de reforma agrária no Brasil. Do total de 828 famílias entrevistadas, 20 foram do PA Almas¹⁰². Esta pesquisa revelou que as famílias dos assentamentos analisados apresentaram uma significativa melhoria nas

¹⁰¹Para adquirir maiores informações sobre a pesquisa da FAO consultar o livro: ROMEIRO, A. e outros (org). **Reforma Agrária Produção Emprego e Renda. O Relatório da FAO em Debate**. RJ: VOZES/IBASE / FAO, 1994.

¹⁰² É importante ressaltar que esta pesquisa foi feita apenas quatro anos após a implantação do PA Almas.

suas condições de vida. Embora a investigação da FAO tenha privilegiado o estudo sobre questões relativas à renda dos assentamentos, foram verificadas melhorias, também, nas condições sociais dos assentados. A maior parte dos assentados entrevistados (90%) declarou que a suas condições de vida atual estão melhores em relação à situação anterior. A pesquisa mostrou que:

[...] existem indícios de que a vida deles experimentou também uma melhoria significativa. Primeiramente por causa de sua situação de emprego anterior, que na grande maioria dos casos era do tipo de subemprego ou desemprego (empregos temporários, biscates, bóia-fria). Apenas 13,44% dos beneficiários da reforma agrária, em média, eram proprietários ou posseiros antes de entrarem no assentamento, ou seja, já possuíam algum recurso de terra. Sendo assim, pode-se afirmar que na reforma agrária brasileira os beneficiários foram, no geral, os que realmente precisavam de terra, ocasionando subsequentemente uma melhoria, apenas pela transferência patrimonial realizada com a entrega de terras a eles (ROMEIRO, 1994, p. 33).

O fato de possuir de um pedaço de terra muda muito a vida de um trabalhador rural que até então vivia trabalhando para fazendeiros ou não tinham terra. São pessoas que antes não tinham sequer uma enxada e hoje possuem um patrimônio que inclui, em alguns casos, cabeças de bois e caprinos. Para essas pessoas esse patrimônio, embora modesto, significa um sonho realizado, a conquista do direito de ter alguma coisa e a garantia de sobrevivência:

Eu sou do município de Sento Sé. Eu não tinha nada, trabalhava na roça dos outros aí, trabalhando para comer e quando cheguei aqui na área foi muito bom. Eu tenho meu pedacinho de terra para trabalhar, eu não preciso trabalhar para ninguém, planto minha rocinha (ENTREVISTA..., 2003).

Geralmente as condições de infra-estrutura nas pequenas propriedades rurais no Brasil são péssimas. Os Projetos de Assentamento, por se tratar de uma forma diferenciada de ocupação do espaço rural, formados a partir de uma intervenção direta do Estado, apresentam uma infra-estrutura mais consolidada, embora tenham ainda muitos problemas. O PA Almas carece de um posto de saúde, energia, motores de irrigação, entre outros equipamentos, mas o assentamento apresenta uma boa quantidade de escolas funcionando, tem acesso relativamente fácil até a BA 052, todos os assentados tem casas de alvenaria, além de outras benfeitorias que, sem dúvida, ajudaram no desenvolvimento do assentamento e contribuíram para a melhoria das condições de vida dos assentados.

Os trabalhadores rurais sem terra chegam às áreas de reforma agrária muito pauperizados. Mesmo assim, a pesquisa da FAO mostrou que o

[...] padrão de vida nos assentamentos é melhor do que nas áreas que os rodeiam, o que era lógico de acontecer ao se considerar que os assentamentos de reforma agrária receberam apoio das autoridades governamentais, enquanto que nas áreas de pequena produção ou de posseiros e arrendatários rurais prima a absoluta incerteza. (ROMEIRO, 1994).

Isso mostra como a ação estatal em áreas de pequena produção é imprescindível para que os trabalhadores rurais consigam produzir e viver melhor. Porém, temos verificado o descaso com que o Estado tem tratado desta questão. Grandes empreendimentos agropecuários, sobretudo em áreas de expansão da fronteira agrícola, e os projetos agroindustriais, todos voltados para a exportação e muitos deles controlados pelo capital internacional, têm recebido generosos subsídios e/ou incentivos governamentais. Ao mesmo tempo, os pequenos produtores sofrem com a falta de condições mínimas para desenvolverem suas atividades e têm dificuldades para conseguirem um financiamento. As áreas de assentamento de reforma agrária, apesar das dificuldades e comparando-se às outras áreas de pequena produção da zona rural brasileira, têm representado uma exceção à medida que o Estado, com muita morosidade, tem dotado essas comunidades de uma certa infraestrutura e tem financiado esses produtores através de linhas especiais de crédito, embora insuficientes.

Portanto, os PA's são um exemplo de como, a partir de uma ação continuada e eficiente do Estado é possível desenvolvermos no país a pequena produção, que muitos benefícios traz para milhares de trabalhadores rurais que não têm acesso aos lucros dos grandes projetos agropecuários e/ou agroindustriais. Evidente que nem de longe essa ação do Estado tem sido a ideal, mas a experiência da maioria dos Projetos de Assentamento mostra as potencialidades das políticas de reforma agrária.

Para Germani (1998, p. 22),

[...] a avaliação dos assentamentos extrapola a ótica produtivista para ser interpretada como estratégia política. Se permanecer na terra já pode ser considerado um êxito este fato tem que vir acompanhado de outros, permanecer na terra e produzir, produzir e apropriar-se dos frutos de seu trabalho – garantia de sua reprodução.

Ser assentado significa muito mais que ter um pedaço de terra. Para essas milhares de pessoas isto representa uma mudança jamais pensada em suas vidas. Mesmo que um assentamento não registre grandes avanços econômicos isso não significa que ele seja é um fracasso da política de reforma agrária. Muitas vezes os benefícios advindos da melhoria nas condições de vida, a cidadania conquistada e o resgate da auto estima de cada assentado são indicadores que têm outros significados. É claro que se espera dos assentamentos um desenvolvimento econômico visto que as famílias precisam se auto-sustentar e deixar de viver sob a tutela do Estado.

Mais do que dados quantitativos que comprovem o “sucesso” dos assentamentos em termos sociais ou até mesmo em termos econômicos, os depoimentos abaixo mostram com muita propriedade que a situação desses trabalhadores, comparativamente, melhorou bastante:

Eu pra mim eu achei melhor demais para quem não tinha um palmo de terra e eu estou aqui dentro, tô dando graças a Deus o governo ter jogado nós aqui. Eu tenho vontade de morrer aqui dentro, não tem para onde eu ir não.

Eu gosto de tá aqui porque eu fui uma pessoa que toda minha vida eu fui agricultor mas vivia trabalhando na roça das outras pessoas, não tinha terra, aí me inscrevi nesse processo de reforma agrária e graças a Deus eu fui privilegiado né?

Eu não vou dizer que melhorou porque não melhorou mesmo, mas eu trabalhava para sobreviver na diária e hoje, graças a Deus, eu posso pagar uma diária, melhorou um pouco né?

Tem gente aí que não tinha um local para morar, algum tipo de moradia e hoje pelo menos tem o seu local para morar.

Para mim melhorou 100%. Não trabalho da maneira que trabalhava. Antes da reforma era demais no campo, trabalhava na roça e ainda vendia o dia para o sustento da casa.

Porque eu nunca possuí uma telha, nunca possuí uma cabrita, e eu trabalhando com objeto, o gado, criação, trabalho de campo. Nunca possuí e hoje eu tenho minhas criações mesmo, minhas ovelhinhas, minhas cabritinhas, tenho minhas vaquinhas, tenho cavalo de cela e possuo duas telhas, uma aqui e outra em Xique Xique. E não sou obrigado a ninguém, nem mandado por ninguém, me sinto feliz. Por isso que eu falo, me julgo viu?

Ah, isso é uma benção que Jesus tocou no coração dos homens do poder, para mim foi uma benção. Isso é uma das melhores coisas para o pobre do Brasil, com todo o problema que existe. Porque muitas pessoas viviam no curral do rio e não podiam dar um passo fora e hoje quem está aqui manda e não pede. Para mim foi a melhor coisa que o presidente formou para o pobre foi a reforma agrária, para quem quer trabalhar não tem outro meio.

Eu acho que a reforma agrária é um bom negócio para quem não tem terra e quer trabalhar. Melhorou a vida de muita gente aqui, pessoas que nunca imaginou ter nada na vida e hoje em dia se consideram ricas até. Antes não criavam uma galinha e hoje tem até gado. Porque não criava uma galinha e hoje cria gado a diferença é grande. Eu acho que eu cresci, eu gosto daqui, conheci gente de toda natureza, pessoas que não sabiam fazer um “a” e hoje estão formadas (choro) (ENTREVISTA..., 2000; 2003).

Esses depoimentos são a prova viva e concreta de que a reforma agrária traz um grande retorno social para os seus beneficiários. Esta é uma dimensão da experiência do assentamento que é difícil de ser avaliada, mas que, certamente, poderia ser potencializada não fossem as dificuldades econômicas vividas pelas famílias assentadas. Embora o “abandono” do PA Almas tenha causado um grande sentimento de frustração para os assentados, a maioria deles não perdeu a esperança no assentamento.

A trajetória do PA Almas mostra que, se por um lado, muitas das promessas não foram cumpridas e, como diz uma assentada, “o sistema da reforma agrária é muito devagar”, por outro lado, a experiência deste assentamento trouxe importantes lições sobre o papel da reforma agrária como uma política fundamental para fomentar o desenvolvimento rural e a promoção da justiça social no Brasil. Ele é um exemplo de como a reforma agrária traz dignidade para os milhares de trabalhadores rurais que, na sua labuta diária, colocam o chão do nosso país para produzir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta histórica pela reforma agrária no Brasil culminou com a implantação dos Projetos de Assentamentos; estes representam a concretização, do ponto de vista territorial, da política de reforma agrária que vem sendo empreendida no Brasil desde a aprovação do 1º PNRA. Os PA's são responsáveis por repercussões importantes na realidade agrária brasileira. Cada Projeto de Assentamento se constitui numa unidade territorial da reforma agrária, sendo resultado da intervenção estatal no que concerne à modificação do uso e a propriedade da terra no Brasil, uma vez que a transformação de um latifúndio improdutivo em um Projeto de Assentamento é um processo de alteração da configuração territorial do imóvel rural que foi objeto da desapropriação. Esta alteração ocorre a partir das novas relações que se estabelecem no assentamento com a atuação dos novos agentes sociais que passam a produzir aquele espaço.

Esta dissertação consistiu em analisar como processo de criação e desenvolvimento de Projetos de Assentamento é também um processo de produção do espaço humano, ou seja, como estes (os assentamentos) provocam modificações no espaço rural brasileiro, uma vez que estes se constituem de formas diferenciadas de ocupação deste espaço. Nesse sentido, os PA's são novos espaços rurais e mostram-se um *locus* importante para o estudo da produção do espaço geográfico.

A atuação do Estado no espaço rural através da sua política agrária não se dá de forma homogênea no tempo e no espaço. A cada conjuntura o Estado estabelece mecanismos diferenciados de implantação dos Projetos de Assentamento. Dessa forma, esta pesquisa buscou mostrar como se deu o processo de produção do espaço em um assentamento de reforma agrária que foi criado a partir de uma proposta de intervenção estatal pautada na necessidade de fazer um planejamento prévio à instalação do Projeto. Para empreendermos esta análise, tomamos como referência o Projeto de Assentamento Almas, localizado no município de Itaguaçu da Bahia/BA.

Este assentamento foi escolhido justamente por ter sido o primeiro implantado –na Bahia –a

partir de um modelo de intervenção tido como inovador à época. Naquele momento, os órgãos governamentais envolvidos com a reforma agrária reconheceram que os Projetos de Assentamento até então implantados, sobretudo na região semi-árida, careciam de uma ação prévia do Estado, visto que eram criados em imóveis rurais que não tinham as condições mínimas para garantir a sobrevivência dos agricultores. O PA Almas foi criado dentro de uma perspectiva de mudança frente à realidade apontada, representando, portanto, um marco sócio-histórico e territorial desse momento peculiar da história da reforma agrária na Bahia. Assim sendo, uma análise sobre este assentamento reveste-se de uma grande importância histórica.

O objetivo da pesquisa centrou-se na análise dos resultados, do ponto de vista espacial, da criação de um Projeto de Assentamento que teve seu processo de implantação antecedido de um planejamento, o qual consistiu, basicamente, em estudos que subsidiaram a definição de um modelo de parcelamento diferente do que normalmente se fazia. O conhecimento prévio do espaço do assentamento foi fundamental para que o Estado pudesse intervir, uma vez que o modelo de parcelamento levou em consideração as diferenças dos tipos de solo, a disponibilidade de água e a localização do PA; aspectos fundamentais para o desenvolvimento de um assentamento rural.

Por estes fatores, o PA Almas apresenta algumas características que o distingue da maioria dos Projetos de Assentamento do Brasil, especificamente no que diz respeito à sua organização territorial. Além disso, a infra-estrutura básica (com exceção da energia elétrica) do assentamento foi implantada logo nos primeiros anos. Entretanto, se por um lado, foi um avanço o Estado ter assumido sua obrigação de planejar a implantação deste assentamento, por outro lado, não houve continuidade das ações que foram planejadas e todo o investimento inicialmente feito neste PA não foi devidamente potencializado.

A partir do resgate da história do assentamento, analisamos como se efetivou a produção do espaço do assentamento, procurando mostrar quais foram as alterações espaciais que ocorreram com o processo de desapropriação da Fazenda Almas e a implantação do PA Almas. A configuração espacial do PA Almas modificou-se à medida que novos objetos geográficos foram

inseridos ao espaço do assentamento como resultado das necessidades produtivas dos assentados. A análise do PA Almas a partir das categorias do espaço – forma, função, estrutura e processo – permitiu-nos apreender a evolução do assentamento na perspectiva das modificações ocorridas na sua configuração territorial. O ritmo de produção da produção do espaço do assentamento foi se acelerando à proporção que a dinâmica social estabelecida, ao longo do tempo, foi moldando um novo espaço a partir do espaço pré-existente e as novas demandas do grupo social foram sendo materializadas em novas formas-conteúdo e/ou refuncionalizando formas pretéritas, que participam da dialética espaço-sociedade dentro do assentamento.

A trajetória do Projeto de Assentamento Almas nos trouxe importantes lições sobre o processo de reforma agrária no Brasil, suas dificuldades e suas potencialidades. Hoje, cada vez mais a reforma agrária tem sido pensada a partir da realidade dos assentamentos e isso se deve ao grande número de áreas reformadas no País. Por isso, é relevante discutirmos as experiências dos assentamentos, sobretudo os mais antigos, como forma não de buscar os modelos ideais – até mesmo porque estes não existem – mas para buscar referências que contribuam para a construção de um projeto nacional que contemple a reforma agrária como um de seus pilares. Portanto, estudar as experiências brasileiras de assentamentos rurais de reforma agrária, tendo em vista toda a problemática que envolve esta questão, tem um caráter fortemente pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos Íntimos. A Gestão dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.

ARAGÃO. Arilston: depoimento (nov. 2003). Entrevistador: SANTOS, Flávio Luis A. dos. Salvador, novembro de 2003.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. **O Que São Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996 (coleção primeiros passos).

BRASIL. **Estatuto da Terra**. 14º ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. São Paulo: Rideel, 2001.

CAR - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Perfil Regional Irecê**. Salvador: CAR, 2002 (Série Cadernos CAR 29).

CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Anita Aline Albuquerque; RIBEIRO, Tereza Cristina Almeida. **O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas**. [S.I.: s.n.], [199-] (mimeo).

ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS DO INCRA (nov. 1999). Entrevistador: SANTOS, Flávio Luis A. dos. Salvador, novembro de 1999.

ENTREVISTA COM OS ASSENTADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS (jan. 2000). Entrevistador: SANTOS, Flávio Luis A. dos. Itaguaçu da Bahia, janeiro de 2000 (a).

ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS DA CAR (jan. 2000). Entrevistador: SANTOS, Flávio Luis A. dos. Salvador, janeiro de 2000 (b).

ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS DA EBDA (jan. 2000). Entrevistador: SANTOS, Flávio Luis A. dos. Itaguaçu da Bahia, janeiro de 2000 (c).

ENTREVISTA COM OS ASSENTADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS (out./nov. 2003). Entrevistador: SANTOS, Flávio Luis A. dos. Itaguaçu da Bahia, outubro/novembro de 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação nº 30. São Paulo: MST, 1998.

FERNANDES, Bernardo M. Questões Teórico- Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. In: **Boletim Paulista de Geografia**. Nº 75, São Paulo, 1999.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do Estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, Leonilde. S. *et. al.* (org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

FILHO, Manoel Gonçalves F. A Propriedade e sua função social. In: **Revista de Direito Agrário**. nº 8. Brasília: s.n., 1982.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como Prática Educativa**. [S.I.]:Loyola, [199-](mimeo.).

GEOGRAFAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Projeto Integrado de Pesquisa submetido à apreciação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**. Salvador: GeografAR, 1996.

GEOGRAFAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **A Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia. Banco de Dados**. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2005.

GERMANI, Guiomar. I. **Cuestión Agraria y Asentamiento de Población en el Área Rural: La Nueva Cara de la Lucha por la Tierra. Bahia, Brasil (1964 – 1990)**. Tese de Doutorado, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

GERMANI, Guiomar. I. **Condiciones Históricas Sociales que Regulan el acceso a la tierra en el espacio agrario de Brasil**. In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Nº 16. Barcelona: Universidad de Barcelona, agosto de 1997 (a).

GERMANI, Guiomar I. **Assentamentos: Modelos, Problemáticas e Desafios**. Trabalho apresentado no Seminário “Movimentos Sociais e Reforma Agrária”. Salvador, novembro de 1997 (b) (mimeo.).

GERMANI, Guiomar. I. **A Geografia (e) (da) Reforma Agrária**. Trabalho apresentado no “Encontro de técnicos e dirigentes de cooperativas e associações do MST”, organizado pelo MST/BA. Salvador, janeiro de 1998.

GERMANI, Guiomar. I. *Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de Novos Espaços de Vida e de Conflitos*. In: Caderno Vozes nº 6. Salvador: Editora Vozes, 2001.

GIONANNETI, Gilberto. **Dicionário de Geografia Melhoramentos: Termos, expressões e conceitos**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

GOVERNO DA BAHIA / SERAC / CAR / GERA. **Estudos de Solos – Classificação das Terras e Plano Físico – Parcelamento do Projeto de Assentamento da Fazenda Almas**. Salvador: SERAC/CAR, novembro de 1989.

HEREDIA, Beatriz *et al.* **Os impactos Regionais da Reforma Agrária: Um estudo sobre áreas selecionadas**. Resumo Executivo. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. In: www.mda.gov.br/need, outubro de 2004.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Superintendência Regional da Bahia. **Laudo de Vistoria da Fazenda Almas**. Salvador: INCRA, 1986 (mimeo.).

INCRA / CAR - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Superintendência Regional da Bahia / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Relatórios de Viagem. Salvador, maio a setembro de 1987. In: MIRAD, SERAC, CAR. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Reforma Agrária da Fazenda Almas**. Salvador: MIRAD, SERAC, CAR, 1987.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Cartilhas da Reforma Agrária – Desapropriação 1. Brasília: MDA/INCRA, [200-].

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária . **Instrução Normativa N ° 15**, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de abril de 2004 (a).

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução N ° 38**, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Assentamentos Rurais Sustentáveis. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de abril de 2004 (b).

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Norma de Execução N ° 40**, de 30 de março de 2004. Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas do crédito instalação, no âmbito dos projetos de assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de abril de 2004 (c).

LAGO, Antônio. PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. 9º Ed. Editora Brasiliense, 1989 (coleção primeiros passos).

LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro**.

São Paulo: Unesp, 2004 (a) (Série Estudos NEAD, nº 6).

LEITE, Sérgio. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais**. In: www.mda.gov.br/nead, acessado em outubro de 2004 (b).

LEROY, Jean-Pierre. **Por Uma Reforma Agrária Sustentável**, [S.I., s.n.], 1998. (mimeo.).

LUBISCO, Nídia M. L. ; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de Estilo Acadêmico: Monografias, dissertações e teses**. Salvador: EDUFBA, 2003.

MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária: O impossível diálogo sobre a História possível. In: *Tempo Social*. **Revista de Sociologia da USP**. São Paulo: USP fevereiro de 2000.

MDA/ INCRA - Ministério do Desenvolvimento Agrário / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária**. Brasília: MDA/INCRA, 2001.

MDA/ INCRA - Ministério do Desenvolvimento Agrário / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual de Operações do PRONERA**. Brasília: MDA/INCRA, 2004.

MEDEIROS, Leonilde. Sérvolo *et. al.* (org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **Reforma Agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MIRAD / INCRA - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário / Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano Regional de Reforma Agrária do Estado da Bahia (versão provisória)**. Bahia: MIRAD/INCRA, 1985.

MIRAD / SERAC / CAR - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário / Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Cooperativismo / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Reforma Agrária da Fazenda Almas**. Salvador: MIRAD, SERAC, CAR, 1987 (a).

MIRAD / SERAC / CAR - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário / Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária e Cooperativismo / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Reforma Agrária da Fazenda Almas**. Salvador: MIRAD, SERAC, CAR, 1987 (b).

MOREIRA, Rui. **O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NETO, Euclides. **Trilhas da Reforma Agrária**. 3ª ed. Ipiaú: Litera, 1999.

REYDON, Bastiaan *et. al.*. **Reforma Agrária da Nova República**. 2º Ed. São Paulo: Cortez: EDUC, 1986.

RIBEIRO, Edson: depoimento (jan. 2000). Entrevistador: SANTOS, Flávio Luis A. dos. Xique-Xique, janeiro de 2000.

RODRIGUES, José Aécio. **Relatório**. [S.I.: s.n.], 08 de novembro de 1986 (mimeo.).

ROMEIRO, Adhemar *et. al.* **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda o Relatório da FAO em Debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/ FAO, 1994.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **O Processo de Territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua Especialização no Estado da Bahia**. Salvador: UFBA, 2004 (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997 (a).

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. 4º ed. São Paulo: Hucitec, 1997 (b).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SATURNINO, João: depoimento [199-]. Entrevistador: não identificado. [s.n.], [199-].

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E INFORMAÇÕES. **Região de Irecê: Mudanças sociodemográficas recentes**. Salvador: SEI, 2000 (Série Estudos e Pesquisas).

SILVA, J. G. da (coord.). **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência no Brasil**. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STÈDILE, João Pedro. **Latifúndio. O Pecado Agrário Brasileiro**. Rio de Janeiro: MST, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

TINOCO, Jesus Enrique. **Planejamento nos Assentamentos de Reforma Agrária**. [S.l.:s.n], (199-) (mimeo.).

TOMMASI, Luiz Roberto. **Estudo de Impacto Ambiental**. 1ºed. São Paulo: CETESB, 1994.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS ASSENTADOS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS

I - HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO

1. Falar sobre a história de vida pessoal
2. Como chegaram em Almas?
3. Como se formou o grupo?
4. Como foi o processo de desapropriação?
5. A quem pertencia a fazenda?
6. O que encontraram quando chegaram na fazenda? Quais as transformações feitas? (quando e por que?)
7. Como foi o cadastramento e a seleção das famílias?
8. Como foram os primeiros dias da ocupação? Como viviam? Onde moraram?(localizar) O que plantaram nos primeiros dias?
9. Como era a atuação do Estado nos primeiros anos? Como isso evoluiu?
10. Como era a organização da comunidade nos primeiros anos? Como isso evoluiu?
11. Como foram divididos e distribuídos os lotes? Por a opção por esse modelo?
12. Por que Almas era um assentamento modelo? Hoje ainda é? Por que? É diferente dos outros assentamentos? Pq?
13. Você sabe dos estudos ambientais que foram realizados em Almas (EIA/RIMA)?

II – ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

1. Quais são as principais culturas plantadas em Almas?
2. Por que foram escolhidas essas culturas?
3. Onde cultiva? Lote de sequeiro e beira rio?
4. As culturas são adaptadas a região? A cultura é adaptada a mão de obra familiar?
5. Qual é o trato da cultura? Período de colheita?
6. A questão da irrigação? (explicar detalhadamente)
7. A questão da cebola?
8. Destino da produção?
9. Assistência técnica e capacitação?
10. Utilização de crédito?
11. Produtividade das culturas e integração com o mercado?
12. Armazenamento?
13. Transporte?
14. Comercialização?
15. Como funciona a associação ?
16. Quais são os animais criados no PA?
17. Por que foram escolhidos esses animais?
18. Onde e como eles são criados?
19. Quais são os tratos necessários?
20. Destino da produção?
21. Capacitação e assistência técnica?
22. Utiliza crédito?

23. Existe rodízios e multirões? Como funciona?
24. Existe trabalho coletivo? Como funciona?
25. Os assentados dão o dia fora? Porque? Onde? Em que período?
26. Instrumentos de trabalho?

III – BENFEITORIAS E BENS DE CONSUMO

1. Quais eram as benfeitorias que existiam em Almas antes?
2. Quais foram as benfeitorias colocadas posteriormente?
3. Como foram construídas essas benfeitorias?
4. Quais foram os bens de consumo que as famílias adquiriam depois do assentamento?
5. A renda das famílias melhorou depois do assentamento? Qual é principal fonte de renda?
6. A qualidade de vida das famílias melhorou depois do assentamento?

IV – MEIO AMBIENTE

1. Fale sobre as condições ambientais do PA (potencialidades e limitações).
2. Qual a importância do Rio Verde para Almas?
3. Qual a importância da caatinga para Almas?
4. Fale sobre a qualidade da terra em Almas?
5. Existe algum problema quanto ao relevo (declividade)?
6. Quais as alterações ambientais em Almas depois do assentamento?
7. Quais as principais formas de poluição? (a questão dos agrotóxicos)
8. Existe projetos de preservação do meio ambiente?
9. Como é o nível de consciência ambiental dos assentados?
10. Existe ONG's que trabalham este tema no PA? Como elas atuam?
11. Quais são as conseqüências dos problemas ambientais em Almas para os assentados e a produção?
12. Fale sobre o desmatamento e manejo do solo?
13. Plantas medicinais?
14. A convivência com a seca?

V – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

1. Como é nível de organização e participação dos assentados nas questões do PA?
2. Como era a organização social nos primeiros anos do assentamento?
3. Como é feita a gestão do assentamento?
4. Como se formou e como funcionam as associações do assentamento?
5. Quais são as normas que regem o assentamento?
6. Quais os principais conflitos existentes no assentamento?
7. Como são as relações de solidariedade no assentamento?
8. Existe confiança entre os assentados e deste com os dirigentes?
9. Como são organizadas as pequenas comunidades no assentamento?
10. Quais são as manifestações culturais dos assentados? Qual a sua importância na vida dos assentados e do assentamento?

11. Quais são as datas comemorativas do PA?
12. Você acha que existe muito individualismo entre os assentados? Por que? Em que isso prejudica o assentamento?
13. Como é a atuação dos sindicatos no assentamento?
14. Como é a participação de ONG's no assentamento?
15. Quais as ações têm sido feitas para melhorar o nível de participação dos assentados?
16. Quais foram os momentos de maior participação dos assentados?
17. Quais foram os momentos de menor dispersão dos assentados?
18. O papel da igreja?
19. A questão de gênero?
20. A questão da origem dos assentados?

VI – INFRA-ESTRUTURA e SERVIÇOS PÚBLICOS (localização, quem construiu, conservação, importância, etc)

1. Barragem
2. Pontes
3. Poços
4. Energia Elétrica
5. Armazém
6. Abastecimento de água
7. Correios
8. Telefonia
9. Transporte Coletivo, intermunicipal e escolar
10. Casas de farinha (como funciona...)
11. Cemitério
12. Saneamento Básico
13. Lixo
14. Abastecimento de Gás
15. Iluminação pública
16. As vias e acessos (ligação e condições)
17. Espaços públicos
18. Arborização
19. Áreas de lazer
20. Comércio
21. Postos de Saúde
22. Educação (qde, condições, qualidade, funcionamento, escolarização, etc)

VII- ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

1. Como se especializou o grupo social ao longo do tempo?
2. A agrovila? (localização, organização, disposição das casas)
3. Espacialização das casas?
4. A espacialização das culturas? E dos animais?
5. As rugosidades?
6. As mudanças na organização territorial do assentamento

VIII – OPINIÃO PESSOAL

- 1.Quais os seus sonhos para o futuro?
- 2.O que pensa do futuro do assentamento?
3. Qual é o maior problema de Almas? Por que?
- 4.Pensa em se mudar de Almas? Por que?
- 6.O que gostaria de produzir e não tem condições? Por que?
- 7.O que achava da reforma agrária antes de ser assentado?
- 8.O que acha da reforma agrária hoje?
9. Sua vida melhorou depois da reforma agrária? Por que:
- 10.O que você diria a todos os trabalhadores sem terra do Brasil?

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS TÉCNICOS DO INCRA, DA CAR E
DA EBDA E REPRESENTANTES DE ONG's E DA PREFEITURA DE
ITAGUACU DA BAHIA¹**

1. Fale sobre o contexto histórico e político em que o PA Almas foi criado?
2. Como foi o processo de criação da SERAC e a sua atuação?
3. Como a CAR atuava na reforma agrária?
4. Como foi o processo de desapropriação da Fazenda Almas?
5. Por que o PA Almas adquiriu o *status* de “assentamento modelo”?
6. Por que foi escolhida a região de Irecê para a implantação deste assentamento? Caracterize a estrutura fundiária desta região?
7. Como foi o processo de seleção das famílias? Qual a origem dessas famílias?
8. Como foram os primeiros anos do assentamento?
9. Como se deu o planejamento do PA Almas? Quais estudos foram feitos, para que, os seus resultados?
10. Quais as principais potencialidades do PA Almas?
11. Como era o processo de organização das famílias no início do assentamento e como isso evoluiu?
12. Como se formou a associação do assentamento? Como ela funciona? Como se constitui as novas associações do assentamento?
13. Fale sobre o modelo de parcelamento do PA Almas. Como se constitui e suas conseqüências?
14. A produção agropecuária do PA Almas (culturas, localização, etc.)? A comercialização e o transporte?
15. A questão do arrendamento? Por que e como se dá?
16. A questão do crédito e do endividamento?
17. Como é a questão da assistência técnica no PA Almas?
18. A infra-estrutura do assentamento (qual é, quem instalou, como funciona...)

¹ Este é um roteiro de entrevista geral que foi adequado para cada um dos entrevistados.

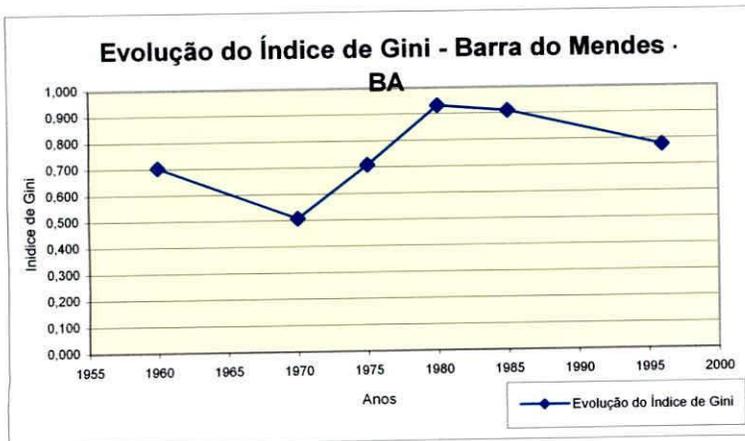
19. A situação da educação e da saúde no assentamento?
20. O sistema de irrigação no PA Almas? Como funciona?
21. A questão da venda de lotes no assentamento (como ocorre? Conseqüências?)
22. Quais os principais problemas ambientais do assentamento?
23. Quais os principais entraves do assentamento?
24. Como é a relação do assentamento com a Prefeitura de Itaguaçu? Que tipo de apoio eles recebem da prefeitura?
25. Na sua opinião, qual a principal característica do PA Almas?

ANEXO I – Índice de Gini da Região Econômica de Irecê

Barra do Mendes

Ano
Índice Gini

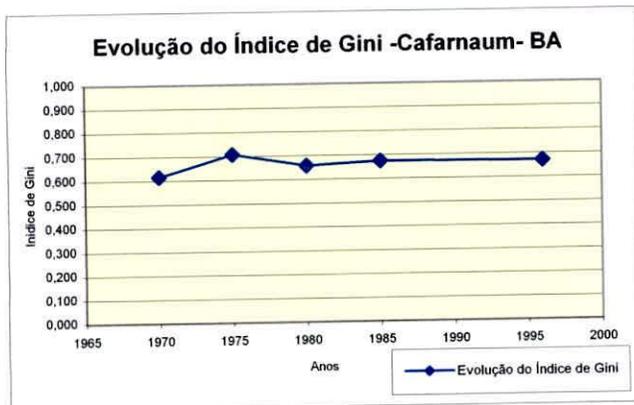
1960	1970	1975	1980	1985	1996
0,705	0,508	0,710	0,934	0,911	0,777



Cafarnaum

Ano
Índice Gini

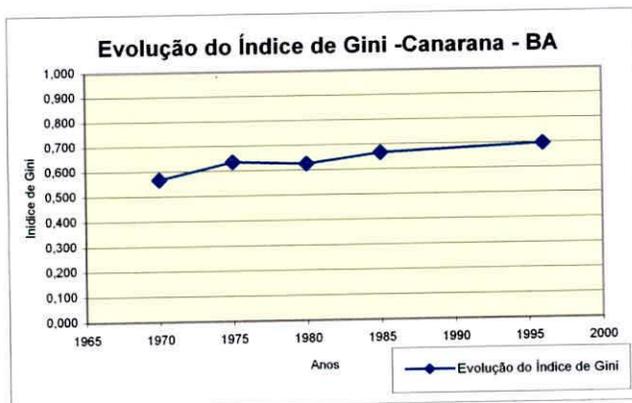
1970	1975	1980	1985	1996
0,617	0,709	0,659	0,675	0,672



Canarana

Ano
Índice Gini

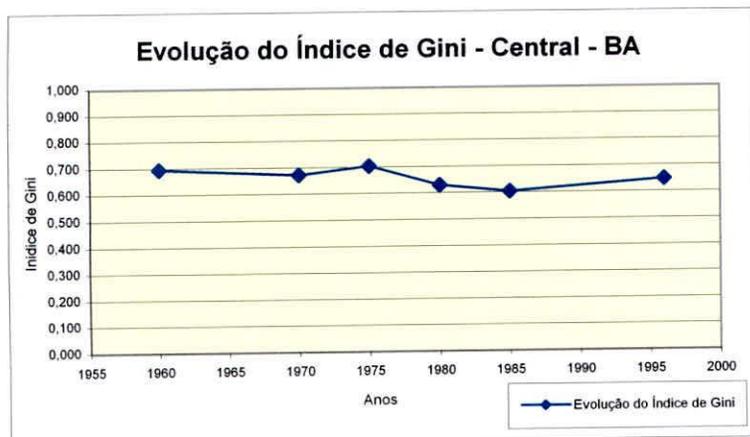
1970	1975	1980	1985	1996
0,568	0,637	0,627	0,668	0,698



Central

Ano
Índice Gini

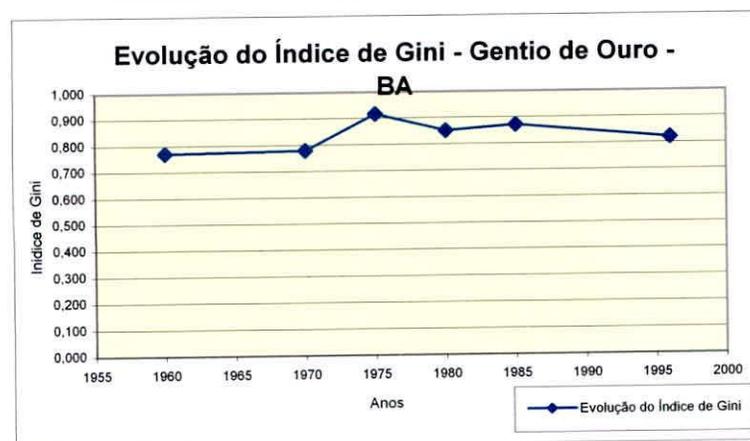
1960	1970	1975	1980	1985	1996
0,696	0,673	0,705	0,631	0,605	0,650



Gentio de Ouro

Ano
Índice Gini

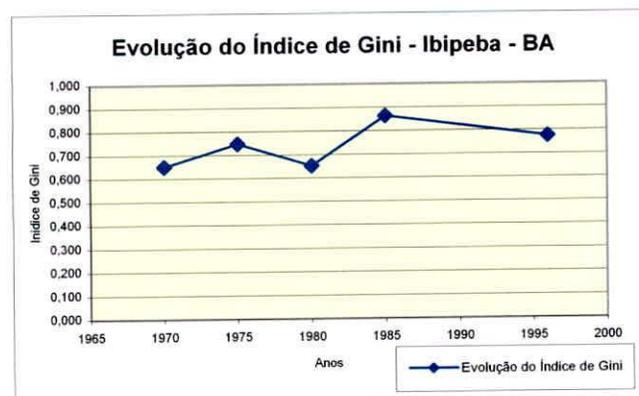
1960	1970	1975	1980	1985	1996
0,771	0,780	0,917	0,852	0,872	0,821



Ibipeba

Ano
Índice Gini

1970	1975	1980	1985	1996
0,652	0,749	0,653	0,864	0,776



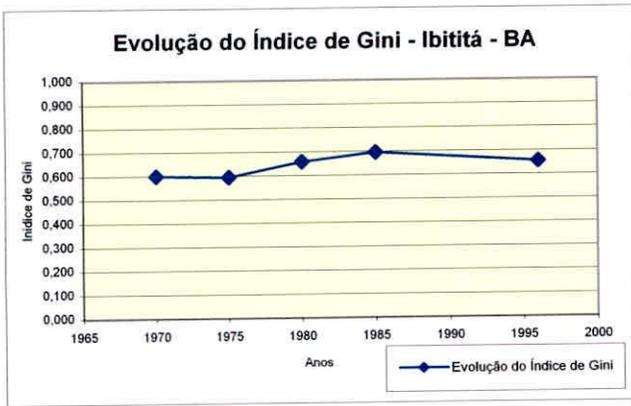
Ibititá

Ano

1970	1975	1980	1985	1996
------	------	------	------	------

Índice de Gini

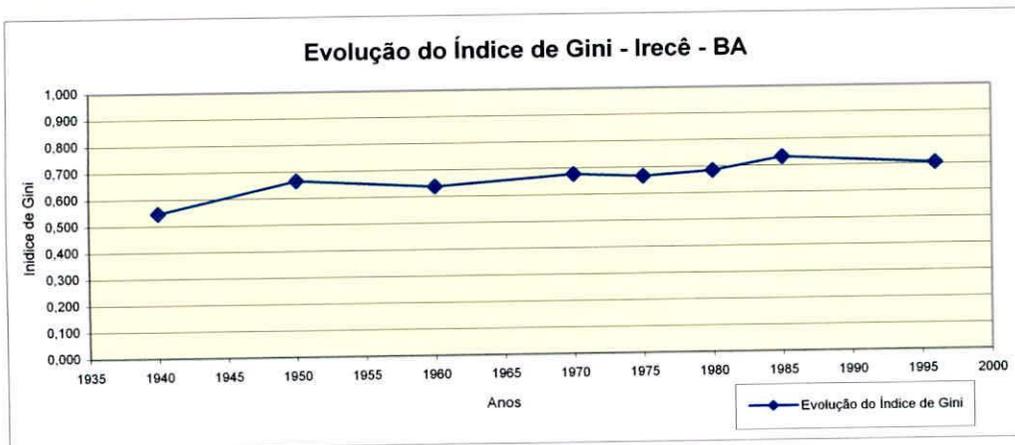
0,601	0,595	0,660	0,696	0,657
-------	-------	-------	-------	-------



Irecê

Ano
Índice de Gini

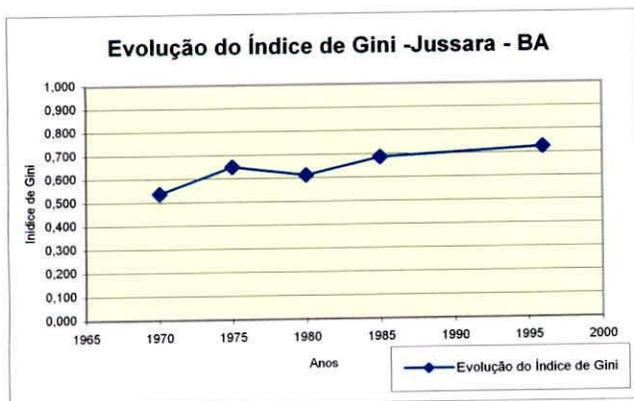
1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
0,548	0,667	0,638	0,678	0,667	0,686	0,733	0,706



Jussara

Ano
Índice de Gini

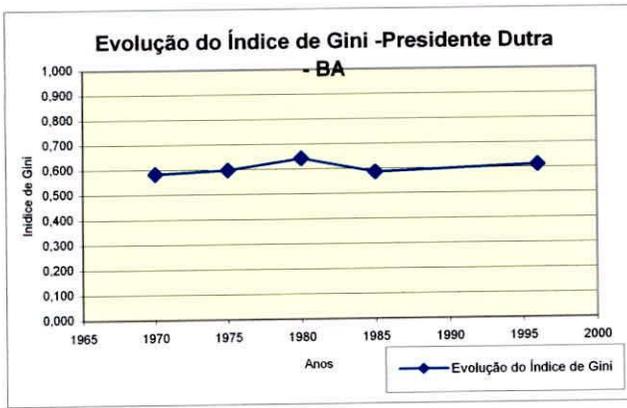
1970	1975	1980	1985	1996
0,539	0,651	0,614	0,688	0,727



Presidente Dutra

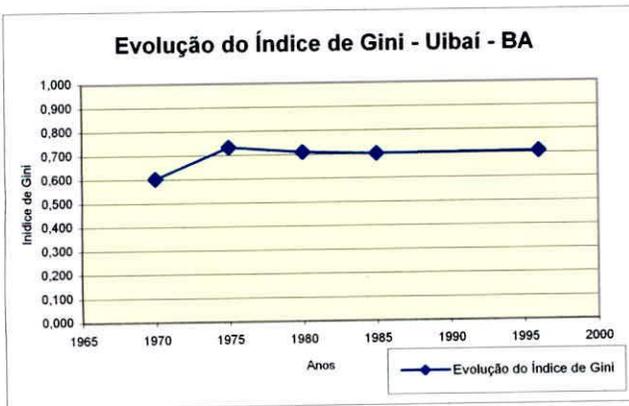
Ano
Índice de Gini

1970	1975	1980	1985	1996
0,586	0,600	0,644	0,588	0,613



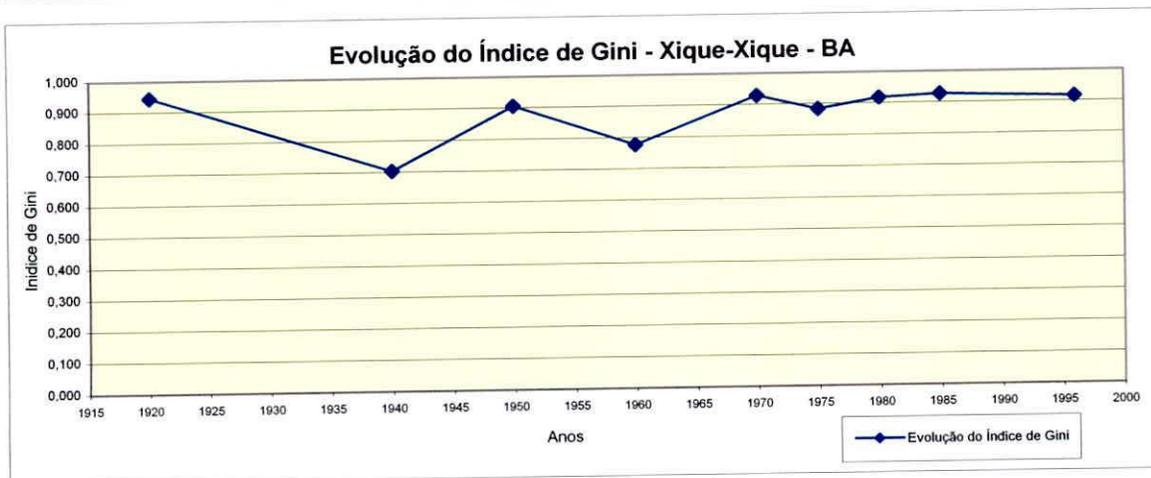
Uibaí

1970	1975	1980	1985	1996
0,605	0,734	0,711	0,703	0,708



Xique-Xique

1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
0,945	0,704	0,906	0,777	0,929	0,884	0,918	0,929	0,917



**ANEXO II – Avaliação de Impactos no Meio Natural do Projeto de Reforma Agrária da
Fazenda Almas**

AÇÕES POTENCIALMENTE IMPACTANTES	IMPACTOS/EFEITOS	AÇÕES ESPECÍFICAS COM COMENTÁRIOS QUALI-QUANTITATIVOS	AVALIAÇÃO
<p>2. <u>DEMARCAÇÃO E LOCAÇÃO DO PLANO VIÁRIO E DA ÁREA DE OCUPAÇÃO IMEDIATA</u></p>	<p>2.1 Desmatamento generalizado em locais inadequados.</p> <p>2.2 Desmatamento e queima de vegetação de valor econômico-medicinal e ecológico.</p> <p>2.3 Erosão das margens do Rio.</p> <p>2.4 Assoreamento da calha do Rio Verde.</p> <p>2.5 Diminuição da vazão efetiva do Rio Verde, por problemas de drenagem e assoreamento.</p> <p>2.6 A única área de preservação permanente foi a primeira a ser degradada (Beira do Rio).</p> <p>2.7 Poluição e degradação da qualidade da água agravada por lançamento de resíduos.</p> <p>2.8 Poluição do solo por lançamento de esgotos e resíduos.</p> <p>2.9 Presença de vetores de doença.</p>	<p>Desmatamento e queimadas praticadas até na Beira do Rio.</p> <p>Sub-dimensionamento da faixa de preservação permanente em cada margem do rio, tendo sido ultrapassada pelo fogo em muitos locais. São num trecho a queimada foi de aprox. 3000 m em cada margem do rio (lotes IMD a 20 MD).</p> <p>Foram afetados os carnaubais e outras espécies retentoras de umidade e controladoras da erosão hídrica na varzea que forma a inclinada calha do Rio Verde.</p> <p>Atualmente, há 3 meses do início do assentamento, existe dessedentação e chiqueiros de porcos cortando, barrendo, aterrando e degradando, ainda mais, a qualidade das águas.</p> <p>Ainda não é um fator de gravidade, podendo ser corrigido.</p> <p>Há indícios de doenças gastro-intestinais dentre o pessoal assentado e moradores da área, provavelmente causadas por poluição e outros</p>	<p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p> <p>5</p>

PROCESSOS AÇÕES POTENCIALMENTE IMPACTANTES	IMPACTOS/EFEITOS	AÇÕES ESPECÍFICAS COM COMENTÁRIOS QUALI-QUANTITATIVOS	AVALIAÇÃO
		vetores de veiculação hídrica, por agentes internos (PRA-Faz. Almas) e externos: uso de agrotóxicos a montante, com drenagem natural para o leito do Rio Verde).	5
<p>3. <u>FORNECIMENTO DE ÁGUA:</u></p> <p>Não houve um planejamento e, do projeto prévio para levantamento e manejo integrado d'água e demais recursos naturais; e nem se quer um estudo hidroclimático superficial e subterrâneo.</p>	<p>3.1 Oferta insuficiente de água de boa qualidade para abastecimento na fase de pré-assestamento, pressionando a perfuração e uso imediato de poços, sem um estudo prévio de melhores locações, vazões e indicadores de qualidade.</p> <p>3.2 Conflito de usos d'água superficial e subterrânea (por falta de critérios de manejo integrado), acarretando impactos negativos na sua qualidade e quantidade (disponibilidade).</p>	<p>Num poço que foi perfurado pela CERB e ainda em fase de teste, foi dado início de operação emergencial, tornando-se permanente, e exigindo novas perfurações.</p> <p>Não foram enquadradas as águas superficiais (Rio Verde) e subterrâneas nos critérios de classificação de águas pelos seus usos preponderantes (previstas nas Leis Federal e Estadual de Meio Ambiente), acarretando uso aleatório d'água e sem nenhum controle, para os seguintes fins: abastecimento doméstico, banho, lavagem de roupas e ferramentas, recreação, pesca, afastamento de despejos, dessedentação de animais, irrigação.</p>	5

PROBLEMAS AÇÕES POTENCIALMENTE ENCAMINHADAS	IMPACTOS EFETIVOS	AÇÕES ESPECÍFICAS COM COMENTÁRIOS QUALI-QUANTITATIVOS	AVALIAÇÃO
<p><u>II - IMPACTOS EXTERNOS À ÁREA DO PROJETO (PRÉ-FAZ. ALMAS)</u></p> <p>- Implantação e ou operação de projetos agropecuários, aproveitamentos hidráulicos, obras civis e disposição de resíduos no solo e na água, na área de drenagem da Bacia do Rio Verde, a montante da Faz. Almas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modificação do regime hidrológico. 2. Diminuição de vazão 3. Alterações na qualidade das águas 4. Alterações no funcionamento dos ecossistemas causando degradação e/ou perda de espécies de valor econômico e genético: pesca, caça, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> . Após a queimada vêm se observando uma proliferação exagerada de formigas que, aparentemente, começam a ser combatidas por meios químicos (formicidas) . Caça e pesca predatórias . Tem sido verificados problemas de falta de potabilidade das águas do Rio Verde. . Oferta de água superficial é reduzida e de duvidosa qualidade para os diversos usos. 	<p style="text-align: center;">5</p>